

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/ International Journal of African Studies

Entidade proprietária: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Director: Maciel Morais Santos (ceaup@letras.up.pt)

Sede da Redação: FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

N.º de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 100 exemplares

Periodicidade: Semestral

NIF da entidade proprietária: 504045466

Design capa: Sersilito

Execução gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Edição: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Edição gráfica: Marco Alvarez

Revisão gráfica e de textos: Henriqueta Antunes

Conselho científico/Advisory Board: Adriano Vasco Rodrigues (CEAUP), Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA- Edimburgo), Philip Havik (IHMT), Suzanne Daveau (U. Lisboa)

Conselho editorial/Editorial Board: Fátima Rodrigues, Flora Oliveira, Jorge Ribeiro, Maciel Santos

Venda online: <http://www.africanos.eu/ceaup/loja.php>

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou eletrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede África-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Capa: Recinto do Eleu. Jau, Lubango, Angola.

Foto: Jorge Guimarães, 2015.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 24 – 1.º semestre – 2015

Índice

Editorial	5
-----------------	---

Arqueologia e paisagem

Pré-História, Etnoarqueologia e Património

Middle Pleistocene Lithic Industry and Hominin Behavior at Laetoli	13
Audax ZP Mabulla	
Review of the Stone Age Archaeology in Southwestern Angola.....	33
Daniela de Matos	
Rock Art research in Namibia: a Synopsis.....	39
Alma Mekondjo Nankela	
Rethinking the presentation at Olduvai Gorge site museum within Integrated Landscape Management (ILM) framework	57
Everlyne E. Mbwambo, Luiz Oosterbeek	
Le couteau de jet en milieu Gabri	65
Noudjiko Hamdji Milman	
Património e Arqueologia Angolana como potenciais aliados de uma atividade turística nacional residual	71
Ziva Domingos, Bumba de Castro	
Prospecção no Sul de Angola: o caso dos recintos murados da Huila.....	83
André Serdoura e Jorge Guimarães	
O contexto cultural dos marcos de terrenos nas aldeias Ambundu/Angola ..	91
Éva Sebestyén	
À procura da ‘autenticidade indígena’. Tradição, tradução e transformação nas recolhas etnomusicais do Museu do Dundo em Angola	107
Cristina Sá Valentim	

Historiografia da Arqueologia

Arqueologia portuguesa em solo africano durante o Estado Novo: (alguns) atores, espaços e projetos – o caso de Moçambique.....	129
Ana Cristina Martins	

Percursos de Miguel Ramos (1932-1991) na arqueologia: síntese e perspetivas Ana Godinho Coelho, Inês Pinto e Ana Cristina Martins	145
Redescobrimo estações arqueológicas à guarda do IICT Inês Pinto e Ana Godinho Coelho	161

Entrevista

Moustapha Sall – <i>Les équipes de recherche ont permis de montrer que ces pierres, tas de déchets, lieux mystiques, cimetières hantés (dans la perception populaire) sont de véritables bibliothèques au-delà des actuelles représentations idéologiques.</i> Entrevista conduzida por Luiz Oosterbek	171
--	-----

África em debate

Poderes e identidades

Alda do Espírito Santo, a distinção social, a militância política e a tristeza .. Augusto Nascimento	177
Migration, sécurité et la base militaire des Etats-Unis – La République de Djibouti au centre de la lutte contre le terrorisme international dans la corne de l’Afrique et de l’Arabie du Sud Mohamed Abdillahi Bahdon	203

Notas de leitura

Gloires et Misères. Impérialles? Nationales? René Pélissier	223
Resumos	235
Legendas das ilustrações	243

Todas as grandes temáticas relacionadas com a origem e evolução da Humanidade, até ao presente, encontram em África um amplo e crucial território de pesquisa. A arqueologia, mercê da tardia ocorrência de documentação escrita no continente, mas também do silenciamento de muitas realidades endógenas durante a maior parte do período para que dispomos de fontes escritas, permanece como a principal fonte de recursos documentais para a compreensão das dinâmicas humanas no Continente. Temas fulcrais da história geral de África e da nossa espécie dependem essencialmente da investigação arqueológica, como as origens da espécie, as diversas migrações para fora de África no Pleistocénico, a arte rupestre, as modificações ambientais no Quaternário, as dinâmicas interculturais anteriores e posteriores ao contacto com os europeus, as origens da metalurgia, a diáspora moderna associado à escravatura, etc.

A investigação em arqueologia situa-se no cruzamento das ciências humanas com as ciências da terra e da vida, com a proteção dos vestígios materiais carregados de valores simbólicos que testemunham as diferentes culturas e com a socialização do conhecimento assim produzido, designadamente no domínio da museologia e da comunicação científica e social.

Estudar a arqueologia africana na sociedade atual não é apenas prosseguir o esforço de muitos investigadores no período colonial, mas também beneficiar do cruzamento de perspectivas culturais e teóricas, constituindo equipas transdisciplinares e intercontinentais, em que os investigadores africanos assumiram de forma plena a condução da investigação. Os trabalhos do Congresso Pan-Africano de Arqueologia (PanAf), associados aos da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas (UISPP), ao longo de décadas têm sistematizado essa nova era da investigação.

Esta dinâmica actual da investigação arqueológica africana é fundamental como instrumento para a refundação das ciências humanas (no âmbito dos esforços do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas e da UNESCO) e para o entendimento das dinâmicas atuais de ligação entre as realidades globais e locais (foco do proposto Ano Internacional do Entendimento Global).

A arqueologia africana continuará, certamente, um campo de pesquisa aberto durante os próximos anos. O crescente número de investigadores, bem como o crescente interesse que os estados Africanos, num ambiente de crescimento expectável mais favorável, estão a ter pelo seu património cultural e natural, justificam a criação de novas redes de pesquisa. Em Janeiro de 2013, o CEAUP organizou, no Porto, um primeiro Seminário sobre Arqueologia de Angola (publicado na revista *Africana Studia*). Tendo este atingido os seus objetivos, nomeadamente pela comparação de experiências, assuntos e metodologias, concluiu-se haver necessidade de um estudo mais alargado e comparativo.

Entre os dias 3 e 5 de Junho de 2015, o Instituto Terra e Memória (ITM), o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e a Direção Nacional dos Museus de Angola (DINAM), com a UISPP e o Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, organizaram um Seminário Internacional de Arqueologia Africana Sub-Sahariana.

O encontro visou:

- divulgar os resultados de investigação arqueológica produzidos durante os últimos anos no continente Africano;

- consolidar projetos de investigação estruturantes nos domínios de Arqueologia e do Património;
- reforçar o intercâmbio entre equipas que trabalham em diferentes países africanos, em estreita colaboração com centros de investigação internacionais.

Tendo como tema central “África: Arqueologia e paisagem”, o Seminário reuniu 35 comunicações em torno de cinco secções: Problemáticas da Pré-história da Angola e da África Austral; Problemáticas da Pré-história da África Oriental; Problemáticas da arte rupestre; Problemáticas da Etnoarqueologia; O impacto das minas na paisagem africana; Problemáticas arqueológicas da época moderna pré-colonial; Problemáticas da História da Arqueologia e das Ciências Sociais em África; Problemáticas do património arqueológico. O presente número da *Africana Studia* integra algumas das contribuições essencialmente centradas na África Austral, bem como sobre a história da investigação arqueológica em África. Elas reforçam a retoma deste campo de pesquisas e assinalam um percurso de aprofundamento da colaboração dos centros de pesquisa no Porto e em Mação com a União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas.

Julgámos igualmente importante divulgar as conclusões aprovadas no final do seminário, que seguem transcritas na versão inglesa.

CONCLUSIONS OF THE INTERNATIONAL SEMINAR *AFRICA: ARCHAEOLOGY AND LANDSCAPE*, MAÇÃO, PORTUGAL

- The International Seminar on African Archaeology, having gathered researchers from Angola, Burkina Faso, Mozambique, Namibia, Senegal, Tanzania, Tchad, Portugal, Spain, France, Hungary, Brazil, Ecuador and Japan, stress the importance of reinforcing transnational research on major topics such as
 - the earliest human occupations in the Atlantic façade of the continent
 - the migrations associated to the spread of farming and metallurgy
 - the role of African techniques and artifacts in the shaping of cultures in southern America
 - the contextualization of rock art clusters and the industrial archaeological heritage, mainly from former African mining territories.
- The Seminar also expresses the need to undertake research in countries with less archaeological awareness, such as Guinea-Bissau or Equatorial Guinea. To this aim, the collaboration with the scientific commissions of the International Union of Prehistoric and Protohistoric Sciences (UISPP) focused on the origins of humans and on sub-Saharan archaeology should also aim to engage younger colleagues in international research and advanced studies in quaternary and prehistoric themes.
- The participants have particularly addressed the opportunities and risks concerning archaeological heritage within major development projects and public works. In this sense, the Seminar appreciates that several African organizations have recognized the interest of hosting either as collaborators or observers different archaeological networks, as is the case of the Economic Community of West African States and its relation with the Association Ouest-Africaine d'Archéologie. Indeed, the study, preservation and the spread of knowledge related to archaeological remains is a relevant contributor towards lasting cultural but also economic resilience. In this sense, the participants agreed on

the importance of the growing Southern knowledge and its growing contribution to the field of archeology. The challenges of African societies when dealing with our common archaeological inheritance have also to be understood as a means to understand that humans in the past, as today, required a global understanding of the various needs, constraints and interests in stake, at each moment. This is a primary need today, as stressed by the project of the International Year of Global Understanding, an initiative of the International Geographic Union endorsed by the Science Councils associated to Unesco: the International Council of Philosophy and Human Sciences (CIPSH), the International Social Sciences Council (ISSC) and the International Council of Sciences (ICSU).

- African archaeology, focusing dynamics in the cradle of humankind, in relation to technology, settlement patterns and other material remains of past adaptation, creativity and imagination, also offers major contributions to the aims and scope of the World Conference of the Humanities, organized by CIPSH, Unesco and Liège Together. The participants stress the need that such conference, announced for Liège in August 2017, be also prepared in Africa, through a regional conference. In this sense, the participants urge African scholars, universities, international communities, governments, local communities and the private sector, to take the opportunity of integrating the efforts of UISPP, of other networks such as Kandandu (on environment and sustainability amidst mining contexts), of the International Year of Global Understanding and of the World Conference of the Humanities, to build a comprehensive approach to the issues listed above.

Approved: 5th June, 2015

Luiz Oosterbeek*

* IPT, ITM, CGEO, UISPP



Arqueologia e paisagem





Pré-História, Etnoarqueologia e Património





Middle Pleistocene Lithic Industry and Hominin Behavior at Laetoli

Audax ZP Mabulla*

p. 13-32

Introduction and objectives

This study defines the lithic industry and determines hominin technology, behaviours, activities and cognition as reflected by the stone artifacts collected from the upper Ngaloba Beds at Laetoli, northern Tanzania (Figure 001). The lithic assemblage was collected between 1998 and 2003 under the University of Dar es Salaam-Associated Colleges of Midwest (UDSM-ACM) field projects. A large portion of the assemblage (87 %) was collected on the surface but in geologic context of upper Ngaloba Beds at the southern end of Locality 2 (Figure 2). A few of them were found *in situ* and a large portion exhibit sediment matrix of upper Ngaloba Beds. A small percentage (13 %) of the assemblage was excavated from three units dug into the upper Ngaloba Beds at Locality 2 near the finding spot of Early *Homo sapiens* (E Hs) cranium (LH18). The lithic assemblage is significant because it documents a portion of the Middle Pleistocene lithic sequence that is poorly understood in Africa and therefore, constitutes a useful addition of information to the African archaeological record and knowledge. The sediments from which the lithic assemblage occurs are reliably dated to 200 kya and have also yielded a cranium of EHS. Accordingly, the lithic assemblage has potential to offer insights about hominin behaviours, activities and cognition during this time span.

A cursory description by Harris and Harris (1981) suggested that the lithic assemblage from the upper Ngaloba Beds is of Middle Stone Age (MSA) antiquity and affinity. Nonetheless, there has been no formal analysis of the materials. Nothing is said about its technology, typology, raw material utilizations, behaviours, activities and cognition of the tool makers (Day *et al.*, 1980; Harris and Harris, 1981; Magori and Day, 1983). Therefore, this study analyzes and classifies the collected lithic assemblage and then compares it with other eastern Africa lithic assemblages of same time period to determine its position within the MSA continuum. The other goal is to interpret the types of hominin behaviours, activities and cognition in accordance to the lithic assemblage and raw material utilizations and thus, contribute to the current debate about hominin behaviours during this period. Sites from this time period are rare, especially ones that have associated hominin species and chronometrically well dated. This study shows that the lithic assemblage of upper Ngaloba Beds is an Early Middle Stone Age (EMSA). This is an MSA lithic industry lying within the Middle Pleistocene after ca. 300 kya and before ca. 130 kya (McBrearty and Tryon, 2005). The associated hominin remain is an Early *Homo sapiens* skull and the behaviours, activities and cognition of tool makers reflect capacities for “modern” behaviours.

* National Museums of Tanzania.

Background to study area

Laetoli is a Plio-Pleistocene site located about 36 km south of Olduvai Gorge in northern Tanzania (Figure 001). The site covers an area about 100 km² and may be viewed as contiguous with Olduvai Side Gorge. Since 1930s, the site has been a focus of much research on early hominin evolution and palaeoecology. More than 24 fossiliferous and artificial deposit exposures (known as Localities) of volcanic origin spanning from 4 mya to 200 kya occur at the site (Hay, 1987; Drake and Curtis, 1987; Manega, 1993). Research by M. D. Leakey and colleagues has produced over twenty isolated teeth and fragments of cranial and post-cranial remains of fossil hominin including *Australopithecus afarensis*, *Paranthropus aethiopicus*, possibly *Homo erectus* and Early *Homo sapiens* (EHs) or *Homo heidelbergensis*

(Day *et al.*, 1980; Harrison, 2011; Leakey, *et al.*, 1976; Leakey, 1987; Leakey and Hay, 1979; Leakey and Harris, 1987; Magori and Day, 1983). Other significant discoveries at Laetoli include trails of hominin footprints generally attributed to *Australopithecus afarensis* made by three individuals, animal and avian tracks and rain-drop imprints dated to 3.66 mya, well preserved in volcanic ash within the upper and lower Laetoli Beds (Leakey and Hay, 1979; Leakey and Harris, 1987; Manega, 1993; Deino, 2011).

Laetoli's stratigraphic sequence, particularly the Olpiro Beds has yielded stone artifacts of Oldowan affinity (Harris and Harris, 1981; Ndessokia, 1990). The uppermost stratigraphic unit of Laetoli sequence is the Ngaloba Beds that on the basis of geologic composition is divided into a lower and an upper unit. The lower unit largely consists of conglomerate, sandstone, and claystone and is loosely dated to between 1.2 mya and 200 kya (Manega, 1993). It contains artifacts that have not yet been fully studied, but are considered to belong to the Acheulian industry (Hay, 1987; Harris and Harris, 1981; Leakey, 1987). Acheulian hand axes erode from this unit (personal observations). The upper unit is generally 2 to 3 m thick, and is composed of gray to brownishgray clays and clay-tuffs, and 20 to 50 cm thick very-coarse sandstone consisting of well-rounded pisolitic-looking clasts (Manega, 1993; Hay, 1987). The upper unit is represented by numerous widely scattered erosional remnants on the sides and in the bottoms of valleys. A distinctive brown to reddish-brown calcrete underlies the upper unit and it is overlain by a 1-2 m thickness of black cotton soil (Hay, 1987; Manega, 1993).

The age of the upper Ngaloba Beds is estimated to about 120 ± 3.0 kya, based on stratigraphic correlation with the lower unit of Ndutu Beds at Olduvai (Hay, 1987). A uranium-thorium dating by J. L. Bischoff of a giraffe vertebrae from the LH 18 horizon yielded dates of 129 ± 4.0 kya and 108 ± 30 kya (Hay, 1987). Manega (1993) obtained eight samples of ostrich egg shells from *in situ* in the coarse pisolitic sandstone, about 0.25 to 0.5 m above the LH 18 level. A calibrated amino acid age of >200 kya is obtained for LH 18 using $^{40}\text{Ar}/^{39}\text{Ar}$ and AMS C-14 of the recovered five samples of the ostrich eggshells (Manega, 1993). Recent dating by Deino (2011) supports the age of >200 kya for the upper Ngaloba Beds.

Research methods and field results

The upper Ngaloba unit contains lithic materials that are the subject of this study. The 398 stone artifacts analyzed in this study were collected from the southern end of Locality 2 where there are clear exposures of upper Ngaloba Beds (Figure 002, Plate 001). Here, the upper unit is about 3 m thickness of claystone and sandstone and overlain by a 2 m thickness of black cotton soil (Hay, 1987; Manega, 1993; personal observations; Figure 003).

This stratigraphic section is of particular interest because this is where E Hs (LH 18), stone artifacts and animal fossils were recovered (Day *et al.*, 1980, Figure 003).

Each year from 1998 to 2003 we undertook surface collections from an area of about 2,052 m² (Plate 001). The pedestal for the finding spot of LH 18 served as our surface collection datum point. The position of each found and collected stone artifact was marked by a Germin hand held GPS receiver and its distance measured from the LH 18 datum point (LH 18 DP). Therefore, about 87 % of the studied stone artifacts were collected in this way. The majority of these were found *in situ* and few on the surface of a sandstone horizon near the middle of upper Ngaloba Beds section. This sandstone horizon is also the source of E Hs (LH 18) skull, animal and reptilian fossils and the two pieces of ochre pigment we found (Figure 003). Therefore, these lithic materials bear hominin behavioural integrity as they were found *in situ* and some eroding within the upper Ngaloba Beds. The lower Ngaloba unit is not exposed at this area (Hay, 1987) and the youngest deposit overlying the upper Ngaloba Beds is the black cotton soil horizon and it contains neither artifacts nor fossils.

A small percentage (13 %) of the lithic assemblage was recovered from excavation. Three 4 m² excavation units were established in the upper Ngaloba unit where artifacts, hominin and animal remains occur *in situ* or erode from. Since all the exposed deposits at this area belong to upper Ngaloba Beds the excavations proceeded stratigraphically. All the excavated soil was sieved through a 5 mm wire mesh and artifacts and fossil bones were bagged separately. Excavation Unit 1 (EU1) was established about 15 meters southwest of LH 18 (Plate 001). The unit was excavated to about 1.9 meters below unit datum point (BUDP). Ten stone artifacts, 20 fossilized bone fragments and three tortoise carapacea fragments were recovered from 0.4-0.55 m BUDP. Also recovered were seven ostrich egg and 23 landsnail shell fragments. Excavation Unit 2 (EU2) was placed about 40 meters southeast of LH 18 (Plate 001). This was excavated to 80 cm BUDP and no stone artifact was recovered. However, the unit yielded about two animal bone fragments and one ostrich eggshell fragment. Excavation Unit 3 (EU3) was established about 10 meters east of LH 18 and on a higher ground where Ngaloba Beds may not have been eroded away. This unit was excavated to 2 m BUDP. About 43 stone artifacts, 12 animal fossil bone fragments, and two ostrich eggshell fragments were recovered from about 1.5 m BUDP (Figure 004).

Artifacts were carefully cleaned using toothbrushes and water prior to the analysis. All lithic data were analyzed using a step-by-step lithic analysis form designed by the author, which scores specific attributes of the artifacts. In conjunction to this, artifacts were classified according to Mehlman's (1989) typology that categorizes each artifact based on type and further separating them based on dimensions. Mehlman's (1989) typology is used because it is relatively comprehensive and extensively used in eastern Africa in general and northern and central Tanzania in particular (Mabulla, 1996; Bushozi, 2003; Kessy, 2005; Dominguez-Rodrigo *et al.*, 2007; Diez-Martin *et al.*, 2009). Data were transcribed onto Fortran coding forms and entered into a computer. Microsoft Excel was then used to tabulate and compare the data, producing charts and descriptive statistics such as frequencies, means, and standard deviations. Neither edge-wear analyses nor scraper angle measurements were performed due to lack of proper instruments.

Lithic analysis results

The upper Ngaloba Beds lithic assemblage consists of 146 retouched pieces, 47 cores, 203 pieces of débitage and two (2) non-flaked stones. The two non-flaked stones are hammerstones. Basic data are presented in Tables 001, 002, 003 and 004. Clearly, analysis of the assemblage permits a general characterization of the stone industry.

Retouched Pieces

There are 146 retouched pieces comprising 36.70 % of the lithic assemblage. These are composed of scrapers, points, burins, becs, bifacially modified pieces, composite tools and heavy-duty tools (Table 001).

Scrapers

Scrapers are defined as possessing one or more sides that have a unifacial retouch angle between 35° and 90° (Mehlman 1989). This tool category comprises 102 pieces forming 70.00 % of retouched pieces and 25.63 % of total lithic assemblage. Scraper fragments are, however, excluded from further analysis. The average dimensions of scrapers are presented in Table 5. About 40 % of scrapers were made on very large blanks, 50.0-97.0 mm in length. Such scrapers can also be considered to belong to the heavy-duty tool category (Mehlman 1989). About 57 % were made on blanks 26.0-49.00 mm. The remaining 3 % were made on blanks less than 26.0 mm in length. Elliptic (40.25 %) forms were the most selected blanks for making scrapers followed by irregular end struck (28.60 %). The majority of scraper's dorsal surfaces are flaked and no-cortical (85 %) indicating that blanks without cortex were more selected for scraper manufacturing. The dorsal scraper patterns are variable with one direction-convergent and one direction-irregular forming 21.0 % each. These are followed by one direction-parallel (18.5 %), radial (15.0 %), multi-directional (7.4 %), and two directions-opposed (2.5 %). The dorsal scar patterns of the remaining scrapers could not be determined.

A wide variety of scraper types are present in the upper Ngaloba assemblage (Table 001, Figures 005a and b). The dominant scraper type is the concave scraper. However, concavity, sundry side, denticulate, and convex side scrapers are also well represented. Analysis of scraper edge type indicates no preference for a particular edge type as both combination, concave, convex and sundry (rectilinear or irregular) edges are well represented (Figure 006). Important attributes recorded for scrapers are the type, position, distribution, morphology and extent (invasiveness) of retouches. The retouch was done utilizing unifacial (87 %) and part-bifacial (13 %) techniques. About 77.14 % of the retouched edges were continuous, covering the entire intended scraper edge while 22.86 % were continuous but partially covering the intended scraper edge. The retouches were positioned on the distal (30.00 %), mesial-distal (25.71 %), proximal (24.29 %) and mesial-proximal (20.00 %) sections of scraper blanks. About 97.14 % of the retouch is scaled and 2.86 % is stepped. The extent (invasiveness) of retouch was categorized based on measurements into marginal (0-5 mm), semi-invasive (5-10mm), invasive (10-15mm), and covering (entire face). Of these, semi-invasive makes up 46.43 %, marginal retouch 37.50 %, invasive 16.07 %, and covering is absent from the assemblage.

Other important aspects of the scraper are the type and size of striking platforms and blank terminations. Platform size was categorized based on measurements into broad (>10mm breadth) and thin (<5mm thick), broad and thick (>5mm thick), restricted (<10mm breadth) and thin, restricted and thick, and indeterminate. Analysis shows that 81 % of scrapers were made on blanks with broad and thick striking platforms. There are no signs of thinning either the bulbs or striking platforms, suggesting that scrapers were possibly not intended for hafting. The majority of the scrapers have plain (52.00 %) and faceted (40.51 %) striking platforms. Although blanks with feather terminations (80.00 %) were mostly selected for making scrapers, hinge (7.8 %), step (7.8 %) and overshoot (6.4 %) terminations are also represented.

Points

A total of 17 points are present in the assemblage forming 11.64 % of retouched pieces and 4.27 % of total lithic assemblage (Table 001, Figure 007). Unifacial, alternate edge and bifacial points are all present (Figure 008). Many of them were made from triangular flakes, a few from *Levallois* flakes and one from side struck flake (side struck point, Figure 007). The average dimensions of points are presented in Table 005 indicating that they are relatively small and thin. About 94 % of points' dorsal surfaces are flaked and non-cortical suggesting selection of blanks without cortex for making points. One-direction convergent (47.00 %) and radial (27.00 %) dorsal scar patterns dominate the point assemblage indicating preference of peripheral core reduction strategy for producing flake blanks for points. Triangular (47.00 %) and elliptic (33.00 %) were the most selected blank forms for making points. Faceted and plain platforms are equally represented (Figure 009). There are no signs of standardization in points' butt or base shape as straight (38.46 %), rounded (30.77 %) and pointed (23.10 %) butts are well represented. About 35.30 % of points have thinned butts/bases or bulbs. This was accomplished through either thinning the point's platform thicknesses, narrowing the platform length or thinning the bulbs. Such technological innovations suggest knowledge of hafting technology or behavior. Butts or bulbs may have been thinned and/or narrowed to facilitate hafting of points into wooden shafts. In terms of bit (tip or distal end) shapes, pointed bits/tips predominate, forming 70.60 % of all points (Figure 010). The point's mean length and breadth are 39.75 and 28.45 respectively. The points mean length is 39.75 and is smaller than the mean length of 46.2 for experimental throwing spear tips (Shea, 2006). The mean breath is 28.45 and is significantly larger than the mean breath of 22.9 for experimental throwing spear tips (Shea, 2006). The point's sizes and the occurrences of points with pointed bits/ tips and thinned and/or narrowed butts, indicate that points were produced to be used as inserts for thrusting spears. About 80.00 % of points have feather termination indicating controlled force and knowledge for the production of points' flake blanks. About 6.70 % of points have overshoot termination and the rest could not be determined.

Heavy duty tools

Of the nine (9) heavy-duty tools found, six (6) are core/large scrapers, one (1) is a biface, one (1) pick and one (1) is a core-axe (Table 001, Figure 011). Basically, core/large scrapers are either chunks or large flakes (≥ 50 mm) with steep unifacial retouches (Mehlman, 1989). The core-axes are bifacially flaked to create one good chopping side and a rather thick butt end. The retouches on these heavy-duty tools are continuous, covering the entire intended edges. This suggests initial intensions on the toolmakers to produce such tools. Overall, the tools in this category are heavy, but the core-axe is heavier, weighing about a kilogram. Core-scrapers and core-axes are important to recognize because of their common association with larger and older toolkits. Nonetheless, they are rare within the analyzed lithic assemblage.

Other tools

Also present in the toolkit are 13 becs, two (2) burins, one (1) bifacially modified piece and two (2) composite tools (Table 001, Figure 005a). Becs are robust points formed by steep retouch and are common throughout the MSA. Unlike scrapers and points, the majority of becs (92 %) were made from blanks with cortex dorsal surfaces suggesting that primary

and secondary blanks were selected for making becs. The average dimensions of becs are presented in Table 005. Faceted (54 %) and plain (38 %) striking platforms are well represented with the majority (92 %) being broad and thick platforms. There is no sign for thinning of either platforms or bulbs to suggest hafting of becs.

The average dimensions of burins are presented in Table 005. Each of the burins has one burin spall removed perpendicular to the ventral surfaces. The bifacially modified piece is elliptic in form with bifacial retouches, lenticular in cross-section and lack cortex. The two composite tools have average length of 42.10mm (std. 4.16), average breadth 31.0mm (std. 3.40) and average thickness of 14.0mm (st.d. 1.65). They exhibit no cortex.

Cores

Cores are the templates on which flakes and debitage are detached. Depending on the nature of raw material, cores may reveal the lithic reduction strategies that were employed. The analyzed lithic assemblage comprises of 47 cores forming 11.87 % of total assemblage (Table 2). Core support is essentially a nodule, although one case is observed where the support could have been a large flake. Core classification is carried out by the interaction of four types of attributes: core shape, number of platforms, scar directionality or polarity and faciality (Mehlman, 1989; Dominguez-Rodrigo, *et. al.*, 2007). Through combination of these criteria, three major core categories are observable: peripheral, platform, and amorphous. The peripheral group consists of flakes removed on both faces from a well-defined periphery or “equator” (Mehlman, 1989). This group is composed of radial, disc, *Levallois* and part-peripheral core types forming 68.18 % of the core assemblage (Table 002, Figure 012). *Levallois* and disc cores exhibit signs that define the production of predetermined flakes. The platform group consists of chunky, sub-rectangular, sub-cuboid and tabular cores with striking platform angles approaching 90° (Mehlman, 1989). This group comprises pyramidal/prismatic single platform, divers single platform, opposed double platform, adjacent double platform, multiple platform and platform/peripheral cores, forming 29.79 % of the typed cores (Table 002, Figure 012). A core on flake forming 2.13% of the cores represents the amorphous group.

The cores vary greatly in size and weight. The smallest core weighs 4.8 gm and the heaviest weighs 746.75 gm. The average weight is 104.93 grams (std. 133.54); the high standard deviation maybe due to the wide variance in the cores of this assemblage. The average dimensions of cores are presented in Table 005. By examining core circumference utilization, percentage of cortex present, number of core negative scars, and the degree of core abandonment, one can estimate the intensity of lithic raw material utilization. About 52.3 % of cores show no signs of cortical areas on both surfaces while the remaining retains small amounts of cortex. The majority of cores (80 %) display a high level of continuous spalling around their circumferences. The level of core abandonment was classified into three stages: stage I (cores minimally flaked), stage II (cores considerably flaked and hominins could have chipped off a few more flakes) and stage III (cores could not be flaked any further, Mabulla 1996). About 11 % of cores were abandoned in stage I (too early), 50 % were abandoned in stage II (prematurely), and 39 % were abandoned in stage III (exhausted). Flake negative scars on cores (93.5 %) predominate over blade negative scars (6.5 %). The average length of negative scars on cores is 35.70 mm (std. 12.56) and average breadth is 23.52 (std. 7.30). These values are clearly lower than the mean measurements observed in whole flakes, suggesting that the core sample retrieved represents later stages of the reduction sequence.

Debitage

This category is composed of core fragments, angular fragments, flakes, blades (only one blade) and other points forming 51.13 % of the lithic assemblage (Table 003; Figure 013). Nonetheless, core fragments, angular fragments and flake fragments are excluded from further analysis and discussion.

Whole flakes (n=98), trimmed/utilized flakes (n=52) and *Levallois* flakes (n=2) comprise 75.0 % of totaldebitage and 38.30 % of lithic assemblage. The average dimensions of flakes are presented in Table 005. Sixty-two percent of flakes are considered small blanks (<50mm long). About 75 % of whole flakes have dorsal surfaces that lack cortex, 24 % retain small amounts while 1 % is totally covered by cortex. This indicates that the majority of initial core reduction processes were taking place away from the site. The dorsal scar patterns are variable with one direction-convergent (20.62 %), one direction-parallel (18.6 %), one direction-irregular (16.5 %), multi-directional (16.5 %) and radial (8.2 %) patterns forming the majority. This variability suggests that there is a lack of standardization in the flake reduction strategy. The majority of flakes have plain (53.6 %) and faceted (34 %) platforms. The occurrence of flakes with convergent and radial scar patterns and faceted platforms suggest the use of core preparation techniques, including radial, disc and *Levallois* technology. Broad and thick platforms dominate, forming 82.5 % of whole flakes. The bulbs are well represented by normal (38.5 %), prominent (28.1 %), absent (16.7 %), scarred (11.5 %) and crushed (4.2 %). These characteristics exhibit the use of hard-hammer reduction techniques.

The average dimensions of trimmed/utilized flakes are presented in Table 005. About 75 % of utilized flakes are on small blanks (<50mm long). About 74 % have dorsal surfaces that lack cortex and dorsal scar patterns are variable with one direction-irregular (26 %) and multi-directional (18 %) scars forming the majority. Plain (55 %) and faceted (35 %) platforms dominate as well as large and thick platform (82 %) size. Feather termination (82 %) dominates although hinge (6 %), step (4 %) and overshoot (8 %) terminations are also present. This shows that upper Ngaloba hominins had excellent manipulation skills; they knew the exact amount of force needed to chip off a flake from a core and did not make mistakes very often (Andrefsky, 2005; Odell, 2003).

Table 005 presents the average dimensions of *Levallois* flakes and utilized *Levallois* points. The majority (82 %) lack cortex and have convergent dorsal scar patterns (82 %). Faceted (68 %) and plain (32 %) platforms are the only represented striking platforms most of which are broad and thick (89 %). Prominent (50 %) and scarred (21 %) bulbs form the majority suggesting hard hammer percussion. About 75 % exhibit a feather termination suggesting good skills and control of lithic reduction techniques by prehistoric knappers.

Lithic raw materials

The raw materials selected by hominins for use can yield behavioral and cognitive information regarding hominin's choices, transport and ranging patterns as well as technological and typological aspects (Blumenberg, 1983; Kuhn, 1995). The hominins of upper Ngaloba Beds utilized a wide range of lithic raw materials. These were grouped into: non-vesicular basalt, vesicular basalt, quartz, quartzite, chert, phonolite, calcrete and silicified mudstone lithic raw materials. As shown in Figure 014, vesicular basalt predominate (33.00 %) followed by non-vesicular basalt (28.00 %), quartzite (17.00 %), quartz (14.00 %), chert (4.00 %), phonolite (2.00 %), calcrete (1.00 %) and silicified mudstone (1.00 %). Vesicular basalt is a dense and hard coarse-grained material characterized by olivine and

pyroxene rich red to black lavas and is less optimal for tool production compared to other materials used (Adelsberger *et. al.*, 2011). The source for this lithic raw material is the Ogol lavas that outcrop within the Laetoli site. Non-vesicular basalt is a coarse to fine grained material characterized by large, platy crystals of plagioclase feldspar with rare to absent pyroxene (Adelsberger *et. al.*, 2011). The source for this lithic raw material is Mt. Makarut about 20 km east of Laetoli. Nonetheless, non-vesicular basalt cobbles may have been washed downstream to Laetoli during the upper Ngaloba Beds and therefore, may have been obtained locally (Adelsberger *et. al.*, 2011). Also locally available is calcrete that occur as nodules in the upper Laetoli Beds. Not locally available are quartz, quartzite, chert and phonolite lithic raw materials. The upper Ngaloba quartzites are white and massive similar to those found in the Eyasi Basin about 20 km southeast. In the Eyasi Basin, quartz exists as veins throughout the Precambrian gneiss (Mabulla, 1996). Quartzite is characterized by coarse to fine-grained texture and breaks more smoothly. Coarse-grained quartzite may have been obtained from metamorphic hills around the Olduvai Gorge basin and about 35 km north of Laetoli. The fine-grained quartzites are dark red in color (jasper) similar to those recovered from the Loiyangalani River Late Middle Stone Age (LMSA) site in the Moru Kopjes area, Serengeti National Park (personal observations). This is about 120 km northwest of Laetoli. Phonolites are typically dark green in color and fine-grained in texture. These may have been obtained from Mt. Engelosin located about 48 km north of Laetoli area (Hay, 1976).

Analysis of lithic raw materials vs. artifact types shows interesting patterns about raw material choices and utilization. About 41 % of scrapers were made from non-vesicular basalt, 29 % from quartzite, 16 % from vesicular basalt, 6.25 % from quartz and chert respectively and 1.25 % from phonolite. The preferred raw materials for making points were quartzite (47 %) followed by quartz and non-vesicular basalt (20 % each) and vesicular basalt (13 %). The two burins were respectively made from quartz and quartzite raw materials while becs were made from non-vesicular basalt (92 %) and vesicular basalt (8 %). The heavy-duty tools are almost equally made from quartz (33.33 %), non-vesicular basalt (22.22 %), vesicular basalt (22.22 %), and quartzite (22.22 %). The cores are on non-vesicular basalt (28.3 %), vesicular basalt (30.4 %), quartz (19.6 %), quartzite (15.2 %), chert (4.3 %) and phonolite (2.2 %). The two hammerstones are on quartz and quartzite respectively.

Lithic raw material analysis shows that lithic qualities and durability may have played important roles in selecting a particular material for making a particular tool. This is especially supported by the analysis of scraper's lithic raw materials. Also, analysis shows that the intended functions of the tool may have played an important role in selecting a particular raw material for making a particular tool. This observation is supported by the analysis of points whereby hard quartz and quartzite raw materials were more selected for making points.

Lithic assemblage assessment and classification

Classification and interpretation of this lithic assemblage is based on tool types, lithic production techniques, and lithic raw material utilization and procurement strategies. The analyzed upper Ngaloba artifact assemblage consists predominantly of stone artifacts, most of which the edges are basically unabraded or sharp (62 %), but some have moderate (36 %) to heavily abraded/rolled (2 %) edges and surfaces. All classes of lithic artifacts are represented – shaped tools, cores, non-flaked stones, and débitage that range from large flakes and angular fragments to *Levallois* points and flakes. Among the shaped tools, scrapers dominate and are represented by various types. Also present are points, burins,

and becs. Composite tools, heavy-duty tools and bifacially modified pieces are also present but rare. Various core types are represented including both peripherally and platform struck cores. Some of the shaped tools, cores and débitage exhibit clear evidence of prepared core technology (radial, *Levallois*, etc.). There is an overall lack of standardization within the various tool types, seen by wide size distribution and various flaking patterns (dorsal scars). Tools were predominantly created on non-cortical end-struck blanks and retouched mainly utilizing unifacial techniques. However, bifacial retouch is present in some of the points and heavier tool types. The extent (invasiveness) of retouch is limited suggesting that hominins minimally reworked their tools.

Since some lithic raw materials are locally available and others within short distances, minimal reworking of tools suggests that hominins would rather create a new tool than continue manipulating a pre-existing one. This indicates an efficient strategy of lithic raw material economies, suggesting cognitive competence as a possible reason for the observed results. Fresh tools are more desirable or useful than extensively utilized tools that may present some functional disadvantages (Kuhn, 1995). Broad and thick plain, and faceted platforms with normal and prominent bulbs dominate, indicating the use of hard hammer. Intense utilization of cores suggests that hominins learned how to manipulate cores to their fullest potential and exhaustively use them. These results suggest that hominins continued to manipulate a pre-existing core, rather than creating a new one, representing a curative tool making technology.

Typologically, the lithic assemblage contains a mix of both light and heavy-duty toolkits. The light-duty tools predominate and include scrapers, points, becs, and burins. These implements are common in Late MSA (LMSA, ca. 130 kya, see Mabulla, 1996; Mehlman, 1989; McBrearty and Tryon, 2005; Tryon and McBrearty, 2002) tool assemblages. The heavy-duty tools include core/large scrapers, bifaces and core-axes. These implements are characteristic of late Acheulian/MSA transitional industries that in eastern Africa are variously known as the “Sangoan” or “Njarasan” industries (Mehlman, 1989; Foley and Lahr, 1997; Klein, 1999; McBrearty and Brooks, 2000). Nonetheless, these heavy-duty tools are rare within the upper Ngaloba lithic assemblage and toolkit.

Both peripheral and platform core reduction techniques using hard hammers were employed to produce both small (≤ 50 mm long; 62 %) and large flake blanks (≥ 50 mm long; 38 %). Peripheral core reduction technique dominates, forming 63.8 %. Cores resulting from this reduction technique include radial (44.68 %), *Levallois* (44.26 %) and disc (14.90 %) cores. Such cores are considered as byproducts of core preparation reduction technique (Andrefsky, 2005; Kuhn, 1995; Odell, 2003). Also, the occurrence of *Levallois* flakes and points and blanks with radial and convergent dorsal scar patterns and faceted platforms indicate knowledge of core preparation technique.

Therefore, technological, typological and metrical analysis and observations indicate that the upper Ngaloba Beds lithic assemblage is neither “typical” MSA nor Acheulian assemblage. Overall, it is a light-duty toolkit (93.84 %) mixed with a very small percentage of heavy-duty tools (6.16 %). The light-duty tools include scrapers, points, becs and burins. Scrapers dominate forming about 70.82 % of the retouched pieces. These include circular, combination, concave, convergent, convex, denticulate, nosed and sundry scrapers (Figure 006). Points, which are the hallmark of African LMSA assemblages (McBrearty, 2007) are well represented forming 11.04 % of retouched pieces (Table 001; Figures 007). These points are unifacially, bifacially and alternate edge retouched (Figure 008). Also present are *Levallois* and trimmed/utilized *Levallois* points, forming 13.30 % of débitage. Becs form 8.97 % of retouched pieces. Though present, burins are rare. The heavy-duty tools include core/large scrapers, biface/picks and core-axes. These are rare, forming only 6.16 % of

retouched pieces. Cores resulting from peripheral or core preparation technique dominates. In terms of flake blank size, the assemblage is dominated by small blanks (62 %) mixed with large flake blanks (38 %). Most of them are end-struck blanks.

Chronologically, (about 200 kya), the upper Ngaloba Beds lithic assemblage is situated between the end of late Acheulian (ca. 400 kya) and the beginning of “typical” or Late MSA (LMSA, ca. 130 kya). In eastern Africa, the lithic assemblages belonging to this time period are variously classified as the “Sangoan” or “Njarasan” industry (Cole, 1967; Clark, 2001; Mehlman, 1989; McBrearty, 1988, 1991). Such industries are considered to be “intermediate” or “transitional” between the Acheulian and LMSA. These industries are loosely defined to encompass lithic assemblages that combine heavy-duty and light-duty implements dated between 400 and 150 kya (Clark, 1988). The main threads that hold this loosely defined industry together are the higher proportions of heavy-duty tools (e.g., core-axes, core/large scrapers, picks, and bifaces) to light-duty tools (Cole, 1967; Clark, 2001; McBrearty, 1988, 1991; Mehlman, 1989). Contrary, the upper Ngaloba Beds lithic assemblage has higher representation of light-duty tools and a very low representation of heavy-duty tools.

In consideration of all data and interpretations of tool assemblages spanning the late Acheulian to LMSA, I place the upper Ngaloba Beds lithic assemblage to an Early Middle Stone Age (EMSA) Ngaloban industry. This EMSA Ngaloban industry contains few heavy-duty tools (6.16 %) such as core/large scrapers, biface/picks and core-axes but largely is dominated by light-duty tools (93.84 %) such as different types of scrapers, retouched and *Levallois* points, becs, and burins. Also the EMSA Ngaloban industry is dominated by small flake blanks and only one blade was observed. The closest approximation to the EMSA Ngaloban industry is the EMSA Kapthurin Formation industry, Kenya, dated to about 285 kya (Deino and McBrearty, 2002; McBrearty and Tryon, 2005).

Hominin Behavioural Implications

Fauna remains that reveal evidence for subsistence and predation behaviours were not analyzed due to their fragmentary nature. Two pieces of red ochre covered by matrix of upper Ngaloba deposits were recovered from the surface, but *in situ* and in direct association with EMSA Ngaloban artifacts (Figure 015). Ochre does not occur naturally in the Laetoli area. The closest ochre source that is exploited by Maasai is the Ndorosi quarry site in Makhoromba area near Mt. Oldean (Saimon Kateyo, Godfrey Ole Moita and Magreth Kaisoi, pers. comm., July 2012). This modern quarry site is located about 60 km east of Laetoli. Another source ochre that was exploited by the Maasai while leaving in the now Serengeti National Park is in the Moru Kopjes area, about 120 km (Pers. Observations, 2010). Although the ochre pieces lack any evidence of hominin utilization or modification, their presence indicates that they were transported to the Laetoli area during the upper Ngaloba Beds. Clearly, this suggests use of red pigments by *E Hs* during EMSA Ngaloban industry and therefore, evidence for symbolic behaviour. Such ochre pigments have also been found within the EMSA Kapthurin Formation industry predating 285 kya (Deino and McBrearty, 2002; McBrearty and Brooks, 2000; McBrearty and Tryon, 2005) and at Twin River, Zambia (Barham, 1998).

The makers of EMSA Ngaloban industry utilized a range of lithic raw materials, including vesicular basalt (34 %), non-vesicular basalt (28 %), quartzite (17.5 %), quartz (14 %), chert (3.5 %), phonolite (1.8 %), calcrete (1.8 %) and gneiss (0.3 %). Vesicular basalt and calcrete are locally available within the Laetoli area, forming a total of 35.8 % of utilized lithic raw material types. Non-vesicular basalt, quartzite, quartz, green phonolite, chert and gneiss are non-local and form 64.2 % of the assemblage. These materials occur about 20 to 120 km

away from Laetoli area indicating that hominins had ranging patterns of up to about 120 km (eg; the dark red fine-grained quartzite or jasper from Moru Kopjes, Serengeti), though most of the time may have stayed within a 20-60 km radius and had a thorough cognition of their landscape and its resources including lithic raw materials (see also McBrearty and Brooks, 2000).

The choice for lithic raw material size, shape and quality reflect the intelligence of the maker because it influences the final product, that is, the specific tool type (Blumenberg, 1983). Therefore, the makers of EMSA Ngaloba industry had high cognitive abilities as indicated by the use of high quality lithic materials such as non-vesicular basalt, quartzite, chert and green phonolite that form about 51 % of the assemblage. Moreover, hominin cognitive abilities and skills are indicated by the preferences of particular lithic raw materials for manufacturing particular tools as discussed earlier.

Quartz's crystalline structure contains internal fractures making it more faulty and difficult material to work with. Therefore, its occurrences within EMSA Ngaloba industry suggest hominin skills to manipulate such a hard material that is also largely characterized by internal flaws. When combined together, quartz and quartzite form 31.5 % of the utilized lithic raw materials. The use of these materials by EMSA Ngaloba hominins highlights a trend towards an almost exclusive use of such materials during LMSA as evidenced at the nearby site of Mumba rock shelter in the Eyasi Basin (LMSA "Sanzako" and "Kisele" industries, see Mehlman, 1989).

The occurrences of retouched and *Levallois* points suggests that hafting technology was already in place at Laetoli during EMSA Ngaloba industry, about 200 kya. Some of the points' butts were deliberately thinned, signalling the presence of complex projectile weaponry system during EMSA (Brooks *et al.*, 2005). Therefore, the EMSA Ngaloba industry indicates that its makers were behaviourally "modern". The only hominin remains within the upper Ngaloba Beds is an adult cranium of *E Hs* (LH 18). This was found in direct association with stone artifacts and fossilized animal bones (Day *et al.*, 1980). The artifacts presented in this study were collected from the same locality and stratigraphic horizon with the *E Hs* (LH 18) cranium.

Conclusion

Middle Pleistocene hominin technology, behaviours, activities and cognition are poorly understood in Africa because sites from this time period are rare, especially ones that have associated artifacts and hominin species and chronometrically well dated. This study presents the lithic assemblage from middle Pleistocene upper Ngaloba Beds at Laetoli, northern Tanzania. The upper Ngaloba Beds, dated to about 200 kya have also yielded a cranium of *E Hs* (LH18), in direct association with stone artifacts. The study reveals that the stone artifacts of the upper Ngaloba Beds represent a predominantly light-duty toolkit (93.84 %, scrapers, becs, burins and points) mixed with a lower percentage (6.16 %) of heavy-duty toolkit (core/large scrapers and core axes). This combination of light-duty and heavy-duty toolkits is best described as Early Middle Stone Age (EMSA) Ngaloba industry. The associated hominin behaviours, activities and cognition reflect that *E Hs* at Laetoli had "modern" behaviours including range expansion, use of pigments, efficient strategy of lithic raw material economies and knowledge of projectile weaponry system and hafting technology.

Acknowledgements

I would like to express my sincere gratitudes to a number of people, without whom this study could not have been produced. Particular mention should be made to ACM directors Russell Tuttle, Jon Wagner, Karl Wirth, Robin and John Greenler and Sue Swanson. Also, am thankful to ACM students who worked on this project, including Katherine Adelsberg, Katty Jucket, Jeff Stivers, Mathew Biwer and D. C. Bowman.

I am most thankful to Felix Ndunguru, Said Kilindo, Simon Kateyo, Dr. Charles Saanane and Prof. Charles Musiba for their contribution in the field and to Dr. Emmanuel Kessy for his useful comments on the text. However, any errors that may remain, are my own.

Bibliographic references

- Adelsberger, K. A., K. R. Wirth, A. Z. P. Mabulla, and D. C. Bowman (2011), Geochemical and mineralogic characterization of Middle Stone Age tools of Laetoli, Tanzania, and comparisons with possible source materials. In Harrison T. (ed.) *Paleontology and Geology of Laetoli, Tanzania: Human Evolution in Context. Volume 1: Geology, Geochronology, Paleocology and Paleoenvironment*. Springer, The Netherlands, pp. 143-165.
- Andrefsky, W. Jr. (2005), *Lithics: Macroscopic Approaches to Analysis*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Barham, L. S. (1998), Possible Early Pigment Use in South-central Africa. *Current Anthropology* 39, pp. 703-710.
- Blumenberg, B. (1983), The Evolution of the Advanced Hominid Brain. *Current Anthropology*, 24 (5): 589-623.
- Brooks, A. S., J. E. Yellen, L. Nevell and G. Hartman (2005), Projectile technologies of the African MSA: implications for modern human origins. In Hovers, E. and S. Kuhn (eds.) *Transitions before the Transition: Evolution and Stability in the Middle Paleolithic and Middle Stone Age*. New York (NY): Springer, pp. 257-77.
- Bushozi, P. G. M. (2003), *Middle Stone Age occurrences and Hominid behavioural patterns in West Lake Natron Region, Northern Tanzania*. MA Thesis, University of Dar es Salaam.
- Clark, J. D. (1988), The Middle Stone Age of East Africa and the Beginning of Regional Identity. *Journal of World Prehistory*, 2 (3): 235-305.
- Clark, J. D. (2001), *Kalambo Falls prehistoric site III. The earlier cultures: Middle and Earlier Stone Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cole, S. (1967), The Later Acheulian and Sangoan of Southern Uganda. In Bishop, W. and J. D. Clark, (eds.), *Background to Evolution in Africa*. Chicago University of Chicago Press, pp. 481-529.
- Day, M. H., M. D. Leakey, and C. Magori (1980), A new hominid fossil skull (LH 18) from the Ngaloba Beds, Laetoli, northern Tanzania. *Nature* 284: 55-56.
- Deino, A. L. (2011), 40Ar/39 Ar Dating of Laetoli, Tanzania. In Harrison T. (ed.) *Paleontology and Geology of Laetoli, Tanzania: Human Evolution in Context. Volume 1: Geology, Geochronology, Paleocology and Paleoenvironment*. Springer, The Netherlands, pp. 77-97.
- Deino A. and S. McBrearty (2002), 40Ar/39Ar chronology for the Kapthurin Formation, Baringo, Kenya. *Journal of Human Evolution* 42: 185-210.
- Diez-Martín F., M. Domínguez-Rodrigo, P. Sánchez, A. Z. P. Mabulla, A. Tarrino, R. Barba, M. E. Prendegast and L. de Luque (2009), The Middle to Later Stone Age technological transition in East Africa: New data from Mumba Rockshelter Bed V (Tanzania) and their implications for the origin of modern human behavior. *Journal of African Archaeology*, 7 (2): 147-173.
- Dominguez-Rodrigo M., Diez-Martín F., Mabulla A., Luque L., Alcalá L., Tarrino A., Antonio Lopez-Saez J., Barba R. and Bushozi P. (2007), The Archaeology of the Middle Pleistocene Deposits of Lake Eyasi, Tanzania. *Journal of African Archaeology*, 5(1): 47-78.

- Drake, R., and Curtis, G. H. (1987), K-Ar Geochronology of the Laetoli fossil localities. In M. D. Leakey and J. M. Harris (eds.), *Laetoli: A Pliocene Site in Northern Tanzania*. Oxford: Clarendon Press, pp. 48-52.
- Foley, R. A. and Lahr, M. M. (1997), Mode 3 technologies and the evolution of modern humans. *Cambridge Archaeological Journal* 7: 3-36.
- Harris, J. W. K., and Harris, G. H. (1981), A Note on the Archaeology of Laetoli. *Nyame Akuma*, 18: 18-21. Harrison, T. (2011), Hominins from the Upper Laetolil and Upper Ndolanya Beds, Laetoli. In T. Harrison (ed.), *Paleontology and geology of Laetoli: Human Evolution in Context*, Vol. 2, *Fossil Hominins and the Associated Fauna*. Dordrecht: Springer, pp. 141-188.
- Hay, R. L. (1976), *Geology of the Olduvai Gorge: A Study of Sedimentation in a Semiarid Basin*. Berkeley: University of California Press.
- _____ (1987), Geology of the Laetoli area. In Leakey, M. D., and Harris, J. M. (eds.), *Laetoli: A Pliocene Site in Northern Tanzania*. Oxford: Clarendon Press, pp. 23-47.
- Kessy, E. T. (2005), *The Relationship between LSA and Iron Age cultures of central Tanzania*. Unpublished Ph.D. dissertation, Simon Fraser University, Vancouver.
- Klein, R. G. (1999), *The Human Carrier*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kuhn, S. L. (1995), *Mousterian Lithic Technology: An Ecological Perspective*. New Jersey: Princeton.
- Leakey, M. D., Hay, R. L., Curtis, G. H., Drake, R. E., Jackes, M. K., and White, T. D. (1976), Fossil hominids from the Laetolil Beds. *Nature*, 262 (5568): 460-466.
- Leakey, M. D. (1987), Introduction. In M. D. Leakey and J. M. Harris (eds.), *Laetoli: A Pliocene site in northern Tanzania*. Oxford: Clarendon, pp. 1-22.
- Leakey, M. D. and Hay, R. L. (1979), Pliocene footprints in the Laetolil Beds at Laetoli, northern Tanzania. *Nature*, 278 (5702): 317-323.
- Leakey, M. D. and Harris, J.M. (1987), *Laetoli: A Pliocene Site in Northern Tanzania*. Oxford: Clarendon Press.
- Mabulla, A. Z. P. (1996), *Middle and Later Stone Land-use and Lithic Technology in the Eyasi Basin, Tanzania*. Unpublished Ph.D. dissertation, University of Florida, Gainesville.
- Magori, C., and M. H. Day (1983), Laetoli Hominid 18: An Early *Homo sapiens* Skull. *Journal of Human Evolution*, 12: 747-753.
- Manega, P. C. (1993), *Geochronology, geochemistry and isotopic study of the Plio-Pleistocene hominid sites and the Ngorongoro Volcanic Highland in northern Tanzania*. Unpublished Ph.D. dissertation, University of Colorado, Boulder.
- Musiba, C. M., A. Z. P. Mabulla, M. Selvaggio, and C. C. Magori (2008), Pliocene Animal Trackways at Laetoli: Research and Conservation Potential. *Ichnos: An International Journal for Plant and Animal Traces*, vol 15 (3): 166-178.
- McBrearty, S. (1988), The Sangoan-Lupemban and Middle Stone Age sequence at the Muguruki site, western Kenya. *World Archaeology*, 19: 388-420.
- _____ (1991), Recent research in western Kenya and its implications for the status of the Sangoan industry. In Clark, J. D. (ed.) *Cultural Beginnings: Approaches to Understanding Early Hominid Lifeways in the African Savanna*, pp. 159-176. Bonn: Römisch-Germanisches Zentralmuseum, Forschungsinstitut für Vor- und Frühgeschichte, Monographien 19.
- McBrearty, S., and A. S. Brooks (2000), The revolution that wasn't: a new interpretation of the origin of modern human behaviour. *Journal of Human Evolution* 39 (5): 453-568.
- McBrearty, S. and C. Tryon (2005), From Acheulian to Middle Stone Age in the Kapthurin Formation, Kenya. In Hovers, E. and S. Kuhn (eds.) *Transitions before the Transition: Evolution and Stability in the Middle Paleolithic and Middle Stone Age*. New York (NY): Springer, pp. 257-77.
- McBrearty, S. (2007), Down With the Revolution. In Mellars, P., Boyle, K., Bar-Yosef, O. and C. Stringer (eds.) *Rethinking the Human Revolution*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, pp. 133-151.

- Mehlman, J. M. (1987), *Later Quarternary Archaeology Sequences in northern Tanzania*. Unpublished Ph.D. dissertation, University of Illinois, Urbana-Champaign.
- Ndessokia, P. N. S. (1990), *The Mammalian Fauna and Archaeology of the Ndolanya and Olpiro Beds, Laetli, Tanzania*. Unpublished Ph.D. dissertation, University of California, Berkeley.
- Odell, G. H. (2003), *Lithic Analysis*. Springer, USA.
- Tryon, C. and S. MacBreathy (2002), Tephrostratigraphy and the Acheulian to Middle Stone Age transition in the Kapthurin Formation, Kenya. *Journal of Human Evolution*, **42**, pp. 211-235.

LIST OF TABLES

Table 001 – Upper Ngaloba Typed Retouched Pieces

Type #	Artefact Type <i>SCRAPERS</i>	<i>fx</i>	% Retou- -ched Pieces	% Total assemblage
2	scraper, convex end	6	4.11	
4	scraper, convex end and side	2	1.37	
5	scraper, circular	2	1.37	
6	scraper, nosed end	4	2.74	
7	scraper, convex side	7	4.80	
8	scraper, convex double side	3	2.05	
9	scraper, nosed side	1	0.68	
10	scraper, sundry end	5	3.42	
12	scraper, sundry end and side	2	1.37	
13	scraper, sundry side	8	5.48	
14	scraper, sundry double side	1	0.68	
15	scraper, concave	11	7.53	
16	scraper, concavity	8	5.48	
18	scraper, sundry combination	2	1.37	
19	scraper, convex end + concave combination	1	0.68	
20	scraper, convex side + concave combination	2	1.37	
22	scraper, convergent	1	0.68	
23	scraper, fragment	17	11.64	
106	scraper, denticulate	7	4.80	
108	scraper, concave side and sundry end	2	1.37	
110	scraper, concave side and sundry side	5	3.42	
111	scraper, nosed end + bec	2	1.37	
112	Scraper, convex end + sundry side + concavity	2	1.37	
113	Scraper, concave double side and sundry end	1	0.68	
	Total scrapers	102	70.00	25.63
	POINTS			
35	Point, unifacial	13	8.90	
36	Point, alternate edge	2	1.37	
37	Point, bifacial	2	1.37	

	Total points	17	11.64	4.27
	BURINS			
39	Burin, angle	2	1.37	
	Total burins	2	1.37	0.50
	BIFACIALLY MODIFIED PIECES			
43	Bifacially modified piece	1	0.68	
	Total bifacially modified pieces	1	0.68	0.25
	BECS			
44	Bec	13	8.90	
	Total becs	13	8.90	3.27
	COMPOSITE TOOLS			
48	Scraper + other composite tool	2	1.37	
	Total composite tools	2	1.37	0.50
	HEAVY-DUTY TOOLS			
50	Core/large scraper	6	4.12	
51	Biface/pick	2	1.37	
116	Core-axe	1	0.68	
	Total heavy-duty tools	9	6.16	2.26
	Total retouched pieces	146	100.00	36.68

Table 002 – Upper Ngaloba Typed Cores

Type #	Artefact Type CORES	fx	% Cores	% Total assemblage
57	core, part-peripheral	2	4.26	
58	core, radial/biconic	21	44.68	
59	core, disc	7	14.90	
60	core, levallois	2	4.26	
61	core, pyramidal/prismatic single platform	1	2.13	
62	core, divers single platform	3	6.38	
64	core, opposed double platform	3	6.38	
66	core, adjacent double platform	2	4.26	
68	core, multiple platform	2	4.26	
69	core, platform/peripheral	3	6.38	
114	core, on flake	1	2.13	
	Total Cores	47	100.00	11.81

Table 003 – Upper Ngaloba Typed débitage

Type #	Artefact Type <i>CORE FRAGMENTS</i>	fx	% Débitage	% Total assemblage
77	core, fragment	2	0.99	
	Total core fragments	2	0.99	0.50
	<i>ANGULAR FRAGMENTS</i>			
78	angular fragment	10	4.93	
79	angular fragment, trimmed/utilized	1	0.49	
	Total angular fragments	11	5.42	2.76
	<i>FLAKES</i>			
84	flake, whole	98	48.30	
85	flake, trimmed/utilized	52	25.62	
86	flake, talon fragment	9	4.43	
92	flake, levallois	2	0.99	
115	flake, longitudinally split	1	0.49	
	Total flakes	162	79.80	40.70
	<i>BLADES</i>			
88	Blade, whole	1	0.49	
	Total blades	1	0.49	0.25
	<i>OTHER POINTS</i>			
107	point, levallois	24	11.82	
109	point, trimmed/utilized levallois	3	1.48	
	Total other points	27	13.30	6.80
	Total débitage	203	100.00	51.00

Table 004 – Upper Ngaloba Typed Non-flaked Stones

Type #	Artefact Type <i>NON-FLAKED STONE</i>	fx	%	% Total assemblage
94	hammerstone	2	100.00	
	Total non-flaked stone	2	100.00	0.50
	Total lithic assemblage	398	100.00	100.00

Table 005 – Average dimensions of retouched pieces, cores and débitage

Artifact Type	Length (mm)	Std.	Breadth (mm)	Std.	Thickness (mm)	Std.
Scrapers	48.00	15.00	42.00	14.00	14.00	7.00
Points	39.75	15.45	28.45	8.21	13.40	3.70
Becs	42.56	12.30	35.00	14.00	12.50	3.00
Burins	35.50	3.50	23.70	8.00	9.20	0.30
Cores	50.57	14.66	43.33	14.64	25.74	11.49
Flakes	47.00	11.45	39.34	12.68	13.03	4.1
Trimmed/utilized flakes	42.50	11.00	38.2	10.00	14.7	10.65
Levallois and utilized levallois points	57.50	9.80	44.17	8.33	14.12	2.10

LIST OF FIGURES



Figure 001 – Regional map showing study area of Laetoli (Adopted from Adelsberger *et al.*, 2011).

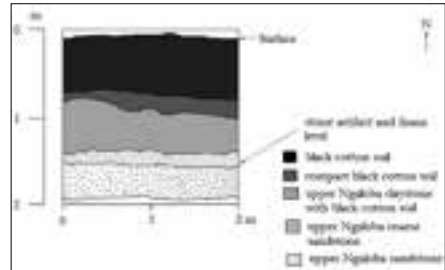


Figure 004 – Excavation Unit 3 northern wall profile.

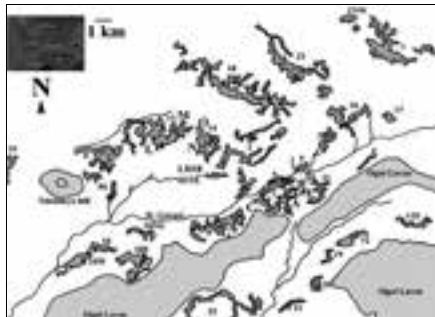


Figure 002 – Map of Laetoli's sediment exposures or localities showing study site at LH 18, southern end of Locality 2 (Adapted from Musiba *et al.*, 2008).

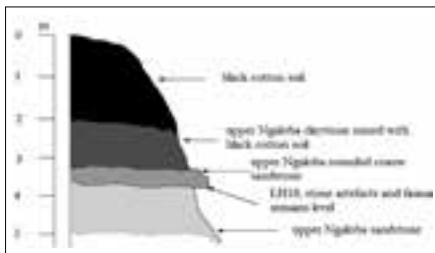


Figure 003 – A generalized stratigraphic section of upper Ngaloba Beds at LH18, southern end of Locality 2.

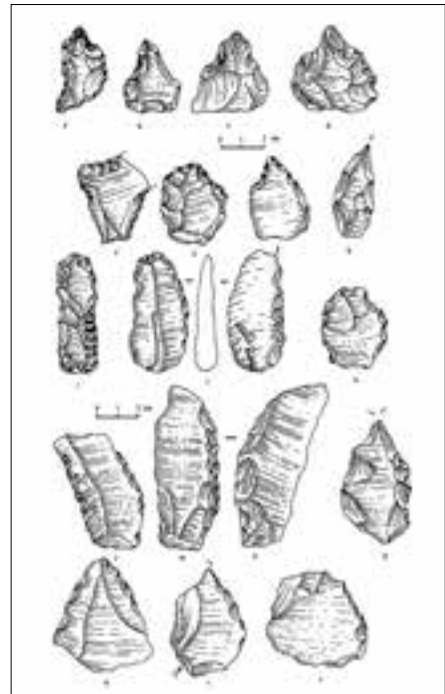


Figure 005a – Shaped tools: a, j=convex side +concave combination scrapers; b, c, d, g, p=beccs; e=sundry end +side scraper; f, k, s=convex end +side scrapers; h, r=angle burins; i=denticulate scraper; l=convex side and sundry scraper; m, n=convex side scrapers; p=dihedral burin. Raw materials: a, f=quartz; b, c, d, i, k, m, p, r=quartzite; e, h, j, s=chert; g, l, n, q=non-vesicular basalt.

Plate 001
Upper Ngaloba
sediments at
southern end
of Locality 2
showing LH18
pedestal (man
standing on it)
and Excavation
Units 1 to 3
(EU1-EU3).

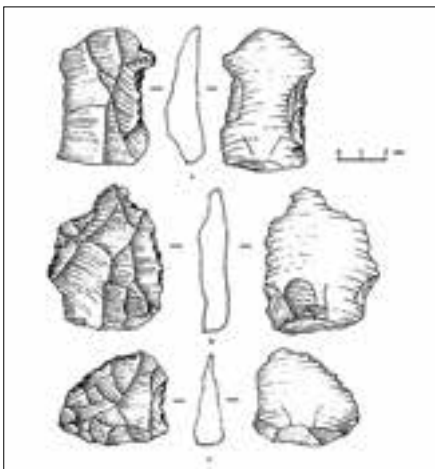


Figure 005b – Shaped tools: a=concave double side scraper + bec; b=nosed end scraper; c=convex side + concave side scraper. Raw Material: a=quartzite, b=non-vesicular basalt; c=chert.

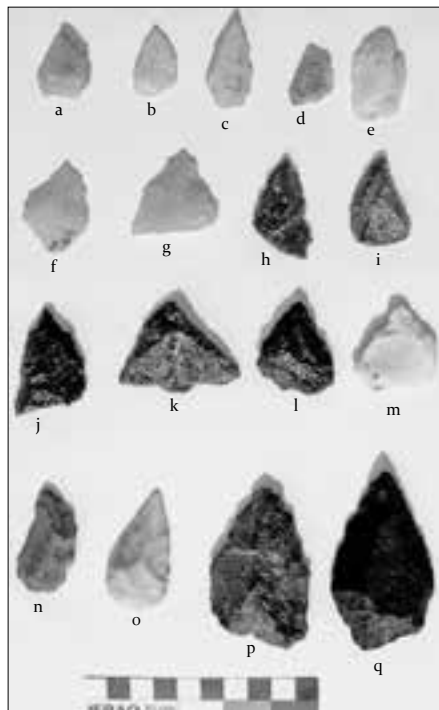


Figure 007 – Points: a-k= unifacial; l, n, o=bifacial; m= side struck; p-q=alternate edge. Raw Material: a-g=quartz; h-l=quartzite; m-o= chert; p=silicified mudstone; q=non-vesicular basalt.

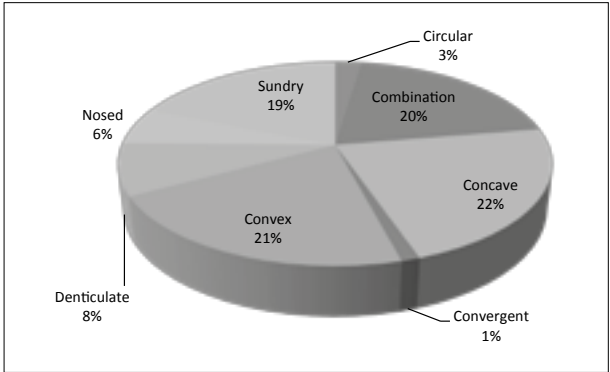


Figure 006
Frequency of scraper edge type.

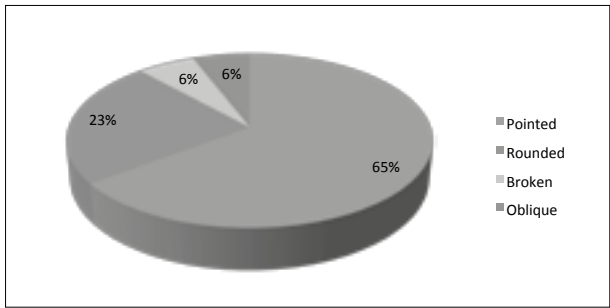


Figure 010
Point bit shapes.

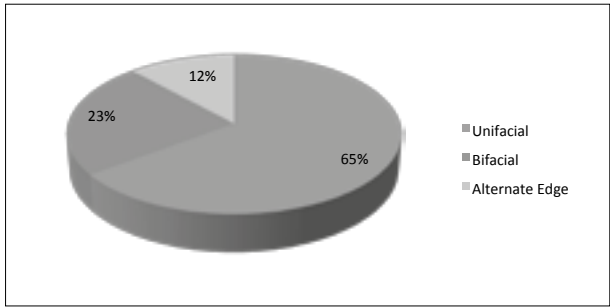


Figure 008
Point retouch types.

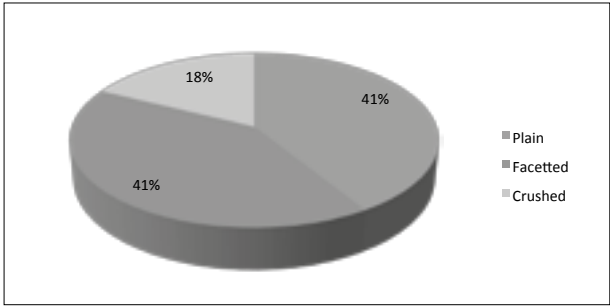


Figure 009
Point platform types.

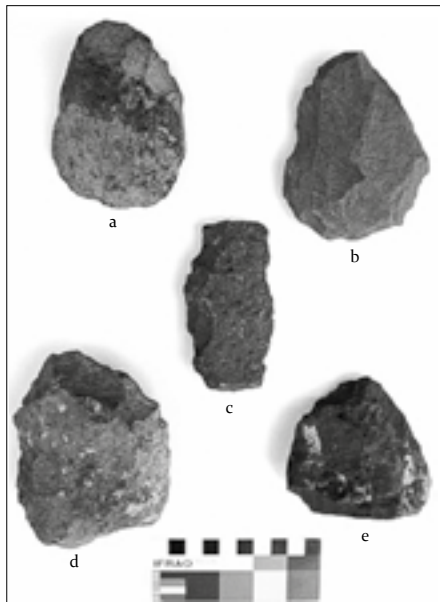


Figure 011 – Heavy-duty tools: a=core-axe, b=biface, c=large scraper/knife, d=core-scraper, e=pick. Raw material: a, c, d, and e=vesicular basalt; b=andasite.

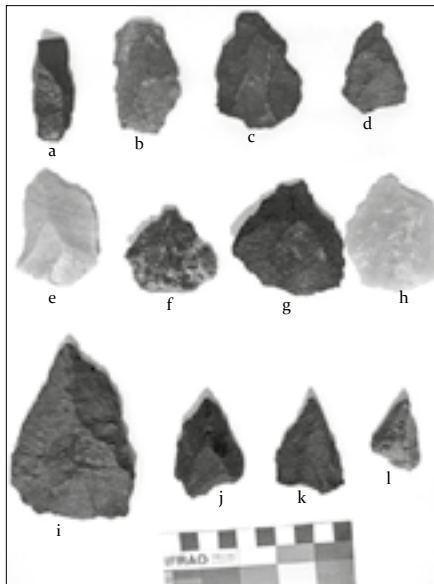


Figure 013 – Debitage: a=blade; b-h= *Levallois* flakes; i-l= *Levallois* points.

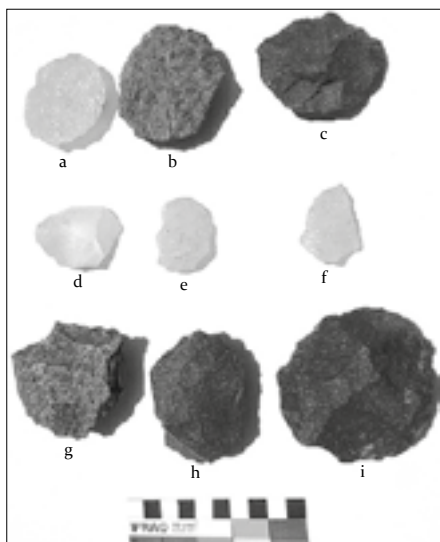


Figure 012 – Cores: a-c: discoid; d=levallois; e=opposed double platform; f=divers single platform; g-i=radial. Raw material: a, e, f=quartz; b, g, h=vesicular basalt; c=non-vesicular basalt; d=chert.

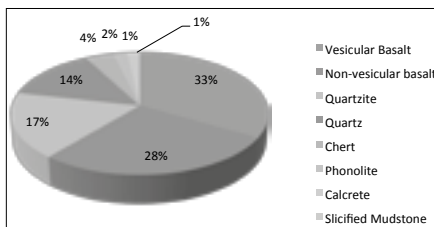


Figure 014 – Assemblage lithic raw materials.



Figure 015 – Pieces of red ochre pigment.

Review of the Stone Age Archaeology in Southwestern Angola

Daniela de Matos*

p. 33-38

The role of Archaeology in the Portuguese colonial agenda

Portugal was not estranged from other European nations scrambling for Africa during the last half of the XIX century, in which the reaffirmation of the imperial sovereignty and its national history of overseas expansion had become of intrinsic value in face of external threats from the English crown (Martins, 2008). In April 1883, the Cartography Commission (*Comissão de Cartografia*), was created to follow the project for recognition and scientific occupation of Southern Africa (1877-79) of the Permanent Central Commission of Geography (1876), further absorbed by the Geographical Society of Lisbon (1880). The Geographic Missions aimed to establish an “effective occupation” as a way to legitimate an African territory, the “3rd Overseas Empire” (Lobato, 2010), a project that crossed political regimes, from the Monarchy to the Dictatorship of the ‘New State’ (1936-1974), even guiding these political and institutional recasts (AA.VV., 1983). In 1936 with establishment of the New State the Commission was transformed in National Board for Geographical Missions and Colonial Research. This was briefly after renamed as Overseas Research Board (1951), after a renovation in the ideological agenda of the dictatorial government and the constitutional revision that changed the term “colony” to “overseas province”, following the premise of a pluricontinental Nation (Martins, 2010a). This meant that academic institutions and research departments should hold offices at the capital of each province and develop active research for the empire’s welfare. A cost-effective exploitation of the African resources dictated in the plan of *Scientific Occupation of Portuguese Overseas* (1945) focused the research scope on soil, animals and plant species. At the same time this occupation demanded a better understanding on the cultural and ethnic diversity of local communities. In spite of the number of reports and memoirs on the ethnographic collections very few assemblages were actually studied at the time due to a general lack of interest of the government for archaeological heritage, not very taken upon identity issues and territorial borders like other African countries (Martins, 2010a).

Even though archaeological research was not a priority in the agenda of the Portuguese scientific missions in Africa, the persistence of some political and intellectual personalities succeeded in introducing Physical Anthropology in the colonial program, sometimes unconscious or informally, assuming itself as archaeology for the construction of national identity and imperial cohesion. The fieldwork conducted in a series of Anthropology Missions included survey and excavation of prehistoric sites and rock art in the interest of anthropological and ethnographic characterization of the local populations.

* Grupo “Quaternário e Pré-História”, Instituto Terra e Memória/Centro de Geociências da Universidade de Coimbra.

The first specific mission on this theme was in Mozambique and the aim of the mission was to identify ethnic groups, record customs and traditions and collect biological data and material cultural, most especially archaeological artefacts that could illustrate geographical origins and common ancestry. Moreover the Missions, not only in Mozambique but also in Angola, intended to draw the Portuguese archaeological research closer to the development of the discipline of the 'Stone Age' in neighbouring countries such as the once-called South African Union and South Rhodesia, with new academic institutions, museums and archaeological findings (Martins, 2010b). The growing interest on the issue of the emergence of humankind led to the 1st Pan African Conference of Prehistory and Archaeology at Nairobi in 1947 where delegates from 26 countries, including Portugal, discussed new discoveries in palaeontology, quaternary geology and climate change, as well as the cultural sequence of the Stone of Africa, but also strengthened a network of international cooperation for the preservation of archaeological heritage.

Fieldwork in Southwest Angola

The geological survey of the country pushed by the growing demand on the land's mining resources (Carvalho, 1929) provided the first discoveries in the early 1920's (Borges & Mouta 1926). Fernando Mouta as headchief of the geological survey team in Angola was the first to publish a paper on the prehistory of Malange after the enlargement of the railway to east. Even though his primary activity was in the geological survey Mouta pioneered in the fields of prehistoric archaeology and ethnography of Angola having published a photographic album and the first map with the lithic findings known or published in Angola (Mouta, 1934a e 1934b). He also participated in the international debates as delegate of the Geology and Mine Services of Angola. The archaeological potential of Angola and the need for more research was stated in the 4th article of the meeting's final resolutions by the president, Abbé Henri Breuil (Mouta, 1948; Leakey, 1952). Soon after the conference both Leakey and Breuil visited Angola. The international recommendations strongly influenced the efforts in discovering more paleontological remains and motivated cooperation between the Portuguese in Angola and their international peers.

The geological features of the Southwestern region were thoroughly recorded by the survey team of the Geological Mission of Angola for the publication of the geological map (Mouta, 1954). During that work in Lubango, around 1940, the team came across a collection of three endocrania from fossil primates that led them to the cavities of Leba to find more paleontological remains, adding a series of new Stone Age sites along the limestones. These first findings were presented by Fernando Mouta at the First Pan-African Congress on Prehistory in 1947, organized by Louis Leakey in Nairobi. In the southwest Mouta found new deposits of fossil fauna in the rifts and sent them to Camille Arambourg at the Museum of Natural History of Paris who correlated those remains with the baboon species of *Dinopithecus ingens* broom found in Schurserberg (South Africa) in association with bones of *Australopithecus* (Dart, 1950; Mouta, 1953 e 1955; Arambourg & Mouta, 1955).

In 1950 José Camarate França was assigned to take over the fieldwork in the region of Huíla, under the Anthropobiological Mission of Angola headed by António de Almeida. Camarate França had a bachelor in High Colonial Studies and a large experience in prehistoric archaeology at the Geological Services of Portugal (Teixeira, 1965). During the 1950's he was responsible for most of the Stone Age research in Angola, with survey and excavation of sites of paleontological and archaeological interest from north to south (Almeida & Camarate França, 1964 e 1965; Camarate França, 1952; 1953a; 1953b; 1960; 1964a; 1964b; 1964c e 1964d). Also granted by the National Board of Colonial Research In 1960 he completed his

degree in Geological Sciences at the University of Lisbon about the Jurassic massifs in Portugal. He was still working with António de Almeida because all of the artifacts from the anthropological mission in Southwestern Angola were brought to Portugal to be studied at the offices of the Board. However the early passing of Camarate França in 1963 left most of his work to be finished. After his death some notes were published in his memory, the most important one about the excavation of the Middle Stone Age deposits of a cave in Leba around 1951 (Camarate França, 1964a). A first map of the prehistoric sites found during the Anthropobiological Mission of Angola was also published by A. Almeida and H. Breuil (1964) with an inventory of more than two hundred Stone Age sites discovered during the campaigns.

Leba Cave is located in the middle of the northwestern cliff of the Humpata highlands, in the left margin of the river Leba. Due to tectonic movements these greyish-blue dolomites in horizontal and sub-horizontal bedplates that form the plateau present a variety of subterranean morphologies allowing underground water flow (Vale & Gonçalves, 1968; do Amaral, 1973), which revealed preservation of Pleistocene deposits (Mouta, 1953; Camarate França, 1964a). One of the test-pits inside the cave showed a sequence of archaeological horizons embracing Early, Middle and Late Stone Age lithic artifacts and faunal remains that were studied and published only decades after (Gautier, 1994; Matos, 2013).

In 1965 another geologist took over the prehistory section of the Board. Miguel Ramos was mentored by André Leroi-Gourhan at the University of Paris and was directed by António de Almeida (Rodrigues, 1992). His research project called “Paleolithic of Southwestern Angola” was created by the “Mission of Archaeological Studies of Southwestern Angola” (MEASA) and had been requested by the Scientific Research Institute of Angola between 1966 and 1967 (Ramos, 1967). This mission aimed for a rigorous mapping of the stone sites already discovered on previous missions but also surveying of other areas. New archaeological sites with Early and Middle Stone Age occupations were found and excavated: Campangombe-Santo António (355-11), Santo António – Caconge (355-10), Campangombe Velho (355-7). The fieldwork was interrupted and more than a hundred thousand artifacts were brought to Portugal to be studied by Ramos for his doctorate. He died in 1991 having published very little data from his research on the prehistory of southwestern Angola (Ramos, 1970; 1974; 1980; 1982 e 1984).

The collections of the Portuguese Scientific Missions

Until 2015 the Tropical Research Institute (IICT) held the important legacy of the Board which remains today the most important archive on the Stone Age of the country, now under the management of the University of Lisbon. The Archaeology collection is divided in four sub-collections formed by ethnographic pieces and archaeological artifacts from the anthropological missions in Angola, Mozambique, Guinea and Timor. These materials represent all of the work managed by Antonio de Almeida since 1948 as coordinator of the campaigns and director of the Center of Anthropobiology Studies of the National Board for Colonial Studies (JIU), and the work of Miguel Ramos until 1992. Over the past few years, this collection has undergone systematic intervention, including cataloguing, conservation and electronic processing.

The Angola Collection gathers lithics, pottery and ethnographic materials brought from the survey campaigns of the Anthropobiological Mission in Angola from 1948 to 1955, including materials from the excavations of José Camarate França between 1950 and 1951 at Serra da Leba. Also in the archive the assemblages from the sites of Santo António and Campangombe Velho excavated by Miguel Ramos during the Mission of Archaeological

Studies of Southwestern Angola (MEASA) between 1966 and 1967 and other work by the board in 1970 and 1972 by the Pedology Mission of Angola and Mozambique (M.P.A.M.) (Coelho *et al.*, 2014). This sums in a total of 170 174 artefacts from 341 sites from all Angola, from which 284 locations are archaeological sites with Early and Middle Stone Age materials in the southwest region.



Figura 001 – Prehistoric sites of Southwest Angola.

Final remarks

Current investigation poses the origins of humankind in the Middle to Late Stone Age sequences of the eastern coast of Southern Africa (Lombard, 2012) because until today the most abundant information comes from the eastern corridor from Ethiopia to Tanzania and then South Africa, with Mozambique representing a huge gap on the record about the Middle and Late Pleistocene. It seems that such stall in Paleolithic research resulted of the combination of various factors, mostly political and institutional such as a notorious disinvestment of the Portuguese New State policy in the overseas province, the colonial war, and after the independence, the civil war and a dictatorship fobia that persisted long after. The study of collections from territories such Angola are of most importance to understand human evolution because these regions are very close to other territories that not only retrieved many of the oldest archaeological and paleoanthropological data on early hominines, but also from where have been recurrent gatherings of the oldest data for anatomically modern humans fossils and the oldest modern human behavior repertoire. An increment of a state of the art research within a 21st century democratic spirit will allow to integrate the data from the prehistoric record of the Portuguese-speaking countries and relevance for the understanding of human evolution and also highlight the role of the Portuguese Scientific Missions on such research.

Bibliographic references

- Almeida, António de & José Camarate França (1964), Notícia sobre o paleolítico do território de Cabinda (Angola). In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 50 (2.ª série), pp. 101-112. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- ____ (1965), Le magosien du sud de l'Angola. In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 16 (2.ª série), pp. 107-124. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- do Amaral, I. (1973), Nota sobre o «karst» ou carso do planalto da Humpata (Huila), no Sudoeste de Angola. *Garcia de Orta, Série Geografia* 1(2): 29-36.
- Arambourg, Camille & Fernando Mouta (1955), Les Grottes et Fentes à Ossements du Sud de l'Angola. *Proceedings of the 2nd Panafrican Congress of Prehistory*, pp. 301-204. Alger.
- Breuil, Henri & A. Almeida (1964a), Introdução à Pré-História de Angola. In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 50 (2.ª série), pp. 159-163. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

- ____ (1964b), Das Gravuras e das Pinturas Rupestres do Deserto de Moçâmedes (Angola). In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 50 (2.ª série), pp. 165-175. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- Breuil, Henri & J. Janmart (1950), *Les Limones et Gravières de l'Angola du Nord-Est et leur contenu archéologique*. Museu do Dundo: Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda. Diamang, Lisboa.
- Camarate França, José (1952), Notas e comunicações sobre uma jazida de fácies mesolítica do sul de Angola. In *Estudos Coloniais: Revista da Escola Superior Colonial*. Separata do vol. 3, pp. 303-310. Escola Superior Colonial, Lisboa.
- ____ (1953a), *As gravuras do Tchitundo-hulo (Deserto de Moçâmedes)*. Mensário Administrativo. Separata. Serviços Administrativos, Luanda.
- ____ (1953b), Breve nota sobre uma jazida pré-histórica descoberta nos arredores de Luanda. In *Boletim do Instituto de Angola*. Separata do n.º 1 (Julho-Agosto-Setembro). Instituto de Angola, Luanda.
- ____ (1960), Primeira nota sobre a Jazida Magosiense de Vila Serpa Pinto (Angola). In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 16 (2.ª série), pp. 59-68. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- ____ (1964a), Nota preliminar sobre uma gruta pré-histórica do planalto da Humpata. In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 16 (2.ª série), pp. 59-67. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- ____ (1964b), Contribuição para o estudo da Pré-História da região de S. Salvador do Congo (Angola). In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 16 (2.ª série), pp. 69-79. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- ____ (1964c), Nota sobre uma jazida quaternária do Bom-Jesus (Angola). In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 16 (2.ª série), pp. 37-47. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- ____ (1964d), Quatro exemplares, de fácies neolítica, do Norte de Angola. In *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar: Estudos sobre Pré-história do Ultramar Português*. Separata do n.º 16 (2.ª série), pp. 49-57. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- Carvalho, A.F. (1929), A investigação científica das colónias. *Boletim da Agência Geral das Colónias* 43, Lisboa.
- Coelho, Ana, Pinto, I., Casanova, C. (2014), A Coleção Arqueológica do ICT no Novo Milénio. *Antropo* 1: 6-22.
- Coelho, Ana & Mota, Paula Fonseca (2010), Capangombe – Santo António (355-11): Uma estação lítica do Sudoeste de Angola. In *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010* (eds. A. C. Martins e T. Albino), pp. 106-109. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Dart, Raymond (1950), A Note on the Limestone Caves of Leba, Near Humpata, Angola. *South African Archaeological Bulletin* 5: 149-151.
- Gautier, Achilles (1995), Restes Animaux Holocènes et du Paléolithique Moyen (MSA) de la Grotte de Leba sur le Plateau de Humpata (Angola). *Archaeofauna* 4: 131-141. Leakey L. S. B.
- ____ (1952), *Proceedings of the First Pan-African Congress on Prehistory, 1947*, Nairobi. New York: Philosophical Library
- Lobato, Manuel (2010), A Comissão de Cartographia e a produção portuguesa da monarquia constitucional à I República (1883-1936). In *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010* (eds. A. C. Martins e T. Albino), pp. 13-18. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Lombard, Marilize (2012), Thinking through the Middle Stone Age of Sub-Saharan Africa. *Quaternary International* 270: 140-55.
- Martins, Ana Cristina (2008), O lugar da Arqueologia nas Missões Científicas ultramarinas portuguesas de novecentos. In *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sociedades desiguais e paradigmas em confronto, Vol. I – Lusofonia e (neo)colonialismo: Culturas e valores*,

- identidades linguísticas e estudos pós-coloniais (ed. Manuel Carlos Silva), pp. 606-613. Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.
- ____ (2010a), (Re)Conhecer para ocupar. Ocupar para (re)conhecer. A colonização científica do além-mar. In *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010* (eds. A. C. Martins e T. Albino), pp. 26-34. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- ____ (2010b), A Arqueologia nas Missões Científicas: *ad initium*. In *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010* (eds. A. C. Martins e T. Albino), pp. 99-105. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Matos, Daniela de (2013), *Tecnologia Lítica da Middle Stone Age da Gruta da Leba (Huíla, Angola)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve, Faro.
- Mouta, Fernando (1934), *Contribuição para o estudo da pré-história angolense: Distrito de Malange*. Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, Separata do tomo XIX. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa.
- ____ (1948a), *Relatório sobre os trabalhos e colecção existentes no Museu dos Serviços e que se referem à Pré-História da Colónia de Angola*. Serviços de Geologia e Minas da Colónia de Angola, Luanda.
- ____ (1948b), *Relatório da visita do arqueólogo abade de Breuil a Luanda e seus arredores*. Serviços de Geologia e Minas da Colónia de Angola, Luanda.
- ____ (1952), Sur le paléolithique du district de Malange (Angola). Les grottes e pentes a ossements du sud de l'Angola. In *Actes du 2ème Congrès de Préhistoire Africaine, Alger, 1952* (Balout, L. ed.), pp. 273-275. Direction de l'Intérieur et des Beaux-Arts – Service des Antiquités, Paris.
- ____ (1953), Possibilidade de existência de pré-hominídeos no sul de Angola (Leba, Humpata). *Anais do Instituto de Medicina Tropical* (Número dedicado ao 1.º Congresso de Nacional de Medicina Tropical), Vol. X, n.º 4, Fasc. II, pp. 2905-2911.
- ____ (1955), Contribution du continent africain à la préhistoire humaine: les vestiges fossiles. *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, Separata do n.º 101, pp. 33-47. Sociedade de Estudos de Moçambique: Lourenço Marques.
- Ramos, Miguel da Fonseca (1966-67), *Relatório sucinto de uma missão de estudo no sudoeste de Angola: de 18 de Setembro 1966 a 17 de Março de 1967*. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- ____ (1970), Algumas descobertas recentes no Sudoeste de Angola: nota prévia. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas (Lisboa)*, Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola Vol. IX (1), pp. 95-106. Instituto de Investigação Científica Angola, Luanda.
- ____ (1974), Acerca da tipologia das achas no acheulense de Angola: o caso de Capangombe, Santo António. In *In memoriam António Jorge Dias* (ed. Ernesto Veiga De Oliveira) vol. 3, pp. 313-324. Instituto de Alta Cultura, Lisboa.
- ____ (1978), Editorial. *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia* 1: 1-2.
- ____ (1980), *Le gisement acheuleen de Capangombe, St. Antonio (Angola)*. Comunicação apresentada ao IX Congresso da União Internacional das Ciências Pré e Proto-históricas (Nice, 1976).
- ____ (1981), As escavações de Capangombe e o problema da M.S.A. no S.W. de Angola. *Leba* 4: 29-35
- ____ (1982), Le paléolithique du sud-ouest de l'Angola: vue d'ensemble. *Leba* 5: 43-52.
- ____ (1984), L'évolution des industries lithiques en Angola a partir de la fin du Paléolithique inférieur. *L'anthropologie* 88(3): 403-411.
- Rodrigues, M. C. (1991), In Memoriam. *O Arqueólogo Português* IV série (8/10): 9-16.
- Vale, F. & F. Graça Gonçalves (1968), *Notícia explicativa da folha n.º 355 (Humpata-Cainde)*. Mapas à escala 1:100,000. Serviços de Geologia e Minas, Luanda.

Rock Art research in Namibia: a Synopsis

Alma Mekondjo Nankela*

P. 39-55

Introduction

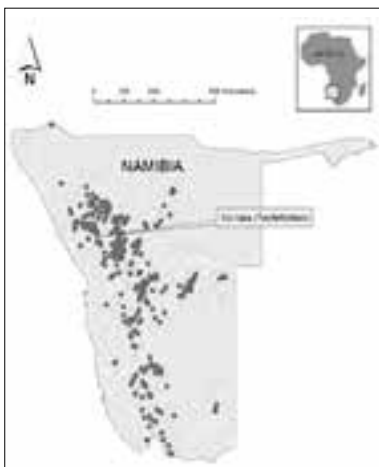
The term 'rock art' used in this paper refers prehistoric art in form of paintings as well as in various physical landscapes. However, their placement in the physical, geological and cultural contexts ranges from rock pavements, boulders, caves, rock shelters, in form of mobilier art as well as the interior of stone structures. Markings in form of pecking, polishing, scratching and abrading of rock surfaces is termed "petroglyphs/engravings" and are produced when a rock surface is chiseled with a sharp object of stone or hammer and punch or combination by grinding, or polishing, possibly with the aid of an abrasive and scratching to depict a desired figure, motif or symbol (the deductive process) while those that are painted using a brush, sticks, feathers or fingers are termed "pictographs" and are produced through the application of coloured substance i.e. 'ochre' to the rock surfaces to depict a figure, symbol or motif (additive process). Africa has by far the greatest collection of prehistoric rock art sites in the world estimated at over two hundreds thousands with diverse styles and affinities with principal regions of Sahara and its adjacent areas as well as Southern Africa (Wilcox, 1963). Southern Africa current database hold an excess of more than two million individual images and many still not formally recorded (Deacon, 2002). Although there are no reliable records to indicate the relative quantity of the paintings over engravings in Southern Africa, paintings sites are undoubtedly dominants over the engravings with various themes representing different rock art traditions of Southern Africa. Namibia boasts one of the renowned prehistoric rock art collection in Southern Africa with its principal sites of highest concentrations found in the Dâureb/ Brandberg Mountains that harbors about 1,000 rock art sites containing nearly 50,000 rock paintings and few engravings (Lenssen-Erz, 2007; Gwasira, 2011) most of which have been published in (Pager, 1989-2006); followed by those found in the Erongo Mountains and its adjacent areas accounts closely to 5300 images found at more than 80 rock art sites (Breuil, 1960; Hollmann *et al.*, 2007; Nankela, 2015) as well as the UNESCO World heritage Site of Twyfelfontein and its adjacent areas with more than 5,100 figures (Viereck *et al.*, 1957; Scherz, 1975; Gwasira, 2010; Kinahan, 2010; Ouzman, 2010). While the lowest number of recorded sites are found in the Spitzkoppe Mountain central Namibia (Kinahan, 1990) and southern Namibia respectively (Wendt, 1976). Hence the country's current heritage database holds an excess of approximately 62,000 individual images of both paintings and engravings found at more 1200 sites countrywide. However, many rock art sites in both private and public land largely remain known but unrecorded while others have been discovered but still unrecorded.

* PhD Student: Erasmus Mundus Quaternary & Prehistory-UTAD, ITM Mação, Geosciences Centre of Coimbra University/Museum National d'Histoire Naturelle, Archaeologist at the National Heritage Council of Namibia.

However, it is necessary to explain the difference between the known but unrecorded sites and those discovered but still unrecorded. The known site refers to the sites noted in reports about their existence with some photos or GPS coordinates either by the researchers in various disciplines whose main interests was not rock art sites but other archaeological interests such as excavations or faunal and flora studies at rock shelters. In most cases, the level of the knowledge of the art is extremely limited to detailed description of the figures and their current state of conservations. While the discovered but unrecorded sites refer to the large amount of rock art sites that have been discovered through chance finds by persons i.e. landowners and other local informants who provided leads resulting in new discoveries. In most cases the exact geographical location of these sites is not know but the areas where they are found are know. These sites are not reported at the National heritage Council or any government office representative in the region but are found mostly on different Internet websites or through word of mouth from many livestock herders in Namibia.

Distribution, content and tradition

The distribution of the country's art is largely driven by the geology. Paintings are generally confined virtually invariably to the granitic landscapes but wherever there are suitable rock surfaces, one would expect to find rock art in Namibia. The country's engravings occurs out in the open and are usually, bit not exclusively associated with sandstones, volcanic basalts, schist outcrops and pavements while paintings are commonly found in granitic landscapes where rock shelters in outcrops of granites rock formations and open granitic boulders. In Namibia, it is not uncommon to find both rock paintings and engravings coexisting at the same site as observed at Twyfelfontein world heritage site, but its extremely rare to find both paintings and engravings confined on the same rock surfaces as observed by (Gwasira, 2011) in the Dome Gorge of the Daureb/Brandberg Mountain. Moreover, recent discovery of the engraving site within Omandumba East Farm on volcanic basalt exist within few distances from the granitic outcrops where a large number rock paintings sites have been



Map 001 – Shows a general distribution and concentration of rock art sites in Namibia, after Kinahan, 2010.

recorded. One almost would expect that after many years of almost microscopic inspections of the country by surveyors, prospectors, hunters and researchers from various disciplines that many rock art sites would undoubtedly be discovered. Of the largest number of recorded rock art sites in Namibia less than ten rock art sites are the rock engraving sites with majority being found in Kunene, Erongo, Karas as well as in Hardap regions respectively. The rock paintings found generally in different geological and cultural settings. The central Plateau and the Namib Desert areas of present day Erongo and Kunene regions holds the highest accumulation of the prehistoric rock art sites while the lowest concentration has been recorded in Khomas highland and southern Namibia (Map 001).

Namibia, like many other Southern African countries exhibit a high level of variability in rock art traditions across the country but the

relationship between variability and geographic, cultural, and other forms of diversity has resulted in different rock art traditions in the region with distinctive styles and content that resulted in the cosmology and belief system of the Stone Age Hunter Gatherers and herders as well as Iron Age agriculturalists. Despite slight regional variations in surfaces, themes, techniques and styles, there are broad similarities in both contents, placement of the art in the landscapes as well as a persistence occurrences of illustrations of and metaphors in belief systems (shamanism and the altered state of consciousness or trance experience) particularly in the art of the hunter-gatherers (Lewis-Williams & Dowson, 1989) as an indicative of widespread human contacts, shared beliefs systems and temporal continuity with that of Southern African hunter gatherers, herders and agriculturalists belief system over the period in which rock art were produced. Nearly all the known rock art sites in Namibia occur predominantly in rock shelters and the open air. The record indicates a relatively high number of paintings over engravings with anthropomorphic figures being the most dominant depiction of rock painting figures in the Namibian rock art with very limited representation of complete human figures as observed at Grosse Domschlucht Farm near Omaruru (Ouzman, 2002) in the engravings with the exception of human footprints. However, women don't seem to occur very often as opposed to opposite sex and they are in most cases being engaged in gatherings and social activities like processions dances (clapping their hands) to possibly shamans to go into trances, gathering of wild berries and occasionally engaged in coital activities with male counterparts. Male counterparts are often depicted in hunting scenes carrying hunting bags (quiver bag), bow and arrows and shamanistic activities. In hunter-gatherer art human figures are usually depicted in various postures such as sitting, walking, bending from the waists with many human figures showing various dramatic and elaborated hairstyles that are sometimes seen so often in many paintings sites in Namibia. Therianthropes figures are also commonly found both in paintings and engravings in Namibia i.e. the lion man at the Twyfelfontein world heritage site (Scherz, 1975; Gwasira, 2010; Kinahan, 2010; Ouzman, 2010) as well as Apollo 11 art mobilier from the Apollo 11 cave (Wendt, 1976). Differences in the content of the art can be seen in the posture and dress of the people who are illustrated.

Animals are the second most common figures in Namibian rock art. Most popular among the animals of the Namibian Rock Art are antelopes. Nearly, all the prominent depicted animals figures in rock paintings and engravings in the Namibian rock art are antelopes with larger antelopes such as Springbok (*Antidorcas marsupials*), Oryx/gemsbok (*Oryx Gazelle*) Kudu (*tragelaphus stepsiceros*) and Eland (*taurotr*) being dominant while smaller antelopes for example Duiker (*cephalophinae*) and Klipspringer (*oreotragus*) being least presented. Following the antelopes in quantity are Giraffes, Zebra, Elephant, Felines, Kudu, Eland and Rhino and other animal species such as snakes, monkeys and bees. A high percentage of animal spoors are mostly dominant in engravings as oppose to paintings as observed at most engraving sites of the Twyfelfontein, Austertz/Austerigt Omandumba East Farm, Omboru East Farm and Grosse Domschlucht Farm.

As noted above, there are variation in the frequency of certain animals depicted in the rock paintings and engravings of the region. These variations reflects not only the local fauna in their natural inhabitants and distribution but also an indication of the animals that the rock art authors and their societies regarded as significant on their economic, social, religious belief system and ritual practices especially the prominent depiction of the antelopes species in Namibia as well as the powerful animals and felines like elephants, giraffe and rhinos. Most of the zoomorphic figures in the Namibian rock art are represented either in groups or single with apparent regards to their natural habits although there is highly varied manner in which animals are depicted in engravings and paintings. Other

highly represented figures are the schematic designs depictions of entopic phenomena with concentric circles, dots, wavy and straight lines, grinds, nested u-shaped and cupule are widespread and occurs in all for m of rock art but almost exclusively common in engravings of both rock art traditions in Namibia. In rock paintings and engravings, they are nevertheless detected in hunter-gatherers traditions and integrated into the fine line paintings and engravings. It is often emphasizes that in both traditions that the existence of these entopic designs accentuated their connections with altered state of consciousness and, therefore, the link between the art and trance experiences. Very few records of phytomorphic figures has also been recorded in the Namibian rock art as seen in the Brandberg mountains and Omandumba West Farms where quiver trees '*Aloe dichotoma*' or '*Choje*' in San language; a species of aloe indigenous to Southern Africa. It was regarded significant especially in hunter-gatherers tradition for the production of strings, quiver container and carve their arrow from the soft, pulpy branches of this tree.

The most dominant pigments used in the Namibian rock paintings are the red ochre, followed by brown paintings and some exclusively in yellow, black or manganese oxide and white. All painted figures are painted in monochrome, biochrome or polychrome. In some cases, the white, black and yellow colors were used to exclusively complete a painted figure while others are painted only in monochrome of those colors-this is more common in paintings of the Upper Brandberg Mountain. The ethnographic records indicates that the pigments was mixed with varieties of binders such as blood, egg, fat and plant juices but the exact recipe are not known (Lewis-William, 1983; in Deacon, 2012). The techniques applied in the majority of the paintings in Namibian rock art can be summarized as follow. Fine-line paintings are almost exclusively the work of the hunter-gatherers, in red,



Figure 001 – Shows varieties rock painting figures in varieties of painted colors from the Snake rock shelter in the Upper Brandberg Mountain.

brown, yellow ochre, white, black charcoal or manganese oxide, done with a brush of other fine instrument, using techniques such as: outline of the figures with a single line (rare and very few are found in the Brandberg Mountain and Erongo Mountain. Monochrome figures with colour blocked (commonly found in many paintings in Namibia); outline in one colour with figure infilled with another slightly different colors, biochrome in which two blocks of colour are used in the same figure and Polychrome in which three or more colors are used in the same figure is widespread in Namibia (Fig. 001) below.

Interpretation and chronology

The application of ethnographical analogies (Lee, 1979; Barnard, 1992; Molin, 2006; Nankela, 2010) in the Namibian rock art where no direct cultural relationship occurs between the informant (contemporary tribal groups located near rock art sites or whose ancestors are thought to have authored the rock art in Namibia) and the original authors has received mixed receptions in Namibia. The problem resulted in fact that there is no active indigenous group neither producing rock art nor showing any interest in local rock art like the aboriginal in Australia. However, although such problems exists in rock art generally as observed in many countries, rock art legacy continue to widen our general knowledge and understanding of the reason why the art was created, their social, political, religious economic and ritual as well as symbolic contexts in which it was produced.

The Namibian rock art has been interpreted in relation two different schools of thoughts; firstly is the *interpretation theory* backed by a hand full of ethnographic and ethnohistorical as well as historical accounts of pre-colonial society of the people whose ancestors are thought to author the rock art. It is based on the same general explanatory approach used in other parts of southern Africa (Lewis-Williams, 1982; Lewis-Williams and Dowson, 1989; Coulson, 2007; Southy, 1999; Kinahan, 1999; 2001a; 2004 e 2011) suggesting that the rock art symbolic meaning goes beyond than of aesthetic elaborations. That it belongs to a regional cognitive tradition in which the metaphorical potency of certain animals was exploited for the purposes of ritual healings (Kinahan, 2004). By inferring from the ethnographical records (Lee, 1979 and Barnard, 1992) suggests that certain rituals such as of healing among southern African hunter-gatherer communities becomes even greatly intensified when resources are scarcer especially in the dry lands of the Namib where events of irregular rainfall patterns and eventually draught strains not only the hunter-gatherer subsistence life but has a significant ecological consequences. The secondly approach is the *empirical tradition* or realisms or naturalistic ideas whose focus is based on the natural contexts and habitants of the rock art sites (Lenssen-Erz, 1997; 2004; 2007 e 2008). The empirical approach advocates our understanding where rock art artists choose to engage in symbolic behavior considering the social context in which these activities took place also referred to as archaeological landscapes-where both political, cosmological, or phenomenological associations provides more information regarding the creation of rock art. It furthermore looks at how rock art sites are placed in their environments in relations to the elements of landscapes such as economic resources, geographical features, settlement patterns rather than approaching rock art as decoration of a passive surface, greater appreciation of how an artist may interpret and engage with the surface to be painted or engraved may assist in the interpretation of rock art. It further demonstrates that rock art sites are deliberately positioned in different locations that are frequently associated with a range of symbolic meanings and phenomenological associations that may be played upon in rock art production for various reasons i.e. vantage locations to indicates tribal supremacy or from to signal particular social groups or near noteworthy landscape features to which cosmological meanings have become attached.

The chronology of the Namibian rock art like any where else in southern Africa remains largely tentative and relative (e.g. Breunig, 1991: 118f) especially when the art is classified on the basis of stylistic typologies, sequences of superimpositioning and techniques. Establishing the chronology becomes even more a daunting task when the art (paintings) do not contain organic materials for direct dating through scientific methods such as the radiocarbon. Furthermore, the rock engravings for instance are not found within any cultural stratigraphy hence the art will continued to be dated in association with the other archaeological assemblages – a practical example is that of Apollo 11 art mobilier (dated 25 000 BP) from southern Namibia (Africa's oldest paintings) that was dated in association with the Middle Stone Age occupation from the Apollo 11 (Wendt, 1976). However, establishing the chronology of the art in relation to association to archaeological remains has its short comings as it does not necessarily demonstrate the actual age of the art rather, the period from which the art was abandoned (Gwasira, 2011). For instance, Apollo 11 which initially dated 25 000 BP was later upon further scientific analysis, the art was thought even to be older as 28 000 – 30 000 years (Vogelsang *et al.*, 2010 in Gwasira, 2011). Many years of rock art research in Namibia especially in the central Namibia have researchers attributing the rock art tradition to one main broad archaeological period of the Late Stone Age chronology of *Hunter Gathers tradition* in Southern Africa between 4000-2000 years (Conrad *et al.*, 1988; Kinahan, 1990; Breunig, 2003; Lenssen-Erz, 2007, 2010; Richter *et al.*,

2008; Ouzman, 2007; Gwasira, 2011; Pleurdeau, 2012) where intense rock art activities have been observed, the *Khoekhoen Tradition* from 2 000 years ago (Ouzman, 2007; Kinahan, 2010; Lenssen-Erz, 2007 e 2010; Gwasira, 2011) which saw the introduction of domesticated livestock such as cattle (Kinahan, 1990) as well as finger paintings painting abstracts (Lenssen-Erz & Vogelsang, 2005). However, although the traditional stylistic classification have provided relative dates for the rock art in Namibia, further methodologies i.e. content and patina must be used to establish a conclusive chronological sequence, against the background of changing palaeoenvironmental hunter gatherer and herders populations have existed for a long period in Namibia.

Rock art studies in Namibia: An overview

Rock art research in Namibia is relatively limited (see Richter & Vogelsang, 2008; Kinahan, 2011; Gwasira, 1998) and has developed from the determinations of amateur researchers into a large body of scientific discipline (Gwasira, 2012). However, paintings were more preferred than engravings, consequently remaining moderately less investigated compare to paintings (Dawson, 1992 as cited in Gwasira, 2012).



Figure 002 – Shows the infamous ‘White Lady Painting’ of the Brandberg at Maack’s shelter, Tsisab Ravine.

However, it was not until a late 19th century when traveller W. C. Palgrave firstly reported the rock paintings in the Brandberg Mountain in 1879 (Gwasira, 1998; Dierks, 2000; Wallace and Kinahan, 2011). Following the discovery of the “White Lady of Brandberg” (Fig. 002) by the Topographer Reinhard Maack in the early 20th century, rock art research in Namibia became a more deliberate pursuit especially after the German officer Jochmann brought it into an international arena through a popular published journal. Thereafter a number of researchers such as the well know French Prehistorian Abbe Henri Breuil with a collaboration of Mary E. Boyle, Dr. E.R Scherz

and R. G Strey (Breuil, 1959) began programs of exploration of the Brandberg Mountain through documentation (tracing directly from the rock surfaces) with considerable focus in the rock art of Tsisab Ravine of Brandberg Mountain between 1947 and again in 1948. His work were later published in his 1959 paperback titled “Tsisab Ravine and other Brandberg sites” published by the Calouste Gulbenkian Foundation through Trianon Press However, both Maack and Breuil’s interpretation of the Brandberg art particularly that of the “White Lady Freeze’ was not without controversy as they declared art as non-African in its origin but rather the work of advanced Mediterranean people of Phoenician origin-ancestors of European settler community.

His theory was eventually disapproved first in 1970s by the Australian born graphic designer Harald Pager who was commissioned to documents the rock art of Brandberg as well as in the second half of the 20th century, where many archaeologists ultimately dismissed most theories on Mediterranean influences on the prehistory of Southern Africa although the authorship of the art generally provided avenues for new research enquiries among many rock art researchers. The first half of the twentieth century, rock art documentation in Namibia became more formalized, recording the stylistic diversity of sites beyond the Dâureb/Brandberg Mountain. Breuil and his team extended their exploration and documented the rock art sites in the Anibib, Omandumba Farms and

Other Erongo Sites in the 1950s, which were published in his second paperback of 1960. Here, about 40 rock painting sites containing approximately 3000 figures were recorded. Their research however tended to focus on describing the most elaborate and aesthetically attractive aspects of rock imageries and directs interpretation of what rock art imagery might represents. I am now revisiting his earliest research for my 2014-2016 Ph.D project. In the same area, researchers such as Viereck, MacCalman, Berkeley and Sydow conducted archaeological expeditions in the Erongo Mountains firstly in 1962 and later in 1989 with B. Sandelowsky and recorded some of the rock art sites at the following rock shelters stripper giraffe, cymot, bedding place, phillip shelter, Ameib X29, red Indian shelter that were later published in a preliminary report of (Viereck, 1964 and later in a supplementary report of 1989). The worth of discovery made during this period led to the development of systematic, comprehensive surveys and formal documentation of the rock art sites in Namibia. Reinhard Maack who initially discovered the “White Lady” in the Brandberg reported the presence of rock engravings in the Twyfelfontein area in 1921, which was then systematically recorded by Dr. E. R. Scherz between 1930-1970s when he completed his extensive survey at Twyfelfontein. Here, his records consisted of 15 small rock art sites that hosts about 2500 rock engravings on the sandstone slabs (Fig. 003). His survey methodology that involved the use of the GPS to locate rock art sites, the establishment of the site names and numbers as well as recording of the site content gave birth to the empirical traditions of the rock art research in Namibia. Due to the largest concentration of the prehistoric rock engravings of Twyfelfontein in Namibia at a time, the sites received its recognition in 1952 as National Monument site and then in 2007 as a UNESCO world heritage site as a highest concentration of rock engravings in Southern Africa. Scherz’s work at Twyfelfontein was published in 1975 in his book “Felsbilder Südwest-Afrika. Teil 11: Die Gravierungen im Nordwesten Südwest, Cologne: Böhlau Verlag”. Rock art of Namibia was rarely incorporated into a wider archaeological studied. Scherz continued with the survey and documentation of rock sites in Kunene region in areas such as Kamanjab Situated on top of Peet Alberts Koppie farm when he documented about 1,200 to 1,500 engravings comprising mostly animals, but also abstracts like circular forms and a star (Fig. 004). The Historical Monuments



Figure 003 – Shows the varieties of artwork of the Twyfelfontein world heritage site.

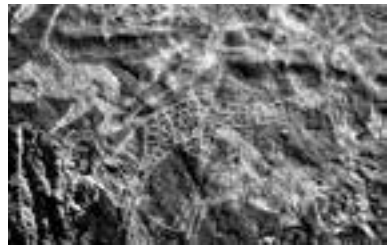


Figure 004 – One of the prominent animal figure depictions of a large giraffe measuring 330 cm in the Peet Alberts Koppie farm, in Ujto-Kunene Region.

Commission declared the site as National Monument on 01.05.1967 for South West Africa (HMC) and the site published in his report titled, “Felsbilder in Südwest-Afrika. Teil III: Die Gravierungen in Südwest-Afrika ohne den Nordwesten des Landes”, Koeln/Wien 1975. The coming of the 1960s oversees Scherz work in the Brandberg Mountain incorporated in the Cologne rock art research program “*Felsbilder im Südwest Africa*” funded by the Deschutes Forschungsgemeinschaft (DFG), which at a time was also funding the rock art research in South Africa by the Fock’s family and the archaeological excavations of Namibian rock art and non-rock art sites by W.E. Wendt (Richter & Vogelsang, 2008: 37).

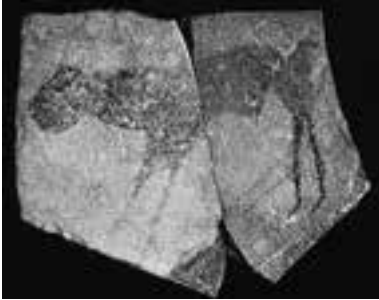


Figure 005 – Shows Africa's oldest rock painting of Apollo 11 slab (Therianthrope) found in the Middle Stone Age sediments from the Apollo 11 shelter in Huns Mountain, southwest of Namibia.

It was during this time between 1968-1970 that Wendt began his work in Namibia to investigate the relationship between rock art and the archaeological deposits (Wendt, 1972). Among the excavated 26 archaeological sites concentrated mainly of South of Namibia, Wendt discovered Africa's oldest painting of Apollo 11 slab "Freeze" (Fig. 005) found in the Middle Stone Age sediments from the shelter of Apollo 11 shelter in Huns Mountain, southwest of Namibia that was then published in 1974 and 1976. Wendt later continued his work in the central Namib and excavated rock shelters in the Erongo Mountains such as the Fackeltrager, Etemba 2, 14, L1a and L2 as well as the later at Ghost Cave in the Klein Spitzkoppe (Wadley, 1979). However, the absence of the organic remains from the excavated rock art shelters made it difficult to date the rock art figure in relation to the excavated archaeological materials. Similar problem was experienced by Jacobson in 1974 who carried out archaeological investigations of the Lower Numas Gorge cave and Tsisab shelters i.e. Ostrich, tiara, Girl's School shelters in the Brandberg Mountain (Jacobson, 1976b). Meanwhile, Scherz work was temporarily abandoned due to the high "demanding logistic requirement of the Brandberg Mountain" (Richter *at al.*, 2008) as well as due to old age and his work was later published in Scherz: 1970, 1975, 1986) when his research work was then continued by researcher Harold Pager in 1977 who intensely, painstakingly and impressively documented over 43 000 individual rock art figures of 879 from the rock art sites of the upper Brandberg Mountain in Amis, Hungorob, Southern Gorges, Umuab and Karoab Naib Gorge (A) and the Northwest, Naib (B), Circus and Dom Gorges of one of the most challenging mountain in Namibia within a period of 7 years until his sudden death in 1985 (Lenssen-Erz, 1997: 4). Ernst-Rudolf Scherz further recorded the lower parts of Brandberg Mountain in areas of the Grosse Domschlucht. Despite this, Scherz visited the Dome Gorge and made some selective recording of the rock art which consists of at least 4 components: rock paintings; rock engravings; the gong rock and Khoekhoen rock engravings which were published in MacCalman H.R."Grosse Domschlucht Brandberg. Furthermore, where engravings and paintings were found on the same panel, Scherz only recorded some and disregarded the engravings perhaps due to different research interest. A new discovery of Prehistoric rock art in South West Africa in 1965 and



Figure 006 – The artwork of the Grosse Domschlucht. Retrieved from SARADA Archive. Photo courtesy, Sven Ouzman.

later documented Sven Ouzman (2002) and later by Dr. Tilman Lenssen-Erz of the Heinrich-Barth Intitut in Cologne and cooperation with Goodman Gwasira who at a time was working for the National Museum of Namibia (Fig. 006) and were later studied and published by Goodman Gwasira in 2011.

Following Pager's passing, his work was continued by Dr. Tilman Lennsen-Erz, an esteemed German rock art archaeologists from the University of Cologne whose work significantly increased the number of known rock art sites within the Brandberg Mountain. Lenssen-Erz did not only

systematically carry out further recording of rock art, but by publishing the Pager volumes (Pager, 1989, 1993, 1995-2006) and in Lenssen-Erz published work (Lenssen-Erz, 1992, 1994, 1996, 1997, 2000, 2001, 2004, 2005, 2007c, 2008, 2009, 2012). It was during this period that new generation of researcher such as Lenssen Erz began to question the art in relation to their natural terrains. Here, the interpretation draws on a well-established tradition of ecological and landscape archaeology which centred around the *context*, the *physical configuration* and the whole *totality* of its environment where rock art sites are found.

The late 20th century of rock art research in Namibia became more advanced and accomplished by supporting evidences emanating from an inclusion of broader archaeological investigations into the rock art sites studies. For instance, the archaeological investigation of the Brandberg Mountain by Dr. Peter Breunig between 1984 and 1987 established a chrono-logical framework of the prehistoric habitants of the Brandberg Mountain and linked the rock art with its cultural and ecological contents (Breunig, 2003 in Richter *at al.*, 2008). Furthermore, the archaeological excavations in the Hungorob Ravine of the Brandberg mountain by renowned Namibian archaeologist Dr. John Kinahan (Kinahan, 1989) who conducted test excavated a rock shelter in order to establish a chronological framework of the sites occupation revealed a series of sites occupants, from the hunter gatherers settlements who most probably authored the rock art figures until the late millennia to that of the archaeological remains culminating in the adoptions of the nomadic pastoralism emergence in the last millennia supported by the archaeological remains of the excavation. Furthermore, a similar investigation of the Spitzkoppe Mountain (Kinahan, 1990, 2003 a & b) which resulted in an test excavations at one of 37 rock art sites indicated a pattern of not only the hunter gatherers occupations but also revealed a series of subsistence occupants of the Spitzkoppe of pastoral settlements who introduced new subsistence technology (e.g. herds of livestock and pottery as well as possible authored some images of cattle 9 (Fig. 007) observed at the site the author was very prudently in this stance though. There is need to revisit the known work by specifying the chronology of the figure through the study of superimpositions.

During this period, a variety of surveying and recording methodological techniques i.e. photography in rock art were used as studies gradually became increasingly formalized and more systematic. Kinahan interpreted the rock art figures symbolically and broadly relating to ritual activities associated with the hunter-gatherers tradition. He draws the Ethnographic parallels with that of South Africa tribal groups whose ancestors are thought to have authored the rock art in most part of Southern Africa. A number of researchers in the region (Lewis-Williams, 1982; Lewis-Williams and Dowson, 1989; Coulson, 2007; Southy, 1999) interpreted rock art with varying depths of appreciation for the appropriate use of the ethnographic analogies. Other rock art research in Namibia of the late 20th century oversees record of new rock engraving site (Fig. 008) recorded by (Dowson T. A., 1998) and his team from the University of Southampton who engaged in a five year rock art project in Namibia funded by the British Academy and the University of Southampton to investigate the context in which rock paintings and engravings were produced in the Ugab River Valley, of the central Namib



Figure 007 – Shows a partially exfoliated figure depicting what appear to be cattle at one of excavated rock shelter in the Spitzkoppe Mountain.



Figure 008 – Shows different animal spoor engraved on a rock surface in the Okongami Farm of Outjo district, Namibia.

research revisiting the previously recorded or documented sites in Namibia to investigate the rock art in relation to various larger archaeological and anthropological settings offering new methodological approaches to the studies of prehistoric figures and sites i.e. embracing of the contextual approach that includes systematic surveys and records of the rock art sites that incorporate geographic and cultural landscapes, spatial analysis, contextualization and ecology of the Namib Desert settlements patterns research that reflects current directions in the field (Lenssen Erz, 2000, 2001, 2004, 2005, 2007c, 2008, 2009, 2012; Gwasira, 2011; Kinahan, 2001a, 2004; Breunig, 2003,) of the upper Brandberg shows that the same general explanatory approach used in other parts of southern Africa. Ethnographic enquiries of rock art and identity formations at Twyfelfontein world heritage sites by (Molin, 2006; Nankela, 2011) challenged the established theory on the ethnic relations between the rock art sites and those living in near the rock art sites as well as general visitors of Namibia's first UNESCO world heritage site. Hollmann and Steyn 2003 revisited the work of Abbe Breuil 1957 and Scherz 1986 in Erongo Mountains particularly in Omandumba East, Anibib, Etemba, and Ekuta farms whose research interest has been strongly reliant of the ethnographical associations of the rock paintings of Erongo built around the shamanistic practices, hunting magic theories and contexts of rock art of the hunter gatherers as well as the current management and conservation of the art. Similar research study was conducted in 2011 by a master student researcher from the Goethe-Universität in Frankfurt Verena Börner who carried out an archaeological research and documentation of



Figure 009 – A fully painted giraffe at "Torchbearer" shelter in Omandumba West Farm, after author.

Desert. Their research focused more generally to archaeological enquiries of the Namib regarding the current debates on the introduction of pastoralism, and interactions between hunter-gatherers and pastoralists, refer to rock art in general terms specifically the data and analyses on the role the production of symbolic imagery had in shaping the prehistory of the region as it is assumed that both paintings and engravings were made by hunter-gatherer peoples.

The 21st century into the rock art research in Namibia oversees a growing number of academic

research revisiting the previously recorded or documented sites in Namibia to investigate the rock art in relation to various larger archaeological and anthropological settings offering new methodological approaches to the studies of prehistoric figures and sites i.e. embracing of the contextual approach that includes systematic surveys and records of the rock art sites that incorporate geographic and cultural landscapes, spatial analysis, contextualization and ecology of the Namib Desert settlements patterns research that reflects current directions in the field (Lenssen Erz, 2000, 2001, 2004, 2005, 2007c, 2008, 2009, 2012; Gwasira, 2011; Kinahan, 2001a, 2004; Breunig, 2003,) of the upper Brandberg shows that the same general explanatory approach used in other parts of southern Africa. Ethnographic enquiries of rock art and identity formations at Twyfelfontein world heritage sites by (Molin, 2006; Nankela, 2011) challenged the established theory on the ethnic relations between the rock art sites and those living in near the rock art sites as well as general visitors of Namibia's first UNESCO world heritage site. Hollmann and Steyn 2003 revisited the work of Abbe Breuil 1957 and Scherz 1986 in Erongo Mountains particularly in Omandumba East, Anibib, Etemba, and Ekuta farms whose research interest has been strongly reliant of the ethnographical associations of the rock paintings of Erongo built around the shamanistic practices, hunting magic theories and contexts of rock art of the hunter gatherers as well as the current management and conservation of the art. Similar research study was conducted in 2011 by a master student researcher from the Goethe-Universität in Frankfurt Verena Börner who carried out an archaeological research and documentation of some rock art sites in the Omandumba east and West farms in order to compile a master's thesis about them. Here, the researcher documented approximately 44 sites (Fig. 009) of which about 3 sites do not contain the art but undefined archaeological artifacts made of stone, most likely unspecific Late Stone Age inventories. The sites were schematically documented using GPS-measuring methods; photographic and descriptive means following a fieldwork system of the documentation of Rock Art developed by Dr. Tilman Lenssen-Erz of the University of Cologne. This system is based on collecting data used for an empirical analysis of the rock art and the rock

art sites. The thesis further tested and evaluates the applicability of the shamanistic theory on the basis of selected rock paintings from the Erongo-Mountains, Namibia (Börner, 2013).

Conservation and management issues of rock art sites in Namibia

The late 19th into the early 20th centuries, rock art in southern Africa was regarded as aesthetic object worth collecting. This approach led researchers to believe that effective conservation of rock art could be best achieved by the removal of panels of rock art from sites to museums for safekeeping (Rudner, 1989; Loubser, 1994; Deacon, 1994, 2007; Henry, 2007). Hence, in Namibia, with the 1950s rock art conservation was enforced by legislation that made it illegal to destroy, alter, remove from original site or export rock art without a permit. From the 1950s, declaring certain sites as national monuments such as the Brandberg, Twyfelfontein and the Spitzkoppe sites, enforced the site's protection. Years later, rock art researchers in Namibia have become progressively apprehensive about the state and the rate at which both paintings and engravings are deteriorating triggered by various factors with obvious natural activities i.e. rock weathering, biological agents, animal action, normal geological activity and anthropogenic activities such as artificial factors like lack of public awareness, uncontrolled tourism, acts of vandalism or inadequate conservation strategies that attempt to 'preserve' the site coupled by the absence of community involvements and neglects of the sites by the legal custodians of the rock art sites in the overall conservation and management of the sites despite the existence of the protective legislation – the National Heritage Act No 27 of 2004. During this period, various assessment and documentations systems were developed to record and document motifs, their context & their characteristics within that context as well as their state of conservations. Many rock art sites have been recoded thanks to the 20th and 21st century devoted researchers. These documentations to date serves as a complex methodological model and a practical theoretical structure for the assessment of the rock art sites in Namibia and has over the years amended to fit the currents trends in rock art conservation and management issues. It incorporates not only graphics recording of the motifs but also description of the rock art figures (standardized field note form for the rock) and also complements its description with information about other conditions relative to the alterations to the paintings or engravings with the overall objectives of concurrently evaluate and monitor the conditions, alteration and the agents responsible for deteriorations. Although several rock art sites in Namibia were declared as national heritage sites to safeguard them from possible vandals and destruction, other damage continue to persists, exhibiting the ineffectiveness and weakness of legislation alone to address such problems as keenly witnessed at some of rock art sites in Erongo region i.e. the Spitzkoppe Conservation Area as well as some sites in the private farms of Erongo Mountains.

Furthermore, the conservation of rock art sites as heritage sites in Namibia has shifted from focusing essentially on the material fabric of the site to approaches that includes a broader meaning that make the sites important. This wider perception of the art has enabled the inclusion of tangible and intangible aspects of cultural heritage to the site therefore sourcing new tools to look after these heritage sites. The management planning was one of the answers, and has become an essential methodology that involves the development of the effective and practical management and conservation plans calling for more effective and sustainable use of such heritage resources.

The 21st century saw some of the Namibian rock art sites ultimately nominated into the UNESCO world heritage sites – the Twyfelfontein and in the UNESCO Tentative List – The Brandberg Mountain for their outstanding cultural and natural landscapes. However, converting such sites into international heritage means maintaining the sites and requires adequate practices to guarantee environmentally sound management of the site and at the same time ensures that local communities benefit from the site's existence. Although tou-

rism offers advantages such as the promotion of cultural values of rock art sites, generate income through visitor's entrance fees and donations funds for restoration and protection efforts as well as supporting of local handicrafts and others stakeholders such as tour operators and lodges chains, the downside of such development is as managing such rapid tourism growth as it's a time-consuming process demanding clear policies, on-going dialogue with stakeholders, and constant monitoring of a heritage site. In Namibia, tourism activities require environmental impact assessments (EIAs) and Heritage Impact Assessment. Since it contributes to protection and restoration efforts, the right balance between economic gain and undesirable impacts can be elusive. In the case of world heritage site, like Twyfelfontein; National Heritage Council of Namibia is fully aware that they are under an international obligation to maintain and restore the site's original values. This responsibility poses difficult questions regarding the degree of change that should be permitted to accommodate tourism growth without stretching scarce resources and push heritage institutions away from protection efforts. Another problem is ensuring that a portion of tourism revenue remains in the community as a means of fostering local protection, conservation and restoration efforts.

Some of the challenges of studying rock art in Namibia

As Chippindale and Nash say in their introduction (1999) "Each class of archeological material has its own character, and with each character come the special strengths and weaknesses of that personality". Rock art unquestionably has its own personality. The examples of difficulties with rock art research in Namibia described in this section are generic problems within the scope of rock art research worldwide, and it would be artificial to discuss them with reference only to Namibia only.

Firstly, it's the credibility of ethnographic analogies in the meaning of the rock art. Rock Art researchers have over the years tried in numerous occasions to deal with the problems of using ethnographic analogy, but there is no consensus of how it would be achieved scientifically. In Namibia for instance, rock art interpretations is often linked to the ethnographic records harvested from neighboring regions. The country offering another partial record of such emic interpretation in Southern Africa rock art is South Africa, as demonstrated by the works of (Lewis-Williams, 1980, 1981, 1982, 1983, 1990; Lewis-Williams and Dowson, 1989) which has afforded a general explanatory approach to some rock art traditions in Namibia. While reconciling the indigenous and scientific knowledge is absolutely impeccable and equally challenging in the quest for meaning and functions of rock art. We can enthusiastically accept that there are some parallels, that indeed all symbolic arts are ultimately related to some cultural groups, although we find it hard to define and prove that whole scientifically, and we remain profoundly uncertain about the nature of the relationship between rock art and the present day ethnic groups. Furthermore, much of the ethnographic materials collected among the Hunter-Gatherers groups where not collected under ideal conditions, for instance, often communication between the informant and the recorder is always by means of translation through the use of the third party or an interpreter. What they often obtain is quite literally an interpretation, and not fact. We then construe this interpretation in a way that makes sense in own linguistic and cognitive framework. Moreover, it is well known today that extant traditional cultures do not permit outsider's access to all aspects of their metaphysical world leaving researchers knowledge presented on them intentionally limited in several directions due to various cultural reasons. Other records that have been harvested from regions where there is little or no rock art, while some of the well-known rock art sites are from areas where

little or no ethnography was recorded before the disappearance of i.e. hunter-gatherers. It has therefore been difficult for the non-rock art-producing audience outside the author's cultures and world to accurately interpret the art or even understand their true meanings, their cosmologies and the motivation behind their creation. Because of these limitations, inadequate understanding of these limitations, our interpretation will remain obscured.

Secondary, is the nature of this archaeological material itself. Considering decades and centuries of rock art research in the world, there is still no clear-cut and secure dating technique for rock art in the world. We often speak of specific rock art traditions and relate them to other archaeological entities. For instance, there is no credible dating available for any single motif of hunter-gatherer or herders rock art in Namibia. We hear a lot about 'Hunter Gatherers and Herders art' etc., but the simple fact is that these age attributions are on the basis of stylistic typology hence cannot scientifically proven. They are unproven because not a single rock art motif has been conclusively shown to be, say, hunter gatherers, and there exists simply a degree of consensus that a certain perceived stylistic latitude within an art corpus refers to a particular technological niche in archaeological time. This does not constitute evidence; it is an opinion. Perceived styles are not real styles as (Conkey and Hastorf, 1991) stressed, they are merely what we would like to lump together for the sake of creating order in disorder, in accordance with our conditioned way of experiencing reality. Styles perceived by archaeologists, be they of rock art or stone artifacts, are nothing more than styles perceived by archaeologists. They may well be valid, I am not denying that possibility; but to prove this in a scientific realm would be extremely difficult would require a great deal more work than we are likely to invest in the near future.

Thirdly, the 20st century in the Namibian rock art research had also witnesses a dramatic interest in the interpretations of the rock art in Namibia with particular observation of researches conducted in Southern Africa. In South Africa for instance, rock arts are attributed solely to one tradition, the ancestors of the so-called "Bushmen" are apparently responsible for all rock art except some finger paintings and a very few engravings (see Coulson & Campbell, 2001: 80; also P. Mitchell, 2002). However, such assumption was a 19th century oversight, in its origin, founded on a basis of ethnographic association of the art with San people by travelers who saw the art and registered that San people living around, not knowing at time that that there are other communities in Southern Africa particularly the Khoe Herders and Iron Age Bantu-speaking people have also authored rock art. In Namibia for instance, some research conducted at Twyfelfontein also advocate similar views, that the art is solely attributed to one ethnic group, the "San", such conclusion is drawn on the basis of inadequate evidence and without seeking deeper a comprehension of the rock art traditions. The rock engravings of the Twyfelfontein suggest that besides the San, the Khoekhoen herders also painted and engraved (see Gwasira, 2010; Ouzman, 2007). Therefore, instead of using cultural labels such as San art or the derogative "Bushmen" art, it may be safe to refer to Namibian rock art as hunter-gatherer and herder's art since this economic lifestyle manifests both cultural groups (Gwasira, 2010).

Fourthly, like many countries in the world including Southern Africa, the archaeology discipline or heritage sector in general does not enjoy a high priority in the national agenda, and rock art, when mentioned, often forms part of a larger report about archaeological excavations in a particular region. Thus, most reports tend to treat rock art in a fairly descriptive manner, often laced with fleeting interpretations that are more speculative than objective. Rock art being one of the widespread richest cultural resources in Namibia remains undocumented and to some extent unknown due to various factors. *One* being that the extremely very limited human capacity or specialists in the field of rock art and archaeology in general in the country, *two*, being that most of the rock art sites are located

in private land as oppose to state land, they remain undocumented and unregistered in the country's heritage database. For this reason, they remain unprotected and often vandalized. *Three*, despite earliest research on rock art in Namibia mostly by foreign researchers, the heritage sector still relatively still in its infancy stage, the sector is largely state funded and receives one of the lowest national budget often unable to fund many management and conservations projects. Although Namibia has existing policies and frameworks of rock art research in Namibia, the problem lies within the effective implementations of these programs. *Four* is the ineffectiveness of the legislature responsible for the overall conservation and protection of the cultural resources. Despite years of rock art research in Namibia and existing protective laws, are either ignored or unknown hence many rock art sites are often under constant threat with persistent anthropic actions such as illegal mining activities, fire, vandalism, damage, cultural theft. *Five*, almost all rock art sites in Namibia are in remote areas, Namibia being a desert country means documentation is very difficult, in challenging mountains, in scorching sun of more than 40C heat. *Fifthly*, this factor is related to the academic landscape of the post-colonial present – many rock art reports written in the country are either not published or are journals, but are written in foreign languages (other than English with very limited circulation and which limits further dissemination. Much of these sources are often unutilized academically while some are inaccessible making things even more difficult for the present day rock art researchers to revisit such work.

New approaches, trends and future research perspectives

In recent decades, landscape archaeology has taken center stage in the rock art research (e.g. Tilley, 1994; Ashmore & Knapp, 1999; Ucko & Layton, 1999 and Chippindale & Nash, 2004) as it has proved to be a valuable approach in understanding ways in which prehistoric people experienced their landscapes. Although pragmatic and evidently valuable, it is a subjective approach to the past. In Southern Africa for instance, it is sometimes controversial and regarded as Eurocentric predominantly when ethnographical contexts are not engaged. Smith & Blundell, 2004: 259 have considered the subject of landscape in relation to southern African rock art and have conclude that, without an ethnographic context, researchers' conclusions would be "embarrassingly far off the mark". However, be it that might be, in reality, it is difficult for the non-rock art-producing audience outside the author's cultures and world to accurately interpret the art or even understand their true meanings, their cosmologies and the motivation behind their creation. Furthermore, most of the ethnographical records that have been harvested from the region i.e. the 19th to 21st century ethnographical research on indigenous hunter-gatherers rock art in southern Africa established by Lewis-Williams (Lewis-Williams, 1980, 1981, 1982, 1983, 1990; Lewis-Williams and Dowson, 1989) came from areas where there is little or no rock art, while some of the well-known rock art sites are from areas where little or no ethnography was recorded before the disappearance of especially the hunter-gatherers. Therefore, I believe that all spheres of rock art must be investigated and studied scientifically. Of course none of this sounds as easy as deciding what we might think a figure depicts. But science was not meant to be easy nor will it tell us what prehistoric art meant, although it would be nice to know the meaning of the art. But if science cannot provide it we can either find out what else science can do for us, and we can do it properly or we can abandon the long and grueling path of science and take the shortcut to 'meaning', creating and projecting our own preferred interpretation of the art.

The future perspective on the rock art research in Namibia requires researchers to investigate beyond rock art style; chronology and distribution and deliberate more on the integrated approach that incorporates the evidence of (archaeology, paleoenvironment ethnography, toponymy, geology, GIS and so on) in the overall rock art research in order to understand the complexities and fluid of human origin that have been present in Namibia and generally in southern Africa emphasizing its scientific bearings to global contextual Archaeology.

Acknowledgement

In conclusion, I ought to point out that numerous great names in Namibian rock art research – namely Ernst-Rudolf Scherz, Harald Pager, John Kinahan, Lenssen-Erz and Goodman Gwasira. The research developments mentioned above would have never been possible without their outstanding contribution toward the Namibian rock art research and the heritage sector in general. They have generously dedicated their life to the Namibian rock art industry and continued to do so in distinctive ways, and to whom I pay tribute.

Bibliographic references

- Breuil, Abbe (1957), *Philipp Cave. The rock Paintings of Southern Africa* 2. London, 1957.
- ____ (1960), *Anibib & Omandumba and Other Erongo Sites: The Rock Paintings of Southern Africa: Volume Four*, Calouste Gulbenkian Foundation.
- Breunig, Peter (1986), *Archaeological Research in the Upper Brandberg*. Nyame Akuma 27: 26-27.
- ____ (2003), *Der Brandberg. Untersuchungen zur Besiedlungsgeschichte eines Hochgebirges in Namibia*. Africa Praehistorica 17. Köln.
- Butzer, K. W., Fock, G., J., Scott, L., Stuckenrath, R. (1979), Dating and Context of Rock Engravings in Southern Africa. *Science*. 203 (4386), 1201-1214.
- Conkey, M. W. and C. A. Hastorf (eds.) (1991), *The uses of style in archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Conrad, J., Breunig, P., Gonska, H., Marinetti, G. (1998), *The feasibility of dating rock paintings from Brandberg, Namibia with 14 C*. *Journal of Archaeological Science* 15: 463-466.
- Chippindale, C. and Nash, G. (eds.) (2004), *The Figured Landscapes of Rock – Art*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Culson, D. & Campbell, A. (2001), *African rock art*. New York: Abrams.
- Deacon, Janette (2002), *Southern African Rock Art Sites*. Retrieved from www.icomos.org.
- Dowson T. A. (1998), "Rock art of the central Namib Desert". *Newsletter of the prehistoric society*, 30: 6-7.
- Hollmann, Jeremy and Steyn Willem (2003), *A report on the rock paintings in the Erongo Mountain, Erongo Region: Karibib, Omaruru District, Namibia*.
- Gwasira, Goodman (1998), (Jun) "Rock Art in Namibia: Its Past, Present and Future" in *Pictogram*, Vol. 10(1): 54-56, South African Rock Art Research Association, Okahandja, Namibia.
- ____ (2000), *Twyfelfontein Preliminary Report for UNESCO*, June 2000.
- ____ (2000), (Jan) *Rock Art Site Management in Namibia, with Particular Focus on Twyfelfontein* in *Pictogram*, Vol. 11(2): 16-22, South African Rock Art Research Association Okahandja, Namibia.
- ____ (2003), (May), "Community Involvement in Rock Art Site Management in Namibia" in *Rock Art Research*, Vol. 20(1): 34-36, Australian Rock Art Research Association, Melbourne, Australia.
- ____ (2011), *A rare combination of engravings and paintings in the Dome gorge, Daureb/Brandberg*, Cologne: CASC.

- _____ (2012), The archaeology of the Dome Gorge in the Daureb/ Brandberg, Namibia: Themes, content and Context, *Journal for Studies in Humanities and Social Sciences* Volume 1, Number 1, March 2012 – ISSN 2026-7215.
- Jacobson, L. (1976b), *Mid-Holocene to recent cultural change in the Brandberg*. Paper read at the 9th U.I.S.P.P Congress, Nice.
- Kinahan, J. (1989), *Pastoral nomads of the Central Namib Desert*. Ph.D thesis, University of Witwatersrand.
- _____ (1990), *Four thousand years at the Spitzkoppe: change in settlement and landuse on the edge of the Namib Desert*. *Cimbebasia*, 12: 1-4.
- _____ (2011), From the Beginning: The archaeological evidence. In: Wallace M (with Kinahan J), editor. pp. 15–44. *New York: Columbia University Press*.
- _____ (2003), A Proposal for the Development of Community-Based Tourism at Three Archaeological Sites in North-Western Namibia. Quaternary Research Services Report 48. Commissioned by Deloitte and Touche, London.
- _____ (2005), The late Holocene human ecology of the Namib Desert. In Smith, M. and Hesse, P. eds 23.^o S Archaeology and Environmental History of the Southern Deserts. Canberra.
- _____ (2006), Twyfelfontein /Ui-//aes World Heritage Site Nomination Dossier Namibia. Lee, R B. (1984), *The Dobe !Kung*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Lenssen-Erz, Tilman (1997), “Metaphors of Intactness of Environments of Rock Art Paintings of Namibia” in P. Faulstich (ed.), *Rock-art as visual ecology*: 43-54 Tucson, AZ: American.
- _____ (2004), “Landscape Setting of rock-painting sites in the Brandberg (Namibia): Infrastructure, Gestaltung, use and meaning”, *Cambridge University Press: Cambridge*.
- _____ (2007), The atlas of cultural and environmental change in arid African: *Africa prehistorica* 21, Cologne.
- _____ (2008), “Space and discourse as constitutes of past identities-the case of Namibian rock art”, Left Coast Press: Walnut Creek, CA.
- Lewis-Williams J. D. (2010), The imagistic web of San myth, art and landscape, *Southern African Humanities* 22: 1–18.
- _____ (1981), *Believing and seeing*. London: Academic Press
- Lewis-Williams, J D 1983 *The rock art of Southern Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ (1990), *Discovering Southern African rock art*. Cape Town: David Philip.
- Lewis-Williams, J. D., & Dowson, T A (1989), *Images of power: Understanding Bushman rock art*. Johannesburg: Southern Book Publishers.
- Nankela, Alma (2012), The Landscape Setting of the Rock Arts Sites in Kunene Region, Namibia (ed. Luiz Oosterbeek and George Nash), in landscape within rock art, Tomar: Centro de Pré-Historia do Instituto Politécnico (CEIPHAR).
- Pager, Harald (1998), The rock paintings of the Upper Brandberg, part IV – Umuab and Karoab Gorges. Heinrich-Barth-Institut, Köln.
- _____ (2000), The rock paintings of the Upper Brandberg, part V – Naib Gorge (A) and the Northwest. Heinrich-Barth-Institut, Köln.
- _____ (2006), The rock paintings of the Upper Brandberg, part VI – Naib (B), Circus and Dom Gorges. Heinrich-Barth-Institut, Köln.
- _____ (2006), The rock paintings of the Upper Brandberg Part V1 Tome 1: Naib (B) and Dome Gorges, *Heinrich-Bath-Institut. Koln*.
- Pleurdeau D., Imalwa E., Detroit F., Lesur J., Veldman A., *et al.*, (2012), «Of Sheep and Men»: Earliest Direct Evidence of Caprine Domestication in Southern Africa at Leopard Cave (Erongo, Namibia). *PLoS ONE* 7(7): e40340. Doi: 10.1371/journal.
- Sandelowsky B and Viereck, A. (1969), Supplementary Report on the Archaeological Expedition of 1962 to Erongo Mountain of South West Africa. *Cimbebasia B* 1: 1-43.

- Taçon, P. S. C., and Ouzman, S. (2004), *Worlds within Stone: The Inner and Outer Rock – Art Landscape of Northern Australia and Southern Africa*. In *The Figured Landscapes of Rock – Art*. C. Chippindale and George Nash, eds. pp. 39-68. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wadley, L. (1979), *Big Elephant Shelter and its role in the Holocene prehistory of South West Africa*.
- Scherz, Ernst-Rudolf (1975), "Rock Art in South-West Africa. Volume II: The engravings in north-western South-West Africa", *Cologne: Böhlau Verlag*.
- Wendt, W. E. (1974), "Art Mobilier" from the Apollo 11 cave, South West Africa: Africa's oldest dated works of art. *South African Archaeological Bulletin* 31: 5-11.
- _____ (1976), "Art Mobilier" from the Apollo 11 cave, South West Africa: Africa's oldest dated works of art. *South African Archaeological Bulletin* 31: 5-11.
- Ouzman, S. (1998), *Towards a mindscape of landscape*, in Chippindale & Taçon (ed.): 30-41, the archaeology of rock art: *Cambridge, Cambridge University Press*.
- _____ (2002), *Site Report: Grosse Domschlucht 1 2114 AB6, Brandberg-Daures, Erongo Region, Omaruru District, Namibia (25 April, 2002)*. Unpublished.
- Viereck, A. and Rudner, J. (1957), "Twyfelfontein: A Centre of Prehistoric Art in South West Africa".
- Vogelsang, R., Richter, J., Jacobs, Z., Eichhorn, B., Veerle, L., Roberts, R. G. (2010), *New Excavations of Middle Stone Age deposits at Apollo 11 rock shelter, Namibia: stratigraphy, archaeology, chronology and past environments*. *Journal of African Archaeology*. 8 (2), 285-218.
- Willcox, A. Fl. (1963), *The rock art of Southern Africa*. New York: Nelson.



Rethinking the presentation at Olduvai Gorge site museum within Integrated Landscape Management (ILM) framework

Everlyne E. Mbwambo* e Luiz Oosterbeek**

p. 57-64

Abstract

Despite the relevance of the Olduvai complex and of the remarkable research undertaken for decades, the picture that one gets from the current site museum display is that of the incomplete and fragmented representation of Olduvai Gorge cultural landscape. Noticeable, there are aspects and themes of presentation and interpretation at the site museum which have remained largely unchanged despite the ever changing and dynamic cultural landscape and knowledge resulting from research. This paper raises issues of comprehensive integrated presentation of all themes represented in the territory framed in the broader perspective of heritage management within integrated landscape management framework. The paper opined that 21st century museums (OG site museum) need to take into consideration the presentation of all territorial themes that incorporate tangible and intangible heritage visible or not on the cultural landscape. In the end the paper recommends rethinking presentation by modelling integrated preservation and presentation strategies that ensure the message of the past and present are interpreted and presented effectively to the indigenous communities as well as the visitors for sustainable heritage management.

Introduction

The incomprehensive presentation and interpretation of the past, inadequate knowledge construction and dissemination to the public and outdated structural facilities have remained a key dimension of dissatisfaction at Olduvai Gorge site museum. Reasons for such negative occurrence is mainly attributed to heritage management and have been fully examined by researchers elsewhere (Kusimba and Kusimba, 2003; Mabulla, 2000, and Kimambo, 2014). It is very unfortunate that despite the good will and efforts geared at improving the situation, drastic changes need to be undertaken. In Tanzania, Department of Antiquities (DoA) is charged with custodianship and development of site museums of Olduvai gorge and Kaole (found in Kaole ruins) among others which represent specific

* Instituto Terra e Memória

** Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências da Universidade de Coimbra.

themes of paleontological, archaeological, historic, ethnographic and political collections (Kayombo, 2005; Msemwa, 2005; Masao, 2010).

It is imperative to know that museums that carry specific themes such as Olduvai Gorge pose a network of challenges that need to be differently addressed and constantly revised given their unique mission and public expectations. Suffice it to say that Olduvai Gorge's breakthrough in these notorious challenges of poor and fragmented presentation of the site, lack of interest of general public in site museum and inadequate consideration and integration of stakeholders' interests (often conflictive); is yet to be realized with the adoption of integrated landscape management. The main objective is therefore to bridge the gap between heritage and heritage users which will enhance knowledge construction and dissemination, quality experience and heritage longevity. The paper strongly believes by adopting and adapting this framework, a more clearer complete and comprehensive storyline of Olduvai Gorge cultural landscape and true sustainability of heritage management born out of improved stakeholders' partnership and integration (knowledge socialization) will be realized.

The Rio+20 conference in 2012, amidst a bitter feeling of failure when thinking back on the aims and expectation of 1992, stressed the relevance of human behaviour in the framework of sustainability. This awareness increases the interest of societies on the understanding of different strategies, across different territories and across time. This explains the growing interest in Human evolution and, specifically, on Olduvai Gorge.

Understanding humans as a link involving society (human organisations), environment (human context) and economics (human behaviour) enables to understand humanities as a set of expertise for integrated landscape management for sustainable development. A new role for the Humanities is, then, to build critical conceptual capacities, promoting new integrated landscape management plans that value these issues, but also to give coherence to the tripod of sustainability, to bridge the gap with other sciences to rephrase the dichotomy between economics and culture and to promote the didactics of dilemmas and of convergence within diversity.

The specific relevance of archaeology in such a programme for humanities is twofold. On one hand its expertise in assessing adaptation mechanisms, economyenvironment balances, techniques and technology. On the other hand it offers an interdisciplinary approach that goes beyond humanities, involving social and natural sciences when addressing those topics. In fact, archaeology provides in depth understanding of the relation between resources and needs, between techniques and energy, or between knowledge and territory. This is how it looks into the past, e.g. when discussing the emergence of space dominance by early hunters, the role space and time notions in the conquest of symmetry, or when assessing transitions into farming relating resources, climate and human social dynamics. Archaeological research offers to contemporary society, hence, an integrated insight into past landscapes and their human dynamics, contributing to disseminate awareness of adaptation mechanisms and of the need to value all levels of information. It is this insight that calls for a specific type of reasoning that proves to be useful in contemporary society and, we believe, it is in this line that heritage management can be useful for fostering a dynamic of cultural integrated landscape management.

Materials and methods

In this section the paper explores the nature of heritage found at Olduvai Gorge, existing infrastructure for research and museology and the appropriate methodology pursued. The undisputed relevance of Olduvai Gorge greatly lies on her unique tangible and

intangible heritage. Its remarkable paleontological and archaeological richness had long been underscored by Dr(s) Leakeys whose unparalleled legacy at Olduvai forever lives. Their dedicated scientific work at Olduvai was responsible for the great discoveries of three hominin remains of *Paranthropus/Australopithecus boisei*, *Homo habilis* (handy man) and *Homo erectus/ergaster* (Leakey, 1959; Leakey *et alia.*, 1964; Leakey, 1971; M. D. Leakey, 1976; Clarke, 2012; Dominguez-Rodrigo *et alia.*, 2013). Archaeological heritage inform of “living floors” and stone artefacts of Oldowan and Archeulian industries were carefully studied and properly treated through the enduring work of MD Leakey who also pioneered conservation through field (site) *musea* vision (M. D. Leakey, 1971; M.D Leakey & Roe, 1994; Willoughby, 1997; Tobias, 1997). It is of no wonder that in 2010 Olduvai Gorge under Ngorongoro Conservation Area assumed a privileged sit at UNESCO World Heritage list as a World Heritage Cultural Heritage Landscape (UNESCO Report, WHC 10/34.COM/20). In stressing the importance of Olduvai at national level, Mabulla (2000) opined that, “this famous World paleontological and archaeological site provides the country with comprehensive documentation of hominin biological and cultural evolution patterns spanning 2 million years ago”. Today, the living seminomadic Maasai community who calls Olduvai home has further beautifies the landscape with their remarkable intangible heritage of their resilient traditional systems. These include but not limited to the fascinating traditional cultural dances, songs, legends, bead working, traditional medicine to mention but a few. The need therefore to integrate traditional system that are heritage friendly become unescapable and paramount to promote cultural identity and minimize community alienation. Existing infrastructure for research is a mosaic of old structures/buildings constructed by the Leakey’s in the 1950’s and newly erected modern buildings. The Oldest camp with permanent infrastructures is that of the Leakey camp (Fig. 001, 002) which is now being used for research purposes by the longrunning project The Olduvai Paleoanthropology Project (OLAPP) initiated in 1989, The Olduvai Geochronology Archaeology Project (OGAP), Olduvai Vertebrate Paleontology Project (OVP) and Conservation of Olduvai Project (COP). The Aguirre-Mturi Research station at Olduvai Gorge was built in cooperation of The Olduvai Paleoanthropological and Paleoeological Project (TOPPP) and Cives Mundi. This research station is being used by the Spanish-Tanzanian team and their students for field schools and research purposes at large (Fig. 003).



Figure 001
Leakey's camp structures.



Figure 002
New site laboratory.



Figure 003
Aguirre-Mturi station.

The current museum’s facilities at Olduvai include the information center built by the Leakey’s in 1970 and opened to the public in 1972 (Paresso, personal communication) and was later expanded through the construction of adjacent hall by the Getty Conservation Institute in 1966 (Kimambo, 2014). The museum complex includes orientation room, Olduvai and Laetoli room (Fig. 004), two lecture venues (banda in Swahili) (Fig. 005) and newly constructed washroom facilities (Fig. 006).



Figure 004
Museum entrance.



Figure 005
Lecture venue.



Figure 006
Washroom facility.

Methodology pursued for data collection

This paper uses some field work data that I collected for my master's thesis on the current trends and management of Olduvai Gorge cultural landscape in Aug-Sept 2014. Specific set of data that will be used in this discussion comes from the 46 recorded questionnaires that were distributed to the local community members and tour guides and 24 interviews made on tourists and scientific researchers. Questionnaires were designed to address specific segments of the research target. First set of questionnaires were to be administered to the Maasai leaders, researchers, Ngorongoro Conservation Area Authority officials and Antiquities' department officials at Olduvai. This type of questionnaire included information on first: basic demographic data, second: sociocultural data including; family structure, medical care, housing, closing and symbols, religion, leisure and third information with regards to heritage. These questionnaires were printed in both English and Swahili and included multiple choice questions where the respondent was asked to choose from the various options one which best reflected their opinions and the open spaced questionnaires were intended to offer much freedom of expression and opinions from the respondent. Interviews were conducted in three languages Swahili, English and Ma (Maasai language). The latter I was assisted in translation and interpretation by a fellow masters student on Heritage management from the University of Dar es Salaam who is also a proudly Maasai. Personal interviews were both recorded using voice recorder and where necessary notes were jotted down. Telephone interviewing (Kothari, 2004) became necessary given the time constraint that I faced and the need to keep up with new updated information from key interviewees. This method provided an opportune and proved effective in gathering wider yet vital information and knowledge beyond the limits of the questions I had set.

Results

Herein are the statistics presented in table, graphs and quoted statements reflecting various stakeholders' responses with regards to their perceptions on the relevance of the site museum at Olduvai Gorge (Table 001). Recorded questionnaires (46 in number) were

Table 001

NO	Stakeholders segment	Total in number	Total in percentage
1	Local Maasai	36	51.4%
2	Tourists	19	27.1%
3	Tour guides	10	14.2%
4	Scientific Researchers	5	7.1%
Total		70	99.8%

distributed to local community members and tour guides and 24 personal interviews were administered to tourists and scientific researchers. These figures make a total of 70 people.

The graph below represents stakeholders' responses indicating specific presentation challenges at Olduvai site museum (Fig. 007). Results indicate that the majority of the stakeholders (38.6 %) registered their sentiments with regards to public access

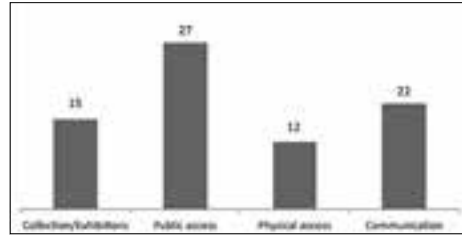


Figure 007 – Stakeholders responses indicating specific presentation challenges at Olduvai site museums.

which included partial engagement resulting from a strong sense of alienation mostly raised by the community members. Communication challenges ranked the second where 22 respondents (31.4%) raised concerns on the inadequate and outdated information, limited languages used and lack of interactive communication devices such as touch panels, brochures, recorded sounds to mention but a few. The other 21.4 % (15) mentioned few collections of the museum displays, inadequate exhibitions and poor information presentation to be a major source of dissatisfaction. On the other hand the last group pointed to the poor infrastructure in terms of inaccessibility of site (poor roads), lack of refreshment facilities/services and the small size museum. When a local Maasai community member was asked why he visited the museum and the relevance of the museum this is what he had to say, “I visit the museum to see what these visitors (*wageni* in Swahili) go to do in the museum. It has been there for more than 50 years yet there are no improvement on social facilities and our lives in general”. On the other hand the interviewed researcher’ experience from Perugia University (Italy) was different as witnessed in his words, “It is a great pity that the museum is very small, outdated with few collection”. The tourist from Canada put it this way, “It is a site museum with organized material but very small. It requires expansion, more informative communication aids such as big screens, brochures and use of many languages also scientific updated information”. The last but not least were the remarks of the tour director of Abercombie and Kent Ltd who stressed that emphasis need to be put on community development especially of Maasai community whom he thinks they have been left behind in National priorities.

Discussion and conclusion

Judging from the ongoing discussion and results presented the need to bridging the gap between heritage presentation to the community and strengthening stakeholders’ partnership and integration stands out. According to Webber (2001) integrated presentation ensues that all the message of the past encoded in the heritage are interpreted and presented effectively to the indigenous communities which I strongly believe to be a remedy to community alienation and a catalyst to promoting cultural identity.

Such a premise is rooted from the realization of the expansion of the concept of cultural heritage to encompass now all past evidences, material or intangible, that may be assigned value by segments of contemporary societies, allowed for all human groups to be entitled to have their specific heritages recognised. This demonstrates the need of heritage to take cognizance of different stakeholders’ interests which are often conflictive given their diversity in nature. In this context cultural heritage management of Olduvai Gorge in a broader sense and heritage presentation in particular needs to be framed within integrated landscape management as part of global territorial management.

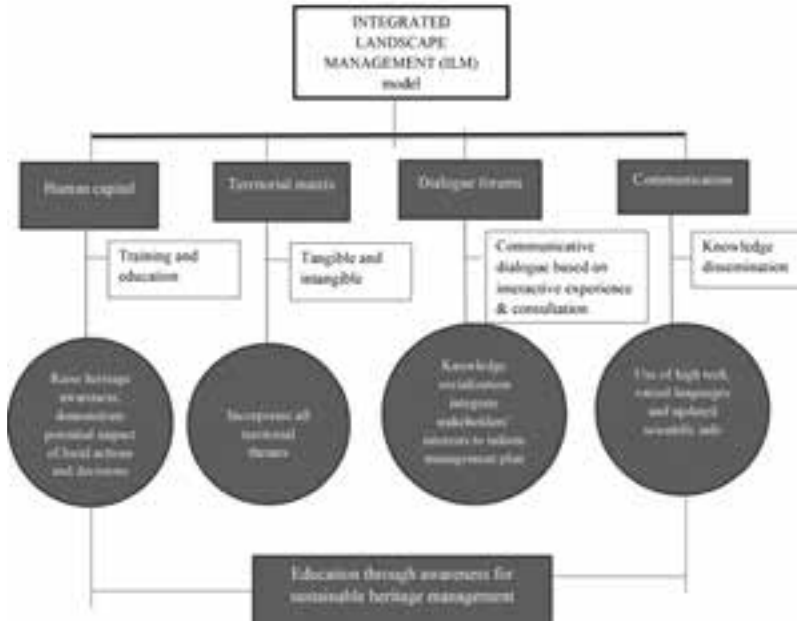


Figure 008 – Proposed integrated landscape management model for Olduvai Gorge.

Enfolding integrated landscape management and operation. Scheunemann and Oosterbeek (2012) extrapolate Integrated Landscape Management as a stakeholder-oriented and participatory process that attempts to influence the direction of a transition towards a more sustainable regional development and improvement on the quality of life. It has a prerequisite a longterm vision, then, experiments in niches to prepare bigger interventions and to build new coalitions between actors. Chief amongst the rationale behind integrated management is the realization of a system of resources of often of nonrenewable nature that make up the territory. Secondly is the need to protect and secure an even access to different human groups implying articulation of different and often contradictory perspectives, interests and agendas (Oosterbeek, 2012). In this sense human groups are part of the territory but with different perceived perceptions on the territory and these differences in perceptions are referred to as “landscapes”. By taking into consideration all factors and the presence of different actors (stakeholders) relevant to the territory, it provides a breakthrough for a systemicholistic understanding for the informed governance of Cultural heritage management. Of great importance to this subject are the four pillars upon which this model is grounded namely formations, territorial matrix, dialogue forums and most important communication. This *modus operandi* provides room for the flow of information, ideas and views from various stakeholders resulting into the rapprochement of presentation strategies at Olduvai Gorge. The proposed integrated landscape management model and its anticipated resultant benefits for improved presentation at OG are summarized in the Fig. 008 below.

In the process of stakeholder involvement training and education to the general population and literally to every community member is essential. This process may be executed in phases given magnitude of the process itself and resources available. The main aim is to create heritage awareness to a wider community without exception since cultural heritage

is a collective memory of humankind (Oosterbeek *et alia.*, 2010). Another core element for ILM is territorial governance which is linked to the concept of territorial competitiveness to ensure coordination between different stakeholders (Scheunemann and Oosterbeek, 2012). This is where the proposal to incorporate all territorial themes at Olduvai comes in. Such may include though not limited to themes featuring in historical (the materiality of Maasai history) or formal organization of the traditional cultural systems in a living museum to create a sense of belongingness. Furthermore in an attempt to foster coordination between stakeholders' temporal scientific exhibitions for the public may be mounted to complement OG information centre but also to generate knowledge combined with entertainment (edutainment). The logic behind dialogue forums which are based on interactive experience and consultation aims at harnessing as much knowledge as possible from different stakeholders, talk of merging scientific knowledge with traditional knowledge for instance. The process of knowledge socialization is key to informed management plan which is a product of consolidation of knowledge within a spirit of partnership and multidisciplinary. In the end communication the cumulative knowledge arised from the effective and appropriate dialogue need to be communicative efficiently and effectively to the wider public in every possible way.

In concluding, heritage management has the obligation to understand the nature of diverse stakeholders involved, their diverse interests and make a provision for a constant review and changes moving away from a traditional monolith heritage management. Such understanding is guided by a plausible reasoning that stakeholders change and so is the context. This does not downplay the previous proposed heritage assessment or even that which is currently applied at OG; but simply means assessment of the conditions of heritage and stakeholders now have changed hence calling for a new paradigm shift in cultural heritage management for true sustainability a model we call integrated landscape management.

Bibliographic References

- Ashley, G. M. (2010), A spring and wooded habitat at FLK Zinj and their relevance to the origins of human behavior. *Quaternary Research* 74: 304-314.
- Ashley, G. M. *et al.* (2010), Sedimentary geology and human origins: a fresh look at Olduvai Gorge, Tanzania. *Journal of Sedimentary Research* 80: 703-709.
- Blumenschine, R. J. *et al.* (2003), Late Pliocene *Homo* and hominid land use from Western Olduvai Gorge, Tanzania. *Science* 299: 1217-1221.
- _____ (2008), Effects of distance from stone source on landscape scale variation in Oldowan artefact assemblages in the paleo-Olduvai Basin, Tanzania. *Journal of Archaeological Science* 35(1): 76-86.
- Coast, E. (2002), Maasai socio-economic conditions: cross-border comparison (online). London: LSE Research Online. Available at: <http://eprints.ise.ac.uk/archive/00000265>.
- Clarke, R. J. (2012), A *Homo habilis* maxilla and other newly-discovered hominid fossils from Olduvai Gorge. *Journal of Human Evolution* 63: 418-428.
- Diamond, J. (2005), *Collapse: How societies choose to fail or succeed*. Nova York: Viking/Penguin Group.
- Domingues-Rodrigo, M. *et al.* (2014), The evolution of hominin behaviour during the Oldowan-Acheulian transition: recent evidence from Olduvai Gorge and Peninj. *Quaternary International*, 322-323: 1-6.
- Leakey, L. S. B. (1928), The Oldoway Skull. *Nature* 121: 499-500.
- Mabulla, A. Z. P. (2000), Strategy for Cultural Heritage Management (CHM) in Africa, A Case Study from Tanzania. *African Archaeological Review* 17 (4): 211-233.

- Masao, F. T. (2010), *Museology and Museum studies. A hand book of the theory and practice of museum*, Dar es Salaam, Dar es Salaam University Press-
- McBean, G. A. (2007), Role of prediction in sustainable development and disaster management. In: Brauch, H. G. *et al.* (eds.) *Globalisation and environmental challenges: Reconceptualising security in the 21st century*. Berlin: Hexagon Series on Human and Environmental Security and Peace 3: 929-938.
- Mturi, A. A. (2005), State of Rescue Archaeology in Tanzania. In Mapunda, B. B. B. and Msemwa, P. (eds.) *Salvaging Tanzania's Cultural Heritage*. Dar es Salaam: Dar es Salaam University Press.
- Musiba, C. M. *et al.* (2014), The Management of Cultural World Heritage Sites and Development in Africa: History, Nomination Processes and Representation on the World Heritage List. In Makuva, S. (ed.) *Springer Briefs in Archaeological Heritage Management* 2192-5313: 97-98.
- Oosterbeek, L. (2012), Looking at a global disruption in three steps, plus one to overcome it. In: *Territori della Cultura*, n.º 8, pp. 14-21.
- Oosterbeek, L., Santander, B. and Quagliuolo, M. (2010), *Quality Heritage Management*. Ceiphar, Arkeos series vol. 26: Tomar.
- Scheunemann, I., Oosterbeek, L. (eds.), McBean, (2012), *A New Paradigm of Sustainability: Theory and Praxis of Integrated Landscape Management*. (tradução da versão em inglês Sybelle Margery Marie e Jongh Doria Martins), Rio de Janeiro: IBIO.

Le couteau de jet en milieu Gabri

Noudjiko Hamdji Milman*

p. 65-69

Le patrimoine culturel peut être appréhendé comme l'ensemble des biens matériels ou immatériels ayant une importance artistique et/ou historique certaine, et assure la transmission des valeurs culturelles d'une génération à une autre.

Le couteau de jet constitue une référence de valeur, de conservation, de dignité et un signe de pouvoir chez les peuples méridionaux du Tchad (la Tandjilé, le Logone Occidental, Logone Oriental et le Moyen Chari). Cette arme traditionnelle fabriquée à base du fer reflète l'image de ce peuple. Pour le commun des mortels, le couteau de jet est considéré comme une arme de défense et de chasse cachant certaines valeurs.

Dans la société traditionnelle des peuples Gabri, le couteau de jet est la principale arme qui jusqu'à nos jours reste inséparable des hommes Gabri. Il est utilisé pour la guerre, la chasse, mais a aussi une valeur symbolique dans la résolution des conflits, mariages, vénération des dieux, cérémonies funèbres etc. Ces valeurs sont protégées et transmises de génération en génération. Malgré ses rôles, ses valeurs, la place qu'occupe le couteau de jet, cet instrument patrimonial se trouve menacé par certaines décisions administratives et la modernité. Le modernisme et ces interdits banalisent le port du couteau de jet par les jeunes Gabri, ce qui se traduit par l'usage d'autres armes comme la machette industrielle, les fusils artisanaux, le couteau etc.

Ce patrimoine (couteau de jet) est fragile et sévèrement menacé de disparition. Face aux menaces de nature compromettante, il serait question d'engager des actions telles que: étudier les possibilités de conservation, de restauration et de protection, pour transmettre cette valeur à la génération future.

I. Présentation de la zone d'étude et du peuple Gabri

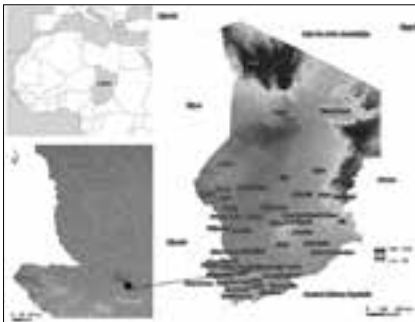


Fig. 001 – Localisation de la zone d'étude.

Le canton Kimré est situé au sud du Tchad entre 09° 18'08 et 9°33'00 Nord; 16°9'00 et 16° 55' 32 Est, situé au nord de la sous-préfecture de Dono Manga dans le département de la Tandjilé Est. Il est séparé de la capitale (N'Djamena) à 500 Km. Il est limité par cinq cantons: le canton Goulaye au Sud, le canton Ndam au Nord Est, le canton Soumraye au Nord, le canton Tchédoum à l'Ouest et le canton Darbé au Nord-Ouest. Dans son ensemble, le canton compte vingt et sept (27) villages, deux (2) ferriques (Ferrique de

* CEAUP.

Kimré et de Marou) et une population de 25949 habitants composée à 98 % d'ethnie Gabri de Kimré dont sa culture fait l'objet notre étude.

II. Description du couteau de jet

Le couteau de jet appelé en langue Gabri «*Guessa*» est un instrument ou un outil artisanal fabriqué par les forgerons et plus utilisé par les ethnies de la zone méridionale et particulièrement les Gabri. Sa fabrication diffère d'une ethnie à l'autre et se fait selon les principes coutumiers de chaque ethnie. Chez les Gabri l'obtention du couteaux de jet se fait sur commande du demandeur auprès du forgeron de son choix. Cette commande s'accompagne dans la plupart de cas par la remise du morceau de fer du demandeur au forgeron qui le modèlera selon la marque sollicitée par le demandeur.



Fig. 002 - «Mbam»
(pochette) (Ph. Hamdji).

La dignité de l'homme Gabri se voit à travers sa capacité à disposer un nombre important de couteaux de jet, à bien les entretenir et son habileté à atteindre la proie. Pendant le moment de non usage, il est préférable dans cette communauté que le couteau de jet soit remis dans sa pochette appelée «*Mbam*».

III. Techniques de fabrication du couteau de jet

A l'instar des autres objets issus des activités de la forge, la fabrication du couteau de jet obéit à une procédure:

- **Dans un premier temps**, on procède au choix du fer, son découpage, son dimensionnement et ceci par l'apprenti forgeron. Si le fer est plat et large, on le divise en une dimension convenable à la forme du couteau de jet, au cas contraire, on procède à son aplatissement.
- **Deuxième phase**: Cette phase consiste exclusivement à la mise au foyer du fer choisi et du chauffage. Une fois le fer chauffé, malléable, la troisième phase commence.
- **Troisième phase**: celle-ci correspond au façonnage ou modelage. Elle est la phase importante dans le processus de la fabrication du «couteau de jet» et est assuré par le forgeron lui-même. L'opération (chauffage-modelage) se répète jusqu'à la phase de l'obtention d'un couteau de jet parfait. Le forgeron le plonge dans l'eau pour le rendre rigide
- **Quatrième phase**: chez l'homme Gabri, le couteau de jet qui atteint une proie ou une cible sans laisser un sérieux dommage est soit échangé ou mis hors usage. Pour cette raison, à chaque fin de la fabrication du couteau de jet, il doit être aiguisé pour être tranchant. Cette tâche est assurée parfois par l'apprenti forgeron ou parfois par une personne spécialisée en la matière.

IV. Types de couteaux de jet

Comme les armes modernes, les couteaux de jet utilisés en milieu Gabri sont de différentes marques. On distingue en général quatre(4) types de couteaux de jet à savoir:

- 1) «*GuessaMông-Rông*»: c'est le type de couteaux de jet à deux crosses. Il assure les mêmes fonctions que les autres mais à cause de difficultés à la fabrication et de la valeur que l'on lui accorde, il coûte plus cher que les autres. Le constat fait dire qu'il serait plus utilisé par des personnes âgées que les autres types.
- 2) «*Guessa Bôrô*»: c'est le type de couteau de jet à une seule crosse mais le bout finale de la partie tranchante est courbé par derrière. Ce type de couteau n'a pas une exception que l'on peut signaler.



Fig. 003
Goussa Mông-Rông
(Ph. Hamdji).



Fig. 004
trousse de couteau de jet
Mông-Rông (Ph. Hamdji).



Fig. 005
Goussa Bôrô
(Ph. Hamdji).



Fig. 006
trousse de couteau de jet
Bôrô (Ph. Hamdji).

3) «**Goussa sun-nume**»: c'est le couteau de jet le plus ordinaire, il est caractérisé par une crosse ne présentant aucun signe particulier. C'est ce type de couteau de jet qui est plus utilisé par les jeunes. Souvent, les parents en signe de confirmation de l'âge de responsabilité de leurs enfants leur octroient ce type de couteau.

4) «**Goussa Sêwrê**»: il ressemble plus au type précédent mais se démarque par l'arc que porte le bout de sa crosse. Il est aussi plus utilisé par les jeunes.



Fig. 7
Goussa sun-nume
(Ph. Hamdji)



Fig. 8
trousse de couteau de jet
sun-nume (Ph. Hamdji)



Fig. 9
Goussa Sêwrê
(Ph. Hamdji)



Fig. 10
trousse de couteau de jet
Sêwrê (Ph. Hamdji)

V. Différentes valeurs du couteau de jet chez les Gabri

1. Valeurs symboliques

a) Test de virginité

Le choix du partenaire chez le Gabri obéissait aux principes coutumiers. Tous ceux qui fréquentaient la fille manifestaient leur volonté en apportant de petits cadeaux à la belle

famille. Surtout, les parents du garçon favori pouvaient apporter aux parents de la jeune fille la demande de main constituée d'un (1) couteau de jet, d'un (1) poulet et d'un (1) cabri pour les rites. Ce geste signifiait la fermeture de la porte de la proposée aux candidats malheureux et aux nouveaux candidats. Il s'en suit le test de fidélité et de virginité de la future épouse, car la culture Gabri refuse tout acte d'infidélité. Le couteau de jet et le poulet envoyés par les parents du gendre au père de la fille seront utilisés pour tester la pureté de la future épouse. En présence de deux représentants du garçon dans la famille de la jeune fille, celle-ci sortirait de sa case, tenant le poulet dans sa main droite et faisant des imprécations en passant le poulet entre ses jambes à quatre reprises avant de le remettre à son cousin paternel qui l'égorgerait avec ce couteau de jet envoyé et le lâcher se débattre jusqu'à mourir. Si celui-ci meurt couché sur son aile droite, cela confirme la virginité de la future épouse, au cas contraire, on supposerait que ce même couteau de jet l'a égoragée et les fiançailles seraient rompues ou, si tel n'est pas le cas, elle perdrait toutes les confiances de son époux.

b) Gibé kourô

Après la dot, les conjoints pouvaient alors se fréquenter mais cela ne confirme pas encore l'accord de la fille. Il va falloir que celle-ci symbolise son accord en ramenant les couteaux de jet de son fiancé à ses parents, cela confirme aussi que ce dernier l'a divergé. Au coucher du soleil, deux de ces cousins se rendront chez le beau-frère pour recevoir des cadeaux «*engré*» ne concernant pas le couteau de jet. Cette phase annonçait la préparation du mariage.

c) Cérémonie funèbre (Tanrè parade)

Chez les Gabri, un homme ne doit pas venir aux funérailles sans couteau de jet, il est fort probable que cette cérémonie se solde par de combats meurtriers, cela s'explique aussi par la prise de position selon les groupes familiaux. Même si le pire est souvent évité, le couteau de jet sert de parades qui démontrent le combat, on appelle «*Tangrê*»

d) Inhumation avec le couteau de jet

L'inhumation chez les hommes Gabri se fait toujours avec le couteau de jet déposé à côté du défunt, cela explique que même dans la tombe l'homme Gabri reste un combattant.

e) Signe de responsabilité chez les adolescents

Dans la société Gabri, quand l'enfant de sexe masculin est né, le père reconnaît avoir un défenseur. A l'âge de cinq (5 à 6 ans), il commence à recevoir l'éducation paternelle qui le prépare à la maturité d'homme et à la bravoure. A l'âge de 15 ans et plus, pour lui confirmer sa maturité et sa responsabilité d'homme, le père génital lui remet un ou deux couteaux de jet.

f) L'utilisation du couteau de jet lors des vénération (Tibé kamrê)

Les Gabri vénèrent les dieux en cas d'une malédiction sur la famille, ceci pour demander la clémence et le pardon de dieu: on appelle «*tebé kamrê*». Comme on se présente devant Dieu avec des offrandes et sacrifices, pour se présenter devant les dieux, il est obligé que ces derniers soient muni de cadeau composé d'un coq, couteau de jet et ou parfois de cabri, sans cela, personne n'obtiendrait la clémence de ces dieux.

2. Couteau de jet comme arme de guerre

Si les armes modernes sont plus utilisées par d'autres ethnies dans les conflits internes, les Gabri avaient et ont jusqu'à maintenant le couteau de jet comme arme de guerre. C'est avec

cette arme qu'ils ont résisté à Rabah, défendaient leur territoire et se défendaient contre les animaux féroces.

VI. Impact des lois Tchadiennes sur l'usage du couteau de jet

Sous prétexte de garantir la sécurité territoriale et du peuple tchadien, le gouvernement a promulgué des lois interdisant le port d'armes blanches (couteau, couteau de jet, machettes...). Ces décisions appliquées de manière impartiale ne favorisent pas la pérennisation de ce patrimoine. Souvent des fouilles sont organisées pour ramasser les armes blanches. Le couteau de jet est à priori plus mal vu que d'autres armes. Ces décisions entraînent de plus en plus la rareté de couteau de jet chez les Gabri de milieu urbain et la perte de sa valeur culturelle chez les jeunes.

VII. Justification du patrimoine et sa mise en valeur pour l'identification du peuple Gabri

La motivation du choix porté sur cet instrument traditionnel relève d'une importance capitale pour la valorisation et la conservation du patrimoine culturel du peuple Gabri. Connu pour ses valeurs, le couteau de jet est le compagnon ultime de tous les hommes Gabri mais aujourd'hui il est menacé de disparition par l'entremise des croyances et pratiques modernes.

Aux côtés de ces deux facteurs, les régulations politiques et administratives au Tchad et le brassage des cultures jouent un rôle très destructeur quant à la sauvegarde de cet outil défenseur.



Fig. 011
Blason de l'ANT.



Fig. 012
Logo des sociétés de gardiennage (Ph. Hamdji).

Parlant de mémoire collective des tchadiens, cet instrument traditionnel a une valeur transcendante car au lendemain des indépendances il est utilisé comme symbole sur les insignes de l'Armée Nationale Tchadienne (ANT), ce qui explique inévitablement sa valeur guerrière. Nous avons aussi quelques sociétés de gardiennage qui l'utilisent dans leurs logos comme arme de défense et de sécurité.

Suite à ses valeurs, ces considérations des actions concrètes doivent être engagées en vue de sauvegarder, de valoriser ce patrimoine cher en voie de disparition. Pour la conservation de cet outil patrimonial, il est recommandé aux autorités en charge de la sécurité du patrimoine culturel de veiller sur sa pérennisation.



Património e Arqueologia Angolana como potenciais aliados de uma atividade turística nacional residual

Ziva Domingos* e Bumba de Castro**

p. 71-82

Introdução

Considerando o desempenho da arqueologia no estudo das práticas sociais do passado e da reconstituição da história das comunidades, decidimos fazer uma abordagem sobre a contribuição desta no melhor entendimento das sociedades africanas, cuja historiografia tem sido muitas vezes deturpada ou, simplesmente, ignorada e no desenvolvimento socioeconómico de Angola, através do turismo cultural. Enquanto berço da humanidade, o continente africano constitui-se numa fonte singular para o desenvolvimento da arqueologia. Contudo, em sentido contrário, África necessita de encontros permanentes com o seu passado devido à existência de trajectórias descontínuas e vazios temporais que precisam ser esclarecidos com a ajuda de ciências como a arqueologia.

Angola, sendo um dos países africanos que mais foi afectado com o comércio de escravos transatlântico, devido à sua localização geográfica, viu igualmente a sua história interrompida de forma brusca. As pesquisas e descobertas arqueológicas que têm sido realizadas em diferentes partes do país, consubstanciadas em estações de arte rupestres em quantidade e diversidade assinaláveis e em artefactos arqueológicos que remontam do mesolítico e paleolítico antigo, permitem introduzir elementos no seu passado e conquistar novas abrangências para redefinir a origem e o percurso da sua historiografia. Por esta razão, temos assistido a iniciativas diversas das autoridades angolanas no sentido de valorizar e conservar o seu património cultural, sendo a candidatura da cidade de M'Banza Kongo a património mundial a situação mais evidente.

Por outro lado, os esforços empreendidos para a salvaguarda e valorização do património cultural e a sua vertente arqueológica têm no turismo um importante aliado, que deverá contribuir igualmente para a educação patrimonial dos cidadãos e dos visitantes, assim como para a melhor interpretação e leitura do passado. Não obstante a situação residual do turismo angolano no contexto da África Austral, os objectivos traçados para o sector até 2020 obrigam à concepção de produtos turísticos diferenciados que tragam valor às comunidades. O arqueoturismo é, naturalmente, um desses produtos, visto que, ao necessitar de testemunhos, tais como os artefactos arqueológicos existentes para a formatação de roteiros e configuração de produtos competitivos no mercado de consumo, tenderá a valorizar e a divulgar cada vez mais o país.

* Doutorado em Antropologia, Etnografia e Pré-História. Director Nacional de Museus de Angola. Professor da Universidade Agostinho (Angola).

** Doutorando em Turismo, Lazer e Cultura pela Universidade de Coimbra.

Nessa perspetiva, trazemos, num primeiro momento, como reflexão neste artigo a contribuição da arqueologia enquanto ciência reveladora das verdades do passado e, consequentemente, enriquecedora do património cultural. De igual modo, procurámos apresentar de forma resumida a situação da arqueologia africana e as principais descobertas arqueológicas que vão acontecendo em Angola nos últimos anos e, finalmente, na última parte do artigo, fizemos uma curta abordagem sobre o arqueoturismo, enquanto produto turístico e potencial para a conservação, divulgação e valorização económica do património cultural.

1. A Arqueologia: ciência reveladora das “verdades” do passado e enriquecedora do património

Ao fazermos uma análise dos trabalhos dos diferentes autores, constatamos que a arqueologia transmite conhecimentos e saberes convertíveis em património e suscetíveis de ajudar a romper paradigmas perpetuados no tempo, contribuindo de forma significativa na redefinição de “verdades” antes estabelecidas e no preenchimento de trajectórias descontínuas do tempo e do espaço. Por vezes semelhante à solução de um *puzzle*, é uma ciência que permite dar sentido ao presente por um lado, mas por outro lado, acaba por apresentar constantes e permanentes desafios para percursos posteriores.

Enquanto ciência social, a arqueologia toma como objeto de investigação a cultura material produzida pelos indivíduos num espaço e período de tempo determinados, no sentido de revelar a complexa estrutura das relações sociais e possibilitar a compreensão das transformações pelas quais passam as sociedades ao longo do tempo (Carvalho, 2010). Ao estudar os processos sociais através dos restos materiais, a arqueologia apresenta-se como um veículo privilegiado de transmissão de conhecimentos que possibilita a análise social das sociedades desaparecidas ou das pré-históricas (Leira *et alia*, 2014).

Na visão de Jorge (1990), a arqueologia completa a história que é feita através dos documentos escritos, nomeadamente onde estes costumam ser mais omissos, ou transmitidos oralmente, sobretudo, no que concerne à história local, cujos feitos não foram dignos de figurar nos anais que o passado legou. Essa situação é particularmente interessante no contexto africano, onde as fontes orais são veículos determinantes para a compreensão da sua historiografia. Conforme sugere Lane (2011), o desenvolvimento da arqueologia, ao interligar o passado com as tradições orais e históricas, é visto como um importante caminho para desconstruir o discurso colonial de que o continente africano não tinha história antes da chegada dos europeus. O autor vai mais além ao defender que é uma ciência que se afigura como um dos meios mais efetivos de pesquisa do passado não escrito, tendo por isso o potencial de desafiar o discurso colonial de que faz parte, podendo mesmo funcionar como uma prática anticolonial.

Um dos períodos mais marcantes da história da humanidade, pela desumanidade e indigência produzida, é sem dúvida o do comércio de escravos transatlântico, intensificado nos séculos XVI, XVII e XVIII da nossa era. Parte esmagadora dos testemunhos existentes nos nossos dias sobre esta prática humana ultrajante foi apresentada ao longo desses séculos, e igualmente nos séculos XIX e XX, pelos diferentes actores e autores do poder dominante, numa perspetiva eurocêntrica. A análise deste fenómeno, ao socorrer-se da arqueologia, estudando os costumes e os sistemas sociais estabelecidos pelos escravos deportados, sobretudo nas Américas, tem permitido apreender saberes através de práticas culturais tangíveis e imateriais de resistência e sobrevivência, cujos sinais são observáveis hoje, na dança e na música, na gastronomia e nos artefactos, na língua e na forma de culto. Manifestações culturais que se “cosmopolizam” cada vez mais com a actividade turística.

Neste sentido, tendo como fonte principal a cultura material, a arqueologia constitui uma via de acesso à história e à cultura dos grupos escravos, que serve simultaneamente de alternativa e complemento dos estudos escritos (Symanski *et alia*, 2012). Na visão destes autores, os vestígios materializados das práticas quotidianas dos escravos, muitas vezes mantidas ocultas pelos segmentos dominantes, apresentam um enorme potencial no fornecimento de informação sobre os padrões de vida material, economia, dinâmica social, cosmologias, religiosidade, construção e reconstrução de identidades. Além disso, considera-se que os artefactos produzidos pelos escravos podem ter um papel ativo na reconfiguração das identidades desses grupos, pois que permitem a reprodução de estilos que, em muitos casos, se associam facilmente aos estilos típicos das sociedades de origem.

Como a finalidade da arqueologia é perceber a intenção com que, no passado, alguém concebeu determinado material, assumindo um mínimo de elementos de continuidade para que o fio de inteligibilidade se estabeleça entre esse passado e nós, podemos afirmar que da leitura do material encontrado se recuperam intenções e se identifica a dinâmica das ações individuais e colectivas que está para além da estática do material (Jorge, 1990). Portanto, trata-se de ideias materializadas, no espaço, em estruturas e objetos, levando a que as diferentes gerações acumulassem ensinamentos de culturas construtivas, manuseando os recursos naturais para erguer edifícios que contribuíram para elevar a qualidade de vida das sociedades actuais (Guerrero *et alia*., 2012).

Os edifícios históricos aportam também elementos materiais importantes para a arqueologia e para um melhor entendimento do passado. Conforme atesta Zoreda (2009), o edifício histórico permite conhecer e, sobretudo, comunicar de modo mais afetivo que qualquer outro documento com as culturas que dão forma ao passado, pelo que a leitura de um imóvel informa a sociedade sobre as suas formas de vida, organização familiar, formas de relação social, ideologia de diversas culturas que o tenham habitado. O bem cultural tem um valor social como documento que nos vincula ao nosso passado, simbólica, física, emotiva e intelectualmente, permitindo-nos reflectir sobre nós mesmos e projetar no futuro a nossa visão de sociedade.

Para Carvalho (2010), a arqueologia permite compreender formas de organização do *corpus* social, práticas económicas e culturais, significados atribuídos aos artefactos ao longo dos processos sociais. Desempenha, por isso, uma importante função social nos projetos de restauração de prédios e edificações históricas, bem como na revitalização das cidades, vilas e povoados, identificando e divulgando aspectos da memória étnica e cultural dos povos que ali se estabeleceram e que contribuíram para a configuração de um espaço singular.

Em suma, a arqueologia, pela sua capacidade de contribuição imparcial e de reorganização dos discursos sobre o passado, assim como pela contribuição na redistribuição do protagonismo e restituição dos atores legítimos de construção da história, constitui-se, naturalmente, num valioso instrumento de reforço da identidade das coletividades e de exercício da alteridade. O conhecimento, o respeito e a consideração pelos feitos alheios que, em última análise, nos dá a percepção da contribuição na edificação da paisagem cultural da humanidade, representam um estímulo significativo para a compreensão mútua, convivência na diferença e para a paz entre os povos. Portanto, concluímos expressando a nossa total concordância com o enunciado abaixo:

“(...) the archaeological heritage and the knowledge produced through its study may be the key component in the process of socio-cultural and economic development for communities, representing also the starting point for intercultural and inter-religious peaceful relationships” (Carbone et alia, 2013, p. 286).

2. A situação africana e as principais descobertas arqueológicas em Angola

Uma vez analisado o substrato da episteme arqueológica que nos levou a compreender melhor o seu lado emancipador, convém, pensamos nós, observá-la numa perspectiva de produção objetiva de resultados, sobretudo no contexto africano, envolvido ainda numa multiplicidade de constrangimentos criados no período colonial e que, paradoxalmente, foram agravadas no período pós-colonização, tanto pelas estratégias de continuação da subjugação política e económica arquitetadas pelas classes dominantes como pela imaturidade, oportunismo e défice de valores culturais dos líderes africanos.

Como afirma Lane (2011), a produção do conhecimento arqueológico africano não pode ser encarado apenas como mera descrição do passado, mas como uma direcção sobre os problemas e desafios das comunidades e governos africanos actuais. A relevância do diagnóstico sobre a arqueologia [em cada uma das nações do continente] deve assentar numa tomada de consciência sobre o significado do passado onde ela, como vimos anteriormente, se apresenta como o meio de o definir cientificamente (Morais, 1984), isto é, de o apresentar com verdade, com discurso sustentável e coerente e, acima de tudo, com a percepção da sua contribuição para a contínua construção da humanidade.

Lane (2011) sustenta que a arqueologia da África Subsariana e a sua manifestação pública através dos museus emergiu de um contexto de regras europeias, e este legado do colonialismo continua a ganhar forma nas práticas arqueológicas que atravessam o continente. As regras coloniais continuam a definir os aspectos da arqueologia moderna, desde a sua interpretação ao peso que é dado aos diferentes eventos, processos, possibilidades de pesquisas, etc., que frequentemente se apresentam em conflito com as necessidades da história africana.

Sendo o berço da humanidade e, conseqüentemente, o espaço onde se encontram os traços mais antigos de ocupação e produções humanas (Domingos, 2012), o continente africano representa a principal fonte de pesquisa para o encontro do homem com o seu passado mais recôndito, na busca de mais subsídios que possam sustentar a origem da sua existência, o mecanismo da sua trajetória de sobrevivência e as vicissitudes do seu percurso pela procura de *habitats* seguros. Pois bem, posto isto, impõe-se que sejam colocadas as seguintes questões: será que este legado histórico do continente é apreendido na sua verdadeira dimensão pelos africanos? Ou, conforme se interroga Lane (2011), o africano tem consciência da importância do encontro com a sua história? Serão os apoios governamentais significativos para a investigação em sítios arqueológicos com vista a redescobrir o passado que o sistema colonial ocultou? De que forma o turismo tem ajudado a valorizar o património arqueológico no continente?

As interrogações expostas, longe de dirigirem o curso da nossa abordagem, pretendem chamar à reflexão para estudos posteriores que visem impulsionar pesquisas arqueológicas em África com o protagonismo de africanos e africanistas, com vista a assegurar a contínua revitalização dos territórios do continente e reforço da sua autoestima. Como temos vindo a frisar, a atividade turística, pelas suas particularidades intrínsecas de busca da diferenciação, do exótico e do inédito, deverá ser uma aliada privilegiada da preservação, valorização e divulgação do património arqueológico africano, orientando os mercados para produtos alternativos aos exaustivos produtos da fauna selvagem, evidenciadas nos parques e reservas naturais da África oriental e austral que, no entanto, carecem de sinais visíveis de territorialização das mais-valias no local.

Angola, cuja história actual repousa praticamente nos factos identificados no segundo milénio da nossa era, tem alargado de forma significativa a sua historicidade e redimensionados vestígios arqueológicos no seu espaço geográfico, com trabalhos sistemáticos

de investigadores nacionais e estrangeiros. Citemos por exemplo o caso do antropólogo e etnólogo francês, Manuel Gutierrez, professor e investigador na Universidade de Paris 1, *Panthéon Sorbonne*. Gutierrez (2009) sustenta no seu trabalho sobre a arte rupestre em Angola que os vestígios arqueológicos na província do Namibe são numerosos, de natureza e idade diversa. Para além das estações de arte rupestre, conhecem-se numerosos locais com material lítico que se estendem do paleolítico antigo até aos períodos recentes.

Gutierrez defende também, socorrendo -se do trabalho de outros autores e de pesquisas no terreno, que estão catalogados mais de 40 locais de arte rupestre em Angola, distribuídos do rio Zaire, ao norte, até ao rio Cunene, ao sul, e da fronteira Este até ao Oceano Atlântico, havendo no entanto, ao longo do território, limites de prospeção arqueológica que tornam parcial o conhecimento actual destes vestígios (Gutierrez, 2009). Por sua vez, Campos (2013) argumenta que, apesar de difícil detecção, se conhecem alguns achados de artefactos líticos no sudoeste de Angola, desde jazidas mais a norte da província do Namibe, grutas da Leba na zona da Huíla e para além do Cunene, materiais que se distinguem desde as eras mais recuadas (olduvaiense¹) até à LSA² (mesolítico regional) e à passagem para a Idade do Ferro africana (chegada dos bantus e, posteriormente, dos europeus).

Por outro lado, pesquisas arqueológicas na Baía-Farta (Benguela) fazem referência à existência de peças líticas na região, descobertas desde os anos 1950 a partir da publicação de geólogos do serviço de minas de Angola. O conjunto das escavações arqueológicas descobertas até hoje é conhecido como o complexo arqueológico do Dungo, do nome do rio temporário que passa entre as duas falésias do local. A existência de restos ósseos em qualidades importantes – uma baleia enclhada objecto de rapinagem nos bordos do paleolago – e a presença de fauna marinha no mesmo nível dos restos ósseos permitiu efectuar uma datação à volta dos 350 000

anos. Isto significa tão-somente que nesta região de Angola já havia ocupação humana neste período, visto que junto ao esqueleto de baleia foi encontrado material lítico, sobretudo em quartzo, atestando a presença de humanos (Gutierrez, 2015).

Na sequência do estudo etno-arqueológico desenvolvido no concheiro deste local (Benfica I – Cabo Lombo) foram analisados materiais recolhidos, como carvão e ferro, que estarão a ser datados para se ter a percepção da cronologia do concheiro (Domingos, 2015).

Com os relatos apresentados estamos, obviamente, diante de elementos materiais que remetem à génese das ocupações humanas no território angolano actual para um par de milhões de anos atrás, tornando cada vez mais enriquecedor o património arqueológico angolano. Assim, conforme defende Jorge (1990), pelo facto de ser uma forma própria de fazer história e de perspetivar a realidade humana, a arqueologia [particularmente a de Angola] deve tomar uma posição importante e de destaque no jogo político dos saberes, no âmbito das ciências sociais.



Figura 001 – Foto do sítio arqueológico do Dungo IV (Manuel Gutierrez, 2014).

¹ É o termo usado em arqueologia para se referir às primeiras indústrias líticas dos hominídeos durante o período Paleolítico Inferior em África (período mais antigo da pré-história do homem). A denominação faz referência ao sítio arqueológico mais importante de tais indústrias: a Garganta de Olduvai, na Tanzânia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/>).

² Later Stone Age: Idade da Pedra Tardia. Época em que as ferramentas de pedra eram elaboradas com mais complexidade. Os arqueólogos estimam que terá iniciado há 50.000 anos.

Todavia, o grande problema das realidades africanas tem sido a falta de aplicabilidade da legislação criada para regular as atividades dos diferentes setores na gestão do património cultural, limitando dessa forma a efetividade dos objetivos preconizados. Imalwa (2012), citando Said (1999), considera quatro situações que estão na origem da ineficácia da legislação produzida sobre o património cultural nos países da África austral:

- i) Excessiva centralização do sistema herdado do regime colonial;
- ii) Fraca coordenação entre as diferentes instituições ligadas ao património cultural;
- iii) Não envolvimento da comunidade local;
- iv) Ausência de planeamento estratégico no campo do património cultural.



Figura 002 – Foto do Aeroporto internacional de Luanda (Google, 2015).



Figura 003 – Foto da Barragem de Laúca (Google, 2015).

A gestão dos sítios arqueológicos, sua normalização, produção e implementação de instrumentos legais é um desafio que se apresenta aos africanos, com vista a um maior aproveitamento dos recursos. Arazi (2011) considera que a real ameaça dos recursos arqueológicos do continente africano está no corrente *boom* das infraestruturas, tendo em conta o estágio actual de precariedade socioeconómica e a urgência dos países se desenvolverem. Pensamos que Angola se enquadra perfeitamente neste alerta, porquanto tem experimentado um crescimento assinalável no sector da construção civil, com investimentos a nível de barragens hidroeléctricas, aeroportos, portos, caminhos-de-ferro, telecomunicações, etc. Porém, a nosso ver, tem-se observado uma preocupação crescente de conservação e valorização do património cultural do país pelo Executivo angolano, através do Ministério da Cultura. A lei 14/05 de 07 de Outubro do património cultural angolano, Diário da República n.º 120/05, I série, reserva o número 1 e 2 do artigo 36.º à proteção de reservas arqueológicas:

1. Em qualquer lugar onde se presuma a existência de monumentos, conjuntos ou sítios arqueológicos pode ser estabelecida com carácter preventivo e temporário, pelo Ministério de Tutela uma reserva arqueológica de proteção, de forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.
2. Com a finalidade de se proteger a eventual riqueza arqueológica do subsolo das áreas urbanas, o Ministério de tutela deve promover a publicação de legislação cautelar específica que contemple as diversas situações.

Na mesma senda desta sensibilidade das autoridades angolanas, a política cultural angolana faz uma menção clara sobre a importância da preservação e valorização do património arqueológico, conforme sublinha Domingos (2013, p. 262):

“A política cultural de Angola aprovada em janeiro de 2011 pelo Executivo, reconhece que o património cultural e natural (incluindo o património arqueológico) representam um dos pilares de desenvolvimento sociocultural e económico de Angola. Por conseguinte, este património merece ser preservado e valorizado a todo o custo.”

Uma das melhores formas de preservar e valorizar este rico património é classifica-lo, não somente como património cultural e natural nacional, mas também como património da humanidade, de acordo com o seu valor universal excepcional, a fim de ser partilhado pelos povos do mundo inteiro”.

Foi nesta perspetiva que o Instituto do Património Cultural elaborou e apresentou o projeto de candidatura da cidade histórica de M’banza Kongo, antiga capital do reino do Kongo, a Património Mundial da Unesco, estando neste momento a ser objeto de avaliação neste organismo das Nações Unidas. É pretensão de Angola inscrever também, num futuro próximo, a paisagem cultural do Corredor do Kwanza³ e a estação de arte rupestre de Tchitundu-Hulu da província do Namibe, referenciada anteriormente.

Não se trata de uma patrimonialização despótica e tirana como a dos centros antigos de diversas cidades ocidentais, conforme se insurgiu Corrêa (2009), ao questionar o investimento sistemático no passado e no património, numa época de aceleradas transformações socioeconómicas, impelindo, na sua apreciação, as comunidades a processos forçados de enquadramento patrimonial das suas memórias e de mercantilização do seu passado.

Pensamos que todas as descobertas arqueológicas conseguidas no território angolano representam uma riqueza cultural importante para o país que, na visão de Costa (2012), fornece uma possibilidade ao homem [angolano] de pensar à margem dos imperativos estabelecidos, de conferir ao mundo uma lógica e uma finalidade iminentes, de construir um modelo de mundo e de vida satisfatória, concreta e harmoniosa, no quadro do qual possa resolver as suas finalidades terrenas de realização de felicidade e de perfeição secularizada. Portanto, Angola deve encarar esse processo de conhecimento arqueológico como uma luta constante pelo alcance de abrangências mais poderosas, buscando um nível de abstracção maior, totalidades mais amplas, um meta-discurso totalizante (Jorge, 1990), onde a atividade turística tem, naturalmente, o seu espaço.

3. Arqueoturismo: um potencial para a conservação, divulgação e valorização económica do património cultural

Se, por um lado, as deslocações por motivações culturais ou religiosas contribuíram bastante para desenvolver o turismo actual, *“we verified that there was an ancestral alliance between cultural heritage and tourism, based on the traditional motivation of travel: knowledge and self-knowledge [...]”* (Carbone *et alia*, 2013, p. 287), por outro, revelar o passado útil considerando o modelo epistemológico indígena implicado num conjunto de conhecimentos contextualizados, em contraste com os saberes generalizados do Ocidente (Lane, 2011), representa um atractivo potencial para captar segmentos de mercado diferenciados, que vêem nas viagens uma forma agradável de aprendizagem.

A ideia das relações de autenticidade que subjaz à operacionalização do turismo ligado ao património cultural encaixa perfeitamente, como diria Encarnação (1995), com a maneira como a arqueologia compreende a cultura material, estando alinhada com o fundamento da natureza humana, que é o conhecimento das suas raízes, a sua perspectiva perante os outros, a dinâmica do seu existir. Nesta perspetiva, o arqueoturismo singulariza-se, especialmente, ao ajudar a oferecer uma experiência mais completa e satisfatória ao visitante,

³ É um percurso navegável de 258 km do rio Kwanza e zonas adjacentes, que se estende do Dondo à foz do rio, a sul de Luanda. Ao longo do corredor existe um vasto conjunto de riquezas patrimoniais, naturais e culturais, e foi sempre uma zona de activo comércio no tempo colonial e pré-colonial. Por esta razão, foi a principal via de comunicação utilizada pelo regime colonial português para comercializar escravos e ocupar os territórios do interior de Angola.

ao tratar de aspectos sobre as origens do território de visita, assim como em se diferenciar e posicionar melhor no mercado turístico, contribuindo para o desenvolvimento local (Leira *et alia*, 2014).

Para Domingos (2012) cada sítio arqueológico possui informações essenciais que permitem completar os conhecimentos sobre a história e as culturas antigas. Algumas dessas fontes são únicas e o seu desaparecimento representaria uma perda inestimável para as nossas sociedades. Esses sítios merecem uma melhor proteção, conservação, valorização e gestão. Por outro lado, Carvalho (2010) afirma que as áreas patrimoniais que abrigam importantes sítios históricos se traduzem em locais de apreciação e vivência de importantes traços da cultura, tanto para os membros de uma comunidade em geral quanto para os visitantes, além de estimularem ações de preservação dos bens culturais.

Por muito tempo, o turismo foi alvo de críticas por se disseminar pelo mundo de forma não planeada e irresponsável, causando destruição nos lugares em que foi sendo implantado (Alfonso, 2012). Com o rasto visível de vulnerabilidade social e desterritorialização de comunidades⁴ por força de investimentos turísticos economicistas, a comunidade internacional foi ganhando consciência da necessidade de adoptar práticas sustentáveis para a atividade. A declaração de Florença da Unesco sobre a preservação da terra é, a este propósito, elucidativa. Observa-se neste organismo das Nações Unidas uma clara preocupação de salvaguardar o território das comunidades, incentivar o envolvimento e a participação ativa da população local em todas as questões que afectam as suas territorialidades, com o intuito de melhorar as suas condições de vida, mediante a partilha de oportunidades e de objetivos.

Tanto o património cultural em geral, como o património arqueológico em particular, têm um potencial suficiente para poder atrair um maior fluxo de visitantes, através de uma correcta gestão e planificação dos recursos, tendo sempre em conta a capacidade de carga dos mesmos, a fim de evitar a deterioração dos recursos devido a um número excessivo de visitantes (Leira *et alia*, 2014). Ao promover a divulgação do património, sua identificação, valorização e reconhecimento, a actividade turística ajuda a consciencializar os autóctones e os visitantes para a necessidade de sua preservação (Alfonso, 2012). Nesse diapasão, o autor realça o facto de o turismo necessitar de testemunhos da cultura para a formatação de roteiros e produtos, isso é, para a configuração de um produto competitivo no mercado de consumo, subordinado a um vínculo estreito entre o património cultural, turismo e arqueologia.

Considerando que o arqueoturismo (ou turismo arqueológico) é a vivência dos turistas em áreas de importância arqueológica com significado espiritual e simbólico para a comunidade local (Carvalho, 2010), pensamos que Angola se apresenta numa posição satisfatória para desenvolver práticas turísticas associadas à observação ou a actividades de escavação parciais, tendo em conta o património arqueológico apresentado neste texto. O enunciado seguinte sobre o complexo arqueológico e rupestre do Ebo, província do Kwanza-Sul, é sintomático do potencial arqueoturístico do país: “[...] à magnificente beleza do meio natural o ser humano adicionou singelas obras que se diluem na paisagem, complementando e tornando ainda mais especial essa paisagem” (Oosterbeek *et alia*, 2012, p. 94). Na opinião de Oosterbeek (2012), a importância do complexo arqueológico do Ebo advém da sua localização, da sua diversidade, da sua quantidade e da sua conservação. Essa combinação de características permite efetivamente aproximações sucessivas às paleo-paisagens,

⁴ Vide o artigo de Fernandes, João Luís (2013), Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização, in Cravida, Fernanda e Santos, Norberto, (orgs.), *Turismo e cultura, destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Ou ainda Krippendorff, Jost (2009), *Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, 3.ª ed., São Paulo: Aleph.

e permitirá no futuro a construção de um programa de gestão integrada do território, contribuindo com o património cultural para uma melhoria da vida das populações que aí residem.

Para um país com uma atividade turística residual, com oferta pouco consolidada e com bastante elasticidade para gerir a sobrecarga dos destinos, o seu potencial arqueoturístico acaba por estar reforçado, na medida em que tem oportunidade para estruturar e dimensionar a actividade de forma sustentável, con-forme declara Carvalho (2010, p. 59):

“Museus, centros culturais e demais locais de salvaguarda e exposição do património cultural podem ampliar o seu potencial de atractividade ao intensificarem o seu interesse pelos objectos e artefactos resultantes da investigação arqueológica. Exposições museológicas diversificadas que ressaltam a pluriethnicidade e as diferentes representações da cultura local tendem a ampliar o papel do turismo e da arqueologia na preservação do património, ao mesmo tempo que reforçam o direito à memória e a cidadania cultural”

A agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do turismo de Angola perspectiva o desenvolvimento de acções para alcançar, num horizonte de 10 anos, uma cifra anual de 4,6 milhões de turistas, mais de 1 milhão de postos de trabalho e uma receita anual de 4700 milhões de dólares americanos, representando 3,21 % do PIB nacional. Dados atuais dão conta de um total de 650 000 entradas de visitantes, 173 478 postos de trabalho gerados pela atividade e uma participação no PIB abaixo de 1 % (Minhotur⁵, 2014).⁶

Entradas de visitantes em Angola				
2002	2007	2010	2013	2020 ⁶
91 000	195 000	425 000	650 000	4 600 000

Figura 005 – Quadro da evolução da entrada de visitantes em Angola após o fim do conflito armado.



Figura 006 – Foto do Delta do Okavango (Francisco, Amaro, 2013).



Figura 007 – Foto do Rio Kwanza-Dondo (Castro, Bumba, 2013).

⁵ Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola.

⁶ Objectivo definido na agenda 2011 – 2020.

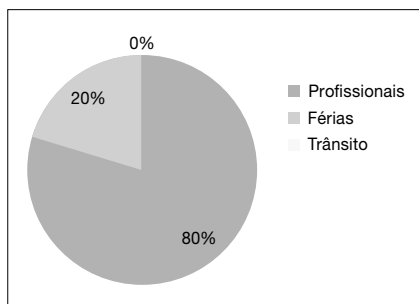


Figura 008 – Gráfico de Motivações de viagens em Angola (Minhotur, 2014).

O movimento turístico apresentado assenta fundamentalmente nas viagens por motivos profissionais. Movido pela necessidade de diversificação de produtos turísticos consentâneos com a sua grandeza e diversidade, o Executivo angolano, através do Ministério da Hotelaria e Turismo, tem elaborado um plano estratégico de desenvolvimento do turismo nacional assente em três tipologias estratégicas: Cultura, Natureza e Sol e Mar (Minhotur, 2013). No caso do turismo cultural, onde se destaca o produto turístico “Rota de Escravos”, que poderia ser mais evidenciado pelas pesquisas arqueológicas, há toda uma neces-

sidade de considerar outras valências culturais do país e potenciar um alinhamento com o Ministério da Cultura, perspetivando a inscrição dos bens culturais a Património Mundial da Unesco, mas também estreitar a articulação com o Ministério do Ambiente para a gestão do turismo Natureza, tendo em conta o potencial da *geo* e da biodiversidade do país. Portanto, o país tem todas as condições materiais para desenvolver de forma saudável o arqueoturismo. Um maior envolvimento da população universitária do país em atividades desta natureza resultaria benéfica para a educação e para a interpretação patrimonial dos sítios arqueológicos, ao mesmo tempo que impulsioniaria a emergência de um mercado interno virado para um turismo mais erudito, susceptível de contribuir para o enriquecimento da história do país, sua apreensão, o consumo pelos seus cidadãos e a diversificação da economia angolana, neste momento particular em que se regista a queda do preço do petróleo⁷ no mercado internacional.

Conclusão

Os saberes e conhecimentos proporcionados pela arqueologia constituem um importante instrumento de reforço da identidade das coletividades e de construção saudável da alteridade. Para além de ajudar a desmistificar discursos enviesados e carregados de juízos de valores, a arqueologia é uma ciência que permite dar sentido ao estado das coisas actuais e apresentar constantes desafios para o futuro. O conhecimento, o respeito e a consideração pelos feitos alheios que, em última análise, nos dá a perceção da contribuição de cada região na edificação da paisagem cultural da humanidade, representam um estímulo significativo para compreensão mútua, convivência na diferença e para a paz entre os povos. O continente africano, devido à herança do passado recente, tem experimentado dificuldades na gestão do seu património cultural, nomeadamente o património arqueológico, guiando-se ainda de forma excessiva pelos ditames alheios para com os contextos que lhe são próprios e constituem a sua razão de existência. Enquanto continente que testemunha as ocupações humanas mais antigas na terra, África representa um potencial enorme para o desenvolvimento da arqueologia, uma ciência que tem permitido resgatar a sua história e ajudado a construir um discurso proporcional ao seu contributo na edificação das sociedades modernas e nos progressivos estágios civilizacionais.

7 O petróleo constituiu a principal fonte de receitas para a economia angolana com mais de 50% no Orçamento Geral do Estado.

As conquistas arqueológicas alcançadas, um pouco por todo o mundo, são muitas vezes difundidas e conhecidas, em detalhe, pela atividade turística. Neste sentido, um planeamento equilibrado desta atividade assente na valorização e divulgação dos sítios arqueológicos deve representar uma importante ajuda para a sua gestão e conservação, além de proporcionar às comunidades ganhos económicos e sociais. Assim, o arqueoturismo deverá ser um produto a potenciar no continente e particularmente em Angola, onde as inúmeras estações de artes rupestres, os achados arqueológicos diversos relacionados com material lítico e a sua condição, no passado, de importante fornecedor de escravos para as Américas, proporcionam ao país ingredientes suficientes para estabelecer uma simbiose profícua entre o turismo e a arqueologia.

Referências bibliográficas

- Alfonso, Louise (2012), *Arqueologia e turismo. Sustentabilidade e inclusão social, Tese de doutoramento*, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Arazi, Noemie (2011), *Safeguarding archaeological cultural resources in Africa – Policies, Methods and Issues of (Non) Compliance*, *Africa Archaeology Review*, n.º 28, pp. 27-38. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.10072Fs10437-011-9090-8#/page-1>, acesso em: 27/04/2015.
- Campos, Nelson (2013), *Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/Deserto do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história africana ao período colonial – algumas notas*. *Africana Studia*, n.º 20, pp. 31-53.
- Carbone, Fabio; Oosterbeek, Luiz e Costa, Carlos (2013), *Paideia approach for heritage management. The tourist enhancement of archaeological heritage on behalf of local communities*.
- Pasos, n.º 2, pp. 285-295. Disponível em: http://www.pasoonline.org/Publicados/11213/PS013_02.pdf, acesso em: 27/04/2015.
- Carvalho, Karoliny (2010), *Turismo cultural e arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural*, *Turismo & Sociedade*, n.º 1, pp. 51-67. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/viewFile/17341/11405>, acesso em: 27/04/2015.
- Corrêa, Alexandre (2009), *O saber patrimonial e a arqueologia de Michel Foucault: princípios metodológicos de uma análise crítica e política dos conceitos*, *Pasos*, n.º 1, pp. 115-125. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/881/88111633009.pdf>, acesso em: 24/04/2015.
- Costa, Manuel (2012), *Arqueologia moderna da modernidade*, *Kriterion*, n.º 125, pp. 119-148. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0100-512X2012000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, acesso em: 27/04/2015.
- Domingos, Sónia (2015), O sítio arqueológico do Benfica I, Cabo Lombo: Estudo etno-arqueológico, in *Actas do III encontro internacional de história de Angola*, Luanda: Arquivo Nacional de Angola.
- Domingos, Ziva (2012), A arte rupestre do Sudoeste de África: desafios e perspectivas, in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina e Domingos, Ziva, (orgs.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos.
- _____ (2013), *Preservação e valorização do património arqueológico no contexto nacional e mundial: Caso do sítio de M'banza Kongo (Candidato a Património da Humanidade)*, *Tecnologia e Ambiente*, n.º 1, pp. 262-275.
- Encarnação, Jorge (1995), *Arqueologia: investigação e património*, *Casa de Sarmento*, n.º 105, pp. 45-57.
- Fernandes, João Luís (2013), Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização, in Cravidão, Fernanda e Santos, Norberto, (orgs.), *Turismo e cultura, destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guerrero, Luis; Correia, Mariana e Guillaud, Hubert (2012), *Conservación del patrimonio construído con tierra en iberoamerica*, *Apuntes*, n.º 2, pp. 210-225.
- Gutierrez, Manuel (2009), *Arte rupestre em Angola. Província do Namibe*, Saint-Maur-des-Fossés: Serpia.

- _____ (2015), A história comprida de Angola a partir das fontes arqueológicas, in *Actas do III encontro internacional de história de Angola*, Luanda: Arquivo Nacional de Angola.
- Imalwa, Emma (2012), Developments of archaeological heritage management in Southern Africa: a look at heritage legislation during the colonial and post-colonial periods, in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina e Domingos, Ziva, (orgs.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos.
- Jorge, Vítor (1990), *Arqueologia e história: algumas reflexões prévias*, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, pp. 367-372.
- Krippendorf, Jost (2009), *Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, 3.^a ed, São Paulo: Aleph.
- Lane, Paul (2011), Possibilities for a postcolonial archaeological in sub-Saharan Africa: indigenous and usable pasts, *Revista World Archaeology*, n.º 1, páp. 7-25. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00438243.2011.544886>, acesso em: 24/04/2015.
- Ministério da Hotelaria e Turismo (2013), *Plano Director do Turismo de Angola*. Luanda: PM Media.
- _____ (2014), *Boletim estatístico do mercado hoteleiro e turístico de Angola do ano 2013*, Luanda: Edições de Angola.
- Morais, João (1984), *Mozambican archaeology: past and present*, *the African archaeological review*, n.º 2, pp. 113-128.
- Oosterbeek, Luiz (2012), Ebo: arte rupestre e antropização de um território, in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina e Domingos, Ziva (orgs.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos.
- Oosterbeek, Luiz e Martins, Cristina (2012), Ebo (Kwanza-Sul, Angola)-Arte Rupestre, Arqueologia, Património e Desenvolvimento-Campanha 2012, in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina e Domingos, Ziva, (orgs.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos.
- Symanski, Luís e Gomes, Flávio (2012), *Arqueologia da escravidão em fazendas jesuítas. Primeiras notícias de pesquisa*, *História, Ciências e Saúde*, pp. 309-317.
- Unesco (2012), *Florence declaration on landscape*, Florença: Unesco.
- Zoreda, Luis (2009), *Edificio Histórico e Arqueología: un compromiso entre exigencias, responsabilidad e formación*, *Arqueología de la arquitectura*, pp. 11-19. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/20792/1/96.pdf>; acesso em: 27/04/2015.

Prospecção no Sul de Angola: o caso dos recintos murados da Huíla

André Serdoura* e Jorge Guimarães*

p. 83-89

A região da Huíla foi já identificada, no século passado, como possuidora de um rico passado Histórico e Arqueológico. Na província foram realizados estudos arqueológicos que visaram apurar as origens dos povos locais e dos vestígios deixados pelos mesmos. Numa recente prospecção foi-nos possível visitar um caso extraordinário desses vestígios, o Recinto-Monumento do Eleu, no Jau.

A prospecção: um projeto para relançar a arqueologia na Huíla e Angola

Esta primeira abordagem ao campo deu-se na primeira quinzena de Setembro, 2015. Do projeto faziam parte duas abordagens similares, mas em áreas distintas. A primeira focou-se na Província do Kunene, que foi alvo de uma prospecção arqueológica não -sistemática (devido a uma pesada logística e agenda apertada). Alvo deste estudo foram os vestígios de várias épocas e contextos. Tratou-se de uma espécie de amostragem, uma avaliação sumária do potencial arqueológico, que já sabíamos ser grande.



Figura 001 – Províncias da Huíla e Kunene.
Fonte: Google Earth.

Já a segunda abordagem foi integrada numa formação técnico-teórica de Arqueologia de Campo e da Paisagem. Esta ação de formação decorreu no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED) e contou com a presença de formadores e alunos de variadas áreas (para além da História e Arqueologia). Esta formação contou então com três dias, sendo o último dia prático, tendo-se efectuado uma saída ao campo para visitar alguns monumentos em pedra da região. Por motivos logísticos só nos foi possível visitar um desses grandes monumentos, na Comuna do Jau: o recinto do Eleu.

Aquando da chegada ao morro onde se encontra a estrutura, foi feita uma rápida avaliação arqueológica demonstrativa para os participantes da formação, ao que se seguiu a prospecção propriamente dita. Antes de pas-

sarmos aos resultados desta visita sumária, apresentamos brevemente aquilo que se sabe para já destes recintos murados.

* CEAUP.

Os Recintos: o que se sabe



Figura 002 – Excerto de carta militar, indicando o recinto I da Huila em relação à povoação com o mesmo nome. Fonte: Jorge, 1978, p. 32.

do Boletim da Câmara de Sá da Bandeira, dos autores Manuel Ribeiro, José Moreira, João Moreira e Fernando Loureiro e por fim surgem-nos dois artigos de Vítor Oliveira Jorge, um publicado em 1976 e o outro em 1978.

Façamos então uma introdução aos recintos amuralhados do Sul de Angola.

Uma das primeiras descrições que pudemos consultar foi a do professor Vasco Rodrigues. No seu texto vemos aplicado o termo *Recintos Fortificados* ou *Fortalezas*. Estes espaços apresentam a característica de possuírem uma ou mais cinturas de muralhas. O termo muralha aqui talvez se aplique melhor do que muro devido às suas dimensões, que se afiguram relativamente grandes. Estas cinturas «envolvem normalmente o núcleo do povoamento, ou aparecem nos lugares de mais fácil acesso [...] Os muros são feitos de pedras sobrepostas e não atingem, em geral, mais de dois metros de altura»¹ Importa salientar que a probabilidade de estes muros não terem maior altura deve-se ao facto de, muito possivelmente, terem sido saqueados (para reutilização de pedra) ou por terem sofrido processos de destruição natural. Afirmamos isto, pois em alguns pontos foram descritos e registados troços de estrutura com uma altura superior à de um homem de estatura média, nos quais se rasgam frestas profundas (deixando antever uma grande espessura entre as faces do muro). Pode ocorrer, como no Kungo, que o terreno permita que se utilizem apenas estruturas destas onde o afloramento rochoso não rasga a superfície, sendo o restante considerado por Vasco Rodrigues como *fortificação natural*.²

Vítor Oliveira Jorge fornece-nos uma mais detalhada descrição destes recintos. Primeiro convém referenciar o facto de a contabilização deste tipo de sítios ter por base o trabalho de Machado Cruz, que, como diz o próprio professor Vítor Oliveira Jorge, não o considerou um trabalho exaustivo, apesar de fornecer descrição de 17 locais amuralhados.³

Ao ler a descrição sobre a maior parte dos recintos, deparamo-nos com algumas semelhanças arquitetónicas. Primeiro salientam as dimensões e formatos que as cinturas fazem no terreno. O formato, ou planta dos mesmos, é pouco variável assumindo todos um aspeto sub-circular, ocupando sempre o topo de um pequeno cerro ou elevação rochosa.

¹ Rodrigues, 1960, p. 171.

² Idem, p. 171.

³ Jorge, 1978, p. 11.

Das medidas podemos dizer que os diâmetros (medidos do interior) rondam os 30 metros nos mais pequenos e os 650 metros no caso de recintos como o designado por Huíla I. A maior parte possui uma espessura considerável, sendo o valor mais reduzido de 1,5 m, como é o exemplo do recinto do *Munhere*. Noutros casos encontramos espessuras até aos 3,70 m (na base), como ocorre em *Ococa-punda*.⁴

Além dos espessos muros concêntricos são-nos dadas descrições variadas de outros vestígios que existem no interior das fortificações. Por exemplo, nos mais bem estudados foram detectados fundos de cabana, ou seja, pisos associados a ocupação habitacional. No caso do recinto da Huíla I são-nos referenciados *moinhos* manuais, «normalmente *abertos na rocha*» e eventuais abrigos na rocha.⁵ Segundo croquis fornecidos na obra de Adriano Vasco Rodrigues, o recinto do Jau possuiria, além dos ditos fundos de cabana, uma fonte que estaria abrangida pela cerca e aquilo a que o mesmo autor chama de *covas de lobo*, fossas no topo de uma secção de cerca nas quais *«se escondiam alguns homens armados de arco e flecha, que disparavam, levantando-se de surpresa, quando os inimigos pretendiam entrar por aquela muralha, aparentemente derrubada»*.⁶ Não são os únicos elementos que reportam a uma tentativa de controlo e defesa. De facto foi possível atestar a existência de aberturas no pano de muralha, aos quais Vasco Rodrigues chama de *vigias* ou *postigos*⁷ e Vitor Oliveira Jorge chama de *seteiras*. Noutros casos são referidas espécie de *ameias* ou *merlões*.⁸



Figura 003 – Mancha estilizada de dispersão de monumentos amuralhados. Espraia-se desde o Kunene até um pouco a Norte da Quibala.
Fonte: Rodrigues, 1960, anexos.

Origens Especuladas

As dúvidas que mais recorrentemente nos surgem são obviamente sobre a cronologia e objetivo das estruturas. São sugeridas algumas hipóteses, porém com poucos fundamentos históricos. O primeiro problema que se nos afigura é que a maior parte do que se sabe provém de memória oral, que nem sempre bate certo de história para história. O restante é recolhido de descrições vagas de Europeus que testemunharam estas estruturas em época de uso. Seja como for, além de serem poucas as descrições, a documentação que possa aparecer irá ser sempre de um ponto de vista europeu, podendo conter informação incorreta ou muito incompleta.

Para Vitor Oliveira Jorge os recintos espelham quase uma espécie de *Proto-História* na Huíla⁹. Embora este Arqueólogo afirme que *«O hábito dos povos africanos se refugiarem,*

4 Idem, pp. 11-13.

5 Idem, p. 17.

6 Rodrigues, 1960, p. 171.

7 Idem, p.171.

8 Jorge, 1978, pp. 18-21.

9 Jorge, 1978, p. 8.

perante um ataque, no alto de inacessíveis «pedras», é bastante remoto [...]»¹⁰, igualmente conclui que este hábito se alongou até épocas recentes. Temos que ter em atenção que «a pré-história e a proto-história das populações africanas negras veio em muitos casos quase até aos nossos dias».¹¹ A mesma prática nos surge em descrições de combates entre Britânicos e Pedis, na década de 70 do século XIX.¹²

Assumindo então que estas estruturas refletem épocas de conflito, podemos especular que talvez possam estar ligadas às invasões dos *Jagas*, que entraram em choque com os povos locais (Nhanecas e Hereros)¹³. Isto colocaria os recintos com uma cronologia que remonta até possivelmente ao século XVI. Porém, desde esta altura que se registam épocas conflituosas, não só entre povos africanos, como entre Europeus e Africanos, após a chegada dos Portugueses. Uma hipótese a admitir pode ser a de os recintos surgirem como influência europeia. É uma sugestão avançada pela maioria dos autores que refere estas estruturas. Vasco Rodrigues esclarece «Segundo opiniões locais, as fortificações que estamos referindo datam de época recente, sendo algumas levantadas durante a Guerra dos Bailundos Candimbas contra os Quibalas, por alturas dos finais da Primeira Guerra Mundial. [...] Outros, porém, datariam dos séculos XVII e XVIII, motivadas pelas invasões dos *Jagas* e pela penetração Portuguesa, intensificada no século XVII com a criação de fortalezas e presídios na bacia dos rios Cuanza e Lucala [...] Em toda essa região [Huíla] foram levantadas fortalezas e presídios pelos Portugueses nos séculos XVII, XVIII e XIX, o que provoca uma certa confusão quanto ao problema das possíveis influências europeias na multiplicação do sistema defensivo banto».¹⁴ Para isto, este autor fornece mesmo referência a um documento de João A. Cavazzi que refere que «os Africanos de Angola, em pleno séc. XVII, estavam construindo fortalezas semelhantes às dos Portugueses».¹⁵

Não deixa de ser curioso que em meados de 1840, na descrição de uma viagem à Huíla, o Soba da mesma terra tenha comunicado a um oficial Português que tinha alguns problemas com o Sobado vizinho, e que o Soba do Jau enviava guerrilhas para assolar a sua terra e estes «roubavam quanto gado podião, matando sem reserva de sexo, e idade toda a gente que encontravam [...] Este Sova [da Huíla] me fez sentir o desejo vehementemente de que se achava possuído em de novo de avassalar á coroa Portuguesa, cedendo a mesma huma extensão de terreno [...] com a condição de que os Portuguezes ali levantem fortificações para os defender de seus inimigos».¹⁶ Assumimos que pelo menos as gentes da Huíla, em 1840 não teriam fortificações nas quais procurarem refúgio. Seria por não existirem naquela zona, ou por já serem antigas e estarem em mau estado? Esta ausência de elementos defensivos nas descrições do século XIX não pode comprovar a ausência das mesmas estruturas, mas deve ser um dado a ter em conta.

Abordagem arqueológica

Devemos então considerar uma abordagem de cariz científico a aplicar aos denominados *recintos*.

A primeira resultou da referida prospeção sumária do morro onde assenta a muralha e sítio do Eleu.

¹⁰ Jorge, 1976, p. 123.

¹¹ Idem, 1976, p. 125.

¹² Castle, 2003, p. 50.

¹³ Jorge, 1978, pp. 8-9.

¹⁴ Rodrigues, 1960, p. 174.

¹⁵ Idem, p. 172.

¹⁶ Felner, 1940, p. 64.

O primeiro passo, e mais importante neste fase, é reavaliar o estado de conservação dos monumentos, retomar uma campanha lógica de prospeção, de modo a detectar novos elementos associados aos recintos ou novos recintos em si. Tal como Vítor Oliveira sugere, podem existir bastantes mais monumentos deste género. A prospeção irá igualmente permitir descrever o terreno de forma mais precisa e ajudar a um mapeamento arqueológico renovado. Foi este o objetivo da nossa visita, que resultou numa avaliação do estado da muralha, que segundo nos contam, por vezes sofre saque de pedras para reaproveitamento local. Igualmente, percorremos secções da encosta, que provou possuir bastante material lítico espalhado pela superfície. Uma prospeção sistemática, com registo de dispersão de material, pode resultar em grandes quantidades de informação pertinente (Figura 005, imagem 2: lítico (núcleo) no morro do Jau).

Não se pode igualmente descurar a análise documental de gabinete, recorrendo ao maior número possível de referências, criando uma base teórica que ajude a compreender os povos que habitaram a região ao longo do tempo Histórico, e possivelmente saber se as mesmas estruturas já existiam na altura em que surgem os primeiros escritos sobre a zona.



Figura 004 – Primeira avaliação – troço do pano de muralha do Jau. É possível ver que existem alguns problemas de conservação da estrutura. Não é de estranhar o saque de pedras para reutilização. Igualmente a vegetação em torno e no centro do monumento tornou-se bastante densa. Foto: André Serdoura.



Figura 005 – Dois exemplares de artefactos líticos encontrados à superfície. Neste caso um possível machado e um núcleo, o que pode evidenciar a presença de zonas de talhe (oficinas). Foto: André Serdoura.

Um excelente exercício para complementar a prospeção é o de recorrer à fotografia satélite para localizar e registar novos locais (inserido no estudo de Arqueologia da paisagem). Numa fase experimental, foi-nos possível detectar 4 estruturas amurallhadas na Huíla e identificar as mesmas. Através da abordagem paisagística, foi possível perceber que, por exemplo, o recinto do Eleu se encontra no topo de um esporão, e que a cerca de 1 km deste, para Este, existe outro, igualmente com marcas no cume, de possíveis estruturas que dominam completamente o caminho que passa entre as duas elevações. Faria todo o sentido que estes fossem aqui colocados como forma de controlo de paisagem e de travessias de uma terra para a outra. Deste mesmo local é possível avistar outras elevações que se pensam possuírem igualmente recintos.



Figura 006 – Morro onde se encontra pelo menos o recinto do Jau (confirmado, à esquerda); o morro ao lado apresenta possibilidades de conter outro monumento semelhante. Fonte: Google Earth.

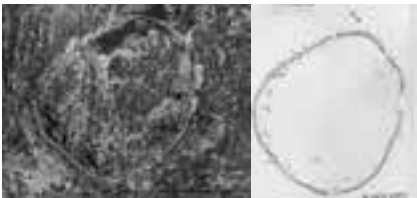


Figura 007 – Recinto Huila I. Note-se que parece haver um erro de registo entre a imagem satélite e o esboço que é apresentado no trabalho de Vitor Oliveira Jorge, o Norte está invertido, porém o recinto parece ser o mesmo. A mancha mais clara no canto superior direito está descrita no esboço como afloramento rochoso onde existem vestígios de moinhos. Imagem satélite: Google Earth; Esboço: Jorge, 1978, anexos.



Figura 008 – Vigia na muralha (Eleu). A escala tem 80 cm. Foto: André Serdoura.



Figura 009 – Troço de muralha. Veja-se o esteio fincado, permitindo o sustento dos blocos mais pequenos. Foto André Serdoura.

Ainda no tema visual, deve-se fazer um apontamento sobre as ditas *vigias* ou *seteiras*. De facto, parece mais apropriado o termo *vigia* pela seguinte razão: não existe, a nosso ver, espaço visual nem físico para manusear eficazmente um arco de flecha. De facto, os rasgos na muralha são bastante estreitos e profundos (cerca de 30 cm de largo por 150 de profundidade).

Seria mais provável que pudessem ser utilizados para controlo de paisagem, ou mesmo para o disparo de armas de fogo. Para o disparo com arco seria muito mais fácil do topo de um parapeito (cimo da muralha, como sugerido por Vasco Rodrigues). Podemos fazer a sugestão de um exercício de arqueologia experimental de forma a entendermos os usos mais prováveis destes elementos arqui-tetónicos, nunca esquecendo que não passam de suposições.

Em termos de implantação de campo, urge neste contexto perceber como ocorria a ocupação no interior e a relação do monumento/povoação com o exterior. Para o mesmo importa implantar sondagens no interior (depois de devidamente prospectado) e esca-

var junto das muralhas para perceber as suas fundações e tentar extrair algum material que possa criar uma baliza cronológica.

Adverte-se, tal como faz Vítor Oliveira Jorge, que estes recintos não se agrupam todos na mesma tipologia, sendo o *Eleu* considerado como um recinto de grandes dimensões, em comparação com recintos como o de Ococapunda (no Jau, igualmente) e que alguns podem ser relativamente recentes, assim como outros podem pertencer a um passado mais remoto que inspirou futuras construções. Sem um devido estudo histórico e arqueológico nada ainda se pode afirmar.

Referências bibliográficas

- Almeida, António de; França (1960), Camarate, *Recintos Muralhados de Angola*, Memória – Junta de Investigação do Ultramar, 2.ª Série, n.º 16.
- Bicho, Nuno Ferreira (2008), *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*, Ed. 70, Lisboa.
- Castle, Ian (2003), *British Infantryman in South Africa – 1877-81*, Osprey Publishing, Oxford.
- Felner, Alfredo de Albuquerque (1940), *Angola: Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*, Vol. II e III, Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- Jorge, Vítor Oliveira (1978), *Alguns elementos para o Estudo dos Recintos Muralhados do Planalto da Humpata (região da Huíla, Sudoeste de Angola)*, Revista Guimarães, Barcelos.
- _____ (1976), *Breve introdução à Arqueologia de Angola*, Revista Guimarães, Barcelos, 1976; M'Bokolo, Elikia (2003), *África Negra: História e Civilizações*, tomo I e II, Vulgata ed. Lisboa.
- Renfrew, Colin; Bahn, Paul (2004), *Archaeology – Theories, Methods and Practice*, Thames & Hudson.
- Rodrigues, Adriano Vasco (1960), *Construções Bantas de Pedra, em Angola*, Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda.



O contexto cultural dos marcos de terrenos nas aldeias ambundu/Angola

Éva Sebestyén*

p. 91-106

Antecedentes

Como professora convidada de Antropologia na Universidade Agostinho Neto realizei um trabalho de campo relativo à relação entre o poder linhageiro ambundu, terra e parentesco nas Províncias de Bengo e de Kwanza Norte nos anos 1986-89. Nas entrevistas aparecia muitas vezes a questão da demarcação de terreno e o controle dos marcos naturais. Ora alguns marcos eram tanto objetos da natureza (árvores de grande porte, penhascos, riachos, rios, montanhas) como obras de artesanato (pedaços de ferro, utensílios feitos de argila). Estes marcos serviram como argumento importante no conflito de terrenos entre os vizinhos e foram registados por escrito por escribas ambundu numa declaração que o soba fazia sobre as terras linhageiras da sua povoação. A relevância da delimitação e demarcação de terreno das aldeias encontra-se em parte na forma como as sociedades ambundu utilizaram os marcos nas suas respetivas aldeias e no convívio com os seus vizinhos. O papel atual dos marcos naturais encontra-se vivamente presente no projeto nacional da demarcação de terrenos das comunidades rurais ligado à aplicação da Lei de Terra. Uma visão *longue durée* poderá contribuir para a aplicação desta Lei tendo em mira o regime de uso costumeiro e a gestão dos terrenos rurais.

Apresentação das coleções Ambundu

O *corpus* das coleções oriundas de Samba Cajú, de N'Dalatando e dos Dembos forma um conjunto de 234 escritos produzidos entre os séculos XVIII e XX e a maioria persiste em forma de cópia feita no século XX. Exceto aqueles que estão em N'Dalatando, são guardados por um grupo de autoridades tradicionais (o soba, seus conselheiros e representantes das linhagens principais). Enquanto nos Dembos estes textos ainda são considerados como papéis sacros e guardados junto com outros símbolos de poder do dembado, já em Samba Cajú são vistas como herança do passado sem fazerem parte das insígnias.

As coleções dos escritos dos sobas, intitulados por eles como “cartórios”, pretendiam expressar as suas próprias razões de ser, ou seja, formam um conjunto de papéis que preservam dados de interesse para o sobado e a sua população. Existe uma certa diferença na preservação dos documentos. Enquanto nos Dembos cada dembado tem um só cartório, em Samba Cajú faz-se distinção entre o “cartório do trono”, que são os papéis do sobado, e o “cartório do muiji”, que são os papéis da linhagem principal, ou seja a dos primeiros conquistadores da terra do sobado, e os dois cartórios são separadamente guardados, sendo que em tempo de guerra muitos textos de linhagem foram queimados e os restantes acabaram por ser inseridos no cartório do sobado. Noutros casos todos os papéis foram

* CEAUP.

entregues ao administrador de Samba Cajú, como é o caso do documento da aldeia Zamba de 1762, que nunca mais voltou ao sobado. Assim, aqueles cartórios que sobreviveram aos tempos difíceis são hoje uma miscelânea de textos oriundos dos cartórios do estado e da linhagem principal. São documentos escritos com base nas declarações dos chefes de aldeia, nos quais se registam dados e factos importantes relacionados com a legitimação do poder, esclarecimentos, processos e soluções para os casos litigiosos, etc. Essa memória encapsulada pelo registo escrito conserva a estrutura e as fórmulas da comunicação oral, ao mesmo tempo que também adapta a organização e as fórmulas dos modelos da administração portuguesa. Este *corpus* reflete a visão do africano, nomeadamente ambundu, sobre o seu microcosmos. Os sobas apresentam as suas declarações na sua língua materna (kimbundu), e um escriba local traduz os textos e regista-os por escrito em português. Como esses documentos apresentam as necessidades dos sobados ambundu num dado momento histórico entre os séculos XVIII e XX, contribuem para preencher a lacuna na historiografia angolana sobre a vida quotidiana dos ambundu no tempo colonial.

Fundo histórico da coletânea

Para se poder entender melhor o teor dos textos, é necessário fornecer um esboço de dados marcantes do contexto histórico, nomeadamente o papel do Presídio de Ambaca. O fio condutor que se encontra nos textos é a relação dos sobados com o mundo português, representada pela administração colonial da Capitania do Presídio de Ambaca, que mais tarde se tornou Concelho e finalmente Circunscrição. O papel militar regional de Ambaca como uma concentração de soldados para combater a revolta ou resistência dos sobas manteve-se até ao fim na sua existência.¹ Não é por acaso que no texto dos sobados se encontra uma frase quase estereotípica: “somos vassalos da Majestade não quer a sujeição² (sic!) de serviço de empacaceiro, quilamba e quimbar”, ou seja: não querem ter posto militar na guerra preta e participar nas guerras contra os sobas rebeldes. Em consequência disto e por razões de arrecadação violenta do tributo, criou-se uma zona de fronteira entre o domínio português e o reino africano de Ginga, onde se refugiaram os sobas revoltados juntamente com as suas aldeias inteiras.

Temática dos textos

Os assuntos principais concentram-se em torno da posse da terra, o direito consuetudinário e a apresentação da linhagem fundadora. A terra do sobado é demarcada e protegida como património do estado pela vigilância dos limites e, se for necessário, por lutas ou vias diplomáticas, que são os processos jurídicos desenvolvidos nas administrações coloniais. Nas declarações dos terrenos dos sobados está presente a sua demarcação com limites naturais e sinais de marcos³ africanos, como painéis de posse, pedras de grande tamanho, árvores de porte alto. O tema da terra dos sobados desdobra-se também na sua defesa e legitimação. Ao mesmo tempo a terra está ligada a ações simbólicas pelas quais os sobas tratam de se prevenir contra os períodos desfavoráveis ou calamidades da natureza. Eles

1 Poucos anos antes da sua extinção e transferência para Camambatela, Ambaca mandou apoio militar para a guerra dos Dembos. “Vieram 10 moveis de Ambaca sob o commando de 1 sargento indígena e escoltada por 4 soldados.” in Arquivo Histórico Militar, 2.ª Divisão, 2.ª Secção, Angola, cx. 13, doc. 96, fl. 14r, 18 de Maio de 1908.

2 Sujeição é usado no sentido de sujeição.

3 Os marcos africanos mais frequentes são as árvores de grande porte e com efeitos curativos que são plantadas pelos demarcantes. Outro hábito é a painela: usam-na para comer e, depois de os demarcantes acabarem a refeição, põem-na debaixo da terra ou no leito do rio. Ainda existem marcos naturais com pedras grandes e, tanto nelas como nas árvores, costumam-se pôr um sinal de cruz. Nos limites entre as parcelas de terra da mesma aldeia usam-se marcos iguais e até invenções pessoais como um pedaço de ferro. Não há demarcação entre irmãos. Informação dada pelos sobas de Samba Cajú no mês de Dezembro de 1988.

recorrem ao apoio dos seus antepassados e entidades da água pelos rituais anuais apresentados nas margens dos rios fronteiriços da aldeia para conseguirem boa colheita através da oferta às sereias, *quiximbi* donos dos rios, protetores da terra. Outro rito ligado à terra realiza-se na altura do funeral, o *entambi*⁴, quando os parentes do falecido recorrem ao apoio dos antepassados para reconfirmar a posse do terreno. Estes atos simbólicos contribuem para entender o significado cultural dos marcos, a sua proteção ou mesmo a sua defesa e, se for necessário, pela força.

Continuando a apresentação do contexto em que ocorrem os marcos da terra, é necessário tratar em linhas gerais dos motivos que faziam os sobas produzirem os seus textos durante vários séculos. Existe uma distinção marcante entre os cartórios de Dembos e de Samba Cajú. Os dos Dembos concentram-se exclusivamente na genealogia e vida quotidiana da linhagem principal e nunca mencionam a questão da terra, muito menos a demarcação e eventual conflito dos limites. Assim, os textos históricos das aldeias dos Dembos não apresentam marcos de terra de nenhum género, nem são mencionados. E também não têm por alvo legitimar o poder da linhagem conquistadora. Eles têm o seu cartório para guardar a sua história para as futuras gerações. Este facto provavelmente tem que ver com a distância do Presídio de Ambaca e com a situação independente dos Dembos que, sendo um dos últimos redutos do tempo colonial, podia manter o seu poder linhageiro até à ocupação militar nas primeiras décadas do século XX. No caso dos cartórios das aldeias de Samba Cajú, estando elas sob o domínio do Presídio de Ambaca durante séculos, a produção dos seus textos tem outro objetivo, nomeadamente a legitimação e a proteção da terra linhageira. Na criação dos cartórios os escribas ambundu apropriaram-se do modelo europeu de testamento de última vontade, que lhes ofereceu um meio de registo bem estruturado para apontar as declarações dos sobas. O escriba preservava a parte introdutória do testamento, mas na parte da última vontade mudou-se o conteúdo em benefício do soba. A sua declaração é um relato da genealogia da linhagem principal do sobado, da migração dos fundadores, da demarcação do terreno da aldeia, com menções aos marcos naturais (rios, montanhas e árvores de alto porte), além dos marcos postos pelos vizinhos, como no caso da panela de barro (*lussunga*) posta no leito dos rios. Cada testamento representa um episódio da vida da aldeia, e a sua ênfase varia entre temas fixos, tais como a apresentação dos antepassados por via materna, referências aos limites da terra e aos respetivos vizinhos, à compra e à venda de parcelas de terra, à pureza da linhagem do soba quanto a antepassados escravos ou executores de serviços mal considerados pela comunidade (como a colaboração com os portugueses na ocupação e na exploração do território africano: quilamba, empacaceiro, quimbar, auxiliares dos portugueses na ocupação de Angola). Curiosamente, nem sequer uma única vez há referência à presença ou à interferência dos europeus neste quotidiano, a não ser alguns casos esporádicos de transações comerciais com o chefe administrativo. Os temas variáveis dos relatos são representados pelos eventos causados, em parte, tanto pelos membros da família do soba como pelos seus serviços, mas também se referem a conflitos com os vizinhos. O outro tema é o dos escravos: o roubo de escravos domésticos (*quisico*)⁵

4 Apesar de o ritual do funeral juntamente com todas as manifestações religiosas do ambundu ter sido sistematicamente perseguido no século XVIII pelo governador geral, muito empenhado na reforma da administração de Angola, a sua prática continuava no século XX. "Extingui todos os abuzos públicos de Entambes, e outras superstições, q' a ignorância dos brancos havia aproveitado de grossaria dos negros; queimei lhes todos os Ídolos públicos, e fiz que ao menos todo o exterior fosse christão; não deiche V.Ex.^a levantar cabeça outra vez aos tais Entambes, cazas de uso, e outras destas parvoíces, porq' sobre a ofensa da Religião, trazem mil prejuizos ao socego publico, á segurança das cazas, e á honra das Familias." In Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, códice 8744, fl. 70r. Instrução ao meu Sucessor (Religião e Costumes) de Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador geral de Angola.

5 "sobas tem em seus senhorios pouoacois de negros e negras filhos e netos que sam seus catiuos por ascendência e descendência a que chamão Quizicos." In Arquivo Histórico Militar, 2.^a Divisão, Ultramar Português, 2.^a Secção, Angola, cx. 1, doc. 1, Bento Banho Cardoso ao Rei de Portugal, de 1616, f 19r.

(banana, mandioca), e pelo adultério cometido pelos tios maternos de um homem livre, cuja recompensa é a hipoteca dos parentes.⁶ Quanto à mudança temática dos textos em relação à posse da terra, no séc. XVIII o tema central era a demarcação de terrenos com marcos naturais e ainda sem casos de conflito com os vizinhos. As fricções sobre os limites entre aldeias vizinhas e a venda de parcelas começaram na segunda parte de século XIX e continuaram no século XX. Enquanto os conflitos da terra muitas vezes terminavam no tribunal da administração portuguesa de Ambaca, a venda de parcelas continuava a ser registrada por escriba ambundu e foi tratada como assunto interno de cada sobado. A maioria dos escritos dos cartórios tinha sido e continuou a ser utilizada nos processos jurídicos para provar os direitos de posse históricos aos terrenos do sobado; os cartórios tinham um papel legitimador.

Orientação espacial

Os textos feitos nos séculos XVIII e XIX referem um espaço mais alargado, nomeadamente o lugar prestigioso de origem na Ilha de Luanda e a rota de migração até ao estabelecimento da aldeia na Província de Kwanza Norte. Nos primeiros tempos a orientação espacial maior dividia-se entre o Presídio de Ambaca, (a futura administração municipal de Ambaca) e “as terras de Ginga”, um espaço vago, sem definição espacial, onde se encontrava a corte da Rainha Ginga e seus descendentes, numa área localizada na Província atual de Malanje. O ponto de partida da rota migratória dos fundadores dos sobados principais de Samba Cajú foi a Ilha de Luanda; foi de lá que saíram juntamente com Quiluanje Quia Samba (a denominação clássica dos reis de Ginga). Com este relato migratório e com a menção em documentos posteriores de cartórios que “são filhos” da Rainha Ginga, pode-se supor um parentesco dos sobas com a Rainha Ginga ou um laço de ligação histórica ao reino. No caso dos cartórios dos Dembos, também está mencionado o laço histórico dos dembados com o reino Ginga. No caso da aldeia Kakulo Kangola, tem algo especial a referir em homenagem a Ginga. Sendo filho da Ginga, o dembo Joao Wela, ainda no tempo colonial, mandou fazer um carimbo em Luanda para o seu dembado com a inscrição “Rei da Ginga”. A orientação espacial dos textos dos cartórios a partir do século XIX diminuía significativamente e concentrava-se nos terrenos da aldeia propriamente dita.

Marcos naturais das aldeias ambundu em Samba Cajú

Devido às confrontações militares no tempo do meu trabalho de campo realizado entre 1986 e 1989, não me foi possível visitar os marcos naturais de terra nas aldeias e obter as fontes primárias *in loco*. Assim este trabalho debruça-se sobre um grupo de marcos

6 A hipoteca dos parentes é tão presente na sociedade ambundu (ver nos textos de Cachinda de 1762, 1774, 1852 e 1871) que Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador geral de Angola, passou um bando em 1771 para proibir este acto. Na carta que acompanha o bando resume os seus motivos. “Illm.º e Exm.º Senhor. Vexando-se os Negros deste Reyno pelo estranho modo de Hipotecar a ridiculas dividas os seus Filhos , e Parentes, que em grande parte vinhão a ser cativos sempre, ou a ser embarcados, como tais para o Brasil: passei o Bando de que remeto a V.Ex.ª a copia, para que me faça a honra de fazer presente a S. Magestade. Deos guarde a V. Ex.ª m.s an.s São Paulo d’Assumpção a 2 de Janeiro de 1771. Illm.º e Exm.º Snor’ Martinho de Mello e Castro. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho” No bando propriamente dito pormenoriza o crime e a pena aplicada. “Ainda que o respeito e a obediência aos Pays e Parentes mais velhos tenham nascido com nosco, e fação como o fundamento de todas as nossas obrigaçoens, e ainda que este respeito, e esta obediência fossem em outros tempos de huma extença jurisdição, não forão já mais sem lemites, e sem sujeição às regras da Justiça, que o mesmo Direito Natural prescreveo até aos Povos mais barbáros”. “Ordeno, que nenhum Preto, nenhum Pay ou May, Tio ou parente, debaixo da pena de quinhentos Assoites, e de dois Annos de Galés, padiaçoossão oferecer, dar, ou hypotecar algum Filho, ou parente Amiga, ou qualquer outra Pessoa livre, e outro sexo, em caução de divida em cuja pena incorrerá o Preto, ou Mulato, que o aceitar, e sendo branco o que tal negociação admitir, será logo prezo, e condemnado a trabalhar sinco annos nas obras publicas com Braga: os capitaens mores que sentenciarem as tais hypotecas, ou as admitirem, serão desde logo suspensos e depostos dos seus empregos.” *in* AHU, Angola, 1.ª Secção, cx. 55, doc. 2, fl.1r-1v., 2 de Janeiro de 1771.

naturais, nomeadamente as árvores que, segundo a minha hipótese, além de servirem de marcos nos limites de aldeias, também devem ter algumas propriedades especiais para serem seleccionadas entre as outras. Para ter dados sobre o seu uso económico, primeiro era necessário identificar a árvore com base no seu nome kimbundu nos textos dos sobas. Este processo preliminar de identificação científica requer a identificação dos nomes vernáculos com os seus nomes científicos. Tendo o nome da espécie, é possível procurar dados sobre a sua utilidade económica nas publicações e em bases de dados. Mas o trabalho de identificação propriamente dito realizar-se-á no próprio terreno com a recolha de amostras e entrevistas sobre o seu uso e terminando na identificação em Herbário. O trabalho piloto de obter o nome científico da árvore com base no seu nome vernáculo foi feito em conjunto com o Dr. Luis Catarino, investigador do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A nossa colaboração realizou-se em duas etapas. Partindo dos nomes kimbundu das árvores-marcos, tentei encontrar os nomes científicos das árvores nas publicações sobre plantas angolanas (Welwitsch, Ficalho, Mendonça, Carisso, Gossweiler, Bossard, Barbosa, Figueiredo, Costa). Em seguida, com base nas suas pesquisas, o Dr. Catarino estabeleceu para cada árvore o nome científico atualmente aceite utilizando como referência o site *The Plant List* (www.theplantlist.org). Neste processo preliminar, surpreendentemente foi possível identificar quase todas as árvores, (uma – **hui** – não foi localizada nas publicações); para outras duas árvores encontraram-se nomes vernáculos bem próximos (para a árvore **mua** há duas versões possíveis – **muanze** ou **mualala** –, ambos de Kwanza Norte, e para a árvore **punguxi**, encontrou-se **pukixi**, também de Kwanza Norte). Também ajudou a encontrar os nomes científicos o facto de no registo dos nomes vernáculos não haver grandes alterações entre as versões feitas pelos escribas ambundu e os coletores do séc. XIX e XX. Esta investigação levantou várias questões para as futuras pesquisas. Uma questão é a ausência de dados sobre flora angolana na literatura internacional porque não estão incluídos nas grandes bases de dados sobre plantas africanas (*prota*, *tropicos*, *kew*, *jstor*). Outra questão diz respeito aos nomes vernáculos. O mesmo nome vernáculo pode denotar árvores de grande ou médio porte e até arbustos. O mesmo nome vernáculo pode ser utilizado entre grupos étnicos diferentes. Pode existir um nome vernáculo diferente para a árvore, para o seu fruto e até para o produto feito duma parte da árvore. Na literatura científica os nomes vernáculos da mesma árvore podem ser apresentados numa listagem sem mencionar o seu respetivo grupo étnico e idioma. Nas publicações, a ocorrência da árvore pode ser indicada a nível de Província, município, mas quase nunca pelo lugar exato onde aconteceu a sua colheita. A herança colonial da divisão administrativa de Angola muitas vezes não segue a divisão etnocultural dos grupos étnicos angolanos e não se fala dos subgrupos que têm um dialeto regional da língua vernácula. Até tratando-se de nomes vernáculos de Kimbundu, pode haver diferenças entre a denominação vernácula da mesma árvore em duas províncias vizinhas como Kwanza Norte e Malanje. Mesmo em Samba Cajú, que geograficamente se situa na Província de Kwanza Norte, o nome vernáculo das árvores mostrava mais semelhança com a denominação usada na Província vizinha de Malanje. Por ex. a árvore *Bauhinia thonningii* é chamada **mulolo** em Malanje e **muxakanga** em Kwanza Norte. Apesar de Samba Cajú se encontrar em Kwanza Norte, nos textos dos sobas usa-se **mulolo**, a versão de Malanje. Este nome provavelmente tem que ver com a ligação histórica entre as aldeias de Samba Cajú e “as terras de Ginga” em Malanje. Mas talvez os biólogos possam dar uma resposta mais concreta para a variação no uso dos nomes das mesmas árvores. Para complementar esta fase piloto foi continuada a pesquisa para obter conhecimento sobre as propriedades das árvores-marco em relação ao uso económico, sobretudo medicinal. Fiz consultas exaustivas em bases de dados internacionais, publicações e na base

de dados do Herbário LISC da Universidade de Lisboa. Foquei-me num das questões mais prementes tanto para África como para o mundo inteiro, nomeadamente a resistência de todos os medicamentos correntes contra a malária e a pesquisa dos efeitos antimaláricos em plantas medicinais no mundo inteiro.

Há que mencionar o facto de os famosos medicamentos usados para combater a malária também serem produtos de plantas medicinais como o caso de quinina produzida a partir da *Cinchona*, ou a artemisina.

Os resultados da pesquisa-piloto trouxeram dados impressionantes. A maioria das árvores de marco em Samba Cajú fazia parte daquele grupo de árvores que já foram utilizados para combater febre ou mesmo malária na medicina tradicional africana. Estas árvores foram examinadas *in vitro* nos laboratórios de centros de pesquisa e de Universidades africanas e ocidentais e provaram ter efeito antimalárico contra o mais perigoso causador da malária, o *Plasmodium falciparum*. Espera-se que as futuras pesquisas *in vitro* encontrem as árvores mais adequadas para o combate da malária. Aqui precisa-se de chamar a atenção para a interpretação indígena da malária, muitas vezes misturada com febre; assim as plantas febrífugas poderão levar a encontrar plantas para combater a malária. Juntamente com um grande número de outras plantas africanas, necessitam da continuação do exame *in vitro* para encontrar a solução do combate à malária resistente a produtos igualmente feitos de plantas como a quinina da árvore *Cinchona* e artemisina produzida a partir da *Artemisia annua*. Esta pesquisa também ficou enriquecida com o conhecimento da aplicação das plantas pelo médico tradicional. A medicina tradicional usa um conjunto de plantas para tratar cada doença e cada parte da mesma planta (raiz, casca, fruto, flor) pode ser utilizada para combater distintas doenças, sendo que a dosagem de certas plantas em pequena quantidade cura e aumentando-a pode tornar-se fatal para o paciente.

Com base no levantamento piloto sobre árvores-marcos direi que os cartórios históricos dos sobas poderão abrir novos caminhos na investigação arqueológica. Entre outros, árvores-marco seculares com uso económico poderiam indicar aldeias já desaparecidas, a extensão dos terrenos da comunidade e o uso cultural dos marcos naturais. Com esta abordagem antropológica de uma pesquisa inicial, espero contribuir com novos elementos para as pesquisas e debates correntes arqueológicos que visam interpretar o significado económico e simbólico da cultura material e a sua relação com o meio ambiente.

Referências bibliográficas

- African Union, (2013), *Delimitation and Demarcation of Boundaries in Africa General Issues and Case Studies*, Addis Ababa.
- Assis Júnior, António de, (1945), *Dicionário Kimbundu-Português*. Argente, Santos & Co., Luanda.
- Barbosa, L. A. G., (2009) *Carta fitogeográfica de Angola*. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Bossard, E., (1996), *Le Medecine Traditionelle au Centre et a L'Ouest de L'Angola* Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Cadornega, António de Oliveira de, (1972), *História Geral das Guerras Angolanas*. Eds. José Matias Delgado e Manuel Alves da Cunha, 3 vols. Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- Chinsebu, Kazhila C. (2015), Plants as antimalarial agents in Sub-Saharan Africa. *Acta Tropica* 152: 32-48.
- Costa, E., (dez. 2012), Conhecimento tradicional e recursos terapêuticos naturais do Bengo. Resultados do rastreio etnobotânico. *Cadernos CISA* n.º 3.
- Costa, E. & Pedro, M. (2013), *Plantas Medicinais de Angola*, Centro de Botanica da Universidade de Agostinho Neto, Luanda.

- Cunnison, Ian, (1957), "History and Genealogies in a Conquest State." *American Anthropologist* 53(1): 20-31.
- Exell, A. V. & Mendonça, F. A., *Conspectus Florae Angolensis*, Junta de Investigações do Ultramar, vol. II, 1956; vol. IV, 1970).
- Ficalho, Conde de, (1947), *Plantas úteis da África portuguesa*, rev. edn. Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- Figueirero, E & Smith, G. F., (2012), *Comon Names of Angolan Plants*, Inhlabá Books. Fowler, D. G., (2006), *Traditional Fever remedies: a list of Zambian plants*. © D.G.Fowler.
- Gossweiler, J., (1953), *Nomes Indígenas de Plantas de Angola*. Imprensa Nacional de Angola, Luanda.
- Hiern, W. P., (1896-1901), *Catalogue of the African plants collected by Dr Friedrich Welwitsch in 1853-1861*. British Museum (Natural History), London.
- Kellog, Susan e Restall, Matthew, (1998), *Dead Giveaways: Indigenous testaments of Colonial Mesoamerica and the Andes*. The University of Utah Press, Salt Lake City.
- Lentz, C., Land, (2013), *Mobility, and Belonging in West Africa: Natives and Strangers*, Bloomington, IN, USA: Indiana University Press.
- Matta, J.D. Cordeiro da, (1893), *Ensaio de Dicionario Kimbúndu-Portuguez*. Casa Editora Antonio Maria Pereira, Lisboa.
- Mendonça, A., (1945), *Colectânea de escritos doutrinários, florísticos e fitogeográficos de Frederico Welwitsch concernentes principalmente à Flora de Angola*. Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- Oliveira Chaves, (1860), "Districto de Ambaca", *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não Off. Serie II. Outubro, pp. 134-135.
- Sebestyén, Éva, (1992), "Land and Power through Ambundu Chief Documents", Comunicação apresentada no *Encontro Annual da Canadian Association of African Studies*, Montreal, 13-16 de Maio.
- (1994), "Legitimacy and Kinship in Ambundu Historical Sources, Angola", Comunicação apresentada no *Encontro Annual da African Studies Association (EUA)*, Toronto, 3-6 de Novembro.
- Shaw, A. H. K., (1947), *The Vegetation of Angola*, *Journal of Ecology*, Vol. 35, No. 1/2 (Dec.): 23-48.
- Tavares, Ana Paula e Santos, Catarina Madeira, (2002), *Africae Monumenta*, vol. I. *A Apropriação da Escrita pelos Africanos*, Arquivo Caculo Cahenda, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- Turner, Victor, (1957), *Schism and Continuity in an African Society*. Manchester University Press, Manchester.

Bases de dados (Internet)

www.actd.iict.pt

<http://plants.jstor.org>

<http://www.prota4u.info>

<http://www.theplantlist.org>

<http://www.sanbi.org/>

<http://specimens.kew.org/herbarium>

<http://tropical.theferns.info>

www.worldagroforestry.org

Tabela das árvores marcos nos textos dos sobas na Província de Kwanza Norte

Nome kimbundu das árvores-marcos 1. Nas publicações científicas 2. Nos textos dos sobas	Nome científico das árvores-marcos
1.Ndai 2.Danhi, mundai, mudanhi	<i>Gardenia ternifolia</i> subsp. <i>jovis-tonantis</i> (Welw.) Verdc. (Rubiaceae)
1.Diboto 2.Diboto	<i>Diplorhynchus condylocarpon</i> (Müll.Arg.) Pichon (Apocynaceae)
1.Dikaxi (liana) 2.Dicachi	<i>Combretum cinereopetalum</i> Engl & Diels
1.Dilagala (erva) 2.Dilangala	<i>Hyparrhenia diplandra</i> (Hack.) Stapf. (Poaceae)
1.Gambo 2.Gambo, njigambo	<i>Pericopsis angolensis</i> (Baker) Meeuwen (Leguminosae)
1.Gihia 2.Gihia	<i>Parinari capensis</i> Harv. (Chrysobalanaceae)
1.Njila-sonde 2. Gila	<i>Pterocarpus angolensis</i> DC.
1.Kabolebole 2.Cabole	<i>Mussaenda arcuata</i> Poir. (Rubiaceae)
1.Kituenze 2.Quituenze, quetuenze	<i>Albizia gummifera</i> (J.F.Gmel.) C.A.Sm. (Leguminosae)
1.Luhia 2.Luhia, luha, lunha	<i>Parinari curatellifolia</i> Planch. ex Benth. (Chrysobalanaceae)
1.Muanze 2.Mua	<i>Albizia adianthifolia</i> (Schumach.) W.F.Wight (Leguminosae)
1.Mualala 2.Mua	<i>Diospyros abyssinica</i> (Hiern) F.White (Ebenaceae)
1.Mube, Mubeba 2.Mube	<i>Combretum psidioides</i> Welw. (Combretaceae).
1.Mucumbi 2.Mucumbi	<i>Lannea antiscorbutica</i> (Hiern) Engl. (Anacardiaceae)
1.Mucuso 2.Mucuso	<i>Ficus mucuso</i> Welw. ex Ficalho (Moraceae)
1.Mufongo 2.Lufongo	<i>Anisophyllea boehmii</i> Engl. (Anisophylleaceae)
1.Mujima 2.Mujima	<i>Sclerocroton cornutus</i> (Pax) Kruijt & Roebers (Euphorbiaceae)
1.Mulolo 2.Mulolo	<i>Bauhinia thonningii</i> Schum (Leguminosae)
1.Mulungu 2.Mulungo	<i>Erythrina abyssinica</i> Lam. Ex DC. (Leguminosae)

1.Musonge 2.mussongue	<i>Acacia sieberiana</i> DC. (Leguminosae)
1.Muzaza, mussassa 2.Muzaza	<i>Cussonia angolensis</i> (Seem.) Hiern. (Araliaceae) Ou <i>Tricalysia coriacea</i>
1.Punguixe 2.Dikaxi	<i>Combretum molle</i> R.Br. ex G.Don (Combretaceae) ou <i>Combretum celastroides</i> subsp. <i>laxiflorum</i> (Welw. ex M. A. Lawson) Exell (= <i>C laxiflorum</i>) (Combretaceae)
1.Rikaxi 2.Dikaxi	<i>Combretum molle</i> <i>R.Br. ex G. Don</i>
1.Soxi, musoso 2.Mesoxi, musoxi	<i>Entada abyssinica</i> A. Rich. (Leguminosae)

Anexos

Quadro 001 – Demarcação de terra

Nome da aldeia	N.º de doc.	Data	Marco de limites	Demarcantes	Vizinhos
Bango a Caputo	12	12-03-1850		soba João Pombo, de Cambanda	soba Bango a Caputo
	18	24-01-1766		João Gongga, soba Bango a Pacaça,	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
Bango a Pacaça	19	24-01-1766		João Gongga, soba Bango a Pacaça	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
	21	24-01-1766		João Gongga, soba Bango a Pacaça	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
	22	24-01-1766		João Gongga, soba Bango a Pacaça	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
	27	26-02-1883		António Mateus da Silva	soba Cachinda, Ngolome a Quiluanje, Quitala
Bendo	29	11-04-1028 !!!		Cahinha	Nhangue, Cateco Caqitexi
Cachinda	41	25-02-1829	árvore Mussonguei uagançe, pedra grande	Gaspar Jonimo, soba Cachinda	soba Camuhoto, Quitala, Hubia
	43	31-12-1843	árvore cabole, danhi, dicaxi, luhia, mulungo, mua, mube, mulolo, pucuxi, quitenze, to dia hui		
	62	19-03-1897		Clemente Tomas, soba Cachinda	soba Calanga, Zamba
Cahenda	130	04-01-1733	árvore njingambo	Francisco Lopes, soba Cahenda	soba Luamba, Condo, Camuhoto, Zundo
	135	06-06-1909	panela de lucunga	Paulo Ambolo	sobas Luamba, Quimbanguí, Dinga, Quitala, Catende, Candumba, Ngolome a Queta, Queta Cangombe
Camuhoto	136	06-06-1909	panela de lucunga	Paulo Ambolo	sobas Luamba, Quimbanguí, Dinga, Quitala, Catende, Candumba, Ngolome a Queta, Queta Cangombe
	137	25-09-1923	palmeiras, bananeiras	Salles Domingos	

Nome da aldeia	N.º de doc.	Data	Marco de limites	Demarcantes	Vizinhos
Candumbano	138	27-10-1689		Cula Nhanho, soba Candumba	soba Luamba, Condo, Ngolome a Queta, Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Bulo a tumba
	139	27-10-1689		Cula Nhanho, soba Candumba	soba Luamba, Condo, Ngolome a Queta, Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Bulo a tumba
	140	27-10-1689		Cula Nhanho, soba Candumba	soba Luamba, Condo, Ngolome a Queta, Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Bulo a tumba
	141	14-08-1796		Cula Nhanho, soba Candumba	Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Ngolome a Queta, Queta Cangombe, Bulo a tumba
	142	14-08-1796		Cula Nhanho, soba Candumba	Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Ngolome a Queta, Queta Cangombe, Bulo a tumba
	149	15-07-1921		Quidulo	Zundo, Caca, Mutomba, Cateco Caquitexi, Nhangue, Ngolome a Queta, Queta Cangombe, Bulo a tumba
	150	15-07-1921		Quidulo	
	151	22-10-1921	árvore dilagala, Iuhia	Cabobo	
	152	22-10-1921	árvore dilagala	Cabobo	Dala Gongga
	153	22-10-1921	árvore dilagala	Cabobo	Dala Gongga, Mutomba
	154	23-10-1924		Cabobo	Dala Gongga, Mutomba
	155	23-10-1924		Pedro Manuel, soba Candumba	Dala Gongga, Mutomba, Mulaza, Calanda
	156	23-10-1924		Pedro Manuel, soba Candumba	Dala Gongga, Mutomba, Mulaza, Calanda
	159	31-12-1869		Cazombo	soba Hubia, Cachinda, Camuhoto, Golome, Ginla, Samba Gombe, Quipapa, Luamba Luulunga, Cabumba Cagoma, Queta Cagonbe
	163	30-07-1988		Cazombo	sobas Luamba, Ngolome a Queta, Capele, Hola a Muinza, Quipapa

Nome da aldeia	N.º de doc.	Data	Marco de limites	Demarcantes	Vizinhos
Hui a Caputo	164	12.02.1821	uma pedra com sinal de cruz	Caputo	Ngumbi a mbanda, Caculo Cahenda, Cahenda, Ngolome a Queta, Quidulo, Holoa a muinza
	165	12-02-1821		Caputo Cacazombo	dembo Quipete
Luamba	167	31-12-1717	2 árvores sem nome	soba Luamba, Antonio a Luamba	Dala Bumba, Gongga a Golome, Cabanga Cagingi
	168	04-08-1796	panela de posse	Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Ndala Quisaquila, Hubia, Ngolome a Queta
	169	04-08-1796	panela de posse	Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Ndala Quisaquila, Hubia, Ngolome a Queta
	170	04-08-1796	panela de posse	Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Ndala Quisaquila, Hubia, Ngolome a Queta
	171	10-10-1796		Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Camuhoto, Cachinda, Tuto, Zundo
	172	10-10-1796		Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Camuhoto, Cachinda, Tuto, Zundo
	173	10-10-1796		Francisco Manoel, soba Luamba	sobas Camuhoto, Cachinda, Tuto, Zundo
	174	08-06-1797	panela de lusunga	Domingos Francisco	Dala Quisaquina, Hubia, Ngolome a Queta
	175	08-06-1797	panela de lusunga	Domingos Francisco	Dala Quisaquina, Hubia, Ngolome a Queta
	176	08-06-1797	panela de lusunga	Domingos Francisco	Dala Quisaquina, Hubia, Ngolome a Queta
Ndambi a Lucala	187	13-01-1921		soba Ndambi a Lucala	soba Luamba, Dondo, Hui. Cabanji, Dala Cabala
Ngolome a Queta	188	31-12-1770	árvore ndai, árvore gila, árvore lufongo	soba Ngolome a Queta	sobas Luamba, Camuhoto, Queta Can-gombe, Candumba
	189	31-12-1770	árvore ndai, árvore gila, árvore lufongo	soba Ngolome a Queta	sobas Luamba, Camuhoto, Queta Can-gombe, Candumba
	190	31-12-1770	árvore luhia	soba Ngolome a Queta	Camuhoto, Dala gonga, Mutomba, Ngondo Luamba

Nome da aldeia	N.º de doc.	Data	Marco de limites	Demarcantes	Vizinhos
Ngolome a Quiluanje	196	12-08-1917		António Domingos, soba Ngolome a Quiluanje	
	197	12-08-1917		António Domingos, soba Ngolome a Quiluanje	
	198	12-08-1917		António Domingos, soba Ngolome a Quiluanje	
	199	25-11-1925	árvores mucuso, luhia, ricachi, mujima, gambo	Tomás António, soba Ngolome a Quiluanje	
	200	18-06-1928	árvores gíhia, luhia, messoxi e pedra grande	Tomás António, soba Ngolome a Quiluanje	
	201	18-06-1928	árvores gíhia, luhia, messoxi e pedra grande	Tomás António, soba Ngolome a Quiluanje	
	206	03-08-1400 !!!		soba Quitala	sobas Cavungi Caquisuto, Mucoto Hua quitumbo, Mucundo, Ndomba, Nahanhi Samba
Quitala	207	18-01-1839		soba Quitala Quiandongo	sobas Zundo, Tuto, Candange Candala, Mutomba, Bomba, Dambi Angola, luaxi Luandala, Hubia
	208	29-01-1839	árvore gambo, árvore mussongue, 3 parameiras	soba Quitala Casseno	Mutomba, Dala a Gongu, Camuhoto, Tuto, Dambi a ngola, Domba
	217	26-05-1931	árvore luhia, pedra grande	Francisco Mateus, soba Quitala	
Tuto	219	25-8-1792	árvore mussongue Angasse	Lourenço Manuel, soba Tuto	sobas Luamba, Quimbangui, Cachinda, Hubia, Quitala Casseno, Camuhoto, Zundo, Ngolome a Queta
	225	21-01-1671	árvore luhia, diboto	Cainha Cambamba, soba Zundo	sobas Candumba, Ndala Angonga, Luamba do Quiamvo, Camuhoto, Dala Quitoco

Quadro 002 - Venda de terrenos

Nome de aldeia	N.º de doc	Data	Marco de limites	Vendedor	Comprador	Preço de venda
	48	10-07-1843		Mateus Sebastião	Manoel Morais Pinheiro	1 cabeça de gado no valor de 2 peças de fazenda, 2 porcos, 1 peça de fazenda para mortalha
	48	21-07-1879		Clemente Manoel da Costa	Miguel Salvador da Silva	13 peças de fazenda
	49	27-12-1879		Clemente Manoel da Costa	Domingos António Pereira	5 peças de fazenda, 4 beirames e 8 peças de fazenda
	63	03-08-1898	lúhia com dois marcos	Clemente Manoel	João Parado Francisco	96 mil reis
	85	10-07-1843		Mateus Sebastião	João Jose Dias	10 peças de fazenda em valor de 2 beirames
Cachinda	85	04-10-1911		Manoel João Boa	Maria João Joze	1 vaca, 2 peças de fazenda
	94	02-05-1918		Francisco António	João Rapozo	30:000 reis
	98	06-05-1920		Francisco António	Bento Florentinho	804:000 reis, 1 garrote, 9:000 reis, 3 peças de fazenda
	99	14-09-1920		Francisco António	Mateus João Cahenda	150:000 reis em valor de 5 sacos de café
	100	14-09-1920		Francisco António	Mateus João Cahenda	150:000 reis em valor de 5 sacos de café
	107	14-09-1920		José Mateus	Mateus João Cahenda	150:000 reis em valor de 5 sacos de café
	108	31-12-1950	Cabole, mufoxi, muroto, muzaza, lúhia, gambo, mucumbi, lúhia	José Mateus	Domingos Bernardo do Zamba	245:000 angolares, 2 vaca, 1 garrote, 1 peça de algodão
Camuhoto	137	25-09-1923		Salles Domingos	Duarte Cafumana	270:000 reis
	196	08-12-1917		António Domingos	Manuel Domingos	37:500 reis fortes
	197	08-12-1917		António Domingos	Manuel Domingos	37, 50 reis fortes
	198	08-12-1917		António Domingos	Manuel Domingos	37, 50 reis fortes
Ngolome a Quiluanje	199	25-11-1925	mucuso, lúhia, ricachi, mucumbi, mujima, gambo	Tomás António	Mateus Antonio da Silva	1 garrote, 2 porcos capados, 1 mãe de ovelha, 1 mãe de cabra, 1 cobertor de algodão, 1 peça de 8 jardas de fazenda, 107500 escudos, 1 fato de cetim de 150,00 escudos
	200	18-06-1928	gíhia, lúhia, messoxi	Tomás António	Quihomali do Conbo	1 garrotão de ovelha, 1 vaca, 4 jardas de fazenda
	201	18-06-1928	gíhia, lúhia, messoxi	Tomás António	Quihomali do Conbo	1 garrotão de ovelha, 1 vaca, 4 jardas de fazenda
Quitala	226	26-05-1931	pau lúhia, pedra grande	Francisco Mateus	Francisco António da Costa Dala	2 vacas, 2 peça de fazenda de 8 jardas, 2 porcos capados, 1 cabra, 42:000 reis

Plantas de Samba Cajú I



Arcuata (Kabilebole), Comestível.



Terminalia sericea (Mube?), Medicinal.



Mussaenda.



Gardenia ternifolia (Ndai), Madeira, cabo de enxadas e outros objectos.



Combretum sp. (Dikaxi) Medicinal.



Erythrina suberifera/ E. abyssinica (Mulungu), Medicinal.



Parinari curatellifolia (**Luhia**), Alimentar.



Anisophyllea boehmi (**mufongo**), Alimentar.



Annona sp. (**Malolo**) Alimentar.



Manihot esculenta (**Mukamba=Mandioca**)
Alimentar.

À procura da ‘autenticidade indígena’. Tradição, tradução e transformação nas recolhas etnomusicais do Museu do Dundo em Angola ¹

Cristina Sá Valentim*

p. 107-125

[...] a «autenticidade» – tal como a «tradição», a «memória» ou a «identidade» — não é um substantivo, mas um verbo que se conjuga diferentemente em diferentes condições históricas e em função de diferentes posições sócio-políticas. Não há objectos nem práticas, não há espaços nem tempos «autênticos»; há coisas que são «autenticadas» por sujeitos concretos em contextos históricos definidos (João Vasconcelos, 2001: 429).

1. Introdução

Ao longo de quase duas décadas, desde 1950 até finais de 1960, o Museu do Dundo organiza várias campanhas de recolha de ‘Folclore Musical Indígena’ no leste e nordeste angolanos, em aldeias dos distritos da Lunda, do Moxiku e próximo de Kwandu Kuvangu. (Fig. 001) Da designada Missão de Recolha de Folclore Musical resultou documentação escrita e visual, como também um arquivo sonoro composto por coleções musicais registadas em disco de acetato de 78 rpm e, a partir de 1953, diretamente gravadas em fita magnética (bobine).² Em 1949, o então conservador do Museu, José Redinha, comenta que:

Útil seria também um trabalho de decidido aspecto folclórico, no sentido amplo do termo. Desejamos assim significar a música indígena e os seus cantos, surpreendidos naturalmente, na sua feição cândida e rústica, se possível ocasional, a céu aberto, tendo por caixa de ressonância o fundo da floresta ou o âmbito das palhoças. [...] A África perde a espontaneidade, enleia-se em inibições que lhe destroem o espírito natural. É esta uma realidade indiscutível e permanente, cuja inobservância acarreta risco de diversa ordem (UC, Ramd 1949: 33).

1 Este artigo começou a ser formulado num ensaio com que concluí o seminário “Pós-colonialismos, Identidades e Cidadania Cultural” ministrado pelo Prof. Doutor António Sousa Ribeiro no ano letivo de 2011/2012 no âmbito do meu doutoramento. Agradeço a orientação do Professor e os comentários de todos os presentes nesse seminário. Também incluo contribuições oriundas da participação em conferências nacionais e internacionais. O presente texto será parte integrante de um capítulo da tese de doutoramento em curso. Agradeço todas as aprendizagens como também a orientação científica da Prof.ª Doutora Catarina Martins (CES-FLUC) e do Prof. Doutor Ricardo Roque (ICS-IUL).

* Doutoranda no CES e bolseira da FCT (Ref. SFRH/BD/85530/2012).

2 Da ação colonial da Diamang resultou um vasto espólio que está em depósito na Universidade de Coimbra. Parte desses materiais podem ser consultados no site www.diamangdigital.net que resultou do projeto *Diamang Digital* desenvolvido na Universidade de Coimbra e coordenado por Nuno Porto, onde colaborei na digitalização e inventariação e, atualmente, na gestão do *backoffice*.



Fig. 001 – “Mapa A: Mapa da exploração etno-musicológica na Lunda, Alto Zambeze, Alto e Baixo Cuando”. Escala 1:4000000. (Janmart *et al*, 1961: 16).

As posições de José Redinha perante a “música indígena e os seus cantos”, tecidas em resultado das suas observações *in loco* durante as várias campanhas de recolha de peças para o Museu, revelam várias motivações. Nesse processo de atribuição de valor surgem desejos românticos e interesses científicos articulados com desígnios coloniais, pretendendo-se ao mesmo tempo estudar e resgatar expressões de “feição cândida e rústica” e com isso levar a bom porto o projeto colonial. Para isso, e a par de outras atividades culturais e científicas levadas a cabo pelo Museu na Lunda, tanto as manifestações culturais expressivas angolanas (dança, música, canto) como os conhecimentos a elas associados (os ‘usos e costumes’: rituais, cultos, cerimónias, performances, indumentária, penteados, officios, alimentação, etc) foram concebidas/os como ‘Folclore Indígena’.

Essa postura obedecia à mesma racionalidade que presidira à formação do Folclore nas metrópoles europeias, emergente na Alemanha

oitocentista, e onde se procurava expressões de matriz rural por oposição ao urbano, culto e erudito, destacando-se a procura pelo antigo, genuíno, popular e autêntico (cf. Bendix, 1992: 106). Similarmente procurava-se resgatar um ser humano natural, integral, emocional, puro e também ‘autêntico’, como uma alternativa ao sujeito alienado criado pela industrialização da sociedade moderna e ao indivíduo espartilhado pela razão iluminista (Klein, 2014: 1362). Esses processos participaram, com outros, como forma de contenção das massas populares dentro de comunidades imaginadas como homogêneas e culturalmente delimitadas numa Nação em redor da ideia de Povo, Língua e Tradição, uma representação útil na afirmação dos nacionalismos europeus e na manutenção de regimes ditatoriais. No contexto das colónias do fim do séc. XIX, o conceito ocidental de folclore foi transposto igualmente como ferramenta de diferenciação de grupos de pessoas e, da mesma forma, os conhecimentos de matriz rural, popular e ‘autêntica’ foram naturalmente concebidos como folclore. No entanto, esse processo articulou ideais de ‘autenticidade’, ‘tradição’ e ‘pureza’ com ideias de ‘primitivismo’, de ‘exotismo’, de ‘tribalismo’ e de exploração económica e de recursos humanos (Ranger, 2002; Porto, 2009; Naithani, 2010).

Nas colónias, as “ausências” e as “inexistências” epistemológicas e ontológicas produzidas pelo pensamento ocidental moderno derivaram numa época de expansão dos Impérios onde se excluíram e discriminaram, e eliminaram, conhecimentos e pessoas com base em premissas que combinaram lógicas monoculturais etnocêntricas de saber, de tempo, de classificação social, de escala e de produtividade (Santos, 2002: 241-248). Isto é: a exclusividade do saber científico ocidental e a ‘alta cultura’ *versus* os outros saberes que significam incultura, atraso ou folclore; a conceção linear do tempo, onde os ideais de progresso tecnológico e económico significariam uma evolução social e histórica; a naturalização da diferença e das hierarquias sociais (da superioridade e da subalternidade) através da produção de classificações sociais baseadas em categorias de raça, de classe e de género; a hegemonia do que é universal e global *versus* o particular e o local vistos como isolados

e estáticos, em detrimento da diversidade das práticas sociais; definição dos critérios de produtividade com base em lógicas capitalistas de forma a legitimar a desapropriação e a exploração de terras e de recursos humanos (idem). Perante esse pensamento dicotómico, os angolanos foram os 'africanos', os 'indígenas', os 'trabalhadores' ou 'contratados' [numa palavra: os 'pretos'] que teriam a Cultura – sinónimo de tradição, do que é local, delimitado e atrasado, não contemporâneo (Folclore: usos e costumes 'autênticos') – mas que iria desaparecer em contacto com o Ocidente, que levaria a Civilização, o Progresso, a Ciência (Linnekin, 1991). Nesse processo as expressões culturais dos nativos angolanos também poderiam ser apropriadas e usadas em benefício da empreitada colonial. Sendo o tempo um fator de exclusão e inclusão que pode distanciar uns e aproximar outros (Fabian, 2006), a 'autenticidade indígena' constrói-se em noções de "temporalidade, totalidade e continuidade" (Clifford, 1988: 215) onde a cultura é vista como "um corpo coerente que vive e morre" (idem: 235). E acrescenta Linda Tuhiwai Smith,

No seio de tal visão de autenticidade reside uma crença de que as culturas indígenas não podem mudar, não podem recriar-se e continuar indígenas. Também não podem ser complicadas, internamente diversas ou contraditórias. Apenas o Ocidente tem esse privilégio (Smith, 1999: 74).

Nesse sentido, o discurso da 'autenticidade' – essencialista, situado e reificador – articula-se com questões de poder e categorias de raça, e produz-se enquanto um regime de representação (Hall, 1997), e funcionou como uma das várias "tecnologias culturais" que, a par das "tecnologias materiais", serviu um projeto cultural de controlo político (Dirks, 1992: 3). A esse processo estão subjacentes práticas assentes em colonialidade: disjunções culturais e ontológicas assentes num etnocentrismo epistemológico que separa, hierarquiza e silencia outras estórias que não correspondam aos seus 'sistemas de verdade', e que justificaram e naturalizaram, a par da exploração económica de recursos naturais e humanos e da conversão religiosa, a alteridade como margem (cf. Mudimbe, 1988: 15). Mas se a 'autenticidade' é "uma construção cultural do mundo moderno ocidental" (Handler, 1986: 2) é possível desmontar a sua montagem e fazer emergir as fragilidades dessa construção.

A representação das culturas musicais angolanas em 'Folclore Musical Indígena' fez-se em articulação com questões de poder e em experiências de reconfiguração que aconteceram em relações de intersubjetividade. Ou seja, a produção de conhecimento sobre o Outro foi feita através de processos de tradução cultural: "de recitação, e por isso de relocalização cultural e histórica, e portanto uma paródia, uma traição de qualquer intenção 'original' ou 'autêntica'" (Chambers, 2001: 49). Com efeito, a eficácia política da autoridade colonial na Lunda passou, em grande parte, pelo atualizar constante de representações apriorísticas sobre a diferença assente em práticas situadas e engajadas no mundo e, por isso, nunca produzindo significados miméticos e transparentes, fiéis a um 'original' (cf. Bhabha, 1990, 210-211). Ao mesmo tempo, e porque o exercício da tradução cultural resulta de um conjunto de perspectivas, de uma relação intersubjetiva onde confluem vários agentes (humanos e não humanos) (Wolf, 2008), o processo de conversão das culturas nativas em Folclore na Lunda foi o espelho disso mesmo. A Missão teve de ir respondendo adequadamente a um conjunto de contrariedades causadas quer por adversidades geográficas e ecológicas, quer por dificuldades do foro representacional, ontológico e epistemológico em retratar um conhecimento musical nativo de acordo com o imaginário ocidental. Como é referido na secção das 'Notas Explicativas' dos dois estudos musicológicos³ das canções Cokwe recolhi-

3 Estas duas publicações do Museu do Dundo foram produzidas pelo geólogo Jan Janmart, pelo escritor José Osório de Oliveira e pelo maestro Herminio do Nascimento. Foram oferecidos aos mais prestigiados institutos culturais e Universidades da Europa, América do Sul, EUA, Portugal e África do Sul, em conjunto com as respetivas fitas magnéticas.

das na quinta e sexta campanhas no Lovwa e no Kamisombo, respetivamente [atual região da Lunda Norte], e publicados em 1961 e 1967:

*[...] organizou o nosso Museu uma Missão ou brigada de recolha de folclore, provida de **aparelhagem especializada**, e de todo o material, de transporte e acampamento, necessário à efectivação de longos percursos, os quais foram feitos, muitas vezes, através de **grandes dificuldades, criadas pelo estado do solo, as chuvas tropicais, a travessia por terrenos arenosos ou alagadiços e outros obstáculos**, pois a intenção principal foi a de visitar, não tanto os aglomerados populacionais do interior mais conhecidos e acessíveis por estrada, mas sobretudo aqueles núcleos que, pelo seu **isolamento**, se afiguravam susceptíveis de **oferecer ainda um folclore puro de influências estranhas** (Janmart et al., 1961: 20; 1967: 22-23). [negrito meu]*

A procura pela ‘autenticidade indígena’ supostamente resgatável em culturas rurais, isoladas e reveladoras de um “folclore puro de influências estranhas” representou o agente colonizador como uma figura detentora de conhecimento tecnológico, nomeadamente de “aparelhagem especializada” e fez dele alguém heroico, vencedor de “grandes dificuldades”. Mas essa mesma procura também o representou como alguém vulnerável, exposto aos desafios colocados. Este artigo versa precisamente sobre a dificuldade da construção colonial da ‘autenticidade indígena’, ou seja, sobre os desafios que a prática da tradução cultural colocou às formações discursivas do regime colonial.

2. Os trabalhos da missão de recolha de folclore musical

2.1. O contexto

Após a descoberta de diamantes na bacia do rio Kasai em 1912, na fronteira com o então Congo Belga, os interesses portugueses no nordeste angolano intensificam-se. E é a partir de 1926, com a conquista das terras aos Cokwe e restantes comunidades, que o colonialismo moderno português se instala definitivamente na Lunda sob um contexto de ocupação militar e de resistência (cf. Porto, 2009: 8), tendo como infraestrutura basilar a Diamang, previamente fundada em 1917 com Sede em Lisboa e delegação administrativa no então recém-criado centro urbano designado Dundo. A Companhia de Diamantes de Angola estrutura-se no nordeste do Distrito da Lunda em vários serviços de ação de exploração mineira e agrícola, mas também científica e assistencial dirigida às populações que distingue entre empregados (‘europeus’, comunidade branca) e trabalhadores (‘africanos’, comunidade negra). Visando garantir uma boa rentabilidade do trabalho nas minas, a assistência ao *indígena* torna-se necessária, o que passa também por diversas apropriações do seu modo de vida (cf. Porto, 2009: 153). Com efeito surge em 1936 o Museu do Dundo, um museu de índole etnográfica.

A par da Missão de Recolha de Folclore Musical, o Museu realiza campanhas de recolha de objetos, peças arqueológicas, espécimes biológicos e amostras geológicas para estudo e exibição, e organiza a partir de 1944 Festas Folclóricas com os Grupos Folclóricos Indígenas Privativos do Museu. Essas festas acontecem no Terreiro de Folclore da Aldeia Nativa do Museu com vista a receber visitas institucionais e, quando fora desse espaço, para representação institucional do Museu. Todas essas vertentes da atividade museológica materializavam um tipo de colonialismo que a Companhia designa de ‘científico’ e que legitimou o colonialismo português na Lunda a partir das atividades culturais e científicas do Museu (Porto, 2009). Essa ocupação científica, vista aqui a partir desta Missão, dirige-se a um

O texto revela um discurso sobre a música cokwe assente em representações etnocêntricas, romantizadas e racializadas da diferença que visaram um inequívoco exercício de propaganda política (Valentim, 2012).

público-alvo muito específico: os trabalhadores, ou seja, os negros submetidos ao Estatuto do Indigenato que os converteu em *indígenas* a partir de 1926, sendo-lhes negado o usufruto dos direitos de cidadania portuguesa.⁴ Essas populações faziam parte integrante da mão-de-obra recrutada em regime de coerção para trabalho compulsivo, ora diretamente para o governo colonial ora para empresas privadas, tal como a Diamang, onde trabalhavam na construção de infraestruturas (estradas, pontes, corte e transporte de lenha), nas minas ou nos campos agrícolas. E enquanto estratégia de ocupação colonial foi necessário construir os angolanos nativos como *indígenas* e mantê-los sob o esforço civilizador através não só da disciplina do trabalho forçado mas também sob o olhar panóptico da 'tradição', isto é, dos seus próprios valores culturais mais conservadores. Já em 1946 José Redinha é claro em alertar para o perigo da vida nativa 'destribalizada', e tanto em 1949 (como se viu na secção anterior) como em 1950 avança a sua posição face ao Folclore:

A destribalização é o cancro que corrói simultaneamente a coesão da tribo e a disciplina europeia; o soba e os notáveis das tribus são os elementos primordiais que poderão retardar e regular esse desagregamento. Nestas condições, prestigiá-los e autorizá-los aos olhos do seu povo é a primeira necessidade do colonizador consciente. [...] Erram, os que alteram os costumes, e conseqüentemente a ordem, com infundadas teorias de progresso. (UC. RAMD, 1946: 34)

Nunca é demasiado frisar que o desenvolvimento do folclore e outros aspectos tradicionais, artísticos ou interessantes, tem apreciável importância como elementos normalizadores dos costumes indígenas, sustendo-lhes a tendência moderna dos bailes de tipo "dancing", e outras diversões perniciosas ao equilíbrio e disciplina social. (UC. RAMD, 1950: 15)

A "retórica da autenticidade" (Ribeiro, 2005: 84) conjuga assim mito, desejo e estratégia transformando-se, conseqüentemente, em autoridade e em violência simbólica (cf. Griffiths, 1996: 71), pondo em prática um saber/poder no sentido foucaultiano. Como diz Edward Said, e lendo aqui o Orientalismo na forma de Africanismo, num regime colonial quem tem o poder sobre quem lhe está subalterno tem a legitimidade para emitir e formular "juízos de valor sobre ele, autorizando visões dele, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o [...]" (2004: 3).

2.2. As dificuldades na recolha da 'autenticidade'

A Missão vem na continuidade dos trabalhos efetuados em 1949 durante quatro meses, de agosto a dezembro, pelo professor e etnomusicólogo Artur Santos, convidado pelo Eng.º Ernesto de Vilhena, diretor delegado da Companhia, para iniciar uma recolha e estudo de 'folclore indígena' (UC, RAMD, 1948 e 1949).⁵ Conhecida entre os nativos pelo "Serviço das Cantigas", por comparação aos outros serviços da empresa (Oliveira, 1954: 72), a designada 2.ª Missão de Recolha de Folclore Musical é liderada pelo empregado Manuel Pinho da Silva⁶. A equipa incluía, para além de *indígenas* que eram motoristas, intérpretes, carre-

4 Estas duas publicações do Museu do Dundo foram produzidas pelo geólogo Jan Janmart, pelo escritor José Osório de Oliveira e pelo maestro Hermínio do Nascimento. Foram oferecidos aos mais prestigiados institutos culturais e Universidades da Europa, América do Sul, EUA, Portugal e África do Sul, em conjunto com as respetivas fitas magnéticas. O texto revela um discurso sobre a música còwke assente em representações etnocêntricas, romantizadas e racializadas da diferença que visaram um inequívoco exercício de propaganda política (Valentim, 2012).

5 O Professor Artur Santos tinha desenvolvido desde 1936 várias recolhas e estudos na metrópole sobre 'música tradicional portuguesa' ou 'folclore musical' (Cruz, 2001: 54-90). Apesar da estadia de Artur Santos inaugurar a Missão, as gravações que fez em 100 discos virgens com canções do Alto Zambeze e Lunda, e de onde se apuraram cerca de pouco mais de meia centena, acabaram por se danificar.

6 Manuel Pinho da Silva, conhecido entre os nativos por "o Branco do Serviço das Cantigas" (Oliveira, 1954: 72) era empregado da Diamang em funções na Secção de Trabalho Indígena do Serviço de Mão-de-obra, e na Emissora do Dundo (ou Rádio Diamang). Por conhecer mais de perto as populações nativas, já tinha colaborado na 1ª Missão em conjunto



Fig. 002 – Fotografia n.º 12001, 1951-1952. Terceira campanha, nordeste da Lunda. “A missão vai a todos os lugares onde a sua acção resulte proveitosa” (UC 3R MRFM V.III, 1952: 719).

e aonde regressava no final de cada campanha. E era com o diretor dos Serviços Culturais em Lisboa, Júlio de Vilhena, que Pinho Silva ia trocando correspondência, a partir do Dundo ou do local onde a Missão se encontrava, para receber a aprovação do Itinerário da viagem (com os trajetos e nomes dos Sobados), para dar informações sobre o decorrer dos trabalhos, enviar os relatórios e discos resultantes de cada campanha. Mas para, fundamentalmente, receber orientações, sugestões e pedidos de esclarecimentos sobre termos vernáculos, práticas rituais, letras e estórias de canções ou comportamentos da Missão, fruto do designado Trabalhos de Gabinete na Sede.



Fig. 003 – Fotografia n.º 15015, 1954. Quinta campanha, Lovwa. “Soba Satambuê, outro colaborador da Missão na região do Lóvuva” (Janmart *et al.*, 1961: 36).

gadores e cozinheiros, Padres, Sobas (Chefes Tradicionais) e Chefes de Posto Administrativo que auxiliavam no acesso às populações. Também integravam os empregados Carlos de Paiva e Monteiro Pequito com funções de auxiliares em tarefas de radiomontagem, reparação de equipamentos, e Bettencourt Faria como desenhador dos instrumentos musicais que iam recolhendo para levar para o Museu. A partir de 1954, passou a integrar a equipa a esposa de Pinho Silva, Maria José Gouveia Reis.

Cada campanha era realizada preferencialmente na época do cacimbo⁷, mas cujos trabalhos poderiam durar entre meses a anos, implicando se necessário várias fases de coleta dentro da mesma campanha. A Missão tinha como base de trabalhos o Dundo, de onde partia com destino a aldeias no mato,

As dificuldades sentidas pela Missão começaram a sentir-se por fatores ecológicos e geográficos. Para além de terem de preparar os caminhos para os poderem transitar (Fig. 002), as avarias nos equipamentos e viaturas eram frequentes. (Fig. 003) Por razões de calor excessivo, as gravações eram feitas ao ar livre, junto do acampamento montado pela Missão e, “para maior silêncio e melhor propagação de som, foram feitas, na sua maioria, durante a noite, apesar do frio intenso” (UC, 1R MRFM, 1950: 213). Porém, não foi apenas a força, agência e imprevisibilidade da Natureza o grande constrangimento da Missão. Assente num “pensamento abissal”, isto é, em lógicas monoculturais e excludentes que desenharam linhas divisórias abissais entre o ‘Civilizado’ e o ‘Primitivo’, o ‘Branco’ e o ‘Preto’, colocando no outro lado da linha

com o empregado Carlos de Paiva, acabando por ser escolhido pelo Diretor Delegado da empresa, o Comandante Ernesto de Vilhena, para chefiar os trabalhos da ‘2.ª Missão’, onde também continuou a participar Carlos de Paiva até 1952.

⁷ É a estação seca em Angola, entre abril e setembro.

outras formas de conhecimentos e de existências (Santos, 2007: 3-4), a Missão encontrou “outros obstáculos” (Janmart *et al.*, 1961: 20). Ao longo das secções seguintes vão analisar-se os comportamentos que emergiram do encontro colonial, isto é, as surpresas, os conflitos e as negociações e que vêm responder às “dinâmicas de fraqueza e vulnerabilidade” de um projeto colonial idealizado como hegemónico (Roque, 2005: 65).

2.2.1 As tradições

Fechada em ilusões e, por isso, aberta a desilusões, a Missão inaugura as suas campanhas no dia 23 de Junho do ano de 1950, partindo do Dundo pelas 17 horas com destino às aldeias do Alto Zambeze, na província do Moxiku (UC, 1R MRFM, 1950: 1).

Logo nessa primeira campanha, de onde regressam a 23 de agosto e assim encurtam o plano inicial por razões de avarias técnicas nas viaturas, no gerador e na máquina de gravar⁸, a Missão depara-se com um facto que lhe vai exigindo uma constante habilidade de resposta: a ‘tradição’, imaginada como facilmente resgatável, imutável, cristalizada e pura, era coisa que não existia. Pinho Silva desabafa que,

Toda a parcela do território percorrida é muito pobre de instrumental; e não exageramos se dissermos que, mesmo sob o ponto de vista vocal tivemos, em certas regiões, de acordar o indígena de certo letargo em que o folclore se vai como que diluindo ou desvanecendo. [...] Instrumentos em construção, nenhum! Se o pai é um mestre em qualquer género de música, o filho não o toma a sério e não quer saber da sua arte. O instrumento é posto de parte, apodrece e acaba por desaparecer. Nisto, também as missões protestantes têm uma influência muitíssimo considerável. [...] Para podermos gravar alguns trechos da colecção obtida tivemos de ir buscar instrumentos a muito grandes distâncias, com certa dificuldade. Quasi todos os instrumentos são velhos, esburacados e gastos. Tivemos de mandar reparar alguns se os quisemos utilizar (UC, 1R MRFM, 1950: 18). [negrito meu]

Nestas palavras está presente um *indígena* simultaneamente tradicional, indolente e artista, vulnerável a influências vindas de agentes da ‘modernidade’, nomeadamente das Missões Protestantes cuja atuação vinha sendo alvo de desconfiança e temor por parte da administração colonial portuguesa. Por um lado, por serem entidades estrangeiras ao território e, por outro, ágeis em transmitir valores de emancipação e de formação de uma consciência política anticolonial o que implicaria um afastamento dos valores mais tradicionais. Mas ainda assim seria possível resgatar as ‘tradições indígenas’ uma vez que, préconcebidas como inatas, naturais e intuitivas, poderiam estar somente adormecidas, esquecidas e, assim, despertas e resgatáveis (Klein, 2014: 1352). Perante esses receios, ansiedades e esperanças em relação



Fig. 004 – Fotografia n.º 15045, 1954. Quinta campanha, Lovwa. “«Ngoma» (tambores) dos géneros usados pelos quiocos do Lóvuá: «micupela», «mucundo», «cassúmbi», e «txinguvo».” [de trás para a frente, da esquerda para a direita: 1 *ngoma wa kasumbi*, 1 *ngoma wa mukhundvu*, 1 *cikhuvu* e 2 *ngoma wa mukupela* ou *mukwanzo* (ou *mukwazo*)] (Janmart *et al.*, 1961: 47).

⁸ UC, Pasta 84J.5a: carta enviada por Pinho Silva de Cavungo para o Dundo ao Diretor Geral Rolando Sucena de Sousa em 14/08/1950.



Fig. 005 - Fotografia n.º 12841, 1953. Quarta campanha, nordeste da Lunda. “Txissaje, plural issaje” [recolha junto dos Lunda Muatianvwa] (UC, 4R MRFM, 1953: 127).

de instrumentos musicais em uso nas suas aldeias, permaneciam durante dias ou semanas para as audições, sendo retribuídas em alimentos, dinheiro, roupa, lenços, tecidos (panos), colares, pulseiras, brincos, máquinas de barbear, pifaros, lanternas e tabaco.¹⁰ Os melhores tocadores e solistas teriam de acompanhar a Missão durante todo o percurso da respetiva campanha para garantirem que seria viável e possível efetuarem gravações de canções ‘autênticas’ ao longo do Itinerário (UC, 5R MRFM, 1954: 48). A Missão também tinha a seu cargo a classificação dos instrumentos musicais, assim como pelo seu desenho, registo da escala e afinação. Esses objetos seguiam para o Museu para futuros estudos musicológicos e, a partir de 1958, para serem expostos na Sala de Folclore.

Pinho Silva ia recebendo indicações de Júlio de Vilhena para privilegiarem as canções de “batuque” das grandes festas nativas, assim como os designados “cantares no trabalho”, uma vez que seriam essas performances musicais as mais valorizadas à época pelos folcloristas e estudiosos da música negra.¹¹ Nesse sentido, não foi difícil classificar como tradicional os ‘tambores’, em concreto o *cikhuvu* (ou na linguagem colonial *txinguvo*), junto dos Lunda e dos Cokwe, e os vários géneros de *ngoma* que surgem transversais a todas as etnias (Fig. 005), por oposição a outros que proliferavam na época, como os *yisanji* (ou na linguagem colonial *quissanjes*, ou pianos de mão) cuja classificação étnica foi difícil por serem alvo de inovações constantes.¹² (Fig. 006) Como diz Pinho Silva,

[...] quissanjes, instrumentos pessoais muito apreciados pelos rapazes novos, que os descaracterizam, fabricando-os a seu gosto, pelo que não podem ser atribuídos a qualquer tipo folclórico, já por estarem em desacordo com a tradição, já pelos materiais aplicados, com notória influência europeia. [...] (UC, 5R MRFM, 1954: 48).

⁹ UC, NMFL, Vol. I, 1950-59: NR28, 26/10/1953, f. 1.

¹⁰ UC, 2R MRFM 1950: 8; Pasta 84J.5b: carta n.º 99-Cont/55 de 17/02/55.

¹¹ UC, NMFL, Vol. I, 1950-59: NE 10, 08/02/1952, p. 1.

¹² O *cikhuvu* é um grande tambor trapezoidal classificado como idiofone, e é feito a partir de um único bloco de madeira, com uma fenda longitudinal na parte superior tocado com duas varas (*mixipho*, plural de *muxipho*) revestidas a borraça (*ulongo*) (Redinha, 1988: 128), constituindo um meio importante de comunicação entre aldeias (idem: 31). O *ngoma* é o nome genérico dado a um tambor cilíndrico, um membranofone, revestido com pele de animais no topo (ou também na base) feito com madeira e principalmente tocado manualmente (Redinha, 1988: 164-167). O *cisanji* é um lamelofone constituído por palhetas/lamelas metálicas, podendo ter uma cabaça truncada como caixa-de-ressonância, e é tocado com os polegares (Redinha, 1988: 129).

Ao mesmo tempo, a maioria das letras dessas canções não foi registada, e apenas a estória da canção, pelo facto de tratar-se de uma letra “monótona, limitar-se quase só ao título e prejudicar o conjunto” ou “sem interesse” (UC, 6R MRFM, 1955: 347 e 440). Quanto às ‘canções de trabalho’, Pinho Silva esclarece que, no seio da vida nativa, são cantados com vários ritmos e em diferentes contextos e que por isso não podem ser restringidos nessa categoria. Dizem respeito a canções usualmente presentes nas grandes festas e que são depois adaptados à capela (só com voz) durante as atividades laborais ou em viagens (UC, 4R MRFM, 1953: 682). Mas para reproduzir o cenário ‘autêntico’ e ‘verdadeiro’ que estaria no imaginário ocidental sobre esses cânticos (e que os ensaios poderiam estragar), Pinho Silva informa: “Para as gravações resultarem com toda a verdade, colocámos uma centena e, nalguns casos, mais, de contratados em frente do microfone, deixando-os cantar à vontade, apenas com indicação, por gestos, do começo e fim de cada disco” (UC, 4R MRFM, 1953: 682).

Ainda entre os Cokwe, e dentro dos vários ritmos que originam vários tipos de danças, a Missão deteve-se em grande parte na recolha de canções das ‘grandes festas de batuque’ onde o ritmo da *ciyanda* era o grande protagonista, recolhendo em grande número canções que classificou como “cantiga festiva, bailada, de txianda” (UC, 3-6R MRFM).¹³ E se tradicionalmente no ritmo *ciyanda*, para além de outros pequenos instrumentos musicais que as pessoas penduram no corpo, a bateria é composta por cinco tipos de *ngoma*¹⁴ e que o *cikhuvu* pode ou não integrar (Guerra-Marques, 2006: 150), nas coleções musicais do Museu do Dundo ele passou a fazer parte fundamental de todas as canções de *ciyanda*. Movida assim por um imaginário do que seria a estética e a cultura popular africanas, em redor de noções de anonimato e de uso coletivo vigentes na conceção romântica ocidental de ‘tradição’ (cf. Bendix, 1992: 112), a Missão reinventa o que pode,

Para conseguirmos um txinguvu capaz andámos perto de 200 quilómetros; para que bons solistas de txissanje pudessem tocar, foi, também, preciso procurar instrumentos a grandes distâncias. Com a caça de alguns antílopes resolveu-se o problema ingente da substituição das peles, ressequidas, roídas ou podres, de tambores que foi indispensável utilizar para as gravações. (UC, 6R MRFM, 1955: 4)

2.2.2. As populações nativas

Reportando-me a James Clifford, o que preocupou o olhar etnográfico até a meados do séc. XX foi a suposta ameaça da dissolução da ‘pureza primitiva’ (cf. 1988: 232). Esta postura



Fig. 006 – Fotografia n.º 15596, 1955. Sexta campanha, Kamisombo. “Pesquisas de folclore em Camisombo” (UC, 4R MRFM, 1955: 350).

¹³ A *wino wa ciyanda* [dança *ciyanda*] também faz parte dos rituais de iniciação masculina (ou *mukanda*) integrando as *wino wa tundanji* [danças dos iniciados] que os rapazes aprenderam e apresentam no dia da saída do retiro para celebrarem a sua inserção na vida adulta (Guerra-Marques, 2012: 145), como das performances dos dançarinos que usam máscaras que dançam, os *akixi kuhangana* [que movem ritmicamente as ancas] originando as danças *Wino wa Pwo*, *Wino wa Katoyo* e *Wino wa Ngulu* (Bastin, 1992: 33, 36-39).

¹⁴ Da bateria do ritmo da *ciyanda* fazem parte o *ngoma wa xina*, *ngoma wa mukhundvu*, *ngoma wa kasasulwilo*, *ngoma wa kasumbi* e o *ngoma wa mukupela* ou conhecido como *ngoma wa mukwanzo* (ou *mukwazo*), dependendo da região (Guerra-Marques, 2006: 134 e 149).

implica uma perspetiva primordialista, tanto da cultura como da etnicidade, segundo a qual as populações alvo de estudo estariam integradas em grupos isolados entre si, em culturas discretas, homogêneas e imutáveis, cristalizadas, facilmente coletáveis e exibíveis com traços culturais distintos. Enquadrado nesse discurso, e dando seguimento à metodologia empregue por Artur Santos tanto na metrópole como em Angola, a Missão esforçava-se em compartimentar cada instrumento, canção e cada pessoa num grupo étnico. Pinho Silva, na segunda campanha pelo sul do Moxiku, informa que:

É já hoje impossível fazer a separação, por tribos, do folclore dos habitantes das circunscrições dos Bundas e Luchazes, os povos encontram-se todos misturados, tanto nas diversas áreas como nas próprias aldeias; [...] (UC, 2 R MRFM, 1950: 33).

Ciente das dificuldades, Pinho Silva precisou da ajuda das populações. Nomeadamente, da ajuda dos Sobas e dos ‘mais-velhos’ que na qualidade de depositários dos saberes antigos foram envolvidos como agentes ativos na procura da ‘autenticidade indígena’, aliás, um método que Artur Santos tivera praticado nas recolhas no Dundu à semelhança do que vinha fazendo na metrópole.¹⁵ Como informa Pinho Silva, no Alto Zambeze, as populações iam ajudando à identificação étnica tanto de membros das suas aldeias como de instrumentos musicais: “garantiram-nos que esta marimba é genuinamente Lunda. Encontramo-la em muito bom estado de conservação” (UC, 1R MRFM, 1950: 41).

Ainda no Moxiku, durante a primeira e a segunda campanhas, Pinho Silva constata uma realidade igualmente caracterizada pelo entrosamento entre várias culturas oriundas da circulação de pessoas entre Angola, o Congo Belga e a Rodésia do Norte, o que se repercutia na ‘pureza’ do ‘folclore’:

A influência de discos gravados no Congo Belga onde cantares gentílicos com rumbas e congas adaptadas são, quasi sempre, acompanhadas a viola europeia, falseia completamente o folclore da colónia vizinha e, infiltrando-se, deturpa e estraga o nosso folclore raiano (UC, 1R MRFM, 1950: 17).

No extremo sul do posto de Ninda encontramos grupos de quiocos, mal conhecendo já a sua língua e adoptando costumes de outras tribos; eles ou os seus maiores ali introduziram o seu folclore, que o tempo foi deturpando. Quasi todos os habitantes daquelas paragens cantam, indistintamente, trechos quiocos, bundas, luzchazes, cacangalas, etc., encontrando-se lá, também, o calucuta e outras danças essencialmente quimbundas, levadas por “calcinhas”¹⁶ que andam por toda a parte em negócios e passeios. A convivência, nas minas da Rodésia, dos povos de aquém e de além fronteira – a que nos referimos no capítulo “emigração para a Rodésia” – é, sem dúvida, um dos factores que mais vem contribuindo para tal cosmopolitanismo, que cada vez mais se acentua [...] (UC, 2R MRFM, 1950: 33).

Passados dois anos, em 1952, no nordeste da Lunda, a razão do descontentamento ultrapassa a penetração de influências estrangeiras no território nacional para se transformar num exercício político pela exclusividade no resgate da ‘autenticidade’, em termos de rigor científico e profissionalismo, por relação a atividades similares efetuadas noutras colónias europeias. Isso porque, tal como outros estados coloniais na África Subsariana, também o

¹⁵ UC, Pasta 84J.5: carta particular de Artur Santos a Júlio de Vilhena, 09/07/1949.

¹⁶ Designação colonial usada para designar os *indigenas* que exibiam hábitos culturais europeus, podendo ter alguns deles já o estatuto de *assimilados*, que veio subjacente no Estatuto do Indigenato de 1926. Os *indigenas* teriam acesso à cidadania portuguesa se, maiores de idade, tivessem comprovado ter autonomia financeira, escolaridade obrigatória (ensino primário) e não seguissem a sua cultura, tanto pela língua como por práticas religiosas, formas de vestir, de pensar e de agir (Cruz, 2005: 172). Para tal era exigido que exibissem hábitos europeus, incluindo o falar a língua portuguesa, e que os poderia constituir em *assimilados* ou “indigenas civilizados” (Porto, 2009: 520), no fundo ainda não detentores da categoria de ‘cidadão’. No plano intersubjetivo, eram frequentemente discriminados pela designação desprestigiante de ‘calcinhas’, entendidos como uma mera e má imitação dos cidadãos europeus, civilizados.

então Congo Belga e a então Rodésia do Norte realizavam campanhas de recolha de canções junto das populações sob seu domínio. Nas palavras de Pinho Silva,

Temos escutado com todo o interesse e a maior atenção as emissões de folclore negro realizadas pelos postos do Congo Belga e Rodésia; e chegamos à conclusão de que a recolha ali feita em nada se pode comparar com a nossa. Procuramos saber como era feito ali o trabalho; e disseram-nos que, aos domingos, juntam pretos que cantam o que querem e consequentemente aquilo de que mais gostam e que mais fácil se torna. Os grupos são compostos só por gente nova e os seus cantares não passam, na maioria das vezes, de mera brincadeira. Também temos procurado ouvir os discos que do Congo Belga são trazidos para a Lunda; neles notamos o mesmo e ainda arranjos de rumbas e foxes com letra traduzida para línguas africanas e música arranjada. Deve por ali andar mão de europeu pouco escrupuloso e certamente interessado em fins mercantis (UC, 3R MRFM, 1952: 3).

2.2.3 As gravações, o registo escrito e a revisão das canções

As culturas expressivas de feição popular, tanto europeias como africanas, assentam na transmissão de conhecimentos pela oralidade. E em particular as canções das comunidades Bantu derivam de oratura (contos, provérbios, mitos) como também tanto de situações vividas no quotidiano como dos contextos em que são performatizadas (Redinha, 1988; Bastin, 1992; Guerra-Marques, 2006 e 2012). Nesse sentido, a interpretação da ou do solista e dos tocadores estará dependente dos elementos que estão presentes no momento, e da situação que justificou o canto e ou a dança. Por isso, a tarefa das gravações e o registo das letras não se mostraram tarefas fáceis.

Logo na primeira campanha Pinho Silva constata que as canções não possuíam título, necessário para o trabalho de inventariação e sistematização, assim como seguiam sempre o fluir da improvisação, o que não permitia manter uma canção constante durante os ensaios ou fixar, pela escrita, a letra. Pinho Silva desabafa:

O preto nunca canta da mesma maneira. Tentamos recolher a letra antes da gravação mas tivemos de desistir, porque não cantavam o mesmo texto que nos tinham fornecido. É preciso fazer o ajuste da letra escrita com a gravada; mas tal trabalho só poderá ser realizado com uma colecção de discos definitivos que possam ser tocados as vezes necessárias para se fazer a correcção. (UC, 1R MRFM 1950: 212)

Com efeito, foi necessário um ajuste no método da recolha: primeiro a gravação e só depois a recolha da letra coincidente com a gravação. No esforço de um desejável ambiente de disciplina, o carácter dinâmico e ativo das culturas nativas e as dinâmicas intersubjetivas que emergiram durante as interações dos encontros, foram experienciadas pela Missão como adversidades mas que conseguiram ser ultrapassadas. Mas dada a realidade que encontrou, Pinho Silva não acredita que o Folclore se mantenha vivo por muito mais tempo. Como é dito sobre a campanha do Lovwa em 1954,

O serviço no Lóvuva foi difícil, pois o folclore, embora curioso e rico, estava esquecido e deturpado, com más interpretações. Quase todos os trechos seleccionados tiveram longos períodos de ensaio, com a nossa presença apenas para que as mulheres não passassem o tempo somente a conversar. Nenhum dos trechos deixou de ser gravado e apagado muitas vezes, até que ficasse em boas condições. Além doutros, estes factos confirmam a nossa opinião de que, dentro de poucos anos, o folclore musical nativo desaparecerá, mormente na zona de explorações da Companhia. Os resultados finais desta campanha foram magníficos, tendo-se conseguido uma radiosa e rara colecção (UC, NMFL, Vol. I: NR 42, 28/08/1955, p. 1) [sublinhados a azul no original]).



Fig. 007 – Fotografia n.º 20814, 1957. Trabalhos de revisão das recolhas da terceira campanha, no Dundu. "Reuniões para estudo de folclore de povos do Congo Belga" (UC Rect 3R MRFM V. I, 1957: 73).

A recolha das letras das canções era, diria, a cereja no topo do bolo, porque permitia a fixação de conhecimentos que fluíam pelo corpo do contexto, o quer vinha perturbando os trabalhos da Missão. (Fig. 007) Esta fase visava também confirmar a ‘autenticidade’ e veracidade das letras e das estórias, a sua tradução para português e a seleção final das canções. E sendo a recolha escrita uma tarefa inicialmente partilhada entre Pinho Silva e restantes empregados, a partir de 1954 a participação de Maria José Gouveia Reis, que se iniciou na Missão para substituir a ausência de um empregado, começou a ser essencial na recolha porque, como mulher, poderia aceder a temáticas sobre assuntos mais sensíveis referentes, por exemplo, a rituais de iniciação feminina. Nos trabalhos de tradução das letras e da verificação da história nativa, também os padres eram fundamentais uma vez que conheciam muito bem “os usos, costumes, língua e história” das populações (UC, 1R MRFM, 1950: 211). Mais tarde, podendo levar meses ou anos e prováveis regressos ao campo, procedia-se à ‘revisão das letras’ que significava retificar todos os conteúdos das canções (estórias e letras). Esta fase pressupunha um elevado rigor no referente à ‘autenticidade’ de tudo o que se recolheu em campo. E caso fosse necessário resolver dúvidas persistentes, poderia ser necessário “reuniões de indígenas no escritório da Missão” no Dundu¹⁷, onde Pinho Silva e restantes colaboradores se encontravam à volta de uma mesa com padres, Sobas e *indígenas*. (Fig. 008) A revisão era feita também num processo contínuo e metuculoso designado de Verificação na Sede inserida nos Trabalhos de Gabinete da Missão a cargo de Júlio de Vilhena.

Em síntese, a realidade inexistente teve de ser reinventada, exigindo a seleção e sistematização dos conhecimentos nativos através do ato de descrever, classificar, ordenar e inventariar. Optou-se por coletar o mais ‘tradicional’, de preferência o pré-colonial, o que provocou o afastamento de formas culturais menos tribalizadas e mais ocidentalizadas, negando qualquer tipo de contemporaneidade (no sentido de copresença e de modernidade) às populações angolanas. Nesse sentido, e seguindo indicações de Júlio de Vilhena, Pinho Silva ia dando um uso estratégico à câmara fotográfica. No ponto quinto da nota enviada em correspondência à Missão, Júlio de Vilhena recomenda a Pinho Silva que,

5.º - Convém evidentemente, continuar a fotografar cenas ligadas à dificuldade dos caminhos, durante as viagens, e os acampamentos de ocasião, quando ofereçam especial interesse; executantes com seus instrumentos [...] e instrumentos isolados (de preferência seguros por um nativo, ou pousados num banco indígena ou no solo, mas nunca sobre mesas de tipo europeu) (UC, NMFL, Vol I: NE 21, 14/12/1953, p. 2).

Isto é, se nos exercícios de propaganda política a Diamang usou a imagem – a fotografia e o filme – como agente fundamental de diferenciação, distinguindo o colonizado do colonizador, isto é, o ‘civilizador’ do ‘selvagem’, o Progresso do Primitivo, a Ciência das crenças, justificando lógicas de ação colonial e de subalternidade (Porto, 1999 e 2005;

¹⁷ Tal aconteceu nos trabalhos de revisão de canções gravadas na terceira campanha e que por ter abrangido aldeias muito próximas da fronteira com o Congo Belga, isso trouxe dificuldades no registo da ‘autenticidade’ das estórias das canções oriundas da colónia vizinha (UC, NMFL, Vol. I, 1950-59: NR 60, 10/08/1957).

Porto e Valentim, 2015), a atividade de recolha da Missão não foi exceção. Em particular, a capacidade da fotografia de não só documentar a realidade, ajudando à recolha e estudo, mas também em criar um facto e, assim, um real com “estatuto de verdade” (Porto, 1999: 17). Assim, as fotografias captadas na Missão não são aleatórias: teriam de revelar, na aceção da revelação manuseada em estúdio, a perseverança, a coragem e a bravura do colonizador português, em oposição à ‘pureza indígena’ angolana, ao que ainda é ‘selvagem’. Dessa forma, a experiência das vulnerabilidades e fragilidades coloniais foi interpretada e propositalmente representada como um ato de heroísmo, sacrifício e glória (cf. Roque, 2004: 67). Como refere Pinho Silva aquando da terceira campanha de recolha, de 1951 a 1952, nas aldeias do Moxiku,

Não foi tarefa fácil agrupar representações de tribos, desenterrar, ressuscitar e ensaiar – ou melhor, fazer ensaiar – todos os trechos de interesse, limpá-los de aderências que os tornassem defeituosos e depois recolhê-los. Foi de certo modo assustador o dédalo em que nos encontramos metidos; mas conseguimos encontrar um lugar para cada coisa e colocar cada coisa no seu lugar. E ao terminarmos o nosso trabalho, fazendo o balanço do que se fez e de como se fez, sentimos a satisfação absoluta de quem acabou bem o seu dia (UC, 3R MRFM, 1952: 2).

A satisfação do dever cumprido, tão cara à Companhia, resultou em 21 coleções musicais e que assumem o nome dos respetivos grupos étnicos¹⁸: Baluba, Baquete, Bângala, Bena Lulua, Bena Mai, Bena Ngoje, Bena Nsapo, Cacangala, Cacongo, Caiauma, Caleutchaje, Caluio, Camache, Cambunda, Conhengo, Luena, Luena Cassabe, Lunda, Lunda Muatiãnvua, Lunda Ndembo e Quioco (UC, 1-7R MRFM, 1950-1963).

2.2.4. As canções

Vai tornando-se claro que todo este processo obedeceu a um processo de reinvenção das tradições (mais do que a sua invenção) onde valores e convenções comportamentais são reinterpretados, reorganizados, reavivados e preservados para fins específicos (cf. Ranger, 2002: 16). Como refere Pinho Silva aquando da quinta campanha, na região do Lovwa,

Por não interessar, rejeitámos o folclore musical de quarenta e sete povoações, incluindo a sede do sobado de Canzunda, além do de numerosos grupos – solistas e coros – pertencentes às zonas abrangidas pela recolha. A selecção foi feita com a máxima exigência e rigor absoluto. Esta etapa de trabalhos, morosa e exaustiva, foi a mais difícil até agora realizada; porém, o seu resultado – duzentas gravações – foi magnífico sob todos os aspectos (UC, 5R MRFM, 1954: 3).

De modo amplo, os temas das canções referem-se a diversas situações da história e do quotidiano vivido: relações familiares e conjugais, relações sociais e históricas, lendas e mitos de origem, escravatura, incesto, trabalho, amor, ciúme, solidão, autoridades tradicionais e coloniais, campanhas militares de ocupação e resistências, morte, fome, feitiço, doença, cura, paternidade, maternidade, amizade e infância, entre outras. Nesse sentido, e no esforço em recuperar um passado nativo ainda resguardado da presença colonial, a Missão deparou-se com outro tipo de adversidade: o facto de algum do Folclore Musical Indígena ir para além do universo místico e idealizado onde foi colocado e, ao invés, refletir uma realidade colonial vivida e criticamente comentada pelas populações nativas. Essa situação torna-se evidente se pensarmos que essas músicas recolhidas e colecionadas, tanto na Lunda como noutros contextos coloniais africanos, consistiam num produto específico

¹⁸ Manteve-se a ortografia colonial que consta nos relatórios da Missão, não sendo corrigida de acordo com a atual ortografia das línguas nacionais angolanas. Quioco é o nome colonial para Cokwe.

que espelha, por um lado, as consequências da imposição da industrialização, de outros valores e aspirações, e de lógicas de produção capitalistas e, por outro lado, e ao mesmo tempo, as várias respostas que as populações iam tecendo face a essa nova realidade (cf. Bender, 1991: 172-173). Essa questão foi ficando cada vez mais clara, não só pelas inovações introduzidas a instrumentos musicais, pelo desinteresse das novas gerações em cantarem e tocarem o ‘folclore tradicional nativo’ ou pelo dançar de novas danças (UC, 2R MRFM, 1950: 33), mas também pela ausência crescente de homens nas aldeias. Essa realidade produziu transformações, tanto nas manifestações culturais, rituais e culturais das populações angolanas como na recolha da ‘autenticidade indígena’ imune à realidade colonial. É a essa nova realidade que Pinho Silva se reporta quando responde a Júlio de Vilhena a respeito de algumas dúvidas que este lhe envia por carta sobre pormenores etnográficos de canções gravadas na região de Ninda, Distrito do Moxiku.¹⁹ Atendendo na canção Lutchaz do disco 259, faixa 1, é questionado se é uma canção bailada/festiva, uma vez que surge com a indicação de coro feminino e masculino. Pinho Silva explica que se refere a um ritual, tendo sido classificada como cantiga de ‘Mungongue’, e onde originalmente apenas homens podem participar, estando absolutamente interdito a mulheres. Porém, teve de integrar mulheres no coro, e sugere que talvez fosse melhor então omitir se o coro é masculino, feminino ou misto para, no fundo, ir de encontro à ‘autenticidade’ esperada:

259/I – É uma cantiga de mungongue²⁰, portanto ritual e só para ser cantada por homens; porém, foi por nós ouvida em batuques, com coro misto, como a registámos. Outras cantigas de mungongue foram, também, registadas com igual qualidade de coro, por não haver homens suficientes, nas aldeias, para o constituírem. Nestas circunstâncias, parece-nos melhor indicar apenas coro, sem discriminar se é misto ou não. (2) Trata-se de região onde os homens andam fora das aldeias, em negócios e outros trabalhos, grande parte dos quais nas minas da Rodésia, como dissemos a fls. 433 do segundo relatório. (UC, NMFL, Vol. I: NR 28, 26/10/1953, fl. 2-3)

No então distrito da Lunda, como no Moxiku, a ausência desses homens era motivada quer pela ação mineira da Diamang, que recrutava sob coerção e em massa para os trabalhos forçados nas minas localizadas mais a norte e nordeste do distrito, ou pela emigração e fuga de homens para as minas da Rodésia ou para o Congo Belga. No caso da Diamang, o contrato de trabalho poderia ser juridicamente até 18 meses mas os trabalhadores poderiam ficar até 24 meses ou mais, fazendo vários contratos por vontade própria ou por coerção (Cleveland, 2008: 52, 230-231). Os homens casados também podiam levar consigo as suas esposas e filhos que integravam os trabalhos na agricultura, refeitórios das minas e tarefas domésticas nos aldeamentos mineiros. No fim do contrato, regressavam às suas aldeias e podiam ter de voltar mais tarde para mais um novo período de contrato após um período de descanso, ou nunca ir mais, dependendo das necessidades de mão-de-obra da Companhia. Havia também os que nunca mais regressavam às aldeias, ora porque ficavam a residir na região das minas, ora porque fugiam, ora porque morriam.

Estas canções solicitadas pela Missão refletiam essa realidade e, ao mesmo tempo, respondiam a um pedido externo que não mais enaltecia as relações de poder extremamente desiguais que se viviam na altura, o que propiciava da parte das populações angolanas uma oportunidade para exporem queixas e para expressarem a sua voz sobre o processo colonial. No entanto, a Missão fez um esforço em contornar as versões mais duras sobre o

¹⁹ UC, NMFL, Vol. I, 1950-59: NE 17, anexo, 16/11/1953, f. 1.

²⁰ *Mungongue*, também praticado entre os Cokwe, é o ritual de iniciação dos homens adultos. Está envolto em secretismo e nele só podem participar homens que têm de por à prova a sua maturidade e qualidades de resistência a adversidades. As canções de *mungongue* integram esses rituais secretos e também rituais fúnebres onde só participam homens que dançam e cantam “durante 4 ou 5 dias, em frente da casa onde está o morto” (Janmart et al., 1967: 31).

colonialismo português, selecionado as que não apresentassem críticas fortes e explícitas à Diamang ou mascarando, quando possível, as estórias que registava em relatório. Foi o caso de uma canção cuja letra deixa a pairar a dúvida em Júlio de Vilhena que, nos seus Trabalhos de Gabinete em 1952, não encontra a estória de uma canção, uma vez que a mesma, estranhamente, não foi registada em relatório como seria suposto. A letra da canção com o título “*Tunalenguele/Estávamos bem*” surge, revista mais tarde em 1957, com a seguinte letra²¹:

<i>Uó ngunalenguele</i>	Uó eu estava bem
<i>Mama íami é</i>	Minha mãe é,
<i>Uó ngunalenguele</i>	Uó eu estava bem
<i>Mama íami</i> ,	Minha mãe,
<i>Mussono mutumona lamba</i>	Hoje estamos a sofrer,

[*esta estrofe repete quatro vezes entre a solista e o coro*]
(UC, RE 3R MRFM Vol. I, 1957: 505)

Esta canção é Cokwe e oriunda da região de Saurimo na atual Lunda Sul, muito provavelmente levada por trabalhadores contratados. Foi registada no Sobado de Satxombo, Chingufo, no nordeste da Lunda, durante a terceira campanha, entre março de 1951 e junho de 1952 (UC, 3R, 1952). É cantada pelo solista Sacaluia e com coro misto (homens e mulheres). Foi catalogada como QUI-20, inserida na Coleção do Povo Quioco, gravada no disco 367, faixa 2, e classificada como cantiga do “muquiche Txihongo” [*Mukixi*²² *Cihongo*] (UC 3R MRFM, 1952: 289). Como é indicado, insere-se nas performances do mascarado *Cihongo* que, dentro dos *akixi* a *kuhangana* [máscaras que dançam], atua em celebrações rituais²³, festas ou em exibições em aldeias por onde vai passando, divertindo as populações que, em seu redor, cantam em coro e batem palmas e, se houver possibilidade, tocam tambores (idem). Pinho Silva indica que já a tinham ouvido no Terreiro Folclórico do Museu durante a “Festa da Aldeia Folclórica do Dundo, já depois de recolhida pela Missão”, como também noutras aldeias Cokwe (UC 3R MRFM, 1952: 289). Mas nada é dito sobre a estória que originou a canção. Assim, à pergunta de Júlio de Vilhena “367/II - a que alude a letra da canção?”²⁴ Pinho Silva responde:

367/2 - Dizem que se refere à mucanda e ao mungongue; os rapazes estavam bem na aldeia, mas ao chegar a época de tais práticas sofrem muitíssimo. Também dizem que o muquiche, em tempos, se dirigia às aldeias para dançar, encontrando, no regresso, boa comida e atenções dos pais e outros parentes, agora, que todos morreram, o seu regresso é motivo de desolação. Tudo isto, porém, encobre o verdadeiro motivo da canção, que é: antes de chegarem os brancos nós vivíamos bem, ao passo que agora só temos sofrimento, trabalho, imposto, etc. Nos nossos relatórios evitamos sempre esclarecer estes casos, preferindo aceitar as versões menos duras apresentadas pelos indígenas (UC, NMFL, Vol. I: NR 34, Anexo, 17/03/1954, f. 2).

²¹ A letra em *ucokwe*, depois de revista, não altera significativamente, mas a tradução para português tem mais qualidade, e é por isso que opto por essa versão em vez da letra registada em relatório em 1952. Mas o sentido traduzido manteve-se inalterado. A letra vernácula não foi corrigida para a atual ortografia Cokwe.

²² Os *Akixi* (plural de *Mukixi*) são bailarinos profissionais, apenas homens, que envergam um traje e uma máscara simbólica que em *ucokwe* tem o nome de *mukixi*. Estas máscaras podem ter várias funções, podendo ser máscaras sagradas, de rituais ou dança (recreativas, comemorativas ou cénicas), evocando o poder dos ancestrais e/ou seres sobrenaturais, também designados de *akixi* (Bastin 2010: 35; Guerra-Marques, 2012: 132 e 144).

²³ O *Mukixi Cihongo* pode também performatizar as *wino wa ihongo* que fazem parte do conjunto das *wino wa tundangi* [danças dos iniciados] que são as danças aprendidas pelos rapazes durante o ritual de iniciação (a *mukanda*) e que os mesmos apresentam à comunidade no dia em que regressam à sua aldeia, celebrando a sua inserção na vida adulta (Guerra-Marques, 2012: 145).

²⁴ UC, NMFL, Vol. I, 1950-59: NE 22, 16/02/1954, Anexo, f. 1.

Na ausência de qualquer outro comentário vindo de Lisboa a respeito dessa omissão de conteúdo, Pinho Silva acaba por inserir a estória da canção nos registos de Rectificação e Estudo efetuados sobre esse relatório em 1957: “O solista diz que, antes de os brancos chegarem, os quiocos estavam bem e gozavam a vida, viviam regalados; mas agora, com os contratos, lenha, arranjo de estradas, imposto, etc, estão a ver o sofrimento (a sofrer)” (UC, RE 3R MRFM Vol. I, 1957: 507). Não obstante esse procedimento criativo de censura e de seleção, a crítica veiculada por esta canção e por tantas outras, feita de forma explícita ou implícita (Valentim, 2015), acabou por integrar o arquivo colonial e por fazer parte do espaço institucionalizado do Folclore Indígena do Museu, onde eram organizadas festas nativas para representar o trabalho civilizador português.

4. Considerações finais

A procura pela ‘autenticidade indígena’ não foi fácil. A Missão deparou com o carácter dinâmico e ativo das culturas angolanas e com o seu engajamento criativo no processo colonial. Isso resultou num esforço continuado em resituar o Outro no Mesmo, e que se expressou pela constante manipulação das culturas nativas ‘à luz’ das lógicas epistemológicas e identitárias ocidentais, como também em negociações com esse Outro e em ajustes nos procedimentos da recolha que tiveram de ser feitos perante a realidade que ia sendo experienciada. Porém, essas experiências de vulnerabilidade foram interpretadas e transformadas em narrativas de “contravulnerabilidade” (Roque, 2004: 67): anotadas e recordadas como atos de heroísmo, de rigor, de glorificação e de profissionalismo contra o inóspito, a desordem, a deturpação, a crítica, o imprevisto.

A reconstrução enviesada do Outro mostra que existe um espaço de ressignificação entre as culturas. Quer dizer, toda a tradução cultural implica transformação, quer dos significados ‘originais’ da cultura a entender, quer dos sistemas representacionais de quem a interpreta. Isto remete para a própria natureza porosa, situada, polissémica e mediada das culturas (ocidentais ou não ocidentais). Da mesma forma, ambos os agentes da relação colonial não são polos opostos e antes atores que surgem implicados entre si. Os empregados da Missão e as populações nativas encontraram-se em “zonas de contacto” no sentido de serem espaços de transculturação onde se recriam significados de acordo com interesses e posições em relações assimétricas de poder (Pratt, 1991: 36). Por isso mesmo, a recolha de Folclore Musical Indígena mostrou-se um exercício performativo e criativo situado, diria, num “terceiro espaço” que Homi Bhabha define como um espaço de hibridação, “[...] diferente, algo novo e irreconhecível, um espaço de conflito, mediação, negociação e ressignificação” (1990: 211). Os significados que se produzem neste espaço resultam da constante tensão entre forças desiguais de poder, e situam-se na fronteira entre diferentes quadros de referência onde as culturas em contacto recusam “qualquer princípio de síntese ou de assimilação que possa representar uma forma de canibalização, potenciando toda a escala das interações” (Ribeiro, 2005: 84). Nesse encontro colonial feito de intersubjetividade e de ambiguidades nos sentidos produzidos, iam sendo construídas as identidades do colonizador e do colonizado, e iam sendo negociados comportamentos que resultavam dessas transformações mútuas. Nesse sentido, a tradução cultural revela-se uma tarefa de participação plural, de negociação constante e de transformação.

Como a pesquisa arquivística mostrou, apesar de a produção de conhecimento sobre as culturas nativas ter sido guiada por lógicas assimilacionistas e ter resultado em vinte e uma coleções de ‘Folclore Musical Indígena’, o processo evidenciou a impossibilidade da reificação cultural, mostrando vários mecanismos complexos de resistência – quer da parte da Missão, quer da parte das populações angolanas – e com isso a vulnerabilidade do dis-

curso colonial e a voz dos sujeitos que foram concebidos como objeto e as suas culturas expressivas como Folclore, até hoje. A 'autenticidade' não se mostrou, claramente, um dado empírico.

5. Referências bibliográficas

- Bastin, Marie-Louise (1992), "Musical Instruments, Songs and Dances of the Chokwe (Dundo Region, Lunda district, Angola)", *African Music*, V. 7, 2, pp. 23-44.
- _____ (2010) [1961], *Arte Decorativa Cokwe*. Vol. 1. Coimbra: MAUC e Museu do Dundo.
- Bender, Wolfgang (1991), *Sweet Mother. Modern African Music*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bendix, Regina (1992), "Diverging paths in the scientific search for authenticity", *Journal of Folklore Research*, 29(2), Maio-Agosto, pp. 103-132.
- Bhabha, Homi (1990), "The third space. Interview with Homi Bhabha" in Jonathan Rutherford (ed), *Identity, comunity, culture, difference*. Londres: Lawrence & Wishart, pp. 207-221.
- Chambers, Iain (2001) [1996], "Signs of silence, lines of listening", in Iain Chambers, Lidia Curti (ed.), *The Post-Colonial Question. Common Skies, Divided Horizons*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 47-62.
- Cleveland, Todd (2008), *Rock Solid: African laborers on the diamond mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917-1975*. Tese de Doutorado. University of Minnesota, Pro-Quest, LLC.
- Clifford, James (1988), "On collecting art and culture", in *The Predicament of Culture: twentieth-century ethnography, literature, and art*. Cambridge: Harvard University Press, pp. 215-251.
- Cruz, Cristina (2001), *Artur Santos e a Etnomusicologia em Portugal (1936-1969)*. Dissertação de mestrado em Ciências Musicais, ramo de Etnomusicologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Cruz, Elizabeth (2005), *O Estatuto do Indigenato - Angola. A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Dirks, Nicholas B. (1992), "Introduction: Colonialism and Culture", in Nicholas B. Dirks (ed.), *Colonialism and Culture*. EUA: The University of Michigan Press, pp. 1-25.
- Fabian, Johannes (2006), "The other revisited. Critical afterthoughts", *Anthropological Theory*, 6 (2), pp. 139-152.
- Griffiths, Gareth (1996), "The myth of authenticity. Representation, discourse and social practice", in Chris Tiffin e Alan Lawson (ed.), *Describing Empire. Post-Colonialism and textuality*. Londres: Routledge, pp. 70-85.
- Guerra-Marques, Ana Clara (2006), *Sobre os Akixi a Kuhangana entre os Tucokwe de Angola: a performance coreográfica das máscaras de dança Mwana Phwo e Cihongo*. Dissertação de mestrado em Performance Artística - Dança. Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.
- _____ (2012), "Entre a arte e educação: manifestações culturais na sociedade tradicional Cokwe", in Ana Clara Guerra-Marques (coord.), *Memória viva da cultura da região leste de Angola. Catálogo da exposição permanente do Museu Regional do Dundo*. Luanda: Ministério da Cultura, pp. 129-155.
- Handler, Richard (1986), "Authenticity", *Anthropology Today*, 2(1), pp. 2-4.
- Janmart et alia (1961), *Folclore Musical de Angola. Volume I, Povo Quioco (Área do Lóvuá)*. Lisboa: Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola.
- _____ (1967), *Folclore Musical de Angola. Volume II, Povo Quioco (Área do Camissombo)*. Lisboa: Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola.
- Klein, Melanie (2014), "Creating the Authentic? Art teaching in South Africa as transcultural phenomenon", *Culture Unbound*, Vol 6, pp. 1347-1365.

- Linnekin, Jocelyn (1991), "Cultural Invention and the Dilemma of Authenticity", *American Anthropologist*, 93, pp. 446-449.
- Mudimbe, Valentin Yves (1988), "Discourse of power and Knowledge of otherness", in *The Invention of Africa. Gnosis, philosophy and the order of knowledge*. USA: Indiana University Press, pp. 1-23.
- Oliveira, José Osório de (1954), "Contribuição do Museu do Dundo para o conhecimento da música africana (Comunicação ao Congresso Internacional de Folclore, de São Paulo)", in *Uma acção cultural em África*. Lisboa: Oficina Gráfica Lda, pp. 69-74.
- Porto, Nuno (1999), *Angola a Preto e Branco. Fotografia e Ciência no Museu do Dundo, 1940-1970*. Coimbra: MAUC.
- (2004), "Under the gaze of the ancestors – photographs and performance in colonial Angola", in Elizabeth Edwards and Janice Hart (orgs.), *Photographs, Objects, Histories*. London, New York: Routledge.
- (2009), *Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, FCT.
- Porto, Nuno, Valentim, Cristina Sá (2015), "'A Terra Rica' Colonialidade e propaganda no cinema colonial português em Angola" in Bester, G. M., Costa, H. A. e Hilário, G. M. A. (eds.), *Ensaio de Direito e de Sociologia a Partir do Brasil e de Portugal: Movimentos, Direitos e Instituições*. Curitiba: Instituto da Memória Editora, Centro de Estudos da Contemporaneidade, pp. 498-526.
- Pratt, Mary Louise (1991), "Arts of the Contact Zone", *Profession*, pp. 33-40.
- Ranger, Terence (2002) [1983], "El invento de la tradición en la África colonial", in Eric Hobsbawm, Terence Ranger (eds.), *La Invención de la Tradición*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 219-272.
- Ribeiro, António Sousa (2005), "A Tradução como Metáfora da Contemporaneidade. Pós-Colonialismo, Fronteiras e Identidades", in Ana Gabriela Macedo, Maria Eduarda Keating (orgs), *Colóquio de Otono, Estudos de Tradução – estudos pós-coloniais*. Braga: Universidade do Minho, pp. 77-87.
- Roque, Ricardo (2004), "O fio da navalha: vulnerabilidade imperial na ocupação do Moxico, Angola" in Clara Carvalho e João Pina Cabral (org.). *A Persistência da História. Passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: ICS, pp. 61-89.
- Said, Edward W. (2004) [1997], *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*. Lisboa: Edições Cotovia, Lda.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro, pp. 237-280.
- (2007), "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, Outubro, pp. 3-46.
- Smith, Linda Tuhiwai (1999), "Colonizing Knowledges", in *Decolonizing Mythologies*. Londres, Nova Iorque: Zed Books Ltd, pp. 58-77.
- Hall, Stuart (1997), "The Work of Representation", in Stuart Hall (ed.), *Representations: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage Publications, The Open University, Milton Keynes, pp. 13-74.
- Valentim, Cristina Sá (2012), "Um som que silencia. Ciência e colonialidade nos estudos musicológicos da música coker da Lunda, 1961 e 1967", *Realis. Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós Coloniais*, 2, 2, pp. 132-151.
- (2015), "Músicas com experiências lá dentro. A 'Missão de Recolha de Folclore Musical' da Diamang, Angola / [Songs with experiences inside. The 'Folk Music Collecting Mission' of Diamang, Angola]", *Kult, Journal for Nordic postcolonial studies. Beyond the Empires*, 12, pp. 67-95.
- Vasconcelos, João (2001), "Estéticas e políticas do folclore", *Análise Social*, XXXVI (158-159), pp. 399-433.
- Wolf, Michaela (2008), "Translation – Transculturation. Measuring the perspectives of transcultural political action", *Transversal - eipcp multilingual webjournal*, pp. 1-9. Disponível em <<http://eipcp.net/transversal/06o8/wolf/en/print>> consultado em Dezembro de 2011.

Fontes não publicadas

Espólio da Diamang na Universidade de Coimbra (UC) – Arquivo Documental dos Serviços Culturais da Diamang:

- NMFL, *Notas da Missão de Folclore da Lunda*, Vol. I, 1950-1959. (disponível em www.diamangdigital.net)
- Pasta 84J.5, *Museu do Dundo, Investigações científicas. Recolha e estudo do folclore musical, 1.ª Missão: Dr. Artur Álvaro dos Santos, Maio a Dezembro de 1949. 10-03-49 a 23-06-54.*
- Pasta 84J.5a, *Museu do Dundo, Investigações científicas. Recolha e estudo do folclore musical, 2.ª Missão: Pinho Silva e Carlos Paiva, 1.º e 2.º períodos de trabalhos - Maio de 1950 a Julho de 1952. 1950-1952*
- Pasta 84J.5b, *Museu do Dundo, Investigações Científicas, Recolha e estudo do folclore musical, 2.ª Missão, Pinho Silva, 4.º período de trabalhos, Março de 1953 a Junho de 1956.*
- RAMD, *Relatório Anual do Museu do Dundo*: anos 1946, 1948-1950 (disponível em www.diamangdigital.net).
- RE 3R MRFM, Rectificação e Estudo do 3.º Relatório da Missão de Recolha de Folclore Musical: Vol I, 1957
- 1-7R MRFM, 1.º - 7.º Relatórios da Missão de Recolha de Folclore Musical: anos 1950-1963 (disponível até 1954 em www.diamangdigital.net).

Arquivo fotográfico dos serviços culturais:

- Fotografias da Missão de Recolha de Folclore Musical: (consultável até 1954 em www.diamangdigital.net)
- Fig. 002. Fotografia n.º 9399, caixa 1.º Relatório, 1950.
- Fig. 003. Fotografia n.º 12001, caixa 3.º Relatório III, 1951-1952.
- Fig. 004. Fotografia n.º 15015, caixa 5.º Relatório, 1954.
- Fig. 005. Fotografia n.º 15045, caixa 5.º Relatório, 1954.
- Fig. 006. Fotografia n.º 12841, caixa 4.º Relatório, 1953.
- Fig. 007. Fotografia n.º 15596, caixa 6.º Relatório, 1955.
- Fig. 008. Fotografia n.º 20814, Rect 3R V.I., 1957.





Historiografia da Arqueologia



Arqueologia portuguesa em solo africano durante o Estado Novo: (alguns) atores, espaços e projetos – o caso de Moçambique

Ana Cristina Martins*

p. 129-143

Portugal não está a fazer nada de digno e de válido no campo da arqueologia africana. A Arqueologia requer técnicas que são complexas e caras [...].

Nós não preparamos pessoal, não dispomos de dinheiro e persistimos num erro capital [...] que é fazer arqueologia de África num prédio urbano em Lisboa com espécies que vêm encaixotadas no vapor de carreira (IICT/SSEA: 255 [António de Almeida], 2; 128, 25-04-60)

Palavras prévias

Afirmada há cerca de 30 anos nos estudos académicos internacionais, a história da arqueologia tem aberto o seu leque de temas e assuntos, procurando, em simultâneo, modelos interdisciplinares de abordagem. Disso tem beneficiado, por exemplo, a história da arqueologia em antigas colónias, sobretudo europeias, como atestam títulos publicados ultimamente (Cravioto, 2005 e 2007). Estudos que, de acordo com a análise integrada exigida pela investigação histórica, mormente da ciência, têm trazido a lume, mais do que nomes de quem, individualmente ou coletivamente, se embrenhou em longínquas geografias em demanda do pretérito mais remoto da Humanidade, toda uma série de redes locais de produção, transmissão e receção de conhecimento, nas quais se inscreviam personalidades e instituições de referência nas metrópoles. Graças a estas análises, tem-se desmistificado, gradativamente, a preconceção relativa a esses territórios como territórios periféricos, incluindo no domínio científico. Mais do que isso, as investigações conduzidas neste âmbito analisam, com profundidade e abrangência, a interação existente entre essas redes, os discursos arqueológicos (escritos e imagéticos) e a política colonial, assim como as suas consequências, quantas vezes traduzidas em narrativas pós-coloniais.

Recente, ainda, na historiografia, quando comparada a exemplos coevos, a história da arqueologia em Portugal começou, há escassos anos, a inserir o temário colonial. Novidade que tem possibilitado descerrar arquivos, identificar individualidades, instituições e projetos, ao mesmo tempo que cruzar fontes, entender a diversidades de atuantes no

* Bolseira de pós-doutoramento FCT (SFRH/BPD/105375/2014), tendo como unidade de acolhimento o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, através do seu Grupo de Investigação Ciência, Estudos de História, Filosofia e Cultura Científica (CEFCHCi da Universidade de Évora).

terreno, apreender a interação entre dinâmicas locais, metropolitanas e regionais, avaliar o papel destas forças na afirmação e desenvolvimento da arqueologia no antigo Ultramar, assim como a receção desta junto da comunidade científica portuguesa, em particular, e da população, em geral (Martins, 2010a). Um exercício que tem exigido múltiplos olhares cruzados sobre diferentes contextos, nomeadamente acerca da prevalência, em momentos e períodos concretos, de teorias e métodos na arqueologia subsaariana (Robertshaw: 2006: 5).

Antecedentes

Mesmo que residual e diluído por entre outras áreas do conhecimento, o passado mais remoto dos territórios administrados por Portugal na África subsaariana suscitou sempre algum interesse junto de quem acompanhava as principais tendências de investigação europeias nesta matéria. Tal ocorria, pelo menos, desde finais de Oitocentos (Martins, 2012). A maior curiosidade era, no entanto, suscitada por registos etnográficos de diferentes aspectos quotidianos plasmados, muitas vezes, em materialidades colecionadas e musealizadas no mundo ocidental, enquanto inspiravam estetas, literatos e artistas visitando certames internacionais.

Embora com menor intensidade e recorrência, Portugal não foi indiferente a este movimento. Movimento científico e cultural, mas também político, económico e religioso, que alteraria o modo de a Europa se olhar e de olhar o 'Outro', o 'Outro' transatlântico e, em concreto, o subsaariano. Não teve, contudo, e por razões que não cabe aqui explanar, a dimensão e o impacte verificáveis noutros países, designadamente em França e na Inglaterra, mergulhadas em pleno *Scramble for Africa* (1881-1914). Pelo menos, até à Conferência de Berlim (1884-85), em cuja sequência Portugal gerou o Mapa Cor-de-Rosa.

Neste entretanto, a aparente inércia da política central portuguesa pela defesa dos interesses nacionais nos territórios de além-mar motivou a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) (1975), à qual se seguiu a Comissão Central Permanente de Geografia (1876) reestruturada em 1883, já como Comissão de Cartografia¹, poucos anos transcorridos sobre o centenário camoniano, a receção triunfal de exploradores africanos, a delineação da expedição científica à Serra da Estrela e a realização da 9.ª sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (Lisboa, 1880). Eventos que, juntamente ao posterior *Ultimatum* (1890), fortaleceram a exaltação nacionalista fundamental à recuperação de diversas dimensões do país envolto, de há décadas a essa parte, em inúmeros e gravosos problemas internos e externos, entre os quais sobressaía a política colonial ou, antes, a quase ausência de política colonial. Situação tanto mais inquietante, quando as ambições lançadas por outras capitais europeias sobre territórios portugueses em África exigiam uma presença local mais efetiva e eficaz, explorando racionalmente as suas múltiplas riquezas.

Mas, para tal, havia que conhecer, profundamente, as suas especificidades. Cumprir este desiderato significava, porém, organizar missões científicas dotadas dos meios humanos e materiais necessários à recolha sistemática de dados vertidos em relatórios detalhados, ao mesmo tempo que se inscreviam numa crescente rede de produção, transmissão e receção de conhecimento, e concorriam para uma administração colonial que se desejava profi-

¹ «... foi criada, junto do Ministério da Marinha e Ultramar, uma comissão permanente para organizar explorações científicas, coligir documentos e exemplares, promover trabalhos e publicações referentes à Antropologia, Geografia, Etnologia e Arqueologia das nossas possessões de Além-Mar, a-fim-de estudar os mais importantes problemas antropológicos, climatológicos, etnológicos, acimalógicos e demográficos dessas províncias ultramarinas, para assim cooperar no seu progressivo conhecimento e desenvolvimento» (Correia, 1934: 7. Nosso Negrito).

ciente (Martins, 2010b). Tarefa que, pela sua complexidade, devia competir ao governo central do país, acompanhando, de perto, soluções encontradas por outras governações, em colaboração estreita com o mundo industrial e comercial, e com suporte logístico militar (Martins, 2012). Instava, sem dúvida, obter uma noção mais sólida e profunda dessas longínquas geografias e geologias, alargando a noção de geografia a todas as ciências humanas e naturais (Lobato, 1983: 72), enquanto arqueólogos e antropólogos começavam a olhar para a África subsaariana como se de um museu franqueado da pré-história humana se tratasse.

Portugal, por seu turno, principiava campanhas militares em solo angolano, acompanhando reconhecimentos políticos e expedições científicas. Não obstante, afirmar-se-ia, ainda em finais dos anos 20, que *em Angola como nas outras colónias, a investigação científica portuguesa não se afirmou como devia* (Carriso, 1928: 19. Nosso negrito). Embora a essencialidade, para o país, desta estratégia justificasse a sua incorporação na agenda republicana, foi ao Estado Novo (1926/1933-1974) que coube institucionalizá-la na figura da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar (JMGIC/JMGIU) (1936-1951/1952-1973), remodelada de acordo com premências contextuais, pressões internacionais e o progresso científico-tecnológico, enquanto se acentuava o discurso interno do portuguêsismo, mesmo que nem sempre por todos consensualizado (Medina, 2006). Também por isso, os estudos etnográficos foram intensificados, a eles se juntando os etnológicos, os antropológicos e os arqueológicos, numa procura incessante pela originalidade nacional e resgate da materialidade de uma cultura pretendida comum ao território administrativo. Materialidade nem sempre entendível na sua simbólica e funcionalidade. Razão bastante para se recorrer a comparações etnográficas de usos e costumes extra-europeus, entre os quais subsaarianos, por se presumir terem cristalizado ou pouco evoluído e diferenciado: *Os índios brasileiros encontravam-se, pois, como os Guanches e os Hotentotes, num estado cultural correspondente à idade da pedra polida* (Correia, 1943: 257). O movimento conduzido neste sentido não se revestiu, porém, entre nós da dimensão observada noutros recessos europeus, embora perdurasse anacronicamente, a julgar pelo seguinte excerto dos anos 60, sobre o Museu Etnológico Português Dr. J. Leite de Vasconcelos: *estabelecer uma comparação das sociedades mortas (restos fósseis) com as sociedades vivas (povos selvagens), poderá o visitante interessado, observando os objectos expostos nos mostradores, fazer uma ideia do viver das populações mais antigas que habitaram o território que hoje é Portugal ou que por aqui passaram.* (Machado, 1965: 230). Aquela particularidade explicar-se-ia com o facto de o país não carecer desta área do conhecimento para justificar a sua existência histórica e respetivas fronteiras políticas.

Havia, no entanto, que permanecer atento ao muito produzido também neste domínio científico, de modo a contrariar, tanto quanto possível, a ideia de Portugal como periferia académica, de igual modo nesta matéria. Por isso, os seus protagonistas internos se esforçaram por presenciar eventos internacionais onde a ciência, a tecnologia, as artes e as letras desvendassem temas e assuntos desta temática concreta que rompia, aos poucos, compartimentações do saber e se revelava transversal a muitos deles. Melhor se entende assim o empenho acrescido de alguns em ingressar nas principais redes de produção, transmissão e receção de conhecimento finissecular, fendendo mutismos, solitudes e anonimatos.

Neste entretanto, diferentes países europeus demonstravam as suas ambições e poderes ultramarinos em exposições universais e coloniais, exibindo quadros vivos de representantes (*naturvölker*) extra-europeus para reprodução de algumas das suas ações quotidianas. Enquanto isso, determinados círculos académicos portugueses aderiam a tendências científicas fortemente reprovadas a *posteriori*, como se infere da criação da Sociedade

Portuguesa de Estudos Eugénicos (1937) (Coimbra, 1937)² (Torgal, 2009, 2: 356), conquanto despojadas das práticas suscitadoras de maior polémica moral (Castanheira, 2010).

Dinâmicas metropolitanas

Em 1934, o Porto acolhia a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa (1.ª ECP). Nos quatro anos precedentes, publicara-se o Acto Colonial (1930), a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina, ambas em 1933. Documentos que, em conjunto, consolidavam a ideia de um país indivisível abraçando o além-mar na sua agenda nacionalista. Nesta sequência, a exposição no Porto alicerçava a política colonial portuguesa, sobretudo no seio de uma população ainda pouco ciente da relevância das possessões extra-europeias para o devir do país, designadamente no xadrez político internacional. Não que as iniciativas neste sentido fossem inexistentes ou omissas. Ao contrário, pois as vezes desdobravam-se nesse sentido, embora de modo ainda circunscrito. Disto é exemplo a SGL, ao declarar imperativo realizar um encontro nacional para discussão de assuntos coloniais,

Considerando que a resolução do problema colonial, nos seus mais diversos aspectos, constitue, em grande parte, a garantia do nosso desenvolvimento económico e do nosso futuro político; // [...] // Considerando quanto importa ao bom nome portuguez e á elevação moral e política da pátria que não só acompanhemos as outras nações colonizadoras em tudo quanto n'ellas observarmos de progressivo, mas que tentemos ainda excedel-as, com o nosso espirito de larga e naturalmente aberto ás grandes correntes do pensamento (SGL, 1900: 2)

Entre as inúmeras atividades organizadas no âmbito desta exposição, sobressaiu o 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Da iniciativa da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Porto, 1918), onde se acolhiam estudos votados à arqueologia e à pré-história ultramarinas, o encontro foi presidido por António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960), com vista, sobretudo, a enfatizar as possibilidades aplicativas deste campo de investigação à administração colonial portuguesa, contribuindo, também assim, para a *missão civilizadora* nacional das populações autóctones:

*É, portanto, absolutamente necessário que procuremos – se não for antes de tudo, pelo menos ao mesmo tempo em que andarmos esquadrinhando filões de metais preciosos ou verrumando as camadas geológicas, à cata de poços ou minas petrolíferas, – indagar a que raças pertencem os seres humanos que vivem nas nossas possessões ultramarinas, **inquirindo sobre a sua capacidade para o trabalho e para a civilização**, e sobre a sua laboriosidade, tanto na sua modalidade geral, como no tocante às respetivas especializações profissionais. // [...] // Nada disto se acha feito em conjunto, salvo raros estudos dispersos por iniciativa de um ou outro antropologista isolado, trabalhando de motu proprio e sem outro incentivo que não seja a satisfação dum dever cumprido em homenagem à Ciência (Correia, 1934: 11. Nosso negrito).*

Havia, contudo, muito a cumprir neste capítulo. Na verdade, parecia encontrar-se tudo por fazer, como enunciado pelo médico e militar Aires Kopke (1866-1947), Director da Escola de Medicina Tropical (1902), no discurso inaugural da 1.ª ECP,

em geral, falta mesmo à nossa investigação científica colonial o concurso valioso que lhe poderia ser dado, como noutros países, por pessoas não especializadas no assunto, funcionários, militares, professores, médicos, engenheiros, missionários, industriais,

² Portaria 7 948, de 14 de Dezembro de 1934, publicada no *Diário do Governo*, I S, n.º 293, pp. 2115-2117.

agricultores, comerciantes. Em regra, entre nós, essas pessoas ou não se interessam por nada fora da sua profissão ou não têm sequer a cultura geral necessária para compreenderem o interesse científico de certos factos e os arquivarem devidamente, dentro das possibilidades que se lhes oferecem. [...] A culpa é do regime português do ensino. // As nossas Universidades e escolas vivem geralmente num mundo abstracto em que parecem ignoradas as colónias (1.ª Exposição Nacional, 1934: 25-26. Nosso negrito).

Comentário assaz esclarecedor do muito a cumprir entre nós neste capítulo. Por isso, sob o manto da antropologia, a arqueologia assomou, conquanto subsidiariamente, alicerçando conclusões essencialistas e estaticistas sobre o passado, o presente e o futuro das gentes locais investigadas. Populações que acabaram por centralizar narrativas visuais da própria exposição, através da exibição pública de *negros* da Guiné, depois de, no âmbito das sessões portuguesas do 15.º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (1930), Joaquim Alberto Pires de Lima (1877-1951), Constâncio Mascarenhas (1898-1978), Alfredo Ataíde (1890-1960) e Mendes Correia terem apresentando resultados do estudo craniológico de *indígenas* da Guiné enviados aos Institutos de Anatomia³ e de Antropologia da Universidade do Porto, por médicos ali residentes (Correia, 1943: 364). A relevância dos assuntos debatidos no 1.º CNAC justificou a impressão, neste mesmo ano de 1934, do livro de atas incluindo textos resultantes de comunicações apresentadas à 3.ª Secção, de estudos pré-históricos e arqueológicos, em reconhecimento do muito que esclareceriam em termos de observações antropológicas. Entre eles constava *As ruínas de Zimbábue e a arqueologia de Moçambique*, de Mendes Correia, e *Arqueologia de Angola*, de Rui de Serpa Pinto (1907-1933) e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990), a par de outros assinados por arqueólogos sul-africanos. Presença estrangeira que, se por um lado, justificaria a agenda antropológica colonial de Mendes Correia, demonstrava, por outro, a comunhão de temas pré-históricos e arqueológicos subsaarianos, e sublinhava o atraso de Portugal neste contexto científico, quando confrontado ao registado na União Sul-Africana.

O impacto da 1.ª ECP e do 1.º CNAC (e, mais tarde, da Exposição do Mundo Português, em 1940) junto da comunidade científica e cultural do país foi suficiente para fundamentar a realização, logo no ano seguinte, de uma exposição temática sobre etnologia sul-africana, intitulada *Ruínas Pré-Portuguesas da África do Sul*, nas instalações do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (1923). Momento que terá sido decisivo para o agendamento da investigação antropológica e pré-histórica no quadro da política científica nacional pensada para os territórios ultramarinos. Resolução tanto mais premente quando, cotejando com o muito realizado além-fronteiras, a África Oriental portuguesa continuava a ser desconhecida na quase totalidade das suas riquezas, inclusive históricas e patrimoniais. Situação que em nada abonava a favor da metrópole, particularmente aos olhos da comunidade científica internacional, pois, *Além da conveniência que há em apresentar normas de carácter progressivo, uma outra razão torna muito oportunas quaisquer sugestões de carácter científico, que tendam a esclarecer e a auxiliar a política colonial.* (Correia, 1934: 4). Ademais, os tempos eram, então, exigentes,

Cabe[ndo], portanto, à Ciência, com as suas luzes, coadjuvar aqueles que no campo das realizações se esforçam em traduzir em factos de utilidade coletiva os ditames consagrados pela observação dos fenómenos da Natureza e pela experimentação laboratorial. // Eis a missão dos antropologistas que se dedicam ao estudo das populações vivendo nas nossas colónias (Correia: 4-5. Nosso negrito)

³ Os estudos anatómicos encontravam-se, à época, em franca expansão na medicina portuguesa, fundando-se a Sociedade Anatómica Portuguesa (1932), precedida da *Sociedade Anatómica Luso-Hispano-Americana* (1930).

À luz da documentação compulsada até ao momento, terá sido esta a razão pela qual a investigação antropológica e, dentro desta, a pré-histórica e a arqueológica, principiaram, não por Angola, como seria, talvez, expectável, mas por Moçambique. Até porque, ocasional e intermitentemente, aquele território já merecera atenções de quem se dedicava a estes assuntos, somados ao do exercício etnográfico e colecionista. Mas, mais do que a proximidade geográfica, a comunhão ecossistémica terá motivado o início destes estudos precisamente por Moçambique. Decisão à qual não terá estranhado a importância geopolítica do território e a existência de algumas estruturas públicas que auxiliariam na condução de trabalhos no terreno. Ademais, pouco ou nada se sabia da pré-história desta – designada à época –, Província ultramarina, num incómodo contraste com o conhecimento já reunido para a vizinha União Sul-Africana, mercê de um trabalho sistemático do qual resultava uma série de achados paleoantropológicos e de artefactos líticos, a relacionar, tipológica e cronologicamente, com exemplares recolhidos em regiões limítrofes, norte-africanas e até europeias (Correia: 18-19). Não surpreende, por conseguinte, que, em 1936, no 10.º ano da ‘Revolução Nacional’ (França, 2010), o recentemente remodelado Ministério das Colónias instituiu a JMGIC/JMGIU, numa aliança inequívoca (mas nem sempre linear) entre política colonial e científica.

Este novo enquadramento permitiu a formação de uma primeira missão antropológica, dessa feita a Moçambique (1936-1956), orientada, perante a impossibilidade e mercê da indicação de Mendes Correia, por Santos Júnior, nomeado, para o efeito, pelo Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado (1898-1972), sob patrocínio do Instituto para a Alta Cultura (1936-1952), do Ministério da Educação Nacional (1936-1974). Nada que estranhasse no panorama europeu coevo, antes reproduzindo e adaptando procedimentos transfronteiriços. Tratava-se, pois, de uma iniciativa associada a tantas outras vozes nacionais que divisavam no estudo antropológico das comunidades autóctones uma prioridade da administração colonial. Isto mesmo testemunhou Mendes Correia em múltiplas intervenções públicas, especialmente em encontros internacionais de medicina tropical (Correia, 1934: 9): *A própria organização do trabalho está já a formar-se, baseando-se nos processos antropométricos para os fins do seleccionamento das aptidões individuais, o que contribuirá para a boa harmonia entre o capital e o trabalho* (Correia, 1934: 13).

Foi, assim, que coube a Santos Júnior a tarefa de realizar estudos antropológicos e arqueológicos no âmbito da Missão Geográfica do mesmo território (1932-1973) (Portugal, 1936: 870). Santos Júnior que detinha clara noção do muito a fazer neste capítulo, pelo muito pouco que se fizera até então:

O estudo da arqueologia pré-histórica das nossas colónias teve [...] algumas pequenas notas [...]. Se atentarmos na grande extensão das nossas colónias, pode dizer-se que isto é pouco, como bem pouco é aquilo que hoje vai sendo feito, que, sendo alguma coisa mais, é ainda muito pouco em relação áquilo que podia e devia ser feito (Santos Júnior, 1934: 5. Nosso negrito)

Estavam, pois, criadas as condições basilares à autonomização desta área do conhecimento, como há muito pretendia Mendes Correia. Mesmo que lateral ao projeto colonial português, a antropologia centralizava, de alguma maneira, a atuação da JMGIC, seguramente pelo interesse de Mendes Correia nesta matéria e pela influência que detinha nos círculos correspondentes. Moçambique tornava-se, pois, o primeiro território a merecer uma missão desta natureza no quadro da JMGIC, em coordenação com demais lançadas, então, a esta Província ultramarina.

Santos Júnior teve, então, oportunidade de, no terreno, deslocar-se à União Sul-Africana e à Rodésia do Sul, visitando museus, sítios arqueológicos e paleontológicos, e institutos de investigação da especialidade, onde, a par da análise de materiais, travou conhecimento

com individualidades importantes na sua inserção em redes regionais e transregionais de produção, transmissão e receção de conhecimento, influenciando no prosseguimento e visibilidade dos seus trabalhos ulteriores, decorrentes, na maioria, dos milhares de objetos coletados e das dezenas de sítios identificados. Disso foi exemplo a proximidade estabelecida com Clarence van Riet Lowe (1894-1956), Director do *Archaeological Survey* da União Sul-Africana, e Raymond Dart (1893-1988), anatomista australiano e Director do Departamento de Anatomia da Universidade de Witwatersrand do mesmo país, a quem Santos Júnior dedicou os seus textos publicados em Moçambique: *Documentário Trimestral* (Santos Júnior, 1937 e 1938). Disso nos dá, de igual modo, conta a sua participação activa em múltiplos encontros científicos de impacte transfronteiriço. Foram os casos do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950) (Santos Júnior, 1950) e do II Congresso Pan-Africano de Pré-História (CPAPH) (Argel, 1952) (Santos Júnior, 1955). Com efeito, procurava-se aproximar a investigação arqueológica portuguesa à produzida em territórios circunvizinhos, sobretudo quanto ao estudo da *idade da pedra*, uma vez que, *À extraordinária riqueza da União da África do Sul e da Rodésia em documentos paleo-antropológicos e em estações da idade da pedra, corresponde a uma singular pobreza dos mesmos documentos e estações no que diz respeito à nossa Colónia de Moçambique*. (Santos Júnior, 1937: 95). Mais do que isso, havia que instigar a colaboração internacional científica, tanto na metrópole, como no ultramar. Até porque as diferentes sabedorias, aplicadas e utilitárias, *n'arrêtent pas leurs problèmes dans les frontières politiques* (Mendes Correia, 1950: XLIII), tornando a ciência, *universellement, la base du gouvernement, du développement et de l'avenir du monde et, spécialement, des colonies* (Mendes Correia, 1950: XLIII). Entretanto, a experiência colhida em Moçambique instou a repensar a estratégia definida de início para as missões antropológicas. Principalmente, pela inexistência transdisciplinar, fundamental ao conhecimento mais próximo das realidades observadas, estreitando a colaboração entre arqueólogos e geólogos. Desde logo, para estudar a Pré-História moçambicana (Santos Júnior, 1950: 651), conquanto essa aproximação devesse incluir outras especialidades. A começar pela filologia, de modo a diversificar os estudos reforçados com maiores recursos materiais e prazos de execução. Havia, no entanto, que demonstrar aos poderes políticos que a rentabilização dos territórios ultramarinos seria mais enérgica, rápida e sólida, se existisse uma noção mais profunda e abrangente do *modus vivendi e faciendi* das populações autóctones. Em especial, no respeitante *aos valores indígenas, das suas artes primitivas, das suas línguas, costumes e tradições, de tudo que possa registrar uma existência, uma personalidade que o tempo fatalmente destruirá* (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 5, 1946: 268). Com efeito,

As colónias não são depósitos de riqueza, que lá se vão buscar, oprimindo os indígenas, mas entidades novas, criações da humanidade, partes válidas do Estado, a que, pelo progresso científico, moral, económico e político, se deve facilitar o acesso aos mais altos destinos como se faz a qualquer outra parte do território nacional (SGL, 1946: 21. Nosso negrito)

Foi neste enquadramento, consolidado na reestruturação recente da JMGIC, sob o signo do *Plano de Ocupação Científica do Ultramar Português* (1941), inscrito no quinquénio de 1942-1947, concebido quando a Europa mergulhava na sua segunda Grande Guerra, que Mendes Correia considerou relevante montar nova missão antropológica a outra Província ultramarina. Procurou, no entanto, conciliá-la à nova orientação atribuída à investigação científica na dimensão espacial – considerada, à época –, portuguesa: a melhoria das condições de vida das comunidades locais. Assim surgiu *Uma jornada científica na Guiné portuguesa* (Correia, 1947).

Enquanto isto, parecia que Angola desinteressava a Lisboa. Nada mais ilusório, como se verificaria em breve. Reconhecia-se, porém, existir uma instituição com maior capacidade para apoiar estudos similares no terreno, a Diamang – Companhia de Diamantes de Angola (1917), à qual se devia, entre outros aspetos, a criação do Museu do Dundo (1936) – redominado Etnológico (1942) –, e a edição da coleção com o mesmo nome (1946), com a qual colaboraram vários autores portugueses e estrangeiros, muitos dos quais de renome internacional.

Mas, Lisboa não podia permanecer indiferente ao muito concretizado cientificamente por outras metrópoles nas suas respetivas possessões ultramarinas. Disso também dependia o lugar de Portugal no xadrez político internacional, sobretudo face a crescentes pressões internacionais colocadas sobre o seu regime governamental e, acima de tudo, política colonial. Reconhecendo o imperativo de acelerar, aprofundar e dilatar as pesquisas científicas nas colónias, os decisores políticos revigoravam a reorientação dos trabalhos segundo bússolas utilitárias, sem desmerecer o estudo *puramente* cultural (e *especulativ[o]*), permitindo compreender melhor o conteúdo parcelar de legislação publicada à época (Conde *et alia*, 2015):

Os estudos de antropologia física também têm o seu interesse, pois sobre eles se procuram estabelecer as características somáticas e as possibilidades psico-físicas os diferentes povos e tribos coloniais. A antropologia económica, social, legal, etc., poderá auxiliar grandemente a administração das populações indígenas. A etnografia também surgirá como auxiliar útil destes estudos, como fonte preciosa de informações. // A arqueologia figuraria, assim, em posição secundária. Isto não quer dizer que o seu interesse especulativo seja menor do que qualquer dos outros domínios de estudo (Agência Geral das Colónias, 1945: 25. Nossos negritos).

Por isto, Mendes Correia evidenciava quão obsoleto se encontrava Portugal neste âmbito, hiperbolizando uma causa central do agente científico português nessas regiões: a sua prioridade relativamente a outros. Havia, pois, que afastar libelos contra o seu hipotético desprendimento e – o que era pior –, improficência. Além disso, permitia-lhe fortalecer a nuclearidade das ciências humanas e sociais neste processo, contrariamente ao assumido por instâncias supernas. Aspecto tanto mais relevante, quando, nos primeiros anos da década de 30, antropólogos da Europa central, como Carl Schneider (1891-1946), Hugo Adolf Bernatzik (1897-1953) e Bernhard Struck (1888-1971) tinham realizado estudos antropológicos e etnográficos na Guiné, principalmente junto dos Bijagós, publicando parte significativa dos mesmos (Correia, 1943: 365).

Retomadas pela JMGIC apenas em 1945, as missões antropológicas desvendavam a atenção lateral do governo pelo assunto, ao não lhes entrever um retorno mais imediato. Mormente quanto à arqueologia, exercida doravante por empenho individual de quem integrava as campanhas. Apesar da tónica principal ser colocada no registo antropométrico das populações ultramarinas, as autoridades permitiam a realização de estudos arqueológicos. A isso instava a autoridade de Mendes Correia inteirado da sua premência, perante o impulso que obtinham noutros agendamentos coloniais – especialmente inglês e francês –, focados em compreender a origem e o percurso dos povos. Deste modo se afastavam diatribes lançadas contra a inação portuguesa nesta esfera científica, ao mesmo tempo que os nomes directamente envolvidos nele alicerçavam alianças científicas internacionais.

Dinâmicas locais e regionais

Mas, e localmente? Que ocorria neste âmbito nas próprias Províncias ultramarinas? Contrariamente ao que se poderia presumir em resultado de uma leitura menos atenta, muito se produzia localmente. Sobretudo por parte de quem acompanhava, por diferentes meios,

trabalhos realizados em instituições pertencentes a territórios limítrofes e noutras situadas na ocidentalidade europeia e norte-americana.

Tomando como exemplo, várias destas iniciativas, criaram sociedades de estudo, incentivaram a investigação, organizaram visitas de estudo, promoveram conferências, convidaram especialistas estrangeiros, lançaram pontes de comunicação com entidades científicas transfronteiriças e editaram periódicos. Uma convicção legitimada pela presença amiúde de investigadores prestigiados provenientes da União Sul-Africana, a exemplo de C. van Riet Lowe, em entrevista concedida à revista mensal de vulgarização de conhecimentos *Rádio Moçambique*, no seu número 74, de 1941, ao sublinhar que *Os contactos culturais com outras partes de África não atraem tanto as atenções como as relações políticas mas são, sob certos aspectos, mais valiosos. Aplanam o caminho para um entendimento internacional, pela simples razão de que não são maculados por interesses egoístas* (Nossos negritos). A sua autoridade nesta matéria justificou, entretanto, a tradução, para português, de alguns dos seus escritos, uma vez mais para validar uma agenda científico-cultural acalentada pela Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique (SECM) (1930-1975), onde se afirmava estar a colónia de Moçambique,

também destinada a desempenhar papel importante no esclarecimento do período proto-histórico da África Meridional. [...] Esperemos, pois, que seja possível preencher a lacuna deixada pelo infeliz acidente que obrigou Santos Júnior a regressar à Metrópole, e que possa haver estímulo para aqueles que, à sua própria custa, e em horas roubadas ao descanso, se dedicam na Colónia a estas investigações [...]. // Olho confiante para um futuro em que este ainda mal explorado território há-de surpreender o resto da África pela sua importância arqueológica (Barradas, 1943: 5. Nossos negritos).

Aos poucos, os membros da SECM contribuíram, mesmo que inconscientemente, para a composição de uma rede local e regional de produção, divulgação e apreensão de conhecimento, autónoma da intervenção de quem aportava de Lisboa, mesmo que no âmbito de missões da JMGIC e com o beneplácito de Mendes Correia.

Para Angola, criou-se a Missão Antropobiológica (1950-1955), à qual se deve a descoberta de estações arqueológicas, o estudo de pinturas rupestres e de recintos amuralhados (Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1956: 2) e trabalhos sobre os então denominados bosquímanos. Estas investigações prosseguiram no Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar (1954), antecessor do Centro de Estudos de Antropobiologia (1962), ambos dirigidos pelo antropólogo e professor universitário António de Almeida (1900-1984), contando com a colaboração, entre outros, do geólogo e pré-historiador José Camarate França (1923-1963). Mas, os estudos mais sistemáticos eram conduzidos desde os anos 30 por colaboradores do Museu do Dundo, cuja secção de geologia e pré-história era supervisionada pelo geólogo belga Jean Janmart (?-1955), devendo-se-lhe as primeiras incursões internacionais com o objectivo de criar uma rede de debate subordinada às questões da arqueologia africana, traduzida em importantes colaborações de Louis Leakey (1903-1972) (Leakey, 1949), Henri Breuil (1877-1961) (Breuil, Janmart, 1950) e John Desmond Clark (1916-2002) (Clark, 1963, 1966 e 1968).

Quando à Província da Guiné, ela detinha, já nos anos 40, de mecanismos organizados de investigação e divulgação científica sobre o seu território e as suas gentes, colaborando com entidades internacionais de menção nos saberes contemplados, com destaque para a costa ocidental africana, ao mesmo tempo que procurava dar corpo ao 'Museu da Guiné

Portuguesa⁴. Sendo *tempo de a Guiné ser mais alguma coisa do que um campo fértil de produtos materiais* (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 1, 1946: 7), e urgindo promover a sua elevação cultural, a Guiné transmudou-se, de algum modo, em protótipo de programação científica a reeditar noutros recantos colonizados, dobrando a insistência no estreitar de ligações com demais comunidades científicas. Enquanto isso, criticava-se, com alguma severidade, a *investigação científica ultramarina em Portugal*, manifestada, sobretudo, *através de missões temporárias aos territórios* (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 32, 1953: 643-644). Era o que procurava fazer o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (1945):

as nossas relações culturais têm-se intensificado sobretudo com os territórios vizinhos, no meio dos quais já hoje não somos mancha escura como outrora... É claro que apesar de nunca termos merecido a devida consideração dos organismos metropolitanos encarregados deste domínio das ciências coloniais – pois até hoje ainda não foi enviada nenhuma das colaborações prometidas – nem por isso deixaremos de tentar estabelecer contactos como eles, sempre agradáveis e sem dúvida úteis em ensinamentos (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 10, 1948: 526. Nosso negrito).

Sem negarem as vantagens oferecidas por algumas destas missões, sobretudo quando movimentavam recursos e meios científicos e técnicos de que as províncias ultramarinas não dispunham, apelaram sempre para que, a par delas, se fomentasse o desenvolvimento de instituições locais de investigação (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 10, 1948: 526).

Mas, antes de Angola e da Guiné, foi Moçambique a antecipar-se neste capítulo, constituindo a SECM com *Boletim periódico* (1931-1974) e destinada a contribuir para o desenvolvimento cultural e económico do território, promovendo, para tal, estudos científicos e a colaboração com entidades neles interessadas. Pouco depois, a arqueologia principiava a ocupar espaço nas suas atividades, designadamente por mão do engenheiro-agrónomo Lerenó Antunes Barradas (1890-1974), com a descoberta, em 1936, de uma estação paleolítica na região de Magude, (Barradas: 1942).

Deu-se, então, início a um período de intensa actividade arqueológica no território, em especial a sul do Save e no – então –, distrito de Lourenço Marques (actual Maputo), com o apoio da Repartição Técnica de Indústria e Geologia, e em colaboração com o *Archaeological Survey* da União Sul-Africana. Actividade reforçada com a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (1943) – mimetizada de organismo análogo existente no território vizinho⁵ –, em cujo decreto de criação se afirmava que, *a par de se investigar, classificar, restaurar e conservar os nossos monumentos e relíquias, se divulgue o seu conhecimento arqueológico-histórico, e bem assim que se promova a sua propaganda cultural e turística*⁶. Daqui resultaram diversas acções desenvolvidas também em parceria com a SECM. Entre elas, conferências de especialistas procedentes da União Sul-Africana, como as proferidas por H. Breüil e Riet van Lowe, a convite daquela Comissão, em Agosto de 1944, nas quais se enfatizou a premência de intensificar a investigação pré e proto-histórica nas colónias africanas de Portugal, e realizar congressos para reunir dados disseminados sobre a arqueologia de Moçambique (Barradas, 1948).

⁴ Além dos exemplos coetâneos existentes noutras capitais de colónias europeias não portuguesas, o testemunho – ainda que privado –, do Museu do Dundo (1936), em Angola, e a existência do Museu de Geologia 'Freire de Andrade' (1940), em Lourenço Marques, Moçambique, não terão sido estranhos ao impulso conferido a este assunto localmente.

⁵ Comissão de Conservação dos Monumentos Nacionais, Relíquias e Antiguidades da União da África do Sul.

⁶ Diploma Legislativo n.º 825 de 20 de Fevereiro (Nosso itálico).

Sem dúvida, não se podia continuar a ignorar a riqueza científica do território, sob pena de a política científica colonial portuguesa continuar a ser criticada negativamente pela comunidade internacional.

Enquanto isto, organizava-se, sob os auspícios do casal Louis e Mary Leakey (1913-1972), e a presidência de H. Breüil, o I CPAPH (Nairobi, 1947), reunindo, pela primeira vez, pré-historiadores, paleontólogos e geólogos. A ausência da participação metropolitana foi colmatada com a presença provincial ultramarina. Foi assim que, entrelaçando geologia, climatologia e arqueologia, L. Barradas e Manuel Bettencourt Dias constituíram a delegação de Moçambique, comunicando sobre o Quaternário (Barradas, 1952a), 1952b). E o reconhecimento do trabalho de L. Barradas valeu-lhe a recomendação de C. van Riet Lowe para presidir, no ano seguinte, à Secção de Arqueologia do Congresso da Associação Africana para o Avanço das Ciências, realizado em Lourenço Marques.

Considerações finais

Os trabalhos conduzidos pela metrópole, circunscritos a campanhas episódicas e de curta duração, nas quais a arqueologia era tributária de estudos orientados para a implementação de uma *política indígena*, revelaram-se insuficientes para conhecer e divulgar a riqueza dos territórios ultramarinos. Nomeadamente, no que respeitava à sua pré-história, a exigir uma permanência e uma sistematização de investigação a assumir localmente. Foi o que ocorreu, mercê do interesse, empenho e tenacidade de agentes provinciais que, em conjunto, em muito contribuíram para a produção, transmissão e receção de conhecimento arqueológico. Mormente, regional.

Não configurando uma prioridade na agenda colonial portuguesa, apesar dos esforços, por vezes árduos, das missões enviadas da metrópole, crentes nos seus objectivos *patrióticos*, a arqueologia foi sendo assumida ao sabor de ações individuais apoiadas por organismos públicos e privados, de âmbito local e regional (Martins, 2010). Disso nos dá conta o exemplar movimento associativo provincial, de carácter (mais ou menos) erudito, que soube incentivar a investigação em diversos domínios e levar o nome das respectivas colónias a encontros científicos da maior relevância para o conhecimento, não apenas regional, como mundial.

Entre outros resultados desta persistência, destaca-se a II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, realizada em Bissau, de 8 a 14 de Fevereiro de 1947, ou seja, entre campanhas da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947) e – sintomaticamente –, no mês seguinte ao I CPAPH. Coincidência que podia resultar apenas do sentido de oportunidade, aproveitando a permanência de investigadores de fora do continente africano que assim podiam participar também neste encontro, contribuindo para discussões comuns. Mas, esta coincidência podia decorrer, de igual modo (ou sobretudo) da necessidade de contrapor uma investigação conduzida, essencialmente, pela escola anglo-saxónica, a outra, de raiz francófona.

Em todo o caso, não terá sido o único evento deste ano de 1947 a registar, conquanto indiretamente, o ascendente da reunião de Nairobi. Entre 8 e 13 de Setembro, decorreu, em Lourenço Marques, o primeiro congresso da SECM. Assim se expressava quão urgente se tornara atualizar a investigação, também no domínio arqueológico, sobre o qual foram apresentadas comunicações na sessão conjunta das seções de geologia e geografia, história e sociologia, economia e estatística, numa abordagem pretendida transversal. Mais do que isso, havia que reunir todos os dados existentes sobre a arqueologia de Moçambique, numa tarefa a cumprir por comissão criada especialmente para o efeito, em colaboração estreita com a Secção Técnica de Indústria e Geologia, da colónia.

Emergia, assim, e uma vez mais, a noção de que um trabalho desta natureza, envergadura e responsabilidade devia ser, parcialmente que fosse, acometido à acção estatal, em razão dos recursos exigidos pela sua execução. Realização que instava, mais do que nunca. Pelo menos, a julgar pelo muito então produzido noutras colónias, nomeadamente inglesas e francesas. Por isso, Mendes Correia, sempre atento à (quase inexistente) gestão da investigação arqueológica nas possessões ultramarinas portuguesas, entendia indigno para o país que os dois encontros internacionais de 1947 avocassem a indispensabilidade de enviar especialistas estrangeiros a Angola, a fim de recolherem elementos essenciais à execução do grande atlas da pré-história de África, perdendo-se, assim, uma prioridade que, no seu entender, devia caber a Portugal (Correia, 1948).

O interesse colhido por estrangeiros em visita a Moçambique e participantes em reuniões científicas com intervenções desta Província ultramarina portuguesa, assim como as actividades conduzidas pelo CECP, fundamentaram o acolhimento, em Lourenço Marques, do 46.º Congresso da Associação Sul-Africana para o Progresso das Ciências (CASAPC) (1948), um dos fóruns mais importantes de divulgação científica na região. Assim se prestigiava a acção da SECM, os esforços colocados pela Colónia no desenvolvimento científico, a relevância de estudos efectuados e a comunhão de temas, que não se compadeciam com fronteiras políticas. Mas do que tudo, havia que expandir a proficiente cooperação regional entre Moçambique e a União Sul-Africana, como relembrado na esteira da 50.ª sessão do CASAPC (Cidade do Cabo, 1952) (*Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 1953: 47-50):

O estudo dos territórios portugueses em África tem sido feito sem nenhuma ou fraca colaboração das actuais nações colonialistas. [...] // Há alguns anos que mantemos intercâmbio com cientistas da União da África do Sul e temos verificado o entusiasmo, a simpatia e o interesse com que a nossa actividade é recebida. [...] E, por isso, estamos convictos que não será difícil organizar-se um serviço que estreite as relações Científicas, não ficando estas limitadas unicamente a alguns casos particulares, mais ou menos esporádicos. // Assim, seria excelente estabelecer na Sociedade de Estudos da Província de Moçambique, um gabinete de intercâmbio que teria por fim facilitar as relações profissionais entre cientistas portugueses e cientistas da União, pelo menos na fase inicial de intercâmbio (Ferreira e Ferreira, 1953: 47-50. Nossos negritos).

Convicção mantida em 1958 e 1968, na 56.ª e 66.ª edições do CASAPC, de novo em Lourenço Marques. Sobretudo na primeira, com o discurso presidencial de Arthur Edward H. Bleksley (1908-1984), intitulado *A ciência e a sociedade*.

A afirmação e o desenvolvimento da arqueologia nestes longínquos, da metrópole, territórios, não se conformavam a missões episódicas nas quais era suplementar. Asseverar a ciência arqueológica no terreno impunha a constituição de um organismo permanente que lhe fosse devotado no terreno. Na sua ausência, e até à formação dos Institutos de Investigação Científica de Angola e de Moçambique (1955), foram individualidades com diferentes formações académicas, especialmente geológica, a calcorrear os territórios, analisando estratigrafias rasgadas por grandes obras públicas e recolhendo artefactos destinados a coleções privadas e a museus públicos concebidos especialmente para o efeito. Havia, pois, um longo caminho a percorrer, sobretudo perante a indiferença da metrópole por assuntos arqueológicos das suas distantes paragens subsaarianas, a julgar pelo débil eco obtido com as comunicações deste temário apresentadas ao I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958), e não obstante as inúmeras publicações resultantes de trabalhos realizados no âmbito de missões antropológicas e antropobiológicas e dos reiterados clamores de Mendes Correia.

Muito havia, sem dúvida, por cumprir. Desde logo, o reforço de estudos no terreno e no laboratório, assim como a execução de cartas arqueológicas e de inventários de sítios e de materiais encontrados. Depois, a publicação de monografias. Por fim, mas em simultâneo, a promoção da salvaguarda dos sítios e coleções arqueológicas e respetivo interesse turístico.

Mas, alheia se revelava também Lisboa da arqueologia praticada no seu território europeu. Um desinteresse (aparentemente) generalizado da política científica portuguesa, que também o foi própria comunidade científica portuguesa, mesmo quando Miguel Ramos (1932-1991) coordenou a primeira missão arqueológica da JMGIU, ao Sudoeste de Angola (1966-1967), em colaboração com entidades e organismos locais.

Ultrapassar-se-á, contudo, esta indiferença ao recuperar-se de protagonistas, espaços, agendas e projetos na área, inserindo-os em diferentes dinâmicas históricas e científicas de fôlego regional, nacional e internacional, e avaliando de que modo o débil investimento na arqueologia metropolitana determinou o desenvolvimento desta ciência nos seus territórios ultramarinos, e a reacção sequente das sociedades eruditas locais face a esta situação peculiar do panorama científico ocidental.

Agradecimentos

Patrícia Conde, pelo apoio na consulta de material de arquivo. Este texto resulta do projeto de Pós-Doutoramento “Arqueologia em transição num Portugal em transformação: atores, instituições e projetos (1958-1977)”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (SFRH/BDP/105375/2014), tendo como unidade de acolhimento o IHC-NOVA-CEHFCi-U.Évora. Decorre, de igual modo, do projeto FCT, PTDC/IVC-HFC/5017/2012, “PROMEMICI – Protagonists and memoirs of the ‘scientific missions’. Archaeology and Portuguese colonial agenda”, acolhido pelo extinto Instituto de Investigação Científica Tropical.

Referências bibliográficas

- A History of African archaeology* (1990), Robertshaw, Peter (ed.), London: James Currey Publishers, p. 378.
- Agência Geral das Colónias (1945), *Ocupação científica do Ultramar português*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, p. 253.
- Barradas, L. (1942), Uma estação paleolítica em Magude, *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 45, Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, pp. 83-101.
- _____ (1948), Panorama da Pré-História de Moçambique, *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, N.ºs 57-58, pp. 1-20.
- _____ (1952a), A Chronology of the Quaternary in Southern Mozambique, 1st PanAfrican Congress Proceedings [Online], [Accessed December 29, 2014], Available at URL: <http://new.panafprehistory.org/en/>.
- _____ (1952b), Quaternary Formations in Southern Mozambique, 1st PanAfrican Congress Proceedings [Online], [Accessed December 29, 2014], Available at URL: <http://new.panafprehistory.org/en/>.
- _____ (1956), Moçambique na Pré-História da África Meridional, *Arqueologia e História*, V. VII, pp. 125-145.
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 28 vols. (1946-1973).

- Breuil, H., Janmart, J. (1950), *Les limons et graviers de l'Angola du Nord-Est est leur contenu archéologique*, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 5, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, p. 56.
- Carrisso, Luiz Wittnich (1928), *O problema colonial perante a Nação*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Castanheira, João Pedro (2010), *Um cientista português no coração da Alemanha nazi*, Lisboa: Tenacitas.
- Clark, J. D. (1963), Prehistoric cultures of northeast Angola and their significance in tropical Africa, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 62, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola. 2 volumes.
- _____ (1966), The distribution of Prehistoric culture in Angola, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 73, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, p. 102.
- _____ (1968), Further Palaeo-Anthropological studies in northern Lunda, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 78, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, p. 205 .
- Conde, P.; Senna-Martinez, J. C. e Martins, A. C. (2015), Archaeological connections: tracking and tracing international relations throughout Portuguese colonialism, Diaz-Andreu, M. E Fernandez, V. (orgs.), *British Archaeological Reports* (no prelo).
- Correia, A. A. E. M. (1934), Valor psico-social comparado das raças coloniais”, *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Porto, Setembro de 1934)*, Porto: 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, pp. 385-393.
- _____ (1943), *Raças do Império*, Porto: Portucalense Editora.
- _____ (1947), *Uma jornada científica na Guiné portuguesa*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, p. 193.
- _____ (1950), La recherche scientifique dans l'outremer portugais, *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (2.ª Conferência, Bissau, 1947)*, V, 1, Lisboa: Ministério das Colónias/ Junta de Investigações Coloniais, pp. XXXI-XLVI.
- Ferreira, M. C. & Ferreira, G. da V. (1953), Da necessidade do intercâmbio científico com a União da África do Sul, *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, pp. 47-50.
- França, J.-A. (2010), *O ano x - Lisboa 1936*, Lisboa: Editorial Presença.
- Gozalbes Cravioto, Enrique (2005), Los pioneros de la arqueología española en Marruecos (1880-1921), Cabrera, V. & Ayarzagüena, M. (orgs.), *El nacimiento de la Prehistoria y de la Arqueología científica*, Madrid, 2005, pp. 110-117.
- _____ (2007), Algunos avatares de la arqueología colonial en el norte de Marruecos (1939-1942), *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, pp. 77-96.
- Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1956), *Missão Antropobiológica de Angola: campanha de 1955*, Bibliografia do Professor Doutor António de Almeida, Separata de Estudos Ultramarinos, 6, Lisboa: Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, p. 7.
- Leakey, L. S. B. (1949), Tentative study of the pleistocene climatic changes and stone-age culture sequence in North-Eastern Angola, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 4, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, p. 82.
- Lobato, Alexandre (1983), *Memória Histórica, Da Comissão de Cartographia ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983): 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 1-179; 475-481.
- Machado, J. L. Saavedra (1965), *Subsídios para a história do museu etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*, Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- Martins, A. C. (2010a), A Arqueologia nas missões científicas: *ad initium*, Martins, A. C. E Albino, T. (orgs.), *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 99-105.

- _____ (2010b), (Re)Conhecer para ocupar. Ocupar para (re)conhecer. A colonização científica do além-mar, Martins, A. C. E Albino, T. (orgs.), *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*, Lisboa: IICT, pp. 26-33.
- _____ (2012), Política Colonial, Produção Científica, Construção da Identidade Portuguesa e o Contributo de Henrique de Carvalho (1843-1909), *Memórias de um explorador. A Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: SGL, pp. 193-206.
- Medina, João (2006), *Portuguesismo(s)*, Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Portugal (1936), Decreto-Lei n.º 26 842. Diário do Governo, I série, 175, 28 Julho 1936, Lisboa, p. 870.
- Santos Júnior, J. R. dos (1937), Contribuição para o estudo da Idade da Pedra em Moçambique. A estação lítica da Marissa (Tete), Moçambique: Documentário Trimestra, 12, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, pp. 93-103.
- _____ (1938), Relatório da Missão Antropológica à África do Sul e a Moçambique. 1.ª campanha de trabalhos – 1936, Porto: Imprensa Portuguesa, p. 53.
- _____ (1950), Carta da Pré-História de Moçambique. Separata das Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, 4.ª secção. V. [s.n., s.l.], pp. 647-656.
- _____ (1955), Les peintures rupestres du Mozambique, 2nd PanAfrican Congress Proceedings [Online]. [Accessed December 29, 2014], Available at URL: <http://new.panafprehistory.org/en/>.
- Sociedade de Geografia de Lisboa (1900), *Parecer e proposta para um Congresso Colonial Nacional*, Lisboa: SGL.
- _____ (1946), *Congresso comemorativo do quinto centenário do descobrimento da Guiné*, 2 vols., Lisboa: SGL.
- Torgal, Luís R. (2009), *Estados Novos. Estado Novo*, 2 vol., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.



Percursos de Miguel Ramos (1932-1991) na arqueologia: síntese e perspetivas

Ana Godinho Coelho*, Inês Pinto* e Ana Cristina Martins**

p. 145-160

«Creio ser da maior conveniência e oportunidade pensar-se na preparação do pessoal científico e na ampliação da Secção de Pré-história, em moldes que permitam responder convenientemente às exigências, cada vez maiores, dos diversos problemas arqueológicos das nossas Províncias Ultramarinas.» (Arquivo, IICT, 1970)

Início: 1960-1969

Miguel António Pires da Fonseca Ramos terminou em 1961 a licenciatura em Ciências Geológicas, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) e fez estágio curricular nos Serviços Geológicos de Portugal, cujo relatório final, “Contribuição para o estudo geológico da região de Ponte de Sor”, foi classificado com 18 valores e publicado pouco depois (Ramos, 1966).

Por sugestão do Professor Carlos Teixeira (1910-1982), diretor do Centro de Estudos de Geologia da FCUL, começou a aprofundar os seus conhecimentos na área da geologia do quaternário e da pré-história recorrendo, para isso, às coleções dos Serviços Geológicos de Portugal e à secção de pré-história do Centro de Estudos de Antropobiologia (CEA) da Junta de Investigações do Ultramar (JIU). Foi aqui que contactou, pela primeira vez, com o geólogo José Camarate França (1923-1963), que foi membro da equipa da Missão Antropobiológica de Angola (MAA) e que incidiu a sua investigação no Paleolítico de Angola (França, 1952 e 1964).

Depois de uma breve passagem pelo ensino liceal, enquanto docente da Escola Industrial Marquês de Pombal (1961-1962) e do Liceu D. João de Castro (1962-1963), do estágio no Centro de Estudos de Geologia Pura e Aplicada (1962-1963) e da realização de alguns trabalhos sobre a pré-história da zona de Reguengos de Monsaraz (Ramos, 1968), M. Ramos foi admitido no CEA da JIU. Enquanto investigador estagiário, foi coordenado pelo Professor António de Almeida (1900-1984), chefe de várias missões científicas ao Ultramar português e diretor do CEA. Em 1963, seguiu para Paris com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), onde se especializou, com distinção, em arqueologia pré-histórica na

* Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical – Universidade de Lisboa. Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal). Duas bolsas de investigação atribuídas, com as referências: SFRH/BGCT/52440/2014 e SFRH/BGCT/52441/2014.

** Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto produzido no âmbito da Bolsa de Investigação SFRH/BDP/105375/2014, atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), com o apoio financeiro do Fundo Social Europeu.

12-11-59
 11) Trabalho sobre as montanhas
 a partir de mapas de uma carta a escala
 de 1/5.000.

30-11-59
 12) Quest. o' a desformação no solo
 e a natureza entre as causas de
 nível contemporâneas das rochas
 de lito. - 112, 118, 119, 120

13) Análise do relevo de uma
 tabela de uma carta geográfica e
 fotografias.

4-12-59
 14) Análise das cartas geográficas
 existentes.
 cartas geográficas
 1/500.000 carta de Portugal (1941-52)
 - 3 cartas

Figura 001 - Apontamentos de M. Ramos tirados nas aulas da sua licenciatura em Ciências Geológicas, 1959. Arquivo IICT.

211
 Relatório de trabalho
 de Mestrado em Ciências Geológicas 6.º Artigo

Indústrias Líticas da região
 de Ponte de Sor

10
 15
 18
 19

1/2 rubrica de
 H. de
 1/5
 1/5

13

Figura 002 - Provas do primeiro artigo de M. Ramos a ser publicado, *Indústrias líticas da região de Ponte de Sor*, 1966. Arquivo IICT.

12-1-64

Geologia do Quaternário

1. Geologia do Quaternário	2. Geologia do Quaternário
3. Geologia do Quaternário	4. Geologia do Quaternário
5. Geologia do Quaternário	6. Geologia do Quaternário
7. Geologia do Quaternário	8. Geologia do Quaternário
9. Geologia do Quaternário	10. Geologia do Quaternário
11. Geologia do Quaternário	12. Geologia do Quaternário
13. Geologia do Quaternário	14. Geologia do Quaternário
15. Geologia do Quaternário	16. Geologia do Quaternário
17. Geologia do Quaternário	18. Geologia do Quaternário
19. Geologia do Quaternário	20. Geologia do Quaternário
21. Geologia do Quaternário	22. Geologia do Quaternário
23. Geologia do Quaternário	24. Geologia do Quaternário
25. Geologia do Quaternário	26. Geologia do Quaternário
27. Geologia do Quaternário	28. Geologia do Quaternário
29. Geologia do Quaternário	30. Geologia do Quaternário
31. Geologia do Quaternário	32. Geologia do Quaternário

2a - 1a e 2a de T. e P.
 0 N. S. F. (matéria de base)
 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32.

220 - 210m

2. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32.

1/1

1/2

1/3

1/4

1/5

1/6

1/7

1/8

1/9

1/10

1/11

1/12

1/13

1/14

1/15

1/16

1/17

1/18

1/19

1/20

1/21

1/22

1/23

1/24

1/25

1/26

1/27

1/28

1/29

1/30

1/31

1/32

Figura 003 a, b - Apontamentos de M. Ramos da disciplina “Geologia do Quaternário”, a cargo da Professora Meirelle Ters. Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de Paris, 1964. Arquivo IICT.



Figura 004 – Apontamentos de M. Ramos da disciplina “Introdução ao estudo da metodologia em Pré-história”, a cargo da Professora Laming-Emperaire. Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de Paris, 1964. Arquivo IICT.



Figura 005 – Pormenor do campo escola de Pincevent, onde M. Ramos participou em escavações (segundo Leroi-Gourhan e Brézillon, 1972).

Universidade de Paris (Sorbonne), apresentando o relatório final “La religion préhistoric – definition des méthodes de recherche au Paleolitique”.

Na cidade das Luzes, aperfeiçoou conhecimentos em paleontologia humana, geologia do quaternário, arqueologia e pré-história africanas e recolheu elementos científicos para a elaboração de um atlas da pré-história de África. Foi ainda aluno titular da Escola de Altos Estudos de Paris (3^{ème} cycle) onde, no ano seguinte, se inscreveu no doutoramento. Em 1965, participou em escavações de materiais pré-históricos no campo escola de Pincevent da Universidade de Paris, aí se familiarizando com as mais modernas metodologias de trabalho.

Aquando da sua permanência em Paris, M. Ramos fez vários estágios complementares à sua formação, com especial destaque para o laboratório de pré-história (tipologias e técnicas de indústrias líticas), Museu do Homem, Centro de Documentação de Pré-história e de Geologia e Paleontologia do Quaternário e Laboratório de Morfologia do Instituto de Geografia de Paris, Laboratório de Paleontologia da Sorbonne, Departamento de Pré-história do Museu Real da África Central de Tervuren e Museu Nacional de Copenhaga.

Em 1966, e já depois de iniciados os seus trabalhos no CEA, M. Ramos regressou a Paris para formalizar a sua inscrição no doutoramento em antropologia pré-histórica, na Sorbonne, sob a direção do Professor André Leroi-Gourhan (1911-1986).

Entretanto, por despacho ministerial datado de 5 de agosto de 1966, foi deferida a primeira Missão de Estudos Arqueológicos no Sudoeste (SW) de Angola (MEASA) «[...] que autoriza a deslocação a Angola do Dr. Miguel

Ramos do Centro de Estudos de Antropobiologia, com encargo pelas verbas do Instituto de Investigação Científica de Angola.» (Arquivo IICT, 1966). Partiu, então, para Angola em setembro do mesmo ano, ali permanecendo cerca de seis meses.

O SW era uma região que «[...] desde o final do século passado [...] tem atraído a atenção de pré-historiadores e dos curiosos das coisas arqueológicas. É já grande o número dos que dela têm dado conhecimento.» (Ramos, 1967: 1).

Às contribuições, entre outros de Paul Choffat (1849-1919) (Choffat, 1888), Fernando Mouta e Camille Arambourg (1885-1969) (Arambourg e Mouta, 1952), António de Almeida



Figura 006 – Autorização ministerial para a deslocação de M. Ramos a Angola, no âmbito da MEASA, 1966. Arquivo IICT.

(Breuil e Almeida, 1964), Camarate França (França, 1952) e Desmond Clark (1916-2002) (Clark, 1966), M. Ramos pretendia acrescentar o estudo das estações arqueológicas reconhecidas pelas missões anteriores¹, a identificação de novos sítios e, sobretudo, a realização de uma escavação «[...] *sistemática em local cuja estratigrafia ofereça a possibilidade de estudo da evolução regional (paleoclimática, cultural, paleontológica, etc.)*» (Ramos, 1967: 1).

No decorrer da MEASA, M. Ramos procedeu à identificação, entre outras, de três importantes estações arqueológicas localizadas na carta 1:100 000 na folha 355: Capangombe Velho (355-7), (ou Caconge), Santo António (355-10) e Santo António, Capangombe (355-11) que lhe permitiram obter um melhor conhecimento dos depósitos sedimentares, a sua origem e evolução na região (Ramos, 1967).

De todos os sítios então identificados, a estação de Capangombe Velho (355-7) foi a única alvo de escavação sistemática, nela se recolhendo, ao longo de dois níveis arqueológicos principais, mais de 101 mil artefactos líticos cujas características tipológicas² lhe possibilitaram um novo olhar sobre os estádios culturais do Paleolítico de Angola (Coelho *et alia*, 2014). Concluiu, ademais, que, não obstante a necessidade de estudos complementares,



Figura 007 – Capas de livros sobre Pré-história de África, base do trabalho de M. Ramos.



Figura 008 – Mapa com a distribuição das 27 estações arqueológicas identificadas por M. Ramos no decorrer da MEASA. Note-se a concentração de estações no sopé da Serra da Chela, onde foram recolhidos milhares de artefactos líticos.

¹ Note-se que as Missões Antropobiológicas de Angola (MAA), que decorreram entre 1948 e 1955, não tiveram um carácter arqueológico e por isso as recolhas de artefactos foram apenas superficiais, muitas vezes sem contexto preciso.

² Salientamos que ainda não foi feito um estudo exaustivo dos artefactos recolhidos, atendendo à sua quantidade, pelo que estes resultados são apenas parciais.

«[...] a existência de pelo menos, duas fácies da M.S.A. parece indiscutível, bem como que a sua morfologia parece não se enquadrar em nenhum dos padrões mais ou menos consagrados para a África austral.» (Ramos, 1981: 34). Assim, comparando os resultados das escavações da gruta da Leba, efetuadas pelo geólogo J. Camarate França, entre 1950 e 1953, e os obtidos em Capangombe Velho, mesmo que parciais, verifica-se que M. Ramos se debateu por uma diferenciação regional, chamando a atenção para o fato de o SW de Angola ter alcançado condições propícias ao estabelecimento de comunidades pré-históricas (Ramos, 1970); (Matos, 2012).

Por outro lado, debruçou-se sobre o estudo dos artefactos líticos recolhidos em Santo António, Capangombe (355-11), que lhe permitiram rever as tipologias das achas, ou machados de mão (Tixier, 1957), bastante bem representados³ no contexto global da estação, dividindo-as em sete tipos, baseados na complexidade dos métodos de talhe aplicados (Ramos, 1974 e 1980).

Em janeiro de 1967, e ainda no contexto da MEASA, foram identificadas as pinturas de arte rupestre da estação de Monte Negro, junto ao rio Cunene, dispersas por «[...] vários painéis gravados, com figuras bastante patinadas, confundindo-se com a coloração geral do afloramento.» (Ramos, 1979a: 12), mas, ainda assim, capazes de revelar vários aspetos da evolução cultural do SW de Angola, nomeadamente ao nível da vida quotidiana das populações que aqui permaneceram.

Note-se que ao longo dos cerca de quarenta anos de atividade das missões científicas nos Trópicos, em termos quantitativos, é no SW de Angola que se encontra identificado o maior número de estações arqueológicas do Paleolítico. Assim e com base nas informações disponíveis, M. Ramos e a sua equipa partiram de Luanda, de jipe, em direção a Sá da Bandeira (atual Lubango) tentando observar, sempre que possível, as estações identificadas pela MAA. De acordo com a rede viária existente à época, podemos inferir dois eventuais percursos: um, mais próximo da costa e mais rápido, e um outro, pelo interior de Angola, coincidindo com mais estações descobertas pelas anteriores missões. A partir daqui sabe-se, com certeza, que os membros da equipa seguiram de Sá da Bandeira para oeste, em direção a Moçâmedes (atual Namibe). Aqui chegados visitaram as regiões de Porto Alexandre, Virei e Oncócuca.

Em 1967, M. Ramos é nomeado diretor da secção de pré-história da JIU, escreveu artigos científicos sobre os resultados das suas investigações em Angola e participou em congressos e demais científicas, nacionais e internacionais, a exemplo, em 1969, do Congresso da *International Union for Quaternary Science* (INQUA) e das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueó-



Figura 009 a, b – Representação de figura zoomórfica (?) das gravuras rupestres da estação de Monte Negro (Ramos, 1979a) e xilogravura da figura zoomórfica, IICT.

³ As recolhas superficiais na estação de Santo António, Capangombe (355-11) resultaram em 1.776 artefactos, dos quais 196 são achas, ou machados de mão.



Figura 010 – Percursos seguidos pela equipa da MEASA entre 1966 e 1967.

logos Portugueses (AAP). É neste contexto que se inscreveu como sócio em várias instituições da especialidade, entre as quais a *Société Préhistorique Française*, a *Association Française pour l'étude du Quaternaire*, a AAP, a Associação Portuguesa de Geólogos e a Sociedade de Geografia de Lisboa.

Novos rumos: 1970-1979

Em 1970, M. Ramos é designado vogal da comissão orientadora da investigação científica na área de Cahora Bassa alargando, assim, a sua ação a Moçambique e contribuindo para o desenvolvimento dos estudos de geologia do quaternário e da arqueologia pré-histórica daquela região (Ramos, 1973), esperando «[...] *que este alargamento de atividades possa contribuir, de algum modo, para o desenvolvimento dos estudos de Geologia do Quaternário e de Arqueologia Pré-histórica no âmbito da Junta [JIU].*» (Arquivo IICT, 1970). Manifestou, no entanto vontade de continuar a estudar os artefactos resultantes da sua missão a Angola e preocupação face à carência de infraestruturas para a análise de todos os materiais provenientes das missões científicas:

Creio ser da maior conveniência e oportunidade pensar-se na preparação de pessoal científico e na ampliação da Secção de Pré-história, em moldes que permitam responder convenientemente às exigências, cada vez maiores, dos diversos problemas arqueológicos das nossas Províncias Ultramarinas (Arquivo IICT, 1970).

M. Ramos acumulou, neste mesmo ano, a direção do CEA da JIU, chefiou, entre 1971 e 1972, a Missão da Brigada de Estudos de Pré-história e Arqueologia do Vale do Zambeze – área de Cahora Bassa (BEPAVZ) (Rodrigues, 2004) (Castelo, 2014) e foi designado, em 1972, vogal da Comissão Orientadora do Atlas do Ultramar Português, por despacho ministerial, constituindo uma «[...] *grande honra colaborar em tão vultosa obra e tenho esperança que a mesma permita incrementar os trabalhos relacionados com a elaboração da Carta Arqueológica do Ultramar, assunto sobre o qual já tive ocasião de submeter algumas sugestões.*» (Arquivo IICT, 1972).



Figura 011 – Comprovativo do pagamento das quotas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (sócio n.º 578). Arquivo IICT.

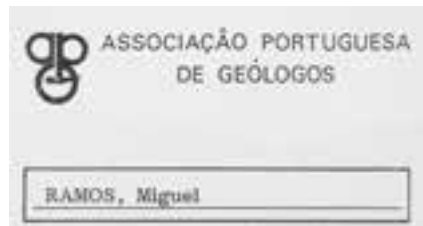


Figura 012 – Cartão de M. Ramos da Associação Portuguesa de Geólogos. Arquivo IICT.

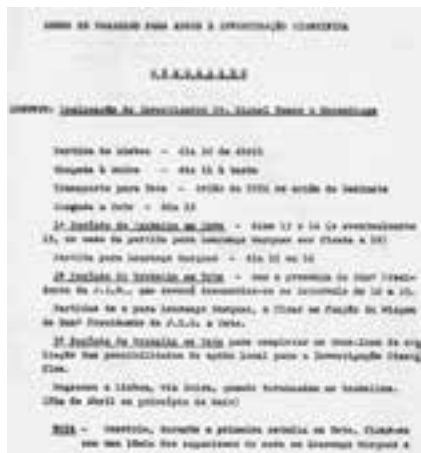


Figura 013 – “Memorando” sobre a deslocação de M. Ramos a Moçambique, no âmbito do Grupo de Trabalho para Apoio à Investigação Científica, 1970. Arquivo IICT.

Os anos setenta foram, sem dúvida, anos de afirmação científica para M. Ramos, tendo sido solicitado para vários assuntos. Disso é exemplo a coordenação dos trabalhos do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973), relativos à arqueologia ultramarina, assim como a organização, neste mesmo ano, das coleções de artefactos pré-históricos do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra. Em 1976, foi nomeado investigador efetivo da, então, Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU) e, em 1977, integrou a comissão avaliadora da criação do Museu Português do Homem (Arquivo IICT, 1977).

Visitou, ainda nesta década, diversas instituições nacionais e estrangeiras. M. Ramos conseguiu estabelecer contatos com organismos congéneres, observou realidades semelhantes e atualizou-se sobre investigações conduzidas além-fronteiras sobre pré-história de África. Foi neste âmbito que visitou o Museu Arqueológico de Madrid, o departamento de pré-história do Museu do Homem, o Instituto de Paleontologia Humana e o Museu Nacional de História Natural de Paris. Em 1971, deslocou-se ao Museu de História Natural de Nova Iorque e,



Figura 014 – Aspeto geral de um dos acampamentos da Missão da Brigada de Pré-história e Arqueologia ao vale do Zambeze – área de Cahora Bassa, 1971/1972. Arquivo IICT.



Figura 015 – Viagens de M. Ramos pelo mundo em estágios, missões científicas e visitas a Instituições relacionadas com as suas investigações científicas.

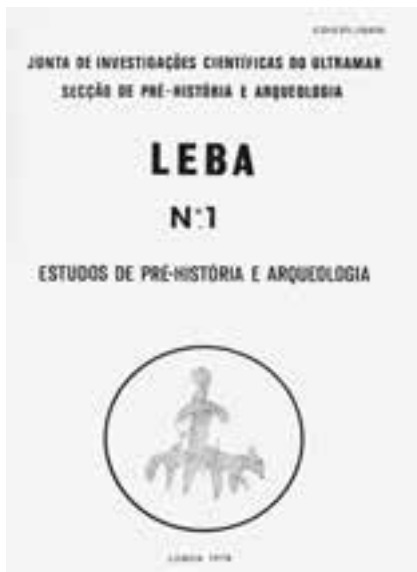


Figura 016 – Página do número 1 da Revista *Leba. Estudos de Pré-história e Arqueologia*, 1978.

dois anos depois, aos departamentos de arqueologia do Museu Britânico e ao Laboratório de Arqueologia da Universidade de Oxford. Em 1975, foi recebido no Instituto de Pré-história e Geologia do Quaternário da Universidade de Bordeaux e, em 1976, conheceu o Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Varsóvia.

Em 1978, M. Ramos atingiu uma nova etapa da sua carreira de investigador, ao editar a revista *Leba. Estudos de Pré-História e Arqueologia*, da secção de pré-história da JICU, por ele pensada e concretizada, com vista ao desenvolvimento, atualização e discussão dos vários temas relacionados com a pré-história de África, sendo que,

com a publicação do primeiro número desta série preenche-se uma lacuna que não se poderia por mais tempo deixar em aberto [...] Assistia-se à dispersão, quase sistemática, não apenas dos resultados das pesquisas efectuadas pela própria Junta, mas, o que tornava por vezes bastante penoso, dos trabalhos elaborados por investigadores pertencentes a outras instituições (Ramos, 1978: 9).

Quanto ao título da revista, ficou a dever-se à importante estação arqueológica da Leba, marco incontornável no estudo do paleolítico de Angola, escavada por J. Camarate França, entre 1950 e 1953, prestando-se, assim, tributo a este investigador «[...] que foi ilustre colaborador desta casa, onde se mantém vivo o culto da sua memória.» (Ramos, 1978: 10).

Afirmção: 1981-1991

A década de oitenta foi de concretizações. Há muito que M. Ramos se debatia pela reunião dos materiais arqueológicos recolhidos no quadro de missões a África e das,

coleções de arqueologia não europeia, com especial incidência nos materiais arqueológicos provenientes dos territórios onde mais acentuada foi a acção dos portugueses, nomeadamente nas actuais Províncias Ultramarinas [...] procurando evitar a dispersão de objetos que terão muito interesse científico quando agrupados, mas que dispersos por vários serviços oficiais, ou mesmo na mão de particulares, se apresentam destituídos de valor de conjunto e até com riscos de se virem a perder (Arquivo IICT, 1974).

Foi neste cenário e após variadas diligências, que, em abril de 1983, o, então já, Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), passou a integrar um centro autónomo de pré-história e arqueologia. Dirigido por M. Ramos, este centro congregou, num só espaço, todas as coleções arqueológicas existentes na instituição (Senna-Martinez *et alia*, 2013). Foi dotado das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos científicos em curso, delas se destacando laboratórios especializados em restauro, análise morfológica e sedimentologia, a par de gabinetes de desenho técnico, de fototeca, cartoteca e de uma biblioteca especializada (IICT, 1983). Paralelamente à criação de condições técnicas essenciais ao bom funcionamento do novo centro, promoveu a formação de pessoas de modo a que obtivessem os conhecimentos fundamentais à realização dos mais diversos trabalhos relacionados com os estudos pré-históricos, arqueológicos e geológicos do quaternário do Ultramar, respondendo assim a uma série de preocupações expressadas décadas antes por colegas



Figura 017 – Fotografia de M. Ramos no CPHA, 1983. Arquivo IICT.

de outras áreas científicas (Martins, 2011). O Centro, agora com os meios necessários para o efeito, passou a receber estagiários, alunos universitários, investigadores de instituições nacionais e internacionais com planos de trabalho idênticos, criando-se uma forte rede de cooperação e intercâmbio (Roque *et alia*, 2006). A par destas movimentações, M. Ramos prosseguiu os trabalhos de gabinete relativos aos artefactos recolhidos no SW de Angola, somando-se-lhes o inventário e o estudo dos materiais arqueológicos reunidos pela Missão da BEPAVZ (Ramos, 1979b).

Entretanto, o projeto “Levantamento Arqueológico de Moçambique”, em parceria com a Universidade de Eduardo Mondlane (Ramos, 1986), permitiu a M. Ramos, com base nos levantamentos já efetuados e nas informações de outros investigadores (Ramos, 1990: 49), elencar as estações arqueológicas inacessíveis após o enchimento da barragem de Cahora Bassa e que suportariam a elaboração da carta arqueológica. Em paralelo, continuou a analisar as estações da Idade do Ferro Africana, co-autorando um estudo sobre cerâmica chinesa encontrada junto à vila do Zumbo (Ramos *et alia*, 1978), e orientou o projeto “Remoção e reconstituição de uma torre de um forte português em África”, na zona de Cachomba (que não viria a concretizar-se) (Ramos *et alia*, 1979); (Ramos, 1990). Pretendeu contribuir, também desta forma, para o estudo do quaternário, pré-história e arqueologia de Moçambique, assim como de Angola. M. Ramos interessou-se também, embora em menor escala, por outras geografias culturais e cronológicas, como foi o caso de Timor. Neste sentido, redigiu um artigo, em co-autoria, sobre o espólio encontrado em contexto sepulcral (Ramos *et alia*, 1980).

É também disso exemplo, Portugal continental, para o qual delineou um projeto destinado a examinar as formações dunares e os fósseis depositados durante o quaternário nos arredores de Lisboa, entre a Ericeira e o Cabo Espichel (Ramos, 1986).

Ciente da importância da interdisciplinaridade em pré-história e arqueologia e conhecendo as diferentes valências científicas existentes no IICT, M. Ramos não hesita, em colaborar em projetos transversais à instituição que incorporava. Foi o caso do Centro de Pedologia Tropical, onde participou na identificação e recolha de um artefacto arqueológico nos solos ferralíticos da região do Hoque (província da Huíla, Angola) (Ricardo, 1981).



Figura 018 – Notícia da revista “Costa do Sol”, datada de 5-9-1973, dando conta do aditamento escrito por M. Ramos ao livro “A Pré-história da África”, de J. Desmond Clark.



Figura 019 – Torre nordeste (NE) do Forte de Cachomba, Moçambique, 1972. Arquivo IICT.

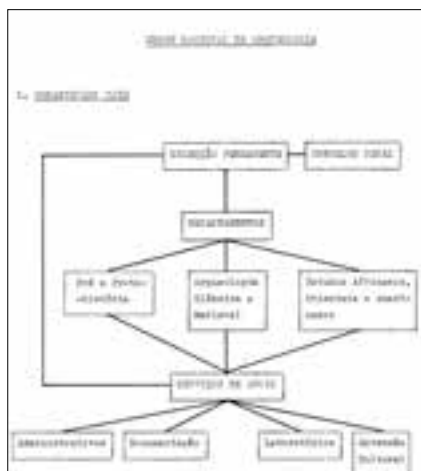


Figura 020 – Organograma base elaborado por M. Ramos para a reestruturação do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), 1980. Arquivo IICT.

de pré-história e arqueologia cooperaria na preparação especializada de funcionários daquela instituição, tanto em Angola como em Portugal. Considerando a necessidade de formar arqueólogos, M. Ramos foi chamado a elaborar um esquema curricular para um curso médio em arqueologia (quatro anos), inexistente em Angola, contemplando, entre outras, as disciplinas de geologia e paleontologia, pré-história geral e pré-história de África, noções gerais de tipologia, desenho, fotografia e técnicas de campo e de laboratório, bem como sobre a carta arqueológica de Angola e museologia/proteção do património arqueológico.

Em 1988, M. Ramos participou nas escavações arqueológicas conduzidas na zona de Benguela «[...] *superiormente autorizado por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior [...] a fim de participar numa missão internacional sob a égide do Centro Internacional das Civilizações Bantu (CICIBA) e da Secretaria de Estado da Cultura do Governo angolano.*» (Arquivo IICT, 1988). Percorreu, de igual modo, uma ampla distância entre o Lobito e a Baía Farta descobrindo, nos trabalhos levados a cabo na estação de Mormolo 4, vestígios de um fóssil de elefante (Guttierez, 2001).

Conjuntamente a outras atividades, M. Ramos exerceu funções de coordenação científica, a exemplo do Grupo de Trabalho Português para o Estudo do Quaternário (GTPEQ) (1982). O GTPEQ realizou várias conferências e sessões de comunicações com a presença de diversos especialistas no Quaternário. Foram os casos de António Galopim de Carvalho (1931-), Miguel Telles Antunes (1937-) e Gaspar Soares de Carvalho (1920-). É, ainda, designado pelo Instituto Nacional de Investigação Científica delegado oficial de Portugal no X Congresso Internacional da INQUA (Moscou, 1982), e cooperou na organização da I Reunião do Quaternário Ibérico (Lisboa, 1985), integrando a respetiva Comissão Científica (IICT & FGC, 1985). Saliente-se, de igual maneira, a sua participação na Comissão

A colaboração de M. Ramos não se restringiu, contudo e como já observámos, ao IICT. Em 1980, por exemplo, é chamado a dar parecer sobre a reestruturação do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa⁴, num período em que o novo quadro político vigente estimulava a remodelação de espaços museológicos e a implementação de uma renovada linguagem museográfica. Neste mesmo ano M. Ramos deslocou-se ao Instituto de Antropologia da Universidade do Porto para examinar os materiais arqueológicos recolhidos pela Missão Antropológica de Moçambique (MAM), com vista ao seu aproveitamento museológico e científico.

Mas, Angola continuava a centralizar as suas investigações. Por isso, desenvolveu uma significativa cooperação com o Museu Nacional de Arqueologia de Angola, em Benguela e, em especial, com o seu diretor, Luís Pais Pinto. Acordou, por exemplo, que a secção

⁴ A museologia começava a ser mais um dos focos de interesse de Miguel Ramos, potenciando a sua inscrição na Associação Portuguesa de Museologia (APOM) (1981).



Figura 021 – Carimbo do Grupo de Trabalho Português para o Estudo do Quaternário (GTPEQ), com sede no CPHA, 1982. Arquivo IICT.



Figura 022 – Sumário da primeira aula lecionada por M. Ramos na Escola Superior de Tecnologia de Tomar (ESTT), 1990.

Nacional de Estudos Africanos, enquanto representante dos arqueólogos no âmbito das ciências humanas e vogal da respetiva Comissão Coordenadora (1984).

Conjuntamente a estas atividades e investigações científicas, M. Ramos foi convidado, em 1982, por Carlos M. Baeta Neves (1916-1992), Professor do Instituto Superior de Agronomia (ISA), a colaborar na licenciatura em arquitetura paisagística. As suas aulas versaram sobre vários tipos de jazidas e monumentos arqueológicos, inerente interesse cultural e científico, cuidados a assumir para evitar a sua destruição, entidades tutelares da sua conservação e definição de respetivas áreas de proteção. Nesta linha, foi-lhe atribuída, em 1985, e a pedido do Professor Augusto Mesquitela Lima (1929-2007), a orientação científica e pedagógica do seminário de pré-história e arqueologia africanas, organizado pelo Instituto de Estudos Africanos da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Por fim, no último ano de vida, lecionou a disciplina “arqueologia africana” do curso de arqueologia da Escola Superior de Tecnologia de Tomar (ESTT).

M. Ramos não se circunscreveu, todavia, à docência. Coordenou também estágios e monografias científicas, nos quais salientou interesse por áreas recentes à época, como a deteção remota aplicada à arqueologia. Razão bastante para a sua participação nos seminários “Arqueologia Espacial” e “A Deteção Remota por Avião e Satélite em Arqueologia”, e orientação do estágio decorrido no CPHA do IICT, subordinado ao tema “Aplicação de deteção remota e de processamento digital de imagem em Arqueologia”, enquanto estabelecia um protocolo de cooperação com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que disponibilizou as tecnologias necessárias à prossecução de diferentes atividades inscritas no projeto “Digitalização de dados relativos à bacia do Zambeze (Moçambique)”, (Arquivo IICT, 1989).

Algumas reflexões finais, propostas de análise e novos desafios

Em suma, M. Ramos, geólogo de formação, traçou vários percursos ao longo das cerca de quatro décadas dedicadas à investigação científica nas áreas da pré-história, arqueologia e quaternário de África, disciplinas sobre as quais incidiu a sua constante especialização. M. Ramos abraçou diversos projetos no continente africano e em Portugal continental, foi solicitado de diferentes formas, conferiu consultadoria científica, organizou conferências, redigiu artigos, participou em grupos de trabalho e instituições de relevo nacional e internacional e colaborou em projetos noutras áreas do IICT. Além disso, envolveu-se em projetos externos e transversais a esta instituição, dando aulas em contexto universitário, apoiou estagiários e investigadores e destacou-se por contributos prestados à comunidade científica, em geral. Debruçou-se, ainda, sobre a análise das formações dunares e fósseis depositadas durante o quaternário, entre a Ericeira e o Cabo Espichel (Ramos, 1986); dirigiu, em Moçambique, a brigada responsável pelo estudo arqueológico da área a inundar pela albufeira de Cahora Bassa; participou no projeto “Carta Arqueológica de Moçambique” e estudou várias estações arqueológicas e respetivos artefactos. Por fim, refletiu, para o caso de Timor, acerca de objetos depositados no CPHA procedentes de missões científicas. Cruzados os seus múltiplos percursos, neles se destaca o de Angola. Aqui dirigiu a primeira grande missão de estudos arqueológicos ao SW do território, onde identificou estações arqueológicas, recolheu milhares de artefactos, reviu tipologias líticas e reconheceu um horizonte cultural específico do Paleolítico.

Ademais, M. Ramos debateu-se fortemente pela autonomia de um centro de pré-história e arqueologia no IICT que reunisse, num mesmo espaço, todas as coleções provenientes das missões científicas que se encontravam, até então, dispersas; formou estagiários, alunos universitários, investigadores e colaboradores em pré-história, arqueologia e geologia do quaternário. Contribuiu, ainda, para o estreitamento de relações com instituições congéneres, nacionais e internacionais, com planos de trabalho idênticos, a exemplo do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela e da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. A este conjunto de atividades, haverá que somar outros contextos e dinâmicas de investigação, assim como o despertar do interesse pela deteção remota aplicada à arqueologia, uma novidade para a realidade arqueológica portuguesa.

De uma forma geral, a carreira científica de M. Ramos consolidou-se na segunda metade da década de setenta. Observação trivial, não fosse o caso de se inscrever, de alguma maneira, no pano de fundo que era, à época, a arqueologia praticada no nosso país.

Mas, se o dobrar dos anos sessenta foi decisivo no alicerçar da ciência arqueológica entre nós, com a multiplicação de iniciativas reforçadoras da sua docência, estudos de terreno e de gabinete, conservação, apresentação, divulgação e gestão de coleções e sítios, foram os anos setenta a reunir as condições basilares à rutura epistemológica ansiada há muito. Abertura pretendida, sobretudo, por toda uma geração de futuros arqueólogos expectante que a ‘Primavera Marcelista’ (1968-1970) se cumprisse na plenitude, modernizando e liberalizando o nosso quotidiano. Mormente, no que se referia à realidade arqueológica, ainda liderada por quem persistia em modelos histórico-culturalistas e funcionalistas, descontextualizados face à nova panaceia processual da neopositivista *New Archaeology* (1958). Neste sentido, assume-se de particular relevância, ao mesmo tempo que singularidade, o caso de M. Ramos. Assomado, a um primeiro olhar menos atento, algo isoladamente, pelos temas que versou, quase exclusivos da instituição que o integrou, apercebemo-nos como se inscreveu na linha estruturalista de pensamento arqueológico francesa de nomes incontornáveis dos estudos paleolíticos, como os de André Leroi-Gourhan, no *Collège de France*, Anne Laming-Emperaire (1917-1977), no *Musée de l’Homme*, Jacques Tixier (1932-2011), no

Institut de Paléontologie Humaine e em Pincevant. Percurso de complemento académico muito similar ao trilhado pela denominada ‘Geração do Tejo’, que lhe adveio e à qual somos (em grande parte) devedores da renovação da arqueologia pós-25 de Abril (Lemos, 2011: 9) (Martins, 2015a) (Martins, 2015b), juntamente com a ‘escola’ coimbrã, liderada, à época, por Jorge de Alarcão (1934-), regressado, há pouco, de dois anos de estudo no Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres.

Incorporando este cenário nacional, a verdade é que M. Ramos permanece ainda numa certa penumbra da nossa historiografia. As razões deste olvido – se de olvido se trata –, assim como a natureza e a dimensão reais do seu contributo científico, têm centralizado esta nossa investigação. Mas, outra situação tem permanecido no seu cerne.

Com efeito, desde o desaparecimento de M. Ramos, em 1991, que o CPHA do IICT foi objeto de diferentes mutações, cuja análise remetemos para outro contexto. De referir, no entanto, que algumas das vicissitudes registadas desde então, impediram a continuidade dos principais projetos abraçados por M. Ramos. Entre eles, o estudo sistemático e ininterrupto dos materiais recolhidos no terreno, mormente no SW de Angola.

Volvidas, contudo, décadas sobre os trabalhos realizados no âmbito da MEASA; afastados quem com M. Ramos colaborou de forma mais próxima; coartadas fontes fundamentais, designadamente manuscritas, por razões ainda não compreendidas na totalidade, os materiais pareciam permanecer silenciosos. Provavelmente, para sempre.

Valeram, entretanto, esforços pontuais (Rodrigues, 2004), (Roque *et alia*, 2006), até que, em meados da primeira década deste novo século, o Programa Interministerial (PI) e Promoção do Saber Tropical (PST) possibilitaram (re)visitar e principiar a (re)ler as coleções arqueológicas depositadas no IICT, agora sob novos olhares e acima de tudo, com novos conceitos acentuados pelo compromisso institucional de divulgar os seus arquivos científicos (Martins, 2010a, 2010b e 2011). Paradigma de atuação que substanciou uma nova forma de gerir estas mesmas coleções, incentivando, como M. Ramos procedera, a proximidade aos meios universitários, para neles encontrar quem elaborasse dissertações e teses de doutoramento. Assim se tem, paulatinamente, (re)encontrado a massa crítica esvanecida com a perda de M. Ramos que, por motivos diferentes, não conseguiu – ou não soube (algo a escrutinar no futuro) –, deixar sucessores que sustivessem uma ‘escola’ entre nós, como ocorreu noutros países, nomeadamente em Espanha e França.

Reforçando esta linha de atuação, surge o projeto “Georreferenciação das coleções científicas do IICT” (2014-2020) destinado, sobretudo, conferir uma nova luz às informações produzidas sobre as coleções arqueológicas (Coelho *et alia*, 2014). Financiado pela FCT, este programa de trabalhos recorre às Novas Tecnologias e, principalmente, aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), permitindo, assim, obter um entendimento mais profundo da pré-história e arqueologia de África, perpetuando e divulgando o legado de M. Ramos, razão pela qual se principiou pelos materiais recolhidos em território angolano.

Este projeto visa, de igual modo, preencher uma das principais lacunas observadas na historiografia da arqueologia produzida entre nós. Referimo-nos à quase inexistência de títulos relativos à produção arqueológica conduzida nas, então designadas, Províncias Ultramarinas portuguesas, com destaque para Angola e Moçambique, quer por parte de investigadores deslocados da metrópole, quer por portugueses há muito residentes nestes territórios. Circunstância que atribuímos a diversos fatores, dos quais a proximidade geracional de alguns autores às principais ocorrências da política contemporânea portuguesa não será de subvalorizar, somada à evidência de as missões de estudo no terreno não terem sido retomadas por Portugal. Pelo menos, até recentemente.

Fruto de novos contextos e de envolvimento institucionais – sequentes de empenhos pessoais –, assistimos, entre nós, ao reavivar do interesse pela arqueologia em África, designa-

damente pela África subsaariana. Não surpreende, por conseguinte, o paulatino desdobrar de atividades consagradas a esta temática tão abrangente, possibilitando – ao mesmo tempo que instando –, a leitura e a releitura de materiais gerados por antigos investigadores. Disso são exemplo monografias de final de licenciatura, dissertações de mestrado e teses de doutoramento (Castelo, 2014; 2013 e Rodrigues, 2004) finalizadas e em curso, artigos em revistas de referência internacional, encontros científicos⁵, deslocações ao terreno, estabelecimento de protocolos interinstitucionais e projetos financiados pela FCT⁶.

Assim se reúnem, por fim, as condições basilares à concretização de projetos que primem e primarão pela transversalidade científica e colaboração internacional. Dever-se-á, ao mesmo tempo, atender a quadros específicos esclarecedores de realidades examinadas. Entre eles, a política colonial, a ciência produzida sobre os Trópicos e nos Trópicos, as redes locais de produção, transmissão e receção de conhecimento, e a influência do apelo internacional ao reforço da colaboração científica e dos movimentos independentistas registados em antigas colónias africanas na procura pela incorporação da intelectualidade local em projetos de investigação (Conde *et alia*, 2015). Tudo, em ambiente pós-colonial e num cotejar permanente com realidades arqueológicas similares verificadas em territórios circunvizinhos das antigas províncias ultramarinas portuguesas.

Referências bibliográficas

- Arambourg, Camille e Mouta, Fernando (1952), Sur le paléolithique du district de Malange (Angola), Les grottes e fentes a ossements du sud de l'Angola. Comunicação apresentada no *II Congresso de Pré-história Africana*.
- Breuil, Henri e Almeida, António de (1964), Introdução à Pré-História de Angola. *Estudos sobre a pré-história do Ultramar português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Memórias, n.º 50.
- Castelo, Inês (2014), *Traços da presença portuguesa no Vale do Zambeze entre os sécs. XVI-XIX à luz das pesquisas realizadas pela Brigada de Estudos de Pré-história e Arqueologia (JIU) entre 1971 e 1972*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Choffat, Paul (1888), *Matériaux pour l'étude stratigraphique et paléontologique de la province d'Angola*. Genève. [Texto policopiado].
- Clark, John Desmond (1966), The distribution of prehistoric culture in Angola. *Diamang – Publicações culturais da Companhia de Diamantes de Angola*, n.º 73.
- Coelho, Ana Godinho, Pinto, Inês & Casanova, Maria da Conceição (2014), A coleção arqueológica do IICT no novo milénio. *Antrope*, n.º 1, pp. 6-22.
- Coelho, Ana Godinho, Pinto, Inês (2014), Artefactos de Capangombe Velho, Angola: um projeto para o futuro. Comunicação apresentada no *seminário de Arqueologia em África: conceitos, práticas e projectos*.
- Conde, Patrícia; Martins, Ana Cristina & Senna Martinez, João Carlos (2015), Archaeological connections: Tracking and tracing international relations through Portuguese colonialism, *BAR – British Archaeological Reportsque*, In Dáz-Andreu, Margarita & Fernández, Victor (no prelo).
- França, José Camarate (1952), Descobertas pré-históricas nos arredores de Moçâmedes. *Mensário Administrativo*, 55-56, pp. 47-50.

⁵ Exemplos, como o 8.º Seminário da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, *Arqueologia em África: conceitos, práticas e projectos*, realizado a 26 de Novembro de 2014, com a participação de vários investigadores portugueses e de dois colegas espanhóis, assim como o *Seminário Internacional de Arqueologia Africana, África, arqueologia e paisagem, ocorrido entre 3 e 5 de Junho de 2015, com a colaboração de diversos especialistas nacionais e estrangeiros*.

⁶ Caso do PTDC/VC-HFC/5017/2012, "PROMEMICI. Protagonistas e memórias das missões científicas. Arqueologia e agenda colonial portuguesa", financiado pela FCT e acolhido no IICT, e da responsabilidade de Ana Cristina Martins, uma das signatárias deste artigo.

- _____ (1955), Pré-história de Angola. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 73: 7-9, pp. 400-404.
- _____ (1964), Nota preliminar sobre uma gruta pré-histórica do planalto da Humpata. *Memórias*, n.º 50, 2, pp. 59-68.
- Gutierrez, Manuel (2001), La préhistoire de l'Angola: des précurseurs à aujourd'hui. *Afrique, archéologie et arts*, 1, pp. 16-29.
- Instituto de Investigação Científica Tropical (1983), *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983): 100 anos de História*. Lisboa: IICT.
- Instituto de Investigação Científica Tropical; Fundação Calouste Gulbenkian (1985), *I Reunião do Quaternário Ibérico*. Actas, V. 1. Lisboa.
- Leroi-Gourhan, André & Brézillon, Michel (1972), *Fouilles de Pincevent. Essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien (La Section 36)*, Paris: Éditions Du Centre National de la Recherche Scientifique.
- Matos, Daniela de (2012), *Tecnologia Lítica da Middle Stone Age da Gruta da Leba (Huila, SW Angola)*. Texto policopiado. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve.
- Martins, Ana Cristina (2010a), A Arqueologia nas missões científicas: *ad initium*. In Martins, Ana Cristina & Albino, Teresa, eds. lits. – *Viagens e missões científicas aos Trópicos. 1883-2010*, Lisboa: IICT, pp. 99-105.
- _____ (2010b), (Re)Conhecer para ocupar. Ocupar para (re)conhecer. A colonização científica do além-mar. In Martins, Ana Cristina & Albino, Teresa, eds. lits. – *Viagens e missões científicas aos Trópicos. 1883-2010*, Lisboa: IICT, pp. 26-33.
- _____ (2011), Colher plantas. Semear ideias. Luiz W. Carrisso (1886-1937) e a Ocupação científica das colónias portuguesas (1934). In Fiolhais, Carlos, Simões, Carlota & Martins, Décio, *Atas do Congresso Lusó-Brasileiro de História das Ciências*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 372-389.
- _____ (2015a), Arqueologia em transição: actores, métodos e projectos no Portugal dos anos 70 (apreciação inicial). *Actas del III Congreso Internacional de Historia de la Arqueología*, Madrid: Museo Arqueológico Nacional (no prelo).
- _____ (2015b), The 'Generation Tagus' in archeology in Portugal: transition, innovation or 'revolution'? (a first analysis), *BAR – British Archaeological Reports*, In Díaz-Andreu, Margarita & Fernández, Victor (no prelo).
- Preucel, Robert W. Hodder, Ian (eds.) (1996), *Contemporary archaeology in theory. A reader*, Oxford: Basil Blackwell Publishers.
- Ramos, Miguel (1966), Indústrias líticas da região de Ponte de Sor: notas sobre o Quaternário e a Pré-história. *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências*, v. 10 (2). Lisboa, pp. 139-146.
- _____ (1967), *Relatório sucinto de uma missão de estudo ao sudoeste de Angola (18 de Setembro de 1966 a Março de 1967)*. Lisboa. [Relatório datilografado].
- _____ (1968), Achados líticos na região de Reguengos de Monsaraz: notas sobre o Quaternário e a Pré-história. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, v. 16. Lisboa, pp. 237-251.
- _____ (1970), Algumas descobertas recentes no sudoeste de Angola, (nota prévia). *Actas das I Jornadas Arqueológicas*. Lisboa, pp. 4-14.
- _____ (1973), Explorações Arqueológicas na área de Cabora Bassa. Separata das *Atas das II Jornadas Arqueológicas*, v. 1. Lisboa.
- _____ (1974), Acerca da tipologia das achas no acheulense de Angola: o caso de Capangombe, Santo António. In *memoriam António Jorge Dias*, v. 3. Lisboa, pp. 313-324.
- _____ (1979a), Gravuras rupestres de Monte Negro (Angola). *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 2. Lisboa, pp. 11-43.
- _____ (1979b), Contribution portugaise à l'étude archéologique de la Vallée du Zambèze. *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 2, Lisboa, pp. 45-52.

- _____ (1980a), Le gisement acheuléen de Capangombe – St. António (Angola). *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 3. Lisboa, pp. 15-21.
- _____ (1980b), Museu Nacional de Arqueologia: uma hipótese de estrutura. *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 3. Lisboa, pp. 59-66.
- _____ (1981), As escavações de Capangombe e o problema da M.S.A. no sudoeste de Angola. *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 4. Lisboa, pp. 29-35.
- _____ (1982), Le paléolithique du sudouest de l'Angola: vue d'ensemble. *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 5. Lisboa, pp. 43-52.
- _____ (1986), Relatório das Actividades desenvolvidas (1 de Dezembro e Janeiro de 1986). Lisboa. [Relatório datilografado].
- _____ (1988), Relatório sobre a Missão Arqueológica Internacional ao Museu Nacional de Arqueologia de Angola (Benguela) (15 a 30 de Abril de 1988). Lisboa. [Relatório datilografado].
- _____ (1990), A estação pré-histórica de Cachomba (Vale do Zambeze – Tete, Moçambique). *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol.I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 47-53.
- Ramos, Miguel; Rodrigues, Maria da Conceição (1978), Nota acerca de achados de cerâmica no Zumbo (Moçambique). *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 2. Lisboa, pp. 59-66.
- _____ (1979), Projecto de remoção e reconstituição de uma torre de um forte português em África. *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 2. Lisboa, pp. 53-65.
- _____ (1980), *Espólios sepulcrais timorenses*. *Leba: Estudos de Pré-História e Arqueologia*, n.º 3. Lisboa, pp. 47-57.
- Ricardo, Rui Pinto; Monteiro Marques, Manuel & Ramos, Miguel (1981), Nota sobre o processo de formação dos solos ferralíticos da região do Hoque (província da Huíla, Angola). *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, v. 22, Lisboa: Sociedade Geológica de Portugal, pp. 337-347.
- Rodrigues, Maria da Conceição (2004), *A Arqueologia em Moçambique nas “Missões Científicas” da antiga Junta de Investigações do Ultramar de 1936-1972*. Texto policopiado. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.
- Roque, Ana Cristina; Ferrão, Lúvia (2006), Centro de Pré-História e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical: percursos e perspectivas. Comunicação apresentada no *XV Congresso da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas*.
- Senna-Martinez, João de, Martins, Ana Cristina & Coelho, Ana Godinho (2013), O excentro de Pré-História e Arqueologia do IICT: um arquivo para a história da ciência. O caso do sudoeste de Angola. Poster apresentado no *Colóquio Internacional: Conhecimento e Ciência Colonial*. Lisboa.
- Tixier, Jacques (1957), Le hachereau dans l'Acheuléen nord-africain. Notes typologiques. *Congrès Préhistorique de France*, XV session. Poitiers.
- Trigger, Bruce G. (1992), *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Ed. Crítica.

Fontes manuscritas

- Arquivo IICT. Nuno Manuel de Carvalho Santos. Instituto de Investigação Científica Tropical, Secção de Secretariado, Expediente e Arquivo.
- Arquivo IICT. Centro de Pré-história e Arqueologia. Processo n.º 292. 1. Instituto de Investigação Científica Tropical, Secção de Secretariado, Expediente e Arquivo.
- Arquivo IICT. Miguel António Pires da Fonseca Ramos. Processo n.º 867. Instituto de Investigação Científica Tropical, Secção de Secretariado, Expediente e Arquivo.

Redescobrimo estações arqueológicas à guarda do IICT

Inês Pinto* e Ana Godinho Coelho*

p. 161-167

O Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)¹ é detentor de um vasto património resultante das várias missões científicas aos trópicos. Trata-se de um rico e variado espólio histórico e científico, de onde se destacam as coleções das ciências naturais e das ciências sociais e humanas (Pinto *et alia*, 2011). Destas últimas selecionou-se a coleção arqueológica que foi sendo integrada na instituição ao longo de mais de quatro décadas (1936-1972) e possui material da Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Timor.

Este material (leia-se artefactos e documentação associada) foi recolhido em vários contextos e foi sendo depositado no ex. Centro de Pré-história e Arqueologia (CPHA), onde também foi produzida informação complementar. Os artefactos que compõem a coleção arqueológica são maioritariamente líticos, mas existem também cerâmicos e no caso de Timor, osteológicos, que para além destes reúnem material etno-arqueológico de cariz funerário (Roque *et alia*, 2006).

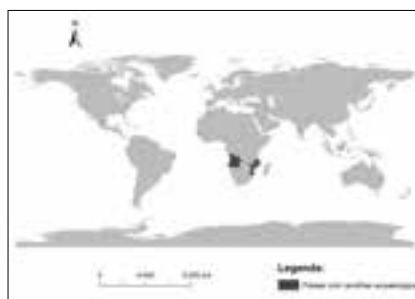


Figura 001 – Mapa com a localização dos países onde se efetuaram recolhas arqueológicas que se encontram à guarda do IICT.

| | Angola | Guiné | Moçambique | Timor |
|-------------------|---------|-------|------------|-------|
| N.º de artefactos | 170 174 | 1 951 | 9 613 | 1 895 |
| N.º de estações | 341 | 1 | 96 | 20 |

Figura 002 – Tabela onde se apresentam os números de artefactos e estações distribuídas pelos países alvo de recolhas arqueológicas, atualmente no CPHA.

Tal como se pode observar na tabela da Figura 002, a coleção de Angola é a que possui maior número de artefactos, já inventariados e informatizados. Assume uma percentagem de 93 % em relação ao restante espólio alvo de tratamento sistemático e por esta razão foi selecionada como *case study* (Matos *et alia*, 2014).

* Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical/ULisboa. Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), com duas bolsas de investigação atribuídas, com as referências: SFRH/BGCT/52440/2014 e SFRH/BGCT/52441/2014.

¹ O IICT foi integrado na Universidade de Lisboa a 31 de julho de 2015 (Decreto-Lei n.º 141/2015 de 31 de julho).



Figura 003 - Fotografia do abrigo de Pedra Quissange, Quibala MAA, 1955. Arquivo IICT.



Figura 004 – Notícia do Jornal “O Comércio” datado de 2-3-1967 com menção à escavação arqueológica de Capangombe Velho, Angola, dirigida por Miguel Ramos.

diária e as recolhas efetuadas. Entre estas destacam-se as fotografias, vídeos e as fichas manuais descritivas das estações e dos artefactos. Salientam-se ainda os artigos científicos e/ou artigos de imprensa que nos dão, hoje em dia, a percepção da grandeza e dimensão destas missões científicas aos Trópicos (Martins *et alia*, 2010).

No entanto e atendendo à quantidade de informação existente assistiu-se, ao longo dos tempos, a uma dispersão dos vários tipos de dados. Esta realidade motivou a inclusão de todas as informações respeitantes às missões científicas, em concreto às de cariz arqueológico, numa só estrutura agregadora dos vários níveis de informação, no caso uma base de dados em Access. Atendendo à possibilidade de todas as estações da coleção de Angola terem coordenadas geográficas houve a necessidade de as integrar num Sistema de Informação Geográfica (SIG) definido por Ozemoy, Smith e Sicherman (1981) como sendo

um «conjunto de funções automatizadas, que fornecem aos profissionais, capacidades avançadas de armazenamento, acesso, manipulação e visualização de informação georreferenciada». Neste caso concreto, os SIG são parte integrante do trabalho em curso uma vez que permitem ver as estações, em mapa, e ao mesmo tempo fazer a ligação com a base de dados (Coelho *et alia*, 2014). Mais do que um mapa com pontos, os SIG já permitem efetuar uma gestão dos dados, de forma rápida e menos complexa, armazenando, recuperando, transformando, analisando e visualizando toda a informação arqueológica disponível (Osório, 2013).



Figura 005 – Mapa da distribuição das estações arqueológicas de Angola, baseada nas fontes existentes (ainda sem revisão).

Assim e no momento em que se iniciaram os trabalhos de georreferenciação verificou-se a existência de alguns erros de localização de estações, como por exemplo estações situadas no mar (sabendo que todos os percursos das missões foram em terra), fora de Angola ou com a troca dos valores das coordenadas. Para contornar esta situação e dada a impossibilidade de rever as coordenadas *in situ* para todos os locais, tem-se vindo a corrigir toda a informação geográfica mediante o cruzamento dos dados existentes e compilados.

Neste contexto foi essencial o conhecimento do historial das missões que deram origem ao espólio arqueológico depositado no ex. CPHA do IICT. Destacamos as recolhas efetuadas em dois grandes momentos da história da arqueologia ultramarina: as Missões Antropobiológicas de Angola (MAA), que decorreram entre 1948 e 1955 por todo o território angolano e cujo responsável foi António de Almeida (1900-1984), primeiro diretor do Centro de Etnologia do Ultramar. O segundo momento correspondeu à Missão de Estudos no Sudoeste de Angola (MEASA) que decorreu entre 1966 e 1967, dirigida por Miguel Ramos (1932-1991), primeiro diretor do CPHA do IICT. A MAA teve como principal objetivo o conhecimento das características antropométricas do Homem africano e para além disso foram, ainda, recolhidos objetos que se relacionavam com a evolução do Homem (Almeida, 1962). Aqui incluem-se os vestígios arqueológicos resultantes, na esmagadora maioria, de recolhas de superfície. A MEASA foi uma missão de caráter arqueológico, com uma metodologia própria, focada numa só região de Angola – o sudoeste e com objetivos diferentes da MAA. Saliente-se, ainda, a existência de artefactos resultantes de recolhas fortuitas integradas noutras missões científicas (anos de 1970), como a Missão de Pedologia de Angola (MPA) (Ramos, 1980).

Como se pode verificar na tabela da Figura 008, na MAA existiram mais estações a serem identificadas do que na MEASA; no entanto, na MEASA recolheram-se mais artefactos, o



Figura 006 – Entrada do abrigo de Tchitundo-Filho, Namibe, MAA, 1955. Arquivo IICT.



Figura 007 – Pormenor da escavação arqueológica de Capangombe Velho, MEASA, 1966/67. Arquivo IICT.

| | MAA | MEASA |
|-------------------|--------------------|--------------|
| DATAS | 1948-1955 | 1966-1967 |
| RESPONSÁVEL | António de Almeida | Miguel Ramos |
| LOCAL | Angola | SW de Angola |
| N.º DE ESTAÇÕES | 295 | 27 |
| N.º DE ARTEFACTOS | 12 396 | 110 119 |

Figura 008 – Tabela resumo das duas grandes missões científicas a Angola. O número de estações e de artefactos apresentados são os inseridos em SIG até à data.



Figura 009 – Mapa de localização das estações arqueológicas de Angola. Estão assinaladas a branco as províncias nas quais não se encontram vestígios arqueológicos.

trabalhos efetuados anteriormente, «[...] começámos por efetuar uma prospecção regional baseada na localização das jazidas de que já havia referência (António de Almeida, Camarate França, Mouta e outros), procurando fazer novas descobertas» (Ramos, 1967: 3). Verificou que apesar da relativa uniformidade de estações identificadas em Angola, era no sudoeste que, ainda assim, existia uma maior concentração de vestígios arqueológicos tendo por isso centrado as suas investigações nesta zona.

Como já foi referido não foram identificados sítios arqueológicos em quatro províncias de Angola: Cuanza Norte, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico. Este facto leva-nos a questionar o porquê da não existência de estações naquelas províncias: não terão existido missões àquelas zonas ou simplesmente não existem vestígios arqueológicos?

Com o intuito de responder a estas questões e com o auxílio das ferramentas disponibilizadas pelos SIG, procedeu-se à reconstrução dos percursos levados a cabo no âmbito das MAA e MEASA.

que não deve ser de estranhar tendo em conta que foi uma missão de carácter arqueológico, tendo sido levada a cabo uma escavação organizada e sistematizada e onde se recolheram mais de 101 mil artefactos.

Após o trabalho de compilação de todas as fontes (artefactos e documentação associada) foi possível observar, em mapa, a distribuição das estações arqueológicas e artefactos recolhidos ao longo das duas grandes missões científicas.

Assim e atendendo ao carácter abrangente da MAA constatamos que as 295 estações e respetivos artefactos se encontram distribuídos de forma mais ou menos uniforme por catorze das dezoito províncias de Angola. Na MEASA o responsável desta missão, Miguel Ramos, já tinha um conhecimento prévio dos

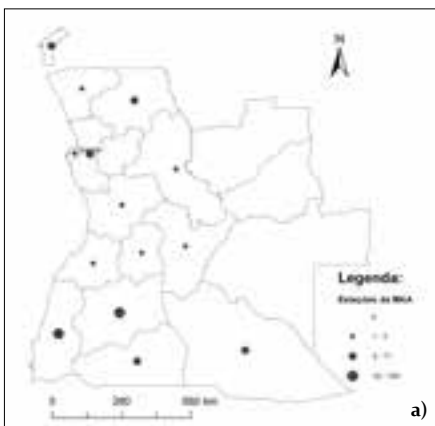


Figura 010 a, b – Mapas de densidade das estações arqueológicas de Angola (a) e respetivos artefactos (b), distribuídos por província (MAA).

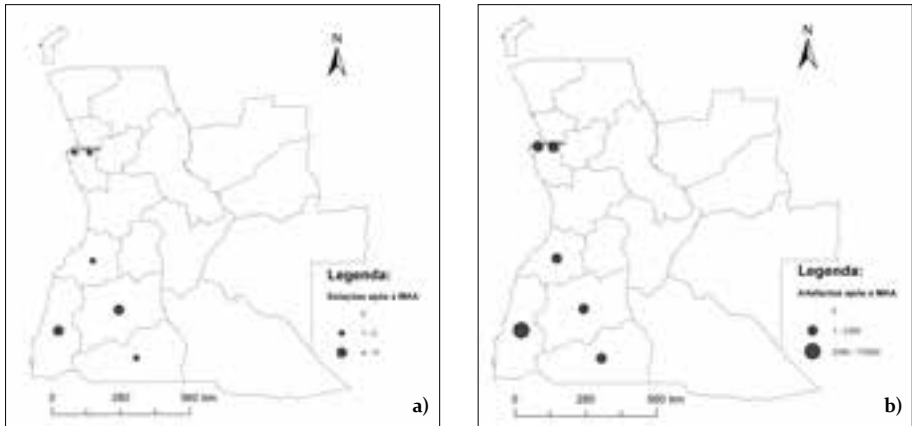


Figura 11 a, b – Mapas de densidade das estações arqueológicas de Angola (a) e respetivos artefactos (b), distribuídos por província (após a MAA).

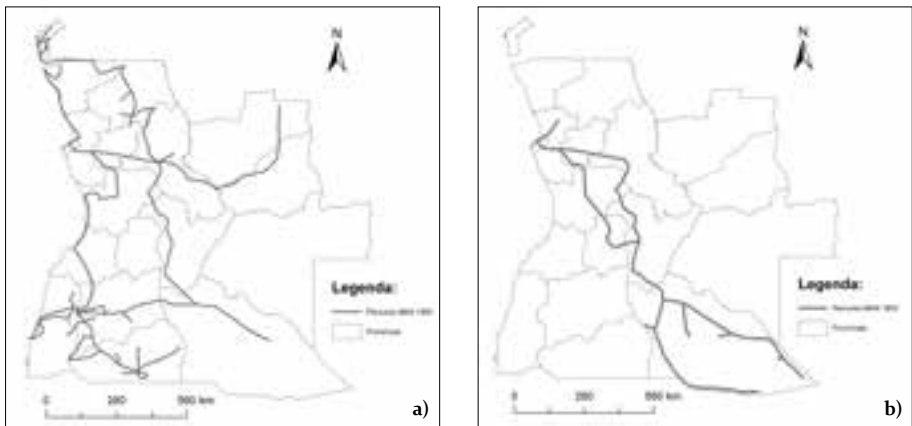


Figura 12 a, b, c – Mapas de três dos percursos da MAA: campanhas de 1950 (a), 1952 (b) e 1955 (c).



Para a MAA apresentamos três percursos que abarcam todo o território angolano: no primeiro a equipa dirigida por António de Almeida «[...] recolheu abundantíssimos e óptimos materiais pré-históricos em mais de uma centena de locais, no território de Cabinda e em todas as províncias de Angola» (Arquivo IICT, 1950), excetuando na província de Moxico; no segundo trajeto, a equipa centrou-se num “corredor” específico de Luanda ao Cuando-Cubango. Em 1955 incidiram as suas pesquisas no SW de Angola passando, no entanto, por Moxico onde a



Figura 013 – Mapa onde se encontram identificados os locais visitados durante a MEASA. Encontram-se a tracejado dois possíveis percursos.

recolha do ponto de vista arqueológico, terá sido inexistente (não foram encontrados, até ao momento, no ex. CPHA, vestígios recolhidos naquela província). Para a MEASA e com as informações disponíveis até ao momento não nos é possível determinar, com certeza, o percurso levado a cabo pela equipa de Miguel Ramos. Ainda assim, sabemos que «Após a chegada a Luanda [...] partimos de jeep para Sá da Bandeira, em cujos arredores iniciámos desde logo trabalhos de campo [...] Esta primeira fase do trabalho levou-nos a efetuar percursos que se estenderam para W., chegando à orla costeira, na região de Moçamedes [...]. Numa segunda fase de prospeção e reconhecimento, tivemos ocasião de visitar as regiões de Oncócuva, Virei e Porto Alexandre, onde além das estações líticas, observámos

manifestações de arte rupestre. Destas, evidenciámos as de Monte Negro, junto ao Cunene [...]» (Ramos, 1967: 3). Neste sentido no mapa da Figura 013 apresentam-se, a tracejado, dois possíveis percursos desta missão. As duas hipóteses de percurso foram conseguidas tendo em conta informações dispersas por relatórios e publicações científicas, ganhando ainda mais força quando confrontadas com os itinerários da MAA (Coelho *et alia*, 2015).

Em suma, salientamos dois momentos chave no enquadramento das coleções arqueológicas à guarda do IICT: um primeiro momento, entre 1948 e 1955 é caracterizado por um reconhecimento geral dos vestígios arqueológicos de Angola. O segundo momento decorreu entre 1966/1967 até aos anos de 1970 em que a investigação arqueológica se centrou no sudoeste de Angola e que, atendendo ao caráter específico da missão teve uma abordagem não só de confirmação das informações já existentes, mas também de «prospeção com vista a encontrar novos sítios» (Ramos, 1967: 1).

Após os dois momentos acima identificados e à luz dos atuais conhecimentos e das novas tecnologias, pretendemos recuperar as estações arqueológicas referenciadas ao longo de várias missões científicas e dar-lhes um novo sentido. É neste âmbito que surge o projeto *Georreferenciação das coleções científicas do IICT* aprovado em 2014 e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Este projeto apoia-se grandemente nas novas tecnologias, sobretudo nos SIG, que permitem o cruzamento de vários tipos de informações, efetuar o traçado concreto dos percursos das missões científicas aos trópicos, a localização exata das estações arqueológicas e por fim, a construção de modelos tridimensionais (3D) de sítios alvo de escavação.

Volvidos cerca de cinquenta anos dos trabalhos arqueológicos efetuados em Angola e apesar das naturais alterações na paisagem, há que chamar a atenção para a necessidade das informações existentes terem de ser reconfirmadas no terreno. Não sendo já possível chegar à fala com os principais intervenientes nas missões seria importante retomar as anteriores investigações, cruzando conhecimentos passados com os meios tecnológicos atuais. Por outro lado, é de extrema importância renovar parcerias com as instituições angolanas congéneres. Através dos contactos já estabelecidos sabemos que existe informação ainda não trabalhada à luz dos novos objetivos e que necessitaria de uma nova leitura.

Face ao exposto este novo olhar sobre a coleção arqueológica de Angola do IICT pretende contribuir para uma maior coerência e compreensão dos dados recolhidos ao longo das

várias missões científicas, através da reconstituição dos passos destas equipas. É igualmente nosso objetivo tornar visível todo este trabalho, divulgá-lo de forma a enriquecer a história da arqueologia ultramarina. Esperamos num futuro próximo ter resultados significativos para apresentar à comunidade científica nacional e internacional, em especial à comunidade angolana, cuja riqueza patrimonial ultrapassa fronteiras.

Este conhecimento do passado permitirá, no futuro, entender melhor as comunidades pré-históricas, as suas estratégias de povoamento, revisão de tipologias líticas e estádios culturais.

Referências bibliográficas

- Almeida, António de (1962), *Alguns aspectos da ocupação científica dos territórios do ultramar*, *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, volume 34. Lisboa.
- Coelho, Ana Godinho, Pinto, Inês e Casanova & Maria da Conceição (2014), *A Coleção Arqueológica do IICT no Novo Milénio*, *Antrope*, n.º 1, pp. 6-22.
- Coelho, Ana Godinho e Pinto, Inês (2014), *Artefactos de Capangombe Velho, Angola: um projeto para o futuro. Comunicação apresentada no seminário de Arqueologia em África: conceitos, práticas e projectos*. Lisboa: SGL.
- Coelho, Ana Godinho, Pinto, Inês & Martins, Ana Cristina. (2015), *Os Percursos de Miguel Ramos (1932-1991)*, *Africana Studia*. Porto: Centro de Estudos Africanos (no prelo).
- Martins, Ana Cristina e Conde, Patrícia (2010), *O Século das Missões. A Ocupação Científica do Ultramar Português sob o Olhar da Imprensa, Viagens e Missões Científicas nos Trópicos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 39-44.
- Matos, Daniela de, Martins, Ana Cristina, Coelho, Ana Godinho, Pinto, Inês (2014), *Rediscovering and reinterpreting old data from the archeological collections of the Portuguese Scientific Missions in Southwestern Angola*. Florença: 4.º Colóquio Internacional ESHE.
- Osório, Marcos, (coord.) (2013), *Aplicações SIG em Arqueologia no Território Nacional*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Mestrado em Arqueologia e Território.
- Ozernoy, Vladimir M., Smith, Dennis R. and Sicherman, Alan (1981), *Evaluating Computerized Geographic Information Systems using Decision, Analyses*. *Interfaces* n.º 11, pp. 92-98.
- Pinto, Inês; Martins, Ana Cristina; Coelho, Ana Godinho; Fonseca, Paula, Ribeiro, Tiago; Mateus, Catarina (2011), *SIG como plataforma de acesso ao Saber Tropical – As coleções históricas e científicas do IICT*. Lisboa: Encontro de Utilizadores ESRI.
- Poloni, Rita (2012), *Expedições Arqueológicas nos Territórios do Ultramar: Uma Visão da Ciência e da Sociedade Portuguesa do Período Colonial*. Texto policopiado. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve.
- Ramos, Miguel (1967), *Relatório sucinto de uma Missão de Estudo no Sudoeste de Angola (De 18 de Setembro de 1966 a 17 de Março de 1967)*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- _____ (1980), *Nota acerca de um esferóide, do tipo bola, encontrado na área do Hoque, província do Lubango, Angola*. *Leba*, n.º 3, pp. 11-13.
- Roque, Ana Cristina e Ferrão, Lúvia (2006), *Centro de Pré-História e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical: Percursos e Perspectivas*. XV Congresso da União Internacional das Ciências Pré-históricas e Proto-históricas. Lisboa.

Fontes manuscritas

Arquivo IICT. Centro de Estudos de Antropobiologia. Processo n.º 255. Instituto de Investigação Científica Tropical, Secção de Secretariado, Expediente e Arquivo.





Entrevista

MOUTAPHA SALL

Les équipes de recherche ont permis de montrer que ces pierres, tas de déchets, lieux mystiques, cimetières hantés (dans la perception populaire) sont de véritables bibliothèques au-delà des actuelles représentations idéologiques.



Moustapha Sall

Les équipes de recherche ont permis de montrer que ces pierres, tas de déchets, lieux mystiques, cimetières hantés (dans la perception populaire) sont de véritables bibliothèques au-delà des actuelles représentations idéologiques.

Entrevista conduzida por Luiz Oosterbek

Dezembro de 2015

Professeur à l'Université Cheick Anta Diop de Dakar (Sénégal). Moustapha est Docteur en Histoire de l'Art et Archéologie et dirige des recherches en Afrique de l'Ouest depuis 1996. Avec une vaste bibliographie, aussi en ethnoarchéologie, il est Président de la Commission Scientifique International de l'UISPP pour l'Archéologie de l'Holocène en Afrique Sub-Saharienne, Secrétaire Général Adjoint de l'Association Ouest africaine d'Archéologie, membre du Conseil pour le Développement de la Recherche en Sciences Sociales en Afrique (CODESRIA), de l'Association Panafricaine de Préhistoire et Disciplines Assimilées (PANAF), de la Société d'Archéologues Africanistes (SAFA) et du WAC, mais aussi Secrétaire Général Adjoint du Syndicat Autonome de l'Enseignement Supérieur au Sénégal (SAES).

Luiz Oosterbek (LO): Comment voyez-vous l'évolution de la recherche en Afrique sub-saharienne après le 13^{ème} congrès Panafricain d'Archéologie, tenu au Sénégal?

Moustapha Sall (MS): La recherche archéologique en Afrique sub-saharienne a beaucoup évolué et ce bien avant la tenue en 2010 du congrès Panafricain d'Archéologie à Dakar. Un bref rappel montre que l'histoire de l'archéologie en Afrique de l'Ouest fut d'abord celle des colonisateurs européens. C'est dans ce cadre que l'Institut Français d'Afrique Noire (IFAN) fut créé en août 1936. Implanté à Dakar, cet Institut Fédéral avait des antennes dans toute l'Afrique de l'Ouest Française (AOF): à Saint-Louis, Abidjan (actuelle Côte d'Ivoire), Bamako (actuel Mali), Cotonou (actuel Bénin), Niamey (actuel Niger), Ouagadougou (actuel Burkina Faso), des centres associés à Douala (actuel Cameroun) et Lomé (Togo) et une base à Atar (Mauritanie). L'Institut devint un véritable point focal de la recherche (dépôts obligatoires de tous les matériaux dé-

couverts). Ces ambitions se traduisirent par les campagnes mais aussi par la création de bulletins et revues (Bulletin de l'Association des Etudes du quaternaire (ASEQUA), série de bulletins de l'IFAN et des Notes Africaines) qui permettaient de publier toutes les découvertes et surtout de valoriser les sites. Intégré à l'université de Dakar en 1960, l'IFAN devient Institut Fondamental d'Afrique Noire. Après les indépendances, notamment dans les années 70-80, les premières équipes de recherches professionnelles furent montées par les mêmes étrangers, suivis de nationaux, dans le cadre de leur cursus académique individuel, avec un intérêt porté sur les sites paléolithiques, néolithiques et protohistoriques.

Bien que ces recherches aient pu contribuer à découvrir des sites, force est de constater que l'approche académique de l'archéologie accordait peu d'intérêts aux questions de sociétés. Enseignée à de rares étudiants, cette discipline se singularisait, par exemple, par son isolement et mutisme dans les débats de l'époque (origines et identités égyptiennes de certaines populations subsahariennes).

Cet intérêt portant sur les liens entre vestiges archéologiques et populations trouva un début d'informations à partir des années 1970. Cependant, depuis la deuxième moitié des années 80, des avancées sont notées tant sur le plan de la méthodologie que de l'interprétation. En plus d'une approche classique, le recours gradué à d'autres méthodes (ethnographie, histoire) ont permis de mieux étudier des sites notamment ceux de l'âge du fer et historiques.

Le congrès Panafricain d'Archéologie et la SAFA (Society of Africanist Archaeologist) se sont tenus en 2010 à Dakar dans cette dynamique. La participation de plusieurs chercheurs africains, et particulièrement la diversité des approches, ont contribué à redynamiser l'intérêt des étudiants à s'orienter vers l'archéologie. En effet, si au début l'orientation méthodologique (études des sites préhistoriques sans référence aux questions de sociétés) n'intéressait pas beaucoup d'étudiants (moins d'une quinzaine par année au Sénégal), force est de constater que les résultats issus des approches novatrices tels que la génétique, l'environnement, l'archéologie sous-marine, préventive et la prise en compte des rapports entre archéologie-patrimoine et développement et autres, présentés lors de ces rencontres ont séduit nombre d'apprenants. Ainsi cette science jugée, à l'origine, trop compliquée et chère pour les étudiants est devenue attrayante avec de nouvelles ouvertures sur des questions de développement (management du patrimoine). Cette évolution dans les approches lui ont permis d'attirer des générations d'étudiants sénégalais et africains séduites par cette discipline innovante dans sa 'scienticité' (proche des sciences exactes et transversale entre la géologie, la chimie, la géographie, l'anthropologie, etc.) et qui offre une nouvelle méthodologie (sortie et travail de terrain, contacts avec des objets). C'est ainsi que depuis 2010, au Sénégal, les contingents d'étudiants se chiffrent par centaines (de 100 en 2010, les effectifs d'étudiants spécialisés en archéologie sont passés à 300 en 2014).

LO: Vous avez insisté, en plusieurs occasions, sur l'importance de l'archéologie pour la connaissance de l'Afrique. Croyez-vous que cette importance produit déjà des résultats et est reconnue par les sociétés africaines ?

MS: L'archéologie rencontre toujours des problèmes en Afrique. Ceux-ci sont d'ordre institutionnel et culturel. La première remarque est que la dynamique coloniale n'a pas survécu aux indépendances survenues dans les années 60. En effet, au Sénégal même si l'IFAN est resté un grand institut de recherche, la politique culturelle du pays, malgré le profil du premier Président Léopold Sédar Senghor, négligeait cette méthode (archéologie) de documentation de l'histoire culturelle du pays. Cette négligence se traduit un manque de protection juridique des sites archéologiques (sources principales des archéologues) qui sont systématiquement détruits par les pouvoirs publics (dans le cadre des aménagements) ou pillés par les populations. L'autre problème de l'archéologie est relatif à l'accès aux résultats des recherches. Le constat était que les populations des zones étudiées par des archéologues, voire même les étudiants des pays africains, n'avaient jamais accès aux résultats. Les matériaux trouvés et les interprétations qui en découlent restent dans le «Nord» et ne contribuaient pas à infirmer ou confirmer la bibliothèque arabe ou coloniale. En dépit de ces problèmes, depuis quelques années, la présence assez régulière des chercheurs africains et étudiants dans les équipes de recherche, avec une approche classique (prospections, fouilles, description, analyse et interprétation) et le recours gradué à d'autres méthodes (observations des comportements des populations actuelles, recueil des traditions villageoises et exploitation des documents écrits) dans l'étude de certains sites ont permis de montrer que ces pierres, tas de déchets, lieux mystiques, cimetières hantés (dans la perception populaire) sont de véritables bibliothèques à même de retracer l'histoire

de tout un chacun, au-delà des actuelles représentations idéologiques. Nos propres expériences dans les sites protohistoriques de la Vallée du Fleuve Sénégal, des mégalithes, des amas coquilliers et des sites historiques en Basse Casamance ont montré que les sociétés africaines s'intéressent de plus en plus aux résultats de l'archéologie et deviennent des collaboratrices en informant sur les découvertes de sites.

LO: Au sein de l'UISPP vous coordonnez une commission scientifique sur l'Environnement et les Sociétés africaines du néolithique à nos jours. Quels sont les buts principaux de cette commission?

MS: Cette commission est innovante dans sa composition et ses approches. Elle est composée de chercheurs africains officiant dans toutes les zones géographiques et politiques de l'Afrique. Elle devra permettre d'étudier l'Afrique comme un seul espace, d'en appréhender la diversité culturelle afin de mieux comprendre son passé à travers ce que les anciennes populations ont fait. Une telle commission permettra de mieux appréhender les interactions culturelles qui aideront à mieux identifier les édificateurs des sites archéologiques au-delà des actuelles frontières politiques, sans oublier leur rapport avec leur environnement depuis le début de la formation des sociétés (néolithique), leurs organisations politiques et contacts avec d'autres acteurs (arabes, européens). Cette commission a ainsi pour vocation d'être un espace d'échange entre chercheurs africains afin de mieux participer à la documentation mais aussi à la promotion et valorisation des patrimoines (naturel et culturel) africains.

LO: La participation des archéologues africains dans les congrès internationaux est relativement limitée. Comment croyez-vous que ce sera possible de dépasser cette réalité, en renforçant la visibilité de la recherche des chercheurs africains?

MS: Les archéologues africains rencontrent effectivement des difficultés pour faire la recherche et participer aux rencontres internationales. En effet, l'archéologie est une science très coûteuse et cela va de soi que les financements publics africains destinés aux universités sont insuffisants pour déjà couvrir les salaires et le fonctionnement. La part incongrue destinée à la recherche est orientée le plus souvent vers des secteurs dits stratégiques. Il s'y ajoute l'absence de culture de financement de la plupart des entreprises africaines. La seule possibilité vient des organismes (Fondations et autres) étrangères. Une fois ce premier obstacle franchi, la diffusion et la confrontation des résultats de la recherche sont les seconds soucis des archéologues africains. La participation à ces rencontres internationales pour beaucoup d'entre nous n'est rendue possible que par les organisateurs. Cependant, certaines Facultés (comme la mienne) sont en train de faire des efforts au niveau du financement de la recherche et de la participation aux rencontres internationales.

LO: Que diriez-vous aux jeunes chercheurs qui tiennent à poursuivre leurs efforts en Afrique mais se heurtent aux différentes difficultés?

MS: Je serai honnête en leur disant qu'en Afrique subsaharienne, les archéologues et l'archéologie sont diversement appréciés. En effet, le métier d'archéologue est resté bizarre. Pour certains ce chercheur est « un profanateur de tombes » et ne comprennent pas souvent qu'il puisse venir de l'Université (donc de la ville) et passer son temps à ramasser des objets anodins ou à creuser comme un maçon. Les quelques archéologues sénégalais (dix) racontent souvent leurs mésaventures (taxés de fous, bas niveau académique). Au niveau des pouvoirs publics africains, la recherche archéologique ne bénéficie pas de fonds de soutien car la priorité est accordée aux secteurs vitaux (santé, alimentation, etc.). Ce manque de soutien associé à la cherté des

recherches plombent encore la discipline. Cependant, avec l'orientation méthodologique tournée vers la recherche-Développement (patrimoine, tourisme culturel) et l'approche postmoderniste (nécessité de déconstruire et reconstruire l'histoire africaine), l'Afrique a besoin de plus d'ar-

chéologues. A titre d'exemple, le Sénégal ne dispose que de 10 archéologues alors que des milliers de sites archéologiques et historiques attendent impatiemment pour raconter la vraie histoire, les idéaux et comportements de nos ancêtres.



África em debate

Poderes e identidades



Alda do Espírito Santo, a distinção social, a militância política e a tristeza

Augusto Nascimento*

p. 177-202

Introdução

A 9 de Março de 2010, em Luanda, para onde fora evacuada, morria Alda do Espírito Santo. Em São Tomé, a 12, após a homenagem na Assembleia Popular Nacional e uma missa na Sé, o funeral teve honras militares. Na ocasião, Manuel Pinto da Costa, cunhado, primeiro e actual presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe e, já na altura apontado como candidato às eleições presidenciais de 2011, sentenciou: “a camarada Alda morreu triste”¹. Para além da oportunidade política em função das eleições que se avizinhavam, a evocação afigurava-se apropriada pela envergadura moral da defunta, uma figura reverenciada por muitos e cujo humilde modo de vida, sobretudo nos derradeiros anos, parecia consonante com os ideais que apregoara. Mas teria morrido triste. Pelos ideais por concretizar ou pela forma por que acabaram (in)cumpridos? Parte da resposta foi dada no elogio fúnebre de Pinto da Costa². Em todo o caso, qualquer resposta parecerá sempre insuficiente e, até, algo paradoxal, desde logo por a unanimidade em torno do valor ímpar de Alda do Espírito Santo não se coadunar com a alegada tristeza dos seus derradeiros tempos.

Caberia, aliás, perguntar porque é que a sua tristeza, comum à dos são-tomenses que fazem questão de se rever na sua mensagem ou de se declarar espiritualmente devedores de Alda, não se desdobra numa mobilização atinente à correcção do rumo do país num sentido mais consentâneo com a pureza dos ideais atribuídos a Alda do Espírito Santo.

Talvez a sua tristeza não adviesse apenas do reconhecimento de erros no pós-independência, uma das razões da sensação de perda da capacidade de determinação do próprio futuro ou da percepção do fim da irmandade dos são-tomenses, hoje mais divididos do que no tempo colonial. Embora consentânea com experiências históricas similares, tal zizânia não deixa de ser lamentada por são-tomenses, mormente, pelos apegados ao ideal de uma revolução social libertadora imanente à independência, aos valores dos mais velhos ou, tão-somente, à memória de tempos idos da unanimidade fraterna contra o colono.

A estar certa a hipótese acerca de uma visão desencantada que se teria apossado de Alda do Espírito Santo – que ela calou ou confidenciou a raríssimas pessoas, algumas nem sequer são-tomenses –, a sua convicção de perda de determinação do futuro do seu país sedimentou-se pela observação do curso da política, a que se somou a perda de

* FLUL/CEAUP

¹ Cf. <http://www.telanon.info/sociedade/2010/03/15/2777/%E2%80%99Camarada-alda-morreu-triste%E2%80%99D/>, acesso: 29 de Setembro de 2011.

² Cf., por exemplo, <http://www.telanon.info/sociedade/2010/03/15/2777/%E2%80%99Camarada-alda-morreu-triste%E2%80%99D/>, acesso: 11 de Setembro de 2014.

importância social do saber, para ela, ligado a um certo imperativo ético. Porém, na sua tristeza, certamente também pesaram o próprio trajecto e o da sua palavra, pautados pela progressiva (ainda que calada) marginalização ou irrelevância.

Com efeito, a reverência no trato social, mormente nos actos solenes, não evitou uma certa secundarização de Alda do Espírito Santo. A este respeito, desmentindo a correlação simplista entre, por um lado, liberalização política e, por outro, supremacia do dinheiro, do individualismo e da ganância, que arredaram os lemas da revolução social, a que ela se manteve fiel, cumpre notar que a secundarização de Alda começou no regime de partido único sob a batuta do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP). A aparente reverência de que era alvo não lhe evitou um certo isolamento, que nem o desempenho à frente da União Nacional dos Escritores e Artistas São-Tomenses (UNEAS), criada em 1986, disfarçava.

Tal secundarização replica-se nos dias de hoje. A sua figura concita encómios quase unânimes. Mas este unanimismo laudatório, com muito de retórico ou de descargo de consciência³, desmerece a memória e a figura de Alda do Espírito Santo, acerca de quem pouco se sabe⁴, porquanto pouco se interpela a pessoa eclipsada pela figura tão louvada. De tão mitificada – tanto pelo que se elogia, quanto pelo que não se narra – acaba como que desumanizada⁵, podendo dizer-se dela o que vulgar e erroneamente se imagina das figuras santificadas, a saber, o não terem vivido neste mundo. E quando a metáfora fosse aplicável, na medida em que ostensivamente se apartou das mundanidades da terra, só em parte seria verdadeira.

A memória vai-se esvaindo. No I Fórum Nacional da Cultura, em finais de 2011, “Alda do Espírito Santo foi várias vezes recordada e um dos participantes propôs um minuto de silêncio em homenagem à Mãe da Pátria”, iniciativa que, significativamente, “escapou aos organizadores na sessão solene de abertura”⁶. Posteriormente, em abril de 2010, foi inaugurada a praça Alda do Espírito Santo⁷. Todavia, à margem dos pronunciamentos contra o apagamento da memória, o esquecimento sobrevirá, não por uma má (e, se assim fosse, dúplice) vontade ou descaso dos são-tomenses, antes em virtude de dinâmicas sociais que não só aceleram o tempo como retalham a vida, atomizando os indivíduos e deixando escasso tempo para a reflexão sobre o curso da sociedade isleña. E menos tempo ainda para olhar a história recente, que terá entristecido Alda.

Apesar de se tratar de uma figura pública de um meio social assaz escrutinado, pouco se sabe (ou diz) da sua actuação após 1975, desde logo pela opacidade da configuração política dessa época, indutora de visões erróneas de Alda. Não menos importante em São Tomé e Príncipe, sabe-se muito pouco da sua intimidade e assim será até que os poucos que

³ Em parte, a oportunidade dos enunciados laudatórios de Alda advém do contexto do país, feito de imprevisibilidade, de mutações radicais de modos de vida e da sensação de perda de referências. Este ambiente soma-se à falta de debate público e de um hábito de escrutínio credível dos enunciados dos que têm voz. No meio da crispação política e social, resta, sempre, a exortação imanente à invocação de Alda.

⁴ São múltiplas as razões do desconhecimento, a começar pela generalizada incapacidade de distanciamento crítico. A figura, que se antepõe à pessoa, sugere uma admiração unânime e acrítica, certamente em muito induzida pela sua firmeza política e pela coerência ética inferida do alheamento dos bens materiais. Porventura, também por isso, raramente terá sido entendida como pessoa. A incapacidade crítica também deriva da maior parte da sua obra ser poesia, género tendencialmente indutor de consensos. Aparentemente, a sua obra não motiva divergências, o que não deixa de causar estranheza. A avaliação da sua obra deveu-se ao acolhimento da sua militância anticolonial numa época de vinculados debates políticos e ideológicos, como a que se viveu até à penúltima década do século XX. Em todo o caso, alviraria que, mais do que a poesia, foi a firmeza da convicção independentista que suscitou o reconhecimento de Alda do Espírito Santo.

⁵ Facto a que acrescem versões erróneas sobre a sua vida, entre elas, a de ter interrompido os estudos universitários em virtude da entrega à causa nacionalista.

⁶ *Correio da Semana* n.º 322, 23 de Novembro de 2011, p. 16.

⁷ Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/28822>, acesso: 8 de Outubro de 2012.

com ela conviveram narrem o que julgarem relevante para a explicação da sua trajectória pessoal e política.

O desconhecimento também provém de, até por interpostas pessoas, Alda invariavelmente se tornar a narradora dos discursos sobre si e sobre a sua vida. Ora, certamente não por acaso, Alda como que se escusou a falar dela. Aquilo a que chamou de “certa liberdade” pessoal serviu de pretexto para criar uma espécie de véu em torno de si⁸.

Por entre o paternalismo e o deslumbramento (amiúde, bacoco) de estrangeiros e a apropriação (por vezes, indevida) de conterrâneos, o conhecimento foi substituído pelo endeusamento. A mitificação oblitera o conhecimento da pessoa Alda do Espírito Santo. Para além das laudas à sua poesia – em rigor, parca, porventura por conflitar com o desempenho político, ao serviço do qual ela a quis pôr –, imagina-se-lhe um fundo humanista que passou por provações e que foi testado pelo ateísmo militante e pelo voluntarismo do pós-independência. Igualmente, é possível atribuir-lhe a convicção de que, a um dado patamar de formação correspondia uma exigência moral ou de ética política. Porém, não sabemos quase nada dos seus dilemas, quiçá frequentemente arredados em nome dos superiores interesses do povo são-tomense, que era “seu”⁹. A par disso, cumpriria contextualizar e interpretar as mudanças nas suas crenças e relações, mudanças nem de somenos nem propriamente as típicas da passagem da juventude para a idade madura. As perguntas são muitas: como lhe foi possível não ter dúvidas acerca do rumo do projeto independentista quando outros de menor gabarito intelectual as tiveram e agiram em consequência? Bastar-lhe-ia fazer parte da grande torrente de “luta” contra a opressão imperialista para se justificar? Perceberia, desculparia e calaria os erros após 1975 com a atitude de não querer nada para si? Como é que o seu humanismo viveu com o ressentimento que, nalguma medida, imprimiu coerência ao seu distanciamento face ao colonizador, que não necessariamente face a todos os portugueses? Teria ela a sua poesia na conta em que outros a têm ou teria a consciência de que a sua poesia era, sobretudo, um protesto e um manifesto de combate? Enjeitando uma visão simplista que ajuda a relevar as opções do passado mais recente pela alusão às teias da opressão colonial – que, sem dúvida, pesaram na deriva do pós-independência –, como devemos explicar e valorizar a atuação política de Alda antes do 25 de Abril, até à independência e, sobretudo, após esta data? Que responderia Alda a quem lhe retorquisse que, com a sua política, também ela pisava a “dignidade africana” por que se batera antes da independência?

Por regra, não se aprofundam as imbricações entre a história recente, de que Alda faz parte, e os contornos da sociedade são-tomense. Nem sequer se ensaia explicar o peso da trajectória e da acção de Alda na configuração do passado recente e da actual sociedade são-tomense. Tão pouco se olha a relação dela com a sua terra. É neste sentido que caminha este texto que, baseado na imprensa, em fontes secundárias, em testemunhos, na observação directa e no contacto pessoal¹⁰, se pretende como uma interpretação sucinta e exploratória da trajectória de Alda. Uma visão mais completa da sua vida carecerá de investigação de maior fôlego.

⁸ Veja-se Laban, 2002: 100-101.

⁹ Em alternativa, de uma perspectiva mais chã conquanto acertada, talvez se possa dizer que ela se norteou pela fidelidade ao cunhado, Manuel Pinto da Costa. Ainda que alguns a possam considerar comezinha, esta hipótese poderá ter valia explicativa.

¹⁰ Ao longo de quase trinta anos, falei algumas vezes com Alda do Espírito em diversas circunstâncias (*A. Nascimento*).

A distinção social e a vida sob o inimigo

Alda Neves da Graça do Espírito Santo nasceu a 30 de abril de 1926 numa “família da elite dos *filhos-da-terra*”. Sua mãe, Maria de Jesus, era professora na escola principal de São Tomé. Após estudos primários na ilha, Alda fez o ensino liceal por Vila Nova de Gaia, talvez completado por Lisboa. Viria a fazer o curso do magistério primário¹¹. Do seu trajeto, pouco conhecido, Alda salientou a epifania do mundo na passagem por Lisboa, em 1947, onde voltou em 1948, depois de uns meses em São Tomé¹². Mais tarde, encontrá-lamos a lecionar na terra natal, onde, de permeio com a distinção de que a família gozava, vai viver parte da sua vida com o odiado inimigo, o colonialismo e os seus agentes.

O pós II Guerra trouxera sinais contraditórios de mudança e, em São Tomé e Príncipe, traria o desencontro entre os propósitos do governador Gorgulho e os anseios de ilhéus, muitos deles iludidos por Gorgulho. Não se sabe o que pensava Alda acerca da mudança por que passava a ilha, mas, em dezembro de 1947, um texto seu, “Terras de S. Tomé”¹³, foi publicado em *A Voz de S. Tomé*, jornal censurado da delegação da União Nacional no arquipélago. Curiosamente, em Janeiro de 1948, no mesmo número de *A Voz de S. Tomé* publicaram-se textos opostos, a saber, “Chaimite”, um artigo laudatório de Mouzinho de Albuquerque, assinado pelo inspetor ultramarino António de Almeida, e “Mundo negro”, de Alda. Neste artigo, Alda exaltava a *raça negra* e África, terra dos negros, evocava Langston Hughes, autor da *Harlem Renaissance*, e o poeta são-tomense Costa Alegre, louvando, por fim, as mulheres do arquipélago.

Por transportar a história no sangue, Alda homenageava os antepassados com a alusão ao multissecular sofrimento da *raça negra*, sujeito com quem se irmanava a propósito da escravidão sofrida no passado. Fosse como fosse, Alda afirmava que a escravidão mais hedionda era a dos preconceitos, dos ideários antagónicos às leis da lógica e da razão e, explicitemo-lo, às proposições da (sua) ideologia, à qual atribuía a uma função salvífica: “Um homem que pensa e vive uma ideologia, não é um escravo, embora a humanidade o considere escravizado. Ele ri-se dos outros e coloca-se muito acima deles... Por isso, ser descendente de escravos, pode tornar-se um título de glória e não uma marca irrisória e vexatória.” Para Alda, o “negro vive e sente como nenhum povo de outra raça. Não é inferior.” Advogava a valia dos negros, em nada inferiores a indivíduos de outras *raças*, facto comprovado nos EUA¹⁴. E, denunciando implicitamente a situação vivida como resultado da dominação, concluía, “existem inferiorizados, não inferiores”¹⁵.

¹¹ Em Gaia, de acordo com Mata e Padilha, 2006: 11. Segundo Deolinda Adão, Alda terminou os estudos secundários em Lisboa (*in* Mata e Padilha, 2006: 119). Esta indicação parece coadunar-se com o testemunho de Alda *in* Laban 2002: 70-71.

¹² Conforme testemunho de Alda (Laban, 2002: 71). A estar correcta esta narração das suas viagens, não teria estado em Lisboa de 1947 a 1953 (diversamente do que afirma Carlos e Santo, 2012b: 15), mas, sim, entre 1948 e 1953. No tocante à vida de Alda, é uma questão menor. Em todo o caso, o poema “O drama do porão” (*idem*: 55-56) teria sido escrito, não na ida para Lisboa, mas na viagem com sua mãe de regresso a São Tomé.

¹³ Trata-se de um texto com laivos poéticos e, ao tempo, sem uma mensagem política inequívoca: “(...) Terra de S. Tomé, ilha onde nasci, filha do Equador, eu ergui a ti um choroso hino, dolente património legado a todos os negros... O meu hino não termina... Continua a ter seqüência no silêncio, a registar-se sempre, sempre na tua história...”, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 10, de 1 de dezembro de 1947, p. 1.

¹⁴ A par da transcrição do poema de Langstone Hughes, aduzia a prova da não inferioridade dos negros: “Harlém a metrópole negra norte-americana, o bairro negro por excelência, onde os negros americanos vivem unificados onde criaram a sua cidade completamente modernizada, atesta aos homens que o negro não é inferior. Ele vive aí no seu mundo, rodeado de todos os confortos da civilização, com as suas universidades e prédios gigantes, rivalizando perfeitamente com o branco norte-americano. O negro vive no Harlém, lutando pelas suas reivindicações, erguendo bem alto as suas elevações de espírito”. Ademais, em Harlém nascera a música moderna, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 13, 16 de janeiro de 1948, pp. 1-3.

¹⁵ Numa tentada comunhão com os Africanos, Alda valorizava a literatura enquanto expressão de uma emotividade ímpar da *raça negra*. Na esteira de Hughes, que tomara o seu povo como o seu poema, Alda falava da poesia da “nossa raça, dos povos de pele escura, que temos orgulho da nossa raça” e dedicava o poema “A negra”, do são-tomense Costa Alegre, às

Sob o colonialismo ditatorial, a menção à poesia, pincelada de tons messiânicos, era um enfoque possível da situação dos negros em África e na sua terra. Não se permitia alusão mais explícita à dominação colonial e, ainda assim, só propósitos menos mesquinhos do governador Gorgulho, anos depois odiado pelos ilhéus, ou a distração ou a condescendência da censura permitiram esta tomada de posição, que, em boa verdade, apenas seria lida e compreendida por um reduzidíssimo número de ilhéus.

Por isto e apesar da distinção social, é crível que São Tomé se afigurasse um meio constrangedor para uma jovem educada na metrópole, mesmo se num colégio da recatada Vila Nova de Gaia. Entre finais da década de 1940 e inícios da de 1950, Alda terá estado por Lisboa, onde quis concorrer ao quadro do professorado da capital¹⁶. Terá aí permanecido até, em janeiro de 1953, regressar à sua terra.

Em 1951, terá surgido o Centro de Estudos Africanos¹⁷, crucial para a “elaboração de um pensamento anti-colonialista”. Malgrado o tom assertivo das menções à existência de um centro, dir-se-á ter sido uma tertúlia em casa da são-tomense “tia Andreza”, onde jovens almejavam, de acordo com a eferescência intelectual relativa a África, reafrikanizar-se ou redescobrir a sua identidade africana¹⁸. Aí se discutia a situação política, social e cultural dos países e povos africanos. Alda participou nessas discussões¹⁹, tendo conhecido Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e, acrescentemo-lo, Mário Pinto de Andrade. Em Lisboa assinou uma petição contra a presença de Portugal na NATO, para ser publicada pelo jornal *Avante*, do Partido Comunista Português.

Já se disse, Alda preferiu viver com o inimigo a partir para o exílio. Esta opção não era necessariamente mais fácil e, logo de início, revelar-se-ia dramática. Alda regressou a São Tomé a 9 de janeiro de 1953, dias antes dos trágicos eventos de Fevereiro²⁰. Dados dos desmandos dos esbirros de Gorgulho, as semanas seguintes foram de tormento e pavor para os ilhéus, até que, por via da inquirição da PIDE²¹ e da intervenção do causídico Palma Carlos, a opressão e as violências deram sinais de abrandar. Alda atribuiu a atitude da PIDE à atuação de Palma Carlos, talvez uma perspetiva linear de uma opositorista que, tão corajosamente quanto encorajada pela presença de Palma Carlos, se dispôs a secretariá-lo no trabalho de defesa dos presos.

Por carta, ela descreveu os horrores vividos em São Tomé por esses dias²². Em torno dos eventos de 1953, comumente designados por *massacre de Batepá*, cristalizou a versão anticolonial segundo a qual teriam perecido milhares de pessoas. Já em 1978 – quando o discurso anticolonial perdera a sua utilidade primeva, mas adquirira a de diversão

conterrâneas, as quais, lembrava, ignoravam o poema que lhes era dedicado, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 13, 16 de janeiro de 1948, pp. 1-3.

¹⁶ Sem quaisquer registos, a PIDE não se opôs. Desconhecemos se Alda chegou a concorrer.

¹⁷ Acerca do Centro, veja-se, por exemplo, Rocha, 2003: 89-91.

¹⁸ Tal descoberta não significava necessariamente optar pela independência, como o prova o caso de Francisco Tenreiro. E, como a história comprovaria, nem sempre a independência traria a redescoberta da identidade africana tão procurada decénios antes.

¹⁹ *Lúcio Lara...* s.d.: 25.

²⁰ Afora a descrição dos eventos de Seibert (2001: 76 e ss) e Santo, Carlos (2003), consulte-se a narração de Alda (Laban, 2002: 88 e ss). Para a história desse período, consultem-se as cartas enviadas a Palma Carlos, e não só, após os eventos de 1953, reproduzidas em Santo, Carlos, 2012b: 213 e ss.

²¹ Testemunhos de alguns presos deixam perceber que, sem embargo de violências, a PIDE se portou diferentemente do costumeado na metrópole e, sobretudo, nos antipodas dos maus-tratos a que os ilhéus tinham sido sujeitos pelos acólitos de Gorgulho. Podemos supor estar perante uma descarada mentira, mas noticiou-se que, na despedida do inspetor da PIDE, São José Lopes, marcaram presença vários ilhéus socialmente distintos, entre eles, Salustino da Graça do Espírito Santo e Maria de Jesus, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 272, 19 de janeiro de 1957, p. 4.

²² O Partido Comunista Português editou *A verdade sobre os acontecimentos de S. Tomé em 1953*, uma colectânea de depoimentos, entre os quais Alda do Espírito Santo; consulte-se o relato coevo de Alda em Santo, Carlos, 2003: 376 e 558-567.

ideológica –, Alda referiu o sacrifício brutal de cerca de um milhar de pessoas²³, uma versão já matizada da que animara a propaganda anticolonial. Independentemente do juízo político e moral sobre a injustiça de um assassinato, que fosse, perpetrado por um poder ditatorial, arbitrário e fundado na mentira, teria de ser evidente para Alda que as cifras aventadas não eram verdadeiras. Tal questão não é de somenos por, no mínimo, denotar um voluntarismo que, uma vez irrestrito e autojustificado, se desdobraria na modelação de vidas dos conterrâneos após 1975.

Os desmandos perpetrados às ordens de Gorgulho foram de tal violência e tão sem-razão que, mesmo num regime ditatorial, obrigaram à remoção do governador. Atenta a conjuntura internacional, para o governo colonial tornou-se imperioso reparar os danos na relação com os colonizados. Ao poder colonial era impossível conquistar o coração dos colonizados, mas isso não obstava à tentativa de pacificar a sociedade e de encenar uma harmonia social mais consentânea com a translação ideológica do eugenismo e da superioridade racial dos anos 30 para o luso-tropicalismo adoptado em inícios dos anos 50. A desconfiança permaneceu por mais alguns anos, mas a proposta de esquecimento dessa tragédia não foi liminarmente rejeitada. Aliás, alguns ilhéus nem sequer queriam lembrar os factos passados.

Alda estava entre os que não esqueciam e, certamente, criticaria os conterrâneos que se deixaram enlear pelo inimigo. Porém, sinal da complexidade das escolhas e da vida num micro-universo como São Tomé, entre os posicionados no campo do inimigo parecia estar sua mãe, Maria de Jesus Agostinho das Neves, também presa quando dos desmandos de 1953. Ainda assim, a leitura de Maria de Jesus, não apenas da situação vivida em 1953 como do andar do mundo, pareceu diversa da de Alda. Em 1954, numa visita indubitavelmente destinada a apaziguar os ilhéus e a fazer esquecer as insânias de Gorgulho, Craveiro Lopes condecorou são-tomenses, entre os quais, Maria de Jesus, com a Ordem da Instrução Pública.

Em 1958, quase em simultâneo com as eleições presidenciais de 8 de junho, por ocasião do 10 de junho e a solicitação do governador, o Sporting de São Tomé, clube dos ilhéus, promoveu uma sessão evocativa de Camões, de que constava a conferência “Homenagem dos Santomenses ao maior Épico de todos os tempos”. Segundo o jornal, a “sala estava repleta das mais distintas famílias santomenses, com predominância de senhoras”, entre elas, Maria de Jesus²⁴. Em 1965, ela substituiu o vogal camarário, Afonso Henriques Ferreira, comerciante europeu, durante a ausência deste. Não era a primeira vez, pois já substituíra interinamente o presidente da edilidade. Em 1965, a última sessão em que participou foi a 30 de novembro, dias antes da prisão da filha em Lisboa. Alda veria sua mãe ser homenageada pelo governador na passagem de quarenta anos de magistério primário²⁵. Entre os europeus que a conheceram, é comum ouvir dizer-se que Maria de Jesus era distinta, o que se prende tanto com a sua bonomia, geradora de apreço, quanto com o facto de não se ter oposto ao colonialismo, de que foi vítima. Também por isso, Maria de Jesus sugeriu tentativas de ganhos de dividendos políticos, como a atribuição do seu nome à escola inaugurada no bairro da Fundação em 1971. Em 1973, na esteira das pretensas

²³ Santo, Alda, 1978: 190. À margem do irresolúvel problema moral do colonialismo, agravado pelas violências e mortes, era evidente que o número de milhares de mortos era uma grosseira mistificação, na qual se laborou muito para além do que a utilidade da propaganda anticolonialista contra um regime ditatorial pode explicar.

²⁴ Na mesa encontravam-se Maria de Jesus e Julieta da Graça do Espírito Santo. Na circunstância, Pascoal Aires Pires dos Santos, diretor do clube, anunciou o restabelecimento de todas as secções do clube, como o exemplificava a iniciativa da secção cultural, cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 330, 14 de junho de 1958, p. 3..

²⁵ Cf. *A Voz de S. Tomé* n.º 756, 24 de setembro de 1966, p. 3.

reformas administrativas encetadas pelo poder colonial, Maria de Jesus foi candidata a membro efectivo da Junta Consultiva da província. Todos estes anos, Alda viveu com a mãe. Voltemos a Alda, que, se não esquecia os eventos de 1953, também não deixava de viver na terra. Em 1956, ela participou na Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, que, no intuito de granjear a aceitação internacional do laço colonial, se organizou em São Tomé. Esse evento, que contou também o contributo de sua mãe, não terá tido repercussões na ilha. Alda apresentou o texto “Algumas notas sobre o falar dos nativos da Ilha de São Tomé”²⁶. Num ambiente cultural rarefeito, onde ela se destacava, a mensagem de Alda sobre o “falar dos nativos” respeitava à sua humanidade, aos seus sentimentos e à circunstância de a ilha também ter uma “História”²⁷. Mas numa terra onde famílias ilustres prezavam falar bem o português, poucos terão lido e menos ainda terão entendido qualquer mensagem subliminar quanto à civilização do são-tomense espelhada na complexidade do seu “falar”²⁸. Num certo sentido, Alda também estava a esquecer os agravos de 1953, no que, podemos supor, talvez pesassem cálculos relativos à preservação da sua liberdade de movimentos e à evolução política num lapso temporal previsível²⁹. Nos anos 50, à convicção (de alguns) de que a dominação não seria eterna opunha-se a falta de sinais de uma mudança num horizonte concebível.

Decerto, Alda tinha uma crença inabalável numa mudança futura, crença que cimentou nos contactos em Paris entre finais de 1959 e 1960, com Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos e seu primo Guilherme Espírito Santo, um dos fundadores do MAC, Movimento Anticolonialista³⁰. Segundo seu testemunho, Alda levou nas solas dos sapatos para Paris um documento de Amílcar Cabral e Agostinho Neto sobre o processo dos 50 em Angola, não obstante ter sido incomodada pela PIDE antes dessa ida a Paris, julgava ela, por causa de denúncias de supostas atividades conspirativas em Angola durante umas férias ali passadas³¹.

Para os africanos politizados, a década de 60, época de militância independentista conquanto também de resiliência colonialista, trouxe razões para a alteração de sentimentos. Porém, apesar de amparado pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, onde se manifestou, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), ficou praticamente inoperante até que outro CLSTP, criado no Gana, em julho de 1965, com uma nova liderança, anunciou a intenção de levar a subversão às ilhas. A conjugação de várias circunstâncias, algumas delas interpretadas equivocadamente, estaria na origem da prisão de Alda em Lisboa em dezembro desse ano.

O ano de 1965 foi o do reconhecimento da legitimidade da luta armada dos povos africanos pelo comité especial da ONU, da dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores por

²⁶ *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais. 6.ª Sessão, 1956, V vol., São Tomé, pp. 141-148.*

²⁷ Adicionalmente, Alda equiparava um trato de terra a uma relíquia familiar de que não se podia prescindir, que não podia ser vendida, porque quem vendesse a sua gleba ou terra vendia a própria vida, cf. Santo, Alda, 1956: 144-145.

²⁸ Foi-me asseverado que Alda não falava *forro* ou, dir-se-ia hoje, *santomé*. Em 1956, ela confessou que o crioulo, ou dialecto lhe era “um pouco desconhecida” (Santo, Alda, 1956: 141). Por essa altura, afirmava claramente a correlação entre a língua e o sentimento da população nativa, sendo perceptível a sua exterioridade relativamente à “vida sã deste povo, que espera sempre dias melhores”, cf. *idem*: 142.

²⁹ Talvez Alda divergisse dos tons escatológicos e sacrificiais com que Gastão Torres aludia ao levantamento pela libertação do colonialismo que incendiaria o continente, considerando-se parte de uma “geração sacrificada”, a quem não caberia senão trair ou morrer (cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2) 4635, NT n.º 7363, carta de São Tomé, de 10 de novembro de 1965, de Gastão de Alva Torres a Alda do Espírito Santo). Apesar de igualmente independentista, Alda certamente traçava outros horizontes para a sua vida.

³⁰ A que ela mesma terá pertencido, cf. Santo, Carlos, 2012b: 13.

³¹ Laban, 2002: 77-82. A PIDE ficou ciente das actividades em Paris e, até, da proximidade afectiva com Mário Pinto de Andrade. Registou que Alda era “uma das poetisas que o Mário de Andrade apresenta no seu livro *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*”, cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT n.º 8969, fls. 666-679, relatório n.º 4, de 18 de fevereiro de 1963, do inspector Nogueira Branco.

causa da atribuição do prémio de novelística a Luandino Vieira, do encerramento da Casa dos Estudantes do Império e da publicação pela Oposição Democrática de um manifesto sobre o ultramar. Na colónia, onde se lidava mal com as mudanças no mundo, as autoridades viram manobras políticas na irreverência dos universitários ali de férias. Decerto, tal irreverência traduzia uma posição política mais sentida do que pensada. Em todo o caso, dada a ostensiva apartação dos estudantes face aos europeus, PIDE e mais autoridades tomaram à letra a propaganda panfletária do novo CLSTP sobre o seu presidente clandestino na ilha. Numa lógica típica das ditaduras, as várias autoridades afinaram pelo mesmo diapasão: a irreverência da juventude, além de despropositada (até pela gratidão devida pela possibilidade de estudar em Lisboa), não era de iniciativa própria, ao invés, advinha da orientação de alguém. Em Lisboa, o relatório da PIDE e uma informação militar³² foram considerados probatórios de uma urdidura de algo subversivo, quando, afinal, não podiam deixar de constatar o mesmo por a inaudita irreverência ser motivo de falatório na ilha. De Lisboa perguntou-se quem seria o mentor da atitude estudantil, inferindo-se que, provavelmente, seria também o responsável político clan-destino do CLSTP.

Desmentindo a primeira indicação, em que se referenciava Gastão Torres como possível presidente do CLSTP em São Tomé³³, a resposta chegou sem dúvidas: tratava-se de Alda do Espírito Santo, de férias na metrópole, para onde embarcara a 5 de agosto. Tal dava azo à intervenção da PIDE, bem mais fácil do que na ilha. A mudança de opinião terá tido a ver com a acomodação ao pressentido desejo de actuação em Lisboa e, acima de tudo, com a impunidade da repressão num contexto ditatorial: afinal, se Alda não era presidente do CLSTP, podia sê-lo. Em suma, notícias do CLSTP, atitudes segregacionistas dos estudantes de férias, ruptura desses jovens com o contemporizador Salustino da Graça do Espírito Santo e sobreavaliação do perigo da subversão em São Tomé acabaram por compor um imbróglgio que levaria à prisão de são-tomenses em Lisboa.

Para além do intuito de incutir medo, a prisão servia para averiguação de atividades separatistas em São Tomé, conforme a referência à presença do líder do CLSTP na ilha num panfleto a circular em Lisboa³⁴. A ida de Alda a Lisboa terá sido interpretada como um prolongamento da actividade subversiva iniciada em São Tomé. Durante dias, a PIDE fez escutas e seguiu os movimentos de Alda, listando as pessoas com quem ela contactava. De forma arbitrária e discricionária, a 4 de dezembro, a PIDE prendeu Alda, juntamente com vários são-tomenses³⁵. A maioria dos detidos negou manter ou sequer conhecer atividades separatistas, dizendo nunca se ter envolvido em acções contra ou a favor do Estado. Alda começou por afirmar o mesmo.

Não sabemos o que se passou na prisão de Caxias, mas o sofrimento dos ilhéus poderá ter resultado mais da estupefacção, da incerteza e do receio da prisão do que de outros maus-tratos, embora Alda tenha mencionado a tortura do sono³⁶. É provável que a PIDE mentisse e ameaçasse, obtendo delações de ações de menor monta. Terá sido a partir destas que formulou um juízo acerca da rala ameaça que os panfletos traduziam.

³² Informação confidencial de 26 de outubro de 1965 do chefe de gabinete do ministro do exército ao director da PIDE, in Santo, 2012: 886.

³³ Por exemplo, ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT n.º 8969, fls. 457-463, relatório n.º 15, de 19 de agosto de 1965, do subinspector Nogueira Branco.

³⁴ Laban, 2002: 81-82.

³⁵ Segundo informação de 6 de dezembro de 1966, do chefe da brigada, a 4 de dezembro foram detidos 18 indivíduos, cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2) 4635, NT7363. Diga-se, alguns deles viviam completamente afastados da política e, mais, de qualquer intuito subversivo. Segundo a PIDE, regressados ao arquipélago, os ilhéus que tinham estado detidos remeteram-se ao silêncio. Dito de outra forma, terão narrado o caso a pessoas próximas, enquanto à maioria terão calado os vexames a que tinham sido sujeitos.

³⁶ Cf. Laban, 2002: 84.

Por nada constar nos ficheiros da PIDE acerca da maioria dos são-tomenses detidos, dado o alheamento de vários deles da política, a PIDE acabou por os ir libertando. Ponderando a sua situação, Alda terá por fim anuído a narrar verdade – basicamente, a reportar o que a PIDE sabia –, a que se escusara no primeiro interrogatório. Em Lisboa, ela repassara um exemplar do *Faúlha*, órgão da revolução africana, e, em São Tomé, tentara organizar um grupo que visava o incremento cultural dos são-tomenses para preparar o futuro, grupo em que se incluíam Quintero Aguiar, Gastão Torres e Celestino Costa. Apesar da coação, os elementos probatórios de atividade subversiva eram risíveis e, por último, também Alda foi solta em 21 de fevereiro de 1966, ficando o processo a aguardar melhor prova.

No *Faúlha* n.º 4, publicado em janeiro de 1966, em Acra, o CLSTP denunciava a prisão de dezenas de são-tomenses em Lisboa, entre os quais Alda, professora primária e poetisa conhecida: “A vida de Alda do Espírito Santo e dos seus companheiros está em perigo. A fim de arrancar-lhes confissões imaginárias, a polícia portuguesa tortura-os noite e dia, e as suas condições de detenção são das mais desumanas”³⁷. Em São Tomé, o impacto da prisão foi limitado ou refluuiu rapidamente. A afluência às festas da cidade passou à margem das prisões em Lisboa. Afinal, o sentimento de discriminação racial era socialmente refractado e, mesmo se interiorizado por uma elite, não ecoava em toda a população, uma parte dela pobre e alienada, outra de passagem na terra e, porventura, identificada com as roças.

Uma vez libertada, Alda voltaria ao arquipélago³⁸, na sequência do que se lhe teria fixado residência na ilha do Príncipe³⁹, o que, a ter sucedido, confirmava esta ilha como terra de degredo. De regresso a São Tomé, ensinou na escola que, depois da independência, receberia o nome de sua mãe. Em outubro de 1966, em função de informações de Paris, de veracidade não comprovada, segundo a qual os movimentos nacionalistas teriam intenção de iniciar imediatamente a subversão, mandou-se vigiar Alda⁴⁰. De alguma forma, na ilha, a ninguém era dado não estar ou não se sentir vigiado. Subsequentemente, a vida voltou à rotina.

Entretantes, o relacionamento com os ilhéus tornava-se a preocupação maior da PIDE e dos governantes. Para estes, um indicador importante era a concorrência às urnas. As eleições serviam de barómetro da aceitação popular da governação que, sem questionar o laço colonial, passara a incorporar objetivos de índole social. Para a PIDE, as eleições de 1969 decorreram na melhor ordem e com enorme afluência às urnas por se ter propalado que o voto era, não só um dever cívico, mas um reconhecimento ao governador pelos melhoramentos nas ilhas. Como seria hábito, a PIDE escrutinou a atitude dos desafectos à situação. Alda e mais seis europeus não votaram⁴¹.

³⁷ Nos termos da linguagem panfletária da época, tal prisão era a “indicação clara do pânico das autoridades colonialistas, ante a firme determinação do povo” ilhéu “de pôr fim, por todos os meios, à odiosa dominação colonial portuguesa”, entre eles “a luta armada”, pois o governo de Salazar não deixava outra alternativa. Na circunstância, o jornal publicava o poema de Alda dedicado aos mártires de 1953, “Onde estão os homens caçados neste vento de loucura?”, cf. *Faúlha* n.º 4, janeiro de 1966, p. 4.

³⁸ Em São Tomé, para a PIDE, depois da notoriedade com a prisão, o regresso de Alda às funções de professora era muito nefasto. Por isso, sugeriu-se a suspensão com base em falta disciplinar grave, a que correspondia a pena de aposentação compulsiva ou de demissão (cf. ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2) 4635, NT n.º 7363, relatório n.º 4, de 5 de março de 1966, do subinspector Nogueira Branco). Tal recomendação não teve seguimento.

³⁹ Informação de Jorge Heitor (*in* <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/28285>, acesso: 8 de Outubro de 2012), que importa confirmar. Mata e Padilha adiantam que, na sequência da prisão, lhe foi fixada residência e que nos finais dos anos 60 regressou a São Tomé (cf. 2006: 12), mas ficamos sem perceber onde se lhe teria fixado residência e quando teria regressado a São Tomé. Foi-me dito que Alda retomou a actividade em São Tomé em 1966 (*A. Nascimento*).

⁴⁰ ANTT, AOS/CO/UL-8 J, pasta 1, 50 subd., fl. 319, telegrama de 1 de outubro de 1966, do ministro ao governador de São Tomé e Príncipe.

⁴¹ ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT n.º 8970, fls. 488-492, relatório n.º 21/969, de 4 de novembro de 1969, do inspector Nogueira Branco.

Em 1972, de novo *A Voz de S. Tomé* publicou o poema “Natal na Ilha”, onde, a propósito do Natal e das “cabinhas de andala”, com um certo tom amargo Alda falava sobretudo do dia do “Bocado”, isto é, da reunião das famílias de ilhéus no dia de Cinzas⁴². Mais relevante foi o facto de em 1973 o *Expresso* ter publicado um poema seu de homenagem a Amílcar Cabral⁴³, o que, certamente, lhe acentuou a notoriedade local. Por essa altura, quando se preparavam as listas para as eleições, a 25 de março, dos dois órgãos do governo da província, alvitrou-se a inclusão do seu nome, mas Alda escusou-se a integrar a lista da União Nacional⁴⁴.

Por vezes, alude-se a actividades do MLSTP em São Tomé e é de supor algum proselitismo anticolonial entre ilhéus. Mas, afora um ou outro documento apreendido pela PIDE, testemunhando mais inclinações políticas do que acções, não se conhecem tais atividades nem os envolvidos, excepto pela boca dos próprios que também não concretizam o que faziam, para além de serem contra o colonialismo e de esperarem pelo respectivo fim, o que, em parte, derivava da situação ditatorial.

Nos derradeiros anos do colonialismo, concomitantemente à aceitação, ao menos aparente, da condição de “portugueses” por parte substancial dos ilhéus, ter-se-á assistido a uma mutação nos opositores ao colonialismo. Os elementos das famílias tradicionais e ilustres, que aliavam a oposição calada à acomodação à situação colonial, foram perdendo protagonismo para jovens que, por causa da qualificação académica, eram mais propensos a abraçar a causa nacionalista. Professora de vários jovens, Alda terá incutido nalguns um sentimento de revolta, um passo na sua consciencialização política. Após o 25 de abril, acompanhá-los-ia no voluntarismo da Associação Cívica, o grupo pró-MLSTP dinamizado pelos universitários radicalizados na metrópole⁴⁵.

Socialmente distinta pelo estatuto da família, Alda dava-se com alguns europeus e com um círculo restrito de amigos e de familiares, mantendo a distância face ao grosso da população. Mas a distinção social de Alda advinha também da diferenciação cultural, que lhe facultava uma leitura abrangente do mundo. Enquanto isso, tinha uma visão paternalista do povo, visão a que incutiria um cunho político após a independência. A sua comunhão com o povo era ideológica e política, mais do que emocional, salvo no que de reactivo continha a rejeição da supremacia racial dos colonos (mas na qual não seria acompanhada por parte significativa dos conterrâneos). De um certo ponto de vista, a sua posição reproduzia a exterioridade dos independentistas, que, fora do país, eram reconhecidos como representantes dos são-tomenses. Em 1974-1975, os exilados chegaram com uma mensagem salvífica e, de caminho, com uma ascendência política, que também se reconhecia a Alda.

Com a (prospetiva) nação delimitada pela clivagem racial, a independência fez-se contra os brancos. Mas, pese embora o lema da “unidade”, fez-se igualmente contra os são-tomenses que cultivavam a sua distinção social. Contra, afinal, o estrato social de que Alda era oriunda. Tal lance exigia-lhe uma fé inabalável num credo que, todavia, era novo para o comum dos são-tomenses aquando do 25 de Abril⁴⁶.

⁴² *A Voz de S. Tomé* n.º 1070, 26 de dezembro de 1972, p. 6.

⁴³ O poema sem título foi publicado com outro do próprio Amílcar Cabral e a caricatura deste no livro de curso de Agronomia (*Expresso* n.º 4, de 27 de janeiro de 1973, p. 4). Em 1976, Alda publicaria o poema “Requiem para Amílcar Cabral”, de 20 de janeiro de 1973, in *Revolução* n.º 14, 16 de janeiro de 1976, p. 6.

⁴⁴ ANTT, PIDE-DGS SC-CI(2)-GU, S. Tomé, NT n.º 8970, fls. 125-128, relatório n.º 3/973, de 16 de fevereiro de 1973, do inspector Nogueira Branco.

⁴⁵ Porém, como veremos ainda no período de transição, secundária a decisão do MLSTP em detrimento de Gastão Torres e dos jovens militantes da Cívica.

⁴⁶ Apesar da reconhecida intransigência anticolonialista de Alda, uma das facetas surpreendentes para pessoas próximas foi o radicalismo do seu ativismo político no pós-independência, também por esse radicalismo ter aliado laços de proximidade cultivados antes de 1975. Mais, por a ter levado a silenciar-se perante as acusações, as prisões e as violências

A militância ambivalente no período de transição

O 25 de Abril de 1974 e a independência vindoura pareceram dar razão ao inequívoco distanciamento de Alda da situação colonial, que lhe conferiu proeminência no pós-25 de Abril, advinda também dos laços com os nacionalistas africanos. A proeminência foi reforçada pelo (suposto) ascendente na Cívica, que, quiçá instrumentalmente, a invocava como exemplo. Em todo o caso, tal não significava que a sua visão política estivesse em sintonia com a da maioria dos ilhéus e, menos ainda, com a dos trabalhadores das roças, oriundos de outras colónias, não obstante a denúncia da exploração do homem pelo homem. Ainda que ela e mais independentistas se quisessem convencidos do contrário, o triunfo da sua ideologia de coloração socialista – que exprimia um ressentimento de velado recorte racial – tinha algo de conjuntural e menos a ver com as aspirações da terra. Após o 25 de Abril, Alda mobilizou-se para moldar o emergente desejo popular de independência, para o que se juntou à Associação Cívica Pró-Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (Cívica), o movimento político dos estudantes que visava impor a mensagem do MLSTP. A 23 de julho de 1974, publicou-se o n.º 1 do *Presença de S. Tomé e Príncipe*, órgão da Cívica, dirigido por Alda.

Note-se o facto de outra agremiação política, a Frente Popular Livre (FPL), também ser liderada por uma mulher, Maria do Carmo Bragança. A FPL começou a publicar o seu jornal, *Pôvô Kóddô*, ainda antes do da Cívica. Todavia, o crédito internacional aos movimentos de libertação e a radicalização política no rescaldo do 25 de Abril inviabilizaram sequer a ponderação de quaisquer propostas da Frente, prontamente investivada de neo-colonialista.

Diferentemente dos conterrâneos de origem social similar, que, estribados na sua distinção social, terão começado por olhar com condescendência (a breve trecho trocada pelo receio) os propósitos revolucionários, Alda postou-se do lado dos jovens que, naquela conjuntura, não contemporizavam nem com o colonialismo, nem com nada que se assemelhasse a um vínculo colonial. Natural, pois, que se tornasse uma figura para a rebeldia juvenil e da Cívica após o 25 de Abril.

Foi dito que Alda terá moderado o extremismo da Cívica “por estar ligada a um certo espírito de disciplina comunista e bom senso anti-festivo”⁴⁷. Porém, a extensão da eventual ascendência sobre os jovens da Cívica queda por apurar⁴⁸: atenta a época, pode pensar-se que um certo sentido de disciplina militante ainda radicalizaria mais os jovens devotados aos próceres do nacionalismo, entre eles, Alda. Em contrapartida, admite-se que ela possa ter sido um travão ao protagonismo independente dos jovens da Cívica⁴⁹. Mas não se pode descartar a hipótese de ela somente os ter seguido e apoiado.

sobre pessoas de quem antes parecia próxima. Segundo Carlos E. Santo, em 1983, Maria dos Anjos Aguiar, presa por distribuir panfletos contra o regime, seria libertada por intercessão de Alda, sua comadre (cf. 2014: 508-509). Mas não foi esta a sorte de outros são-tomenses.

⁴⁷ Tal foi a caracterização de Graça, 2011: 70. Foi-me dito por vários depoentes que ela não apoiava excessos como ameaças a pessoas ou a apropriação indevida de bens em nome da luta contra a exploração. Mas não só tais afirmações, incluindo de europeus, podem representar uma condescendência de amigos face a factos que o tempo relativizou, como, à época, era difícil discernir, por exemplo, entre ameaças a colonos e luta contra o colonialismo.

⁴⁸ Atribuiu-se-lhe a formação política dos jovens contra o colonialismo, refutando-se a negação dessa e de outras actividades por serem clandestinas e, por isso, desconhecidas do público. Essa doutrinação explicaria o facto de muitos jovens terem voltado às ilhas após o 25 de abril (Mata e Padilha, 2006: 12-13). Lógica, a argumentação poderá ser verdadeira, mas carece de base empírica, não se podendo demandar que se aceite como certo aquilo que cai fora do escrutínio da investigação. Certamente, em 1974, vários jovens são-tomenses voltaram à terra natal por múltiplas razões, que não necessariamente pela doutrinação de Alda.

⁴⁹ Diga-se, até os envolvidos nos acontecimentos exporem as suas memórias dos factos (e não narrações que, compreensivelmente, os racionalizam e justificam), é difícil ir além da formulação de hipóteses.

A inclinação demissionária da metrópole colonial não bastava aos independentistas. No pico de agitação social, a 19 de setembro de 1974, Alda inspirou um dos sucessivos momentos de reivindicação da independência do arquipélago. Nesse dia, após uma reunião de mobilização, centenas de mulheres vestidas de preto manifestaram-se em frente do palácio do governo. Recusando ser representadas por três delas⁵⁰, acordaram em deslocar-se para o portão lateral, aonde o governador Pires Veloso foi ao seu encontro. Alegavam que os colonos tinham envenenado a água que abastecia a cidade e o sal vendido nas lojas. No fim, Pires Veloso, para quem a manifestação era despropositada, terá interpelado Alda, que estava “ligeiramente à parte”, “perguntando-lhe que palhaçada era aquela. Ela sorriu, encolhendo os ombros...”⁵¹ Apesar da inconsequência em vez do martírio, o dia ficou como a data da OMSTEP, sendo até hoje dia da mulher são-tomense. A 21 de dezembro de 1974, Alda passou a ministro da Educação – ao tempo, a dignidade do cargo não fazia qualquer concessão à verbalização de (pretensas) mutações nas relações de género – do governo de transição. Apesar disso, Alda terá continuado a apoiar a mobilização política da Cívica contra o dito governo, isto é, contra a colaboração com o colonizador. Porém, a dinâmica de conflituosidade conduzida pelos *cívicos* criaria um dilema – que, a breve trecho, passou da sociedade para o MLSTP – a saber, o de se estar contra, mesmo se prudentemente calado, ou a favor dos *cívicos*. Na circunstância, estar a favor equivalia a calar o incómodo perante as diatribes crescentemente encaradas como gratuitas.

A confirmar-se a hipótese de Alda ter estado contra o governo de transição, hipótese plausível dada a exaltação revolucionária nesses tempos, tal indiciaria, mais do que duplicidade, o incontido desejo de marcar presença em todas as frentes contra o colonialismo e respectivos resquícios. É possível que Alda visse o governo de transição, que integrava, como subordinado ao poder (ainda) colonial e que, por isso, se sentisse legitimada a posições e a condutas que colidiam com a lealdade institucional. Também é possível, quando não provável, que não tivesse nenhuma posição notória, limitando-se a secundar a acção de Gastão Torres, um dos mentores da Cívica e, como ela, ministro. A verdade é que, após a crise da tropa nativa, de março de 1975, não foi objecto de purga, como sucedeu a Gastão Torres⁵², de quem fora interlocutora nos amargos anos 60, e a Pedro Umbelina, também ministro.

O braço-de-ferro com o alto-comissário Pires Veloso em torno da *tropa nativa* resultou na aniquilação da Cívica. Fica por responder como (se) justificou Alda quanto ao ter passado do incentivo à agitação empreendida pela Cívica para a posição da direcção do MLSTP. De súbito, esta deixou de apoiar a acção da Cívica, cujos dinamizadores foram humilhados no comício da praça Yon Gato na presença do cunhado, Pinto da Costa, líder do MLSTP e futuro presidente da República, que, ao menos tacitamente, se concertou com Pires Veloso para refrear a agitação social.

Algo de inconcebível anos antes, as autoridades portuguesas dispunham-se a entregar o território sem convulsões nem derramamento de sangue, o que requeria normalidade no dia-a-dia. Ora, como outros elementos do MLSTP e da Cívica, Alda não queria nada de similar a uma unção paternal do poder colonial demissionário. Mas, a dado passo, com o ambiente político na metrópole favorável, a direcção do MLSTP – ou, se se quiser, Pinto da Costa – não quis prosseguir numa senda de radicalização que não só era escusada, como

⁵⁰ Segundo Carlos E. Santo, uma delegação de três mulheres, liderada por Maria do Rosário Barros, terá sido recebida pelo governador (cf. 2014: 507). Além da descrição de Pires Veloso, outras narrações da manifestação referem um diálogo entre Pires Veloso e as manifestantes no portão lateral do palácio.

⁵¹ Veloso: 2008: 125. Já Fernandes considera que tal manifestação foi particularmente relevante enquanto exigência para a abertura imediata de negociações (s. d.: 44), ideia só autorizada por uma visão autocentrada.

⁵² Em março de 1975, responsabilizado pela desestabilização social, Gastão Torres sairia para a metrópole.

diminuía o MLSTP face à fogsidade da juventude. Ademais, anteviu-se a corrosão do apoio ao MLSTP caso este persistisse no apoio à Cívica.

Tendo ficado com os vencedores, Alda não terá tido de explicar nada aos jovens, de quem, inopinadamente, se passou a dizer que, ao invés de heróis e revolucionários, eram perturbadores. Além do laço familiar com Pinto da Costa, as razões para Alda ombrear com o MLSTP terão sido a afectividade cultivada em Lisboa com os nacionalistas e a (calada) percepção de que não tutelaria as acções dos jovens *cívicos*. Inopinadamente, estes passaram a ser perseguidos ou, pelo menos, foi esse o sentimento que se apossou deles. Alda empenhou-se na obtenção de acolhimento noutros países para os jovens coagidos a deixar a sua terra a meses da independência.

Como a dos demais militantes da *luta* dessa época, a ambiguidade de Alda assentou na ideia da necessidade de uma *luta* (de resto, uma extrapolação da sugestão das novas autoridades portuguesas de criação da Cívica e, nalguma medida, tolerada por essas autoridades), que sabia desnecessária contra um colonialismo em desmantelamento. Logo, a *luta* da Cívica e de Alda (como, mais tarde, a do MLSTP contra o neo-imperialismo e o neocolonialismo) acabava por ser contra os são-tomenses adeptos de soluções políticas apodadas de neocolonialistas ainda antes da ponderação do respetivo conteúdo. Mas tudo isso era de somenos face à independência⁵³.

Após a independência, a acção política a favor da “dos ventos da história”

São Tomé e Príncipe acedeu à independência a 12 de julho, aniversário do MLSTP. No hino, com letra de Alda – o que também a ajudou a erigi-la em mãe da pátria –, está vertido o sentimento anticolonial. Na bandeira, com as cores do pan-africanismo, as ilhas surgem representadas por duas estrelas negras. No escudo do país inscreveu-se a divisa “Unidade Disciplina Trabalho”, ideologicamente congruente com o voluntarismo do momento da independência. A nação tecia-se de anticolonialismo, de uma velada delimitação racial e da promessa de igualdade. Diga-se, para Alda, o igualitarismo caminhava de par com o vínculo do indivíduo à comunidade, com um certo ascetismo e, nessa medida, com uma dada elevação moral. Para Alda, a única distinção louvável era a decorrente do desempenho político e cultural.

Em certas famílias, preservara-se a memória da militância nativista ou pan-africanista dos ascendentes. Mas, destruída desde a década de 1930, a acomodada elite da terra foi totalmente depreciada pelos dirigentes triunfantes em 1975. A excepção foi Alda. A par do laço familiar com Pinto da Costa, a demarcação dos europeus, a resistência obstinada ao colonialismo e a filiação no MLSTP conferiram-lhe o estatuto de mentora espiritual da nação. Porém, a deferência de que foi alvo terá sempre excedido o seu peso político⁵⁴, porventura menor do que por regra se supõe, desde logo pela menorização das individualidades numa estrutura norteada pelo centralismo democrático.

Na falta de competição política aberta e dada a escassez de testemunhos, é difícil detalhar o percurso de Alda após 1975, que, no essencial, consistiu na sua devoção às metas do MLSTP e na desresponsabilização individual, resultante da subsunção da sua posição à acção colectiva pautada pela propaganda ideologizada acerca do rumo do país. Assim, a par da exposição de alguns factos, aventaremos hipóteses sobre o que a nortearia e sobre eventuais juízos seus acerca da evolução do seu arquipélago.

⁵³ Cf. Nascimento, 2014a e 2014b.

⁵⁴ Anos depois da independência, da parte dos dirigentes mais novos, da ex-Cívica, existia deferência para com Alda. Porém, importaria saber em que medida tal deferência se devia ao papel de Alda na sua formação e à protecção obtida para eles em 1975 ou, diferentemente, ao acatamento da hierarquia, assaz prezado no regime de partido único.

Como noutros países africanos, os dirigentes declararam-se legitimados e, a despeito da propalada predisposição para aprender com as *massas*, consideraram-se omniscientes e detentores da verdade. A reiterada identificação dos independentistas com os conterrâneos, a esmagadora maioria deles despolitizada e apartada das propostas socialistas do MLSTP, passava muito pela ideologia ou, mais exactamente, pela retórica nos rituais políticos com que se aparentava comunhão entre governantes e governados. À partida, Alda estaria, talvez, menos distante dos seus concidadãos do que os exilados chegados em 1975, mas o tirocínio do poder tê-la-á colocado, também a ela, numa rota de crescente afastamento de muitos compatriotas.

De início, a nação foi sentida fraternalmente por muitos ilhéus em vista das diferenças face aos colonos, subitamente tornadas evidentes, entre elas, a da coloração epidérmica e a dos privilégios injustamente inerentes à condição de branco. Para lá da micro-insularidade e da relativa homogeneidade cultural, os sentimentos nacionalistas passaram a referir-se a uma nação que, mais do que imaginada, era percebida, dado o conhecimento mútuo dos são-tomenses. Na época, tal favoreceu o triunfo de uma concepção de sociedade que, incorporando traços de modernidade, sugeriu laços de pendor vinculativo, a que, de resto, também ajudava o carácter totalitário da ideologia socializante do projeto independentista. Com efeito, a par da inevitável interação pessoal, transitoriamente a ideologia avivou a ilusão de que os laços entre os são-tomenses podiam ser tão orgânicos como noutros meios africanos. Contudo, São Tomé e Príncipe era uma sociedade pautada pelo individualismo, que, equivocado pela sua hegemonia, o MLSTP julgou passível de eliminar através da tentada criação do *homem novo*.

Crente na bondade do projeto independentista e na transformação da índole humana, crente na história transportada no sangue, Alda revelou-se uma acérrima voluntarista, pugnando por um vínculo imperativo entre os são-tomenses, na prática, traduzido na obediência aos ditames políticos e morais dos dirigentes do MLSTP. Tal obediência separava os são-tomenses autênticos dos que, de acordo com os dirigentes, renegavam a sua condição.

Esta concepção orgânica viria a ser contraditada pela evolução do mundo e pela resiliência da idiosincrasia local, por algum tempo ainda tributária de uma moral (institucional) da era colonial e, sobretudo, de um modo de vida acomodado, mais dado aos pequenos prazeres do dia-a-dia do que a lutas. Não se revelaria fácil mudar a índole dos ilhéus (e, diga-se, se tal vem a suceder não parece ser por força de ideologias).

Tal empurrou os dirigentes para um crescendo de ameaças, travestidas de luta contra o neocolonialismo e o neo-imperialismo. Obtida a independência ao cabo de anos de sofrimento e de militância, entre os dirigentes perguntar-se-ia para quê fazer concessões burguesas que só perpetuariam o obscurantismo dos conterrâneos. Poderia uma leitura da história empiricamente escorada na luta entre dois blocos mundiais, corporizando o bem e o mal, deixar de guiar a ação política libertadora da alienação do colonialismo que não desaparecera automaticamente com ele?

Justamente, uma das continuidades notórias entre o colonialismo e o pós-independência foi a relação paternalista entre os dirigentes e o “povo”. A exemplo do sucedido na era colonial, o MLSTP pretendia conduzir o “povo”. A diferença residia na proposta do *homem novo* e de uma nova sociedade, que, todavia, começavam a ser diferidos no exato momento em que o poder colonial era substituído pelo independentista. Com decalques do poder colonial, o poder independentista não era necessariamente novo, nem “popular”. Com efeito, “popular” era, sobretudo, uma etiqueta colada a tudo, até a um poder destituído

de conteúdo político consonante com qualquer princípio de basismo ou, por exemplo, de resgate da cultura popular, da qual, como veremos, Alda se apartava⁵⁵.

Após a independência, Alda do Espírito Santo, que conceberia a escola como um antídoto contra a danosa influência do conservadorismo das famílias, foi ministro da Educação e Cultura Popular. Enquanto tal, defendeu que o ensino devia contribuir para a reconstrução do país, assente no esforço colectivo consentido por todos, presumidos “militantes da Pátria comum, ao serviço do Povo”. Propôs como meta a alfabetização, mas, igualmente, a inculcação de nova mentalidade, de modo a que, por exemplo, as aprendizagens de cunho prático convergissem com as necessidades locais. Por exemplo, numa localidade piscatória o ensino devia incidir na pesca⁵⁶. A ter-se concretizado, tal proposta, na qual se insinuava a valorização ideológica do trabalho braçal⁵⁷, importaria no imobilismo social. Não é difícil supor a sua recusa pela população que, ao tempo, ainda encarava a escola como mecanismo de mobilidade social, não como meio de replicação das assimetrias sociais.

Não tardaria muito, Alda passou a Ministro da Informação e Cultura Popular. Por causa da rigidez hierárquica, aos olhos dos subalternos, a autoridade de um ministro parecia imensa. Porém, ser ministro equivalia a ter um cargo de latitude de decisão restrita, como sucedia com todos os dirigentes e governantes. Mesmo se potencialmente discricionário, o poder era limitado e prendia-se mais com minudências, como, por exemplo, a de autorizar, ou não, o uso de pseudónimos pelos jornalistas do jornal do regime, *Revolução*. Os ministros tinham menos poder para delinear políticas do que necessidade de gerir necessidades e, também por isso, a toda a hora vincar a autoridade no tocante ao funcionamento das instituições e ao desempenho dos subordinados.

Ainda assim, controlar a informação parecia uma missão exequível. Já transpor ideias sobre a cultura para o quotidiano de um povo a experimentar crescentes privações era assaz difícil, se não impraticável. Aliás, não se apostava na cultura, erudita ou popular, alegando-se a prioridade da resolução de necessidades básicas, que, não obstante, não cessavam de se agravar. No fundo, para os políticos, a “cultura popular” respeitava, não aos costumes dos são-tomenses, mas à reverberação do bordão da injustiça do colonialismo e, de caminho, da adesão exultante ao MLSTP.

Por isso, a promoção social dos factos culturais são-tomenses, para os políticos, destituídos de valia intrínseca ou subordinada à da ideologia, era uma meta secundária. As injunções político-ideológicas deveriam vazar-se através da teatralização caricatural da era colonial, cujo legado de alienação se pretendia erradicar. Mas essa dramatização era de rala eficácia, porquanto, depois da exaltação com a independência, uma fração crescente dos ilhéus tendia a apartar-se do MLSTP e do seu socialismo. Ao arrepio do palavreado ideologizado, expendido nos comícios ritualizados, parte dos ilhéus encarava as privações e as interdições como uma canga, não como um oportunidade para uma transfiguração ideológico-cultural.

⁵⁵ Considere-se a opinião de Carlos Espírito Santo, que defende que os seus contos veiculavam sabedoria popular (2012b: 24). Em todo o caso, nem o recurso aos referentes da terra veicula forçosamente tal sabedoria, nem a cultura popular se resume a tais referentes, que terão composto, ou não, tais narrativas populares.

⁵⁶ *Revolução* n.º 3, 22 de agosto de 1975, pp. 3-7. Em consonância, em 1978, Alda do Espírito Santo aludiu a uma “ciência do povo”, qual “enciclopédia oral da história das forças produtivas” (1978: 191). Ora, o “povo” não se mostraria muito cioso desse bem.

⁵⁷ Ao tempo, esta era uma nota ideológica aliciente. Porém, só anos mais tarde se criaria uma escola de campo, de vocação rural, cuja função acabou por ser sobretudo simbólica.

O labor ideológico em vão...

A somar às relações familiares, o facto de Alda se ter colocado precocemente no campo independentista tornara-a uma figura simbólica. O tratamento de “D. Alda” não era o do uso informal do termo “dona” do dia-a-dia nas ruas e mercados. Era diferente, também por ser veiculado pelos órgãos de informação, mormente no *Revolução*, onde a “camarada Alda” se seguia a menção do cargo, por exemplo, Presidente da Assembleia Popular Nacional.

Diga-se, o desempenho enquanto presidente da Assembleia, por três mandatos⁵⁸, foi pouco mais que formal⁵⁹, desde logo pela localização da sede de poder em círculos restritos e informais, mesmo se acobertados pelo MLSTP. Após 1975, Alda foi perdendo poder, que terá sido sempre diminuto, mas manter-se-ia como um vulto de referência, em razão do que eram (ou se imaginava que fossem) escutadas as suas palavras pelos são-tomenses (não sendo certo que outros dirigentes se ativessem ao que ela poderia dizer, assim como não se tem indícios de ela ter destoadado da cúpula do MLSTP).

Alda foi uma figura de excepção no tocante à afirmação anticolonial. A coragem em 1953, a prisão pela PIDE e, quiçá, a instigação da manifestação das mulheres em Setembro de 1974 aureolaram-na como exemplo para as são-tomenses. Estas circunstâncias indicavam-na para expender discursos políticos, conquanto estes pouco mais fossem do que uma retórica moral⁶⁰ atinente a granjear apoio para o MLSTP.

Após um período de performances de promoção das mulheres – supostamente imanente a atividades da OMSTEP, que, hoje, mais se assemelham a rituais de subordinação –, gradualmente foi-se abandonando a ideia da emancipação feminina, na medida em que se a presumiu decorrente do engajamento na reconstrução nacional⁶¹. Ora, tal pressuposto, em teoria lógico e plausível, não teve a comprovação em São Tomé e Príncipe e se, contra o peso da inércia, alguma libertação das mulheres, entendida como processo de reequilíbrio das relações de género, ocorreu (e ocorre), isso não advém apenas do pós-independência⁶², conquanto a massificação do ensino tenha sido um forte instrumento de mobilidade social⁶³.

A perspetiva de Alda sobre a emancipação da mulher subordinava-se a uma visão política, avessa a noções abstratas ou subjectivas de liberdade ou a interpelações do feminismo. Aquando do primeiro Dia Internacional da Mulher após a independência, a proposta de reflexão de Alda às jovens consistiu num guião moral, quase penitencial, onde não cabia o desejo, nem, sequer, o devaneio. Segundo Alda, com o desmoronar da barreira colonial, importava abandonar o paternalismo (onde, presumamo-lo, se incluíam o patriarcalismo e o machismo). Às mulheres, competia inirem esforços para a resolução dos problemas de homens e mulheres. As jovens tinham de estar perto da mulher trabalhadora, pois “a força da juventude não significa um lazer efémero e frívolo”. Às jovens, pediu que não se

⁵⁸ Carlos Espírito Santo alude a dois mandatos, correspondentes a duas legislaturas, entre 1980 e 1990, cf. 2012b: 14.

⁵⁹ Diga-se que ela mesmo contribuiu para isso. Por exemplo, no discurso no encerramento da 3.ª legislatura da A. P. N., Alda do Espírito Santo nada disse de politicamente substantivo, cf. *Revolução* n.º 498, 28 de março de 1987, p. 2 do suplemento e p. 3.

⁶⁰ Na era colonial, Alda focara-se na libertação das mulheres, mormente na opressão do código civil português, tendo lido sobre a evolução da instituição do casamento ao longo da história e numa perspetiva comparada, conforme o denotam os apontamentos apreendidos pela PIDE, indiciadores da preparação de uma conferência. Em todo o caso, em São Tomé e Príncipe, a lei era menos relevante, porquanto a esmagadora maioria das uniões não eram matrimónios e a desigualdade de género em pouco resultaria da lei. Já depois da independência, por via do empenho político, Alda subsumiu a libertação da mulher no apoio ao MLSTP.

⁶¹ Veja-se Santo, Alda, 1978: 195.

⁶² Nem linear nem adquirida, a propalada libertação das mulheres não dependeu somente da política no pós-independência. Alguma recomposição das relações de género deveu-se quer a traços de cultura institucional herdada do tempo colonial, quer à recente acção de ONG apostadas na ajuda ao país.

⁶³ Nos primeiros anos após 1975, a universalização do ensino constituiu um poderoso instrumento de mobilidade social e contribuiu para maior equilíbrio nas relações de género.

iludissem com gracejos que as tornavam fúteis, pois que faziam “parte dum exército, que exige um mundo sem discriminações”⁶⁴. De acordo com Alda, “uma sociedade democrática não pode admitir a prostituição física, intelectual e social de qualquer dos seus membros”⁶⁵, uma asserção genérica que, parecendo politizadora, era moralista e dúplice, por ninguém ignorar os casos de poligamia entre dirigentes e ser irrealista instar jovens a abdicar de desejos em nome de uma revolucionária moral de ferro que, de resto, nos anos seguintes teria de arrostar com a deliquescência das instituições, as privações e as dificuldades extremas de sobrevivência, impelindo à troca de favores sexuais por acesso a bens e a oportunidades.

Em teoria, a juventude pareceria matéria-prima mais moldável. Ora, o contacto com o mundo, viabilizado pela instrução, tornou-a desejosa de autodeterminação, de bens, enfim, do que era negado pelo regime, cujas ideologia e duplicidade essa juventude começou a contestar em surdina, no que ecoaria a influência dos progenitores.

A proposta de vida para as mulheres (e homens) são-tomenses, que não dos dirigentes, fora delineada nos primórdios da independência: incorporação em organizações de base do MLSTP e ocupação do dia-a-dia com tarefas revolucionárias. Já em 1985, por ocasião do aniversário das milícias populares, Alda defendia que um miliciano devia manter a disciplina e a ordem no bairro, cabendo-lhe desenvolver iniciativas e preencher os tempos livres com ocupações de carácter social⁶⁶.

Ao tempo, o país já passara por uma inusitada seca e pela consequente fome, o regime dava sinais de impasse, a rua apartara-se do MLSTP e não tardariam os sinais de uma mudança radical de paradigma ideológico. Daí que, perante um discurso tão datado e alheio à realidade, se tenha de perguntar até quando prevaleceu a fé numa construção política, económica e social que, à saciedade, provava ser ineficaz, sendo, além disso, encarada como uma canga pelos são-tomenses. Como foi possível que Alda não vislumbresse os sinais de dissensão por demais evidentes a quem percorria a pé ruas e mercados?

A fé de Alda no caminho político do MLSTP mantinha-se inabalável. Por exemplo, em 1982 – já depois da deserção de Carlos Graça, do exílio de Miguel Trovoada e de demissões no Comité Central –, Alda não teria dúvidas. Nesse ano, o da ofensiva ideológica do MLSTP, Alda integrava o Bureau Político do Conselho Coordenador para Informação e Formação Política e Ideológica⁶⁷. Na Assembleia, Alda reiterou o completo alinhamento com as resoluções da 3ª Assembleia Extraordinária do MLSTP realizada em 1982⁶⁸. Além de protocolar, as palavras não podiam ser mais canónicas, o acatamento da hierarquia mais vincado e a crença mais reiterada, sem sombra do menor laivo dubitativo. E assim perseverou nos anos seguintes porque, afinal, também o ambiente político assim o determinava.

Parecia o regime embalado na senda autoritária, quando subitamente, porventura por efeito da seca de 1983-84, começou a mostrar fissuras, transformadas em sinais de abertura à diferença na segunda metade da década de 1980. Depois da alteração constitucional de

⁶⁴ Em 1984, o juramento à bandeira nacional dos “combatentes” – na realidade, agentes da Segurança – da Direcção da Segurança e Ordem Interna foi presidido por S. Ex.ª, D. Alda, membro do Bureau Político do Comité Central do MLSTP e Presidente da Assembleia. Segundo ela, em razão da Constituição, “a defesa da Pátria e da Revolução é o dever de maior honra de todos os cidadãos”. Dos novos 52 agentes, 21 eram mulheres a quem Alda exortou a darem “atenção à sua formação política, ideológica e combativa” para enfileirarem no movimento feminino mundial em luta contra a opressão e a injustiça para que pudesse haver paz no mundo, cf. *Revolução* n.º 411, 7 de abril de 1984, p. 2.

⁶⁵ *Revolução* número especial, 8 de março de 1976, p. 1.

⁶⁶ Ao falar sobre os princípios que nortearam a instituição das milícias em Março de 1978, Alda enfatizou que as pequenas iniciativas do dia-a-dia se revelavam grandes realizações quando elas se manifestavam de forma colectiva e organizada, cf. *Revolução* n.º 436, 23 de março de 1985, p. 1.

⁶⁷ *Revolução* n.º 251, 18 de novembro de 1982, p. 1.

⁶⁸ *Revolução* n.º 293, 12 de janeiro de 1983, p. 1. Ora, idêntico alinhamento evidenciou-se aquando do anúncio de um “reajustamento macroeconómico”, isto é, da adoção de um modelo económico totalmente oposto ao da economia socialista planificada e centralizada. Denotando uma lealdade sem baías, Alda venceu a fidelidade da Assembleia à nova senda do MLSTP, cf. *Revolução* n.º 500, 18 de abril de 1987, pp. 3-4.

1990, a nova arquitetura de poderes e a diversidade de temas e de registos discursivos retiraram a Alda a proeminência de outrora. Restava a admiração de alguns pelo seu inabalável passado nacionalista, feito de crença ou devoção, que não de análise ponderada e de consequente inquietação política e ética quanto às restrições e violências que, após 1975, se abateram sobre as pessoas do “seu” povo.

Da reticências face às tradições à defesa da cultura são-tomense

Em 1975, apesar da fraternidade com os irmãos de *raça negra*, a ideia de africanização⁶⁹ – entendida como apropriação das instituições pela sociedade, desregulação social e informalidade crescente dos processos decisórios – não era cara a Alda, nem a outros dirigentes. Embora subjacente às palavras de ordem relacionadas, por exemplo, com o resgate da posse da terra através da nacionalização das roças, nem sequer a velada inversão da racialização do poder decorrente da independência se constituía como um mote do discurso. A matriz ideológica socialista era mimética de cartilhas soviética e cubana, sem lugar para indagações acerca da coloração local do socialismo⁷⁰ e, menos ainda, do lugar (marginal) das tradições africanas. Para os dirigentes do MLSTP, os desempenhos performativos eram acessórios.

Na esteira do gosto cultivado pela elite local até meados dos anos 60, Alda revelou apreço pelo teatro, conquanto lhe tenha tentado imprimir um cunho militante. Poderá ter alimentado o intento de guindar o teatro a actividade regular e não ocasional, articulando-o com a alfabetização e, sobretudo, com a doutrinação ideológica. Assim terá imaginado o reviver de manifestações folclóricas, “conservando os valores artísticos do povo”⁷¹.

Todavia, somada à desertificação cultural do tempo colonial, a inexistente liberdade de expressão e, bem assim, de circulação e de debate de ideias após a independência atrofiou a criatividade cultural, mormente a literária. Para além dos constrangimentos da terra, da falta de ambiente institucional e de hábito de cultura erudita, também o viés politicamente engajado tolheu a criação literária⁷².

Alda fora educada num ambiente onde se encarava a escrita como forma privilegiada de expressão da consciência. Ademais, a valia da criação literária fora encarecida pela propensão dos líderes independentistas para forjarem uma dimensão estética para os seus propósitos políticos, sobretudo, através da poesia. No pós-independência, o único vulto literário ou da cultura da terra era Alda. Todavia, a excluirmos a poesia, cuja apreciação não cabe neste texto, a sua obra não é magna nem profunda⁷³.

À sua visão livresca da cultura e à preferência pelo letrado em detrimento do sensorial e do performativo, Alda somou uma visão instrumental da criação literária, a qual devia servir a causa “popular”. Em 1978, na qualidade de ministro da Informação e da Cultura Popular, presidiu a um colóquio sobre “Poesia como forma de Combate”, inserido nas comemorações

⁶⁹ A africanização da política – no sentido da adequação das instituições a valores ou relações sociais locais – não era um objetivo. Só se tornou um mote dos discursos após a falência da ideologia socialista.

⁷⁰ Noutros países, embora inconsequentemente, ainda se aludiu à necessária adequação do socialismo às características locais. No arquipélago, sob o regime de partido único, não houve diálogo de facetas culturais ou da idiossincrasia da terra com os desígnios políticos, assim como não se mencionou a necessidade de compaginar a arquitetura política com os valores culturais ou de se chegar a um socialismo africano.

⁷¹ *Revolução* n.º 3, 22 de agosto de 1975, pp. 3 e 7.

⁷² Em várias entrevistas, Alda afirmou nunca ter tido o desejo de escrever poemas intimistas ou líricos, onde espraiasse uma subjetividade pessoal, tendo preferido a poesia de combate e em prol do colectivo. Ora, durante anos, esta opção, que pretextou ter sido uma escolha sua, pairou como uma obrigação para a criação poética na terra.

⁷³ Considerada a poetisa de São de Tomé e Príncipe, de 1978 a 2002 não publicou qualquer livro, como lembrou Gerhard Seibert (<http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/6546>, acesso: 2 de outubro de 2012). Arriscamos dizer que a sua produção poética esteve muito ligada à expressão dos sentimentos resultantes da vivência colonial. Já após 1975, como que a política, decerto geradora de perplexidades, fez estíolar a veia poética.

do 6 de Setembro, ao tempo, dia dos Heróis Nacionais. Enquanto “expressão do povo” ou “encomenda social”, a poesia devia traduzir a vida do “povo em luta pela reconstrução Nacional”, cabendo aos poetas não serem indiferentes aos intentos hegemónicos do imperialismo⁷⁴. Por conseguinte, sobre as várias formas de criação literária impendia um juízo de valor derivado da articulação com a *luta*, o que fazia com que a crítica literária ou a mera opinião de gosto se cingissem ao crivo da adequação da literatura aos (supostos) fins da luta do povo.

Diga-se, no pós-independência, o efeito atrofiador da repressão política, qual réplica do enquistamento no tempo colonial, e o esvaziamento do espaço público fizeram baixar o padrão intelectual dos dirigentes e, com isso, o nível de interrogação e de questionamento político e ético⁷⁵. Não só não se erigia uma literatura, noutras casos encarada como uma síntese da identidade nacional – ideia partilhada por Alda⁷⁶ –, como não se alteravam as premissas para remover os resquícios do obscurantismo colonial, porquanto se tolhia a mínima expressão de pluralidade ou dissonância⁷⁷.

Muitas decisões políticas terão sido tomadas contra o que os dirigentes intuam, quando não sabiam, ser o sentimento popular, cujo carácter retrógrado atribuíam ao lastro do obscurantismo colonial. Para os políticos, a plataforma de encontro dos seus desígnios com os desejos e as necessidades dos são-tomenses passou a ser o *homem novo*, pauta de qualidades morais que, de forma esconsa, serviria à contenção social e política. Para os seus propugnadores, o *homem novo* libertar-se-ia da alienação colonial. Na esteira deste propósito, certas *tradições* eram encaradas, se não com hostilidade, ao menos com cepticismo, como resquícios do arcaísmo mental da era colonial.

Indubitavelmente, Alda participava desta visão. Adepta do progresso, era filha da socialização em contextos europeizados e europeus. Conhecera os líderes, que, animados pelo seu triunfo, se arrogavam o direito de eliminar as *tradições* que tinham por retrógradas e contrárias ao seu poder. Como se mencionou, Alda tinha uma noção elitista e livresca da cultura, valorizando-a por supostamente impelir os homens à consciencialização de si e do mundo, processo expectável, quando não forçosamente, conducente à adesão ao progresso, ao igualitarismo e ao *homem novo*.

Até por não ter participado delas, Alda olharia com distância ou condescendência as chamadas *tradições*⁷⁸. O seu projeto para as tradições culturais era o de uma politização ao serviço da visão ideológica do MLSTP. Alda explicou os artefactos culturais de cada povo pela referência ao estágio de evolução das forças produtivas, que cumpria não empecer. Ela abraçou o desígnio da modernização, que colidia com hábitos na terra. Alguma tolerância para com os costumes da terra escassearia para a religião católica⁷⁹,

⁷⁴ *Revolução* n.º 44, 29 de setembro de 1978, p. 6.

⁷⁵ Desde a independência até há pouco, a atomização e a dispersão dos indivíduos mostraram-se tão mais pronunciadas quanto a terra não tinha tradição de produção intelectual, facto contra o qual Alda tentou lutar tardiamente.

⁷⁶ Em entrevista a Deolinda Adão, Alda disse “... a literatura é fundamental, quer no processo de identidade nacional, quer no processo de concepção da nação. Porque, evidentemente, sem a cultura – a cultura é básico – eu considero que a cultura é fundamental em qualquer projecto de vida”, in Mata e Padilha, 2006: 120.

⁷⁷ A dissonância passou para o corrosivo boca-a-boca da *rua* e cristalizou em ressentimento, o que, até ao presente, contribui para as dificuldades de análises ponderadas e de um debate político profundo.

⁷⁸ A africanidade tenderia a resumir-se ao resgate da dignidade política, económica e social dos africanos (para Alda, incluídos os ex-serviçais) vilipendiados pelo colonialismo.

⁷⁹ À luz da vulgata marxista, o carácter opressivo e alienatório da cultura europeia era comprovado pela religião. Para Alda, as “culturas estrangeiras que se infiltraram no continente, com o objectivo de exterminar as realidades dos povos africanos, foram assimiladas nos seus aspetos negativos, no domínio de determinados ritos, cuja simbiose se introduz na prática do obscurantismo” (Santo, Alda, 1978: 191). À época, a auréola de cientificidade do socialismo e o voluntarismo transformista que nele buscava legitimidade supostamente retiravam o carácter opressivo à abordagem europeizada da vida social que esse mesmo socialismo acarretava, cf. Nascimento, 2014c.

na qual fora socializada⁸⁰ mas que olhava como instrumento de dominação colonial e, consequentemente, de alienação.

Igualmente, Alda depreciava a afectividade derivada da mundanidade que considerava fútil. Por exemplo, desqualificou o apego à camisola de uma agremiação desportiva⁸¹. Decerto, afigurava-se-lhe despropositada uma lealdade horizontal como a resultante da afectividade investida num clube desportivo, um alvitre politicamente significativo porquanto fora a esse afecto que a elite tradicional da terra se entregara no tempo colonial. Os hábitos ou as “instituições” da terra pareceram ceder perante as mudanças sociais induzidas pelos dirigentes, cuja leitura do mundo, muito determinada pela clivagem dos blocos e pelas circunstâncias do acesso à independência, justificava o voluntarismo posto na aceleração da mutação (e, veladamente, a regeneração) social, mesmo se para isso se carecia de contenção e, até, de alguma repressão, de antemão justificadas porque exercidas em nome do povo. Independentemente da falta de bens (quando não também por causa disso), condicionaram-se as escolhas do dia-a-dia à luz de uma moral implícita, que taxava os desejos, os hábitos e as crenças das pessoas de alienação e de decadência.

Cumpria, pois, sacudir as reminiscências do obscurantismo colonialista. No tocante às crendices, comungando da prudência táctica própria da vanguarda, descrente das virtudes terapêuticas do *djambi*, Alda não deixou de sugerir a preservação da vertente performativa, isto é, dos ritmos e sons. Tal era a opinião de quem, não participando de tais manifestações, julgava ter poder sobre os moldes da respectiva sobrevivência. À ideologia socialista, assente em bases científicas, cumpria conferir às tradições um suplemento de sentido que, em si mesmas, as tradições não continham. No fundo, importava neutralizá-las para que não obstassem à construção do *homem novo*⁸².

Foi tarde ou, mais precisamente, depois da falência da ideologia socialista, que Alda retornou à valorização da cultura popular, da identidade e, até, da religião. Como outros dirigentes no pós liberalização política, ela caminhou no sentido da reabilitação das tradições da religiosidade popular, exaltando as qualidades do povo, em que ela cria, mas do qual fora apartada e também se apartara no pós-independência.

Talvez Alda procurasse algo mais perene do que os ideais políticos, entrementes abandonados pelos seus companheiros, e, também, que pudesse unir os são-tomenses⁸³. Quando, depois de ter cindindo os são-tomenses ao invés de os agregar, a ideologia socialista dava sinais de ruir, o campo cultural surgia como apropriado para aproximar os são-tomenses, um desiderato tão prezado por Alda quanto inalcançável nos termos em que sucessivamente ela o foi equacionando.

Ainda presidente da Assembleia, Alda promoveu a criação da União Nacional dos Escritores e Artistas São-Tomenses (UNEAS), de que foi a personificação⁸⁴. A UNEAS, instituída

⁸⁰ Nos anos 80, ouvi dizer que algum do freio nas políticas anticlericais do MLSTP se devera a instâncias de Maria de Jesus Agostinho das Neves, mãe de Alda do Espírito Santo e sogra de Pinto da Costa.

⁸¹ Em consonância com a voragem ideológica pós-independência, para Alda, não havia lugar para desejos ou paixões banais. Ora, ao censurar o apego clubístico, Alda não podia ignorar a existência do Sporting, hoje prezado como cadinho de nacionalistas, mas não por ela naquele tempo. A aversão de Alda ao clubismo derivava do interesse na consciencialização política e, de caminho, na submissão de interesses particulares à devoção ao Partido, o que passava pela supressão de solidariedades horizontais.

⁸² Ao tempo, era nula a ponderação política da cultura, desvalorizada face à ideologia. Importava mudar radicalmente a cultura da terra, o modo de vida e a visão do mundo tributários do colonialismo.

⁸³ Alda valorizou este movimento ao depreciar o seu tirocinio como governante e vulto do regime do partido único, tendo afirmado “ocupeí cargos por ocupar” (*in* Laban, 2002: 103), asserção flagrantemente contraditada pelo seu empenho e pela sua crença nas virtudes do regime de partido único de inspiração socializante.

⁸⁴ No 1.º Fórum Nacional de Cultura, Frederico Gustavo dos Anjos disse que a UNEAS só fora respirando enquanto Alda do Espírito Santo estivera presente, cf. <http://www.telanon.info/cultura/2011/11/23/9068/no-lugar-da-oracao-de-sapiencia/>, acesso: 28 de novembro de 2011.

a 30 de Setembro de 1986⁸⁵, tentava ser uma plataforma de congregação dos criadores culturais. Seguir-se-ia a criação da Liga dos Escritores dos Cinco em julho de 1987, sediada no arquipélago.

Possivelmente, Alda quis convencer-se de que os letrados ou os criadores artísticos se distanciariam dos interesses económicos e materiais, juntando-se, portanto, à nobreza de ideais da independência. Porém, assistiu à decrescente influência da cultura letrada e erudita no tecido social são-tomense, ao mesmo tempo que a criação plástica se tornava um produto de mercado.

De resistente cultural a símbolo da cultura?

Após 1975, a cultura tinha préstimo se mobilizável enquanto adereço da ideologia. Anos depois, ganhou uma espessura própria, pelo que os heróis passaram da política para a cultura. A valorização da cultura como plataforma de luta pode invocar a sombra tutelar de Alda, que aludiu à cultura local como forma de resistência⁸⁶, quiçá mais para reafirmar uma disposição resistente do povo são-tomense do que por entrever tal atributo na cultura⁸⁷.

Atribui-se a Alda uma postura incómoda para o colonialismo, o que lhe teria valido “a perseguição da polícia política, tendo-se tornado bastonária da defesa dos valores culturais são-tomenses”⁸⁸. Também se a considera uma figura “emblemática da resistência cultural de certo período da História das Ilhas”⁸⁹. Porém, queda por saber como é que tal se transmudou, se se transmudou, num desempenho político em prol da cultura da terra. Presentemente, a reivindicação de uma identidade assenta numa intentada politização da cultura popular – que teria sobrevivido incólume à adulteração resultante da dominação colonial – e da língua. Ora, se em relação à língua se pode dizer que Alda entrevira nela a expressão de uma alma diferente da do colono, no mais, a suposta consolidação da identidade nacional não assentou na afirmação de uma cultura específica e irreduzível. Ao invés, passou pela insistência em rituais herdados do Estado colonial, conquanto revestidos de novos símbolos e referentes, bem como pela imposição de renovados mecanismos de controlo, facilitado pelo isolamento, exiguidade da terra, contiguidade forçada, escrutínio recíproco e, também, pela assunção das pessoas como pertences da nação.

Curiosamente, dadas a carga ideológica do seu pensamento e a sua fidelidade ao MLSTP, Alda não partilhou dos equívocos da atribuição de carga política à cultura popular. Alda evoluiu do voluntarismo radical e transformista à contemporização relativamente à idiossincrasia dos conterrâneos. Ela passou da tentativa de definição do “verdadeiro são-tomense”, coeva do monolitismo do partido único, à pergunta “quem é o são-tomense?”, da era multipartidária, para a qual procurou debalde uma resposta, onde, eventualmente,

⁸⁵ Albertino Bragança alude a 1985 como o ano da criação da UNEAS, cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/28533> (acesso: 8 de outubro de 2012). Porém, Alda refere 1986 como data da “sua promulgação”, cf. Laban, 2002: 104.

⁸⁶ Passou-se a glosar a equação segundo a qual a luta de libertação era um “processo cultural”, tal qual referiu, por exemplo, Santo, Alda, 1978: 190.

⁸⁷ Desde há tempos que, em São Tomé e Príncipe, se propala a existência de uma resistência cultural ao colonialismo. Mas, durante anos, mais do que uma perspectiva de luta cultural, prevaleceu a ideia de uma libertação consumada por um projecto político assaz ideologizado, triunfante em 1975, tendente a construir um *homem novo*. Foi a este projecto que primeiramente Alda aderiu.

⁸⁸ Inocência Mata em Mata e Padilha, 2006: 12. Sem dúvida, a PIDE atentava nos movimentos de Alda. Mas, na ilha, nem ela nem quaisquer ilhéus constituíam um perigo para o regime colonial. E quando vigiada, não o era por causa dos “valores culturais são-tomenses”, que, de resto, foram, em termos não tão dissemelhantes dos atuais, promovidos no ocaso do colonialismo. Com exceção de letras de canções deste período, que nem sempre visavam o colono, os “valores culturais são-tomenses” não incomodavam nem a PIDE nem os governantes. Aliás, tal não terá escapado a Alda, que certamente percebeu o tão resilientes quanto politicamente inócuos esses valores se tinham revelado no colonialismo, permanecendo como tais perante as propostas voluntaristas de transformação social e da índole do são-tomense no pós-independência.

⁸⁹ Inocência Mata em Mata e Padilha, 2006: 13.

ancorar uma ética a que os políticos e os concidadãos se cingissem. Num certo sentido, de permeio com a mudança de referentes – da bondade do projecto transformista para o bom senso dos valores ditos populares –, Alda como que procurava balizar as práticas políticas por valores transcendentais (mesmo se, anteriormente, tal passo implicara a contemporização com a distorcida legitimação do poder político), tentando isentar a prática política da contaminação por interesses e motivações alheias ao bem-comum. Consabidamente, tal foi em vão.

Como se disse, após a falência da ideologia socialista, Alda terá redescoberto a valia da mensagem religiosa, em especial, a veiculada pelo povo. Não sabemos se se reconverteu⁹⁰, mas apoiou expressões populares da fé institucional, o que, para quem fora tão assertivamente política, equivalia a reconhecer a valia da religião para difundir e enraizar valores entrementes alijados pelos políticos. Com efeito, amparou a reabilitação dos *Paços Fia Glêsa*⁹¹, uma “tradição” do povo, por si celebrada no cair do pano do colonialismo, de que se afastara e que, por entre dificuldades, promoveu nos derradeiros de vida⁹². Os *Paços Fia Glêsa* foram erguidos no Natal de 2010, na circunstância, para a homenagear, mas perguntar-se-á por quantos mais anos se manterá a “tradição” tão prezada por Alda no seu final de vida.

Figura consensual?

De permeio com a valorização da cultura, também como campo da resistência são-tomense ao colonialismo, Alda começou a ver refeito o consenso em torno da sua figura. Mais do que na era do partido único, foi com a democracia multipartidária que se foi salientando o reconhecimento do seu papel no domínio cultural, concomitantemente ao seu apagamento político, ainda e sempre disfarçado pela deferência de que continuou ser alvo. Mas nem isso isentou a construção da sua imagem de percalços e desafeições, entre eles, a recusa da publicação do livro de Tomás Medeiros e a escusa a receber a condecoração de Fradique de Menezes.

Em 2005, Tomás Medeiros terá divulgado uma carta de Alda, datada de 2004, a negar a publicação do seu original *Quando os Cucumbas cantam* na colecção da UNEAS⁹³. Mais do que de autoritarismo, que já não se sustentava, tratou-se de uma censura ou de veto⁹⁴, que, em todo o caso, a terá entristecido. Num dilema, Alda preferiu a fidelidade ao MLSTP, que ela imaginava ter existido, a ver lançada a polémica sobre a história do partido que, raramente contada, ela queria crer e preservar imaculada. Para além da relação de proximidade com a liderança triunfante do MLSTP em detrimento dos são-tomenses que

⁹⁰ Prefaciou o livro de Carlos Graça, *Ensaio sobre a condição humana*, realçando pela menção ao prefaciado, a valia da Fé para a condição humana, cf. Graça, 2004: 13-16.

⁹¹ Para Mata e Padilha, Alda nunca deixou de ser uma ‘militante cultural’, facto comprovado pela sua tentativa de revitalização dos paços natalícios, “pequenos presépios expostos originalmente nos cruzamentos de percursos de *luchans...*”, tradição que Alda tem vindo a preservar através de concursos (Mata e Padilha, 2006: 19). Fica por assinalar o período em que tais presépios e a celebração do Natal quase foram proscritos.

⁹² Segundo o *Têla Nón*, em dezembro de 2009, para a poetisa Alda do Espírito Santo, o concurso *Paços Fia Glêsa*, organizado pela UNEAS, estaria comprometido se não se encontrasse apoio para o realizar. Para revitalizar o património cultural do país, a UNEAS promovia, havia anos, o concurso de construção de presépios com matérias-primas locais. Apelando à participação dos jovens, ao mesmo tempo que a tentava obter fundos para a realização do concurso, Alda afirmara que lhe parecia prevalecer a tendência para as tradições morrerem, acrescentando que todos os anos lutava para que esta não desaparecesse, cf. <http://www.telanon.info/cultura/2009/12/16/2359/concurso-pacos-fia-glesa-em-risco/>, acesso: 13 de dezembro de 2014.

⁹³ Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/11304>, acesso: 2 de outubro de 2012.

⁹⁴ Sendo a UNEAS a União dos Escritores, a recusa comportava uma carga política, representando um novo agravo para Tomás Medeiros, militante independentista que não cala a convicção de ter sido deliberadamente arredado do encontro de 1972 em Malabo, onde se constituiu o MLSTP.

ficaram por fora, na decisão de Alda terá pesado a fé num ideal corporizado num colectivo a que se quis sempre vinculada, o MLSTP. Afinal, questioná-lo seria negar a sua vida.

Também em 2005, Alda menosprezou o gesto do Presidente Fradique de Menezes. A 11 de julho, não compareceu para receber a condecoração concedida por Fradique⁹⁵, o que, no limite, pode ser interpretado como uma recusa da condição de são-tomense ao Presidente eleito pela maioria dos seus concidadãos (a não recusar a condição de são-tomense a Fradique, terá lamentado a desazada e banal escolha do povo, dos conterrâneos⁹⁶).

A título de hipótese, aventar-se-á que tomou esta atitude menos em razão de um preconceito racista do que de uma avaliação moral que, derivada de uma postura sobranceira e elitista, assim como valorizadora do apreço da distinção baseada na diferenciação cultural, desdenhava o papel do dinheiro na ascensão dos indivíduos, entre eles, Fradique.

Nem de propósito, foi condecorada pelo Presidente Pedro Pires com a mais alta distinção de Cabo Verde, o Primeiro Grau da Ordem Amílcar Cabral, condecoração entregue a 30 de abril de 2006, por ocasião do seu 80.º aniversário. Em setembro de 2009, a CPLP homenageou a sua poesia.

Os elogios à prodigalidade da terra nem sempre se estendem aos são-tomenses, sejam políticos, sejam empresários. Por isso, o vulto de Alda emerge como de craveira cultural e moralmente superior⁹⁷. E, todavia, o que dela prevalece é o silêncio. As palavras foram mais frequentes no tempo colonial e no pós-independência, neste caso unidas pela arquitectura política e escoradas na fé no projecto triunfante a 12 de Julho. Quando não em contextos protegidos e em termos irrefutáveis, ao uso da palavra Alda preferia gestos marcantes, dela em relação à terra e, embora pretextando o contrário, dos outros em relação a ela.

Mais recentemente, numa avaliação do caminho percorrido desde 1975, Alda terá dito que o incumprimento das promessas da independência se deveu a “uma certa inexperiência na gestão do país”⁹⁸, uma leitura esquiva à equação política da “inexperiência”, assim evitando a incomodidade das relações de poder e as divisões entre são-tomenses traçadas e vincadas pelos políticos.

A 11 de julho de 2005, Alda Espírito Santo reafirmou, contra o sentimento de alguns conterrâneos seus, que a independência valeu a pena, por nada pagar “a liberdade de um povo”⁹⁹. À margem da função celebrativa desta asserção, a inquietação intelectual, política, ética e cultural deveria levar a indagar o que é a liberdade de um povo. Ou, noutros termos, porque é que a liberdade de um povo não tem preço e a das pessoas desse povo tem? O registo intemporal sobre a liberdade tende a tornar a asserção inquestionável, quando, todavia, a liberdade há-de ter conteúdos, contornos e limites para também poder ser concreta para os indivíduos, não resumíveis ao *povo*.

Por um lado, depois da independência, a Alda faltou sempre uma dimensão política activa, que não a das prelecções às jovens ou do desempenho ritual à frente da tutelada Assembleia. Alda quedou-se como a voz de um colectivo¹⁰⁰ (mais até do que de uma consciência grupal) e, nessa medida, algo inquestionada.

⁹⁵ Mata e Padilha, 2006: 18.

⁹⁶ Arriscaria dizer que Fradique foi eleito, entre outras razões, devido a uma promessa velada de dinheiro e de bens, por que o grosso dos são-tomenses aspirava. Mas isso revela que, ao invés da mistificação ideológica do pós-independência, a prioridade do *povo* tinha pouco a ver com os ideais da *revolução*.

⁹⁷ Com a ajuda do tempo, tal tende a desresponsabilizá-la pelo seu apoio ao MLSTP no regime de partido único, facto que, todavia, não foi sem consequências na vida de muitos concidadãos.

⁹⁸ Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/11737>, acesso: 8 de outubro de 2012.

⁹⁹ Cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/11737>, acesso: 8 de outubro de 2012.

¹⁰⁰ Independentemente das razões eventualmente aduzidas, não deixa de ser significativo que tenha abdicado de ser deputada no regime multipartidário, quando, decerto, o MLSTP não precisaria menos dela nos debates travados na Assembleia.

Por outro, pelo seu exemplo, foi um marco de uma ética rara. A determinação com que abraçou o anticolonialismo foi a mesma com que, em congruência, rejeitou amparos do Estado português a que tinha direito. Afóra a pobre tença do Estado português, terá também rejeitado a ajuda, decerto mais generosa, de um poderoso *irmão* africano, passando ela mal para que o seu país não passasse vergonha. Terão sido estas as suas palavras... Sem descartar a necessária interpretação política do facto, sublinhe-se que a sua disponibilidade para uma vida em nome do *povo* a levou a observar regras éticas que muitos dos companheiros desdenharam. A sua coerência torna menos precisas as palavras, que, em rigor, poucos se dispunham a ouvir e, menos ainda, a atender.

Notas conclusivas

Da sua diferenciação social de origem, Alda partiu para a comunhão política, e só nessa medida emocional, com o povo negro das ilhas. Desde nova afastada dos meios populares, Alda entreteceu uma relação racionalizada com a sua terra e com os conterrâneos. Pautouse, pois, pela distância em relação ao comum dos são-tomenses, embora se representasse como próxima do “povo” são-tomense ou da *raça negra*, sujeitos coletivos e abstratos.

O crédito político e moral, derivado, por exemplo, da memória da ascendência enquanto professora ou do aparente desapego dos bens materiais, foi-se erodindo, podendo ter resvalado para a indiferença, também suscitada pelas mudanças sociais na terra. Após ter vivido com o inimigo, acabou por ter de viver com as perplexidades trazidas pela independência, mormente a de o povo se revelar diametralmente oposto a tudo quanto idealizara. E não apenas o povo, quanto também os dirigentes, alguns deles da Geração de Cabral e, de alguma forma, companheiros da ‘longa marcha’¹⁰¹ e das lutas que tinham conferido sentido à “força irresistível dos ventos da história”.

Ela acreditava numa moral social e numa ética política vinculativas para a comunidade. Acreditava igualmente no poder da cultura na transfiguração dos homens, mas assistiu ao aparente triunfo do dinheiro como móbil da realização e da trajetória ascensional de seus concidadãos, que ela crera vinculados a um imperativo de igualdade.

Em sua opinião, a cultura tivera um papel na libertação dos são-tomenses do jugo colonial (segundo uma avaliação Subjetiva mas, por isso mesmo, irrefutável). Porém, Alda do Espírito Santo viu a cultura – o seu campo de realização – sucumbir ao poder do dinheiro, a que os seus conterrâneos não resistiram.

Constatando que o seu exemplo não medrou, Alda terá morrido triste, porventura pela injustiça e pela pobreza prevaletentes na terra. Ter-se-á entristecido com as dissensões entre os são-tomenses, acerca dos quais, de uma perspectiva essencialista enganadoramente escorada numa imaginada irmandade contra o colonialismo, quis traçar um retrato típico que viu esfalçar com as transformações económicas nas ilhas.

Talvez poucos são-tomenses queiram viver como Alda passou os últimos anos (ainda que muitíssimos vivam bem pior). Foi respeitada e reverenciada, mas só isso e quando tal não se resumia a uma mera convenção. Ainda assim, representa uma espécie de mínimo denominador comum, porquanto a sua história é um símbolo com que implicitamente se acena como exemplo moral para prevenir e evitar violências disruptivas.

¹⁰¹ Evocada numa carta de 10 de agosto de 1974, escrita de Libreville, a Mário Pinto de Andrade, com quem Alda contava para alertar o mundo para a existência de um pequeno arquipélago que também tinha direito à independência, cf. http://www.fmsaeres.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Correspondencia&nome_da_pasta=04311.004.037&numero_da_pagina=1, acesso: 20 de dezembro de 2014.

Não obstante sucessivos tributos de apreço e de amizade de estrangeiros (a que certamente teria preferido os dos são-tomenses), Alda do Espírito Santo terá morrido triste, também pelo esquecimento e pela solidão que a deferência no trato não bastariam para disfarçar. Empobrecida, não deixou de perseguir uma realização pessoal que concebia como um modelo de libertação e de realização pessoal, do qual, olhando a evolução do país, se dirá que só servia para ela. Na realidade, poucos porfiaram na crença nos valores que, presuntivamente, o MLSTP veiculava. Morreu praticamente sozinha na crença nesses valores a que, pela sua prática, conferiu valia ética.

Referências bibliográficas

- Falola, Toyin (2004), *Nationalism and african intellectuals*, University of Rochester Press, Rochester.
- Faria, António (1995), *A Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, CML.
- Fernandes, Manuel Vaz Afonso, (s.d.), *Os imbrógljos das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra.
- Graça, Carlos (2004), *Ensaio sobre a condição humana*, São Tomé, Centro Cultural Português e Alliance Française.
- ____ (2011), *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa, UNEAS
- Laban, Michel (2002), *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida.
- Lara, Lúcio (2009), *Lúcio Lara. Imagens de um percurso*, s. d., Luanda, Associação Tchiveka de Documentação.
- Margarido, Alfredo (1997), “Uma ilha africana na Duque d’Ávila” in *Mensagem*, número especial, Lisboa, Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 41-44.
- Mata, Inocência e Padilha, Laura (2006), *A Poesia e a vida. Homenagem a Alda do Espírito Santo*, Lisboa, Colibri.
- Medeiros, Tomás (1997), “Prolegómenos a uma História (verdadeira) da Casa dos Estudantes do Império” in *Mensagem*, número especial, Lisboa, Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 31-40.
- Nascimento, Augusto (2007), *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto, CEAUP, <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads.EB005/pdf>.
- ____ (2014a), “A inelutável independência ou os (in)esperados ventos da história em São Tomé e Príncipe” in Rosas, Fernando, Machaqueiro, M. e Oliveira, P. Aires (coord.), 2015, *O Adeus ao Império, 40 anos de independências*, Nova Vega, pp. 175-190.
- ____ (2014b), “A farsa da tropa nativa na transição para a independência em São Tomé e Príncipe” (a publicar).
- ____ (2014c), “As dimensões políticas das religiosidades em São Tomé e Príncipe” in *Revista TEL. Revista Tempo, Espaço, Linguagem*, vol. 5, n.º 3, UNICENTRO, pp. 60-92, <http://revistasz.uepg.br/index.php/tel/article/view/7081#.VdTQVZe3ixU>, acesso: 19 de agosto de 2015.
- Neto, Horácio Sacramento, (2012), *Emma*, Lisboa, ACOSP.
- Rocha, Edmundo (2003), *Angola. Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)*, Lisboa, Edição de Autor.
- Sá, Ana Lúcia e Perlasia, Josep Maria (2008), “Entrevista a Alda do Espírito Santo” in *Oráfrica: revista de oralidad africana* n.º 4, Abril de 2008, Barcelona, CEIBA, pp. 137-158.
- Santo, Alda do Espírito (1956), “Algumas notas sobre o falar dos nativos da ilha de São Tomé” in *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*, 5.º vol., São Tomé, pp. 141-148.
- ____ (1978a), “Presença cultural” in *África: revista de literatura, arte e cultura*, vol I(2), Lisboa.
- ____ (1978), *Ê nosso o solo sagrado da terra – poesia de protesto e luta*, Lisboa, Ulmeiro.

- ____ (1997), “Memória de um tempo” in *Mensagem*, número especial, Lisboa, Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 87-89.
- ____ (1999), “São Tomé e Príncipe em desafio à modernidade” in *Batê Mom* nº2, vol.1, S. Tomé, UNEAS.
- ____ (2001a), “Pedras de xadrez” in *Batê Mom* n.º 4, vol. 3, S. Tomé, UNEAS.
- ____ (2001b), “A cumplicidade das línguas na assunção do estatuto de identidade cultural dos são-tomenses” in *1.º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé, policopiado.
- ____ (2002), *Mataram o rio da minha cidade*, S. Tomé, CCP – Instituto Camões.
- ____ (2003), “Apontamento em redor do lançamento do livro História do massacre de 1953 em São Tomé e Príncipe” in *Batê Mom* n.º 6, vol. 5, S. Tomé, UNEAS.
- ____ (2006), *Mensagens do canto do ossobó*, UNEAS, 2006.
- Santo, Carlos Espírito (2001), *Enciclopédia fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Cooperação.
- ____ (2003), *A Guerra da Trindade*, Cooperação.
- ____ (2012), *O nacionalismo político são-tomense*, 2 vols., Lisboa, Edições Colibri.
- ____ (2012b), *Alda Espírito Santo – Escritos*, Lisboa, Edições Colibri.
- ____ (2014), *Mulheres históricas de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições Colibri. Veloso, Pires (2008), *Vice-Rei do norte. Memórias e revelações*, Lisboa, Âncora Editora.

Migration, sécurité et la base militaire des Etats-Unis – La République de Djibouti au centre de la lutte contre le terrorisme international dans la corne de l’Afrique et de l’Arabie du Sud

Mohamed Abdillahi Bahdon*

p. 203-220

1. Introduction

C’est tautologique de dire que l’immigration ou le déplacement des individus est une des questions économiques, politiques et sociales les plus importantes pour les sociétés humaines de nos jours comme celles d’hier. C’est un fait historique. Plus que jamais elle occupe une place importante dans l’agenda politique des gouvernements, de celle de l’opinion publique¹ et celle des acteurs sociopolitiques comme les partis politiques et les mouvements de la société civile tant des pays du Nord (Union Européenne, Etats-Unis, Canada...) comme ceux du Sud, à la fois émetteurs et récepteurs d’immigrés-es. Depuis plus de 20 ans, les migrations internationales régulières sont de plus en plus restreintes alors que les migrations irrégulières ne cessent de s’accroître par les difficultés financières et matérielles de contrôler l’entrée des territoires étatiques.

Beaucoup de sociétés actuelles ont été et sont à la fois émettrices et réceptrices de flux migratoires réguliers et irréguliers; le processus de mondialisation ou de globalisation auquel elles sont confrontées a tout simplement accéléré, et ce fait lui a donné une autre dimension. Il est certain qu’une certaine intégration des économies nationales, le développement déséquilibré des échanges commerciaux, le rôle des organisations internationales économiques (OMC) et financières (FMI, Banque Mondiale), renforçant une harmonisation du régime juridique des investissements, et surtout la constitution des pôles de développement économique, constituent une des causes des flux migratoires actuels en expansion par rapport aux décennies antérieures.

Le fait migratoire a pris une autre dimension par rapport aux décennies 1950 et 1960. L’immigration touche tous les secteurs socioprofessionnels, d’âge et de sexe des sociétés émettrices. Mais il n’est plus un thème «géré» par le secteur économique – c’est-à-dire qui répond aux nécessités du marché – mais par sa permanence dans les sociétés d’accueil et son impact sociodémographique, il est saisi par la classe politique. Et de ce

* **Doctorant en Sociologie de l’Education, Université de Murcie, Espagne.**

¹ Théoriquement la publication des sondages dans les pays européens exprime l’opinion des citoyens.es à un moment donné de la vie politique et socioéconomique du pays. Mais pour le sociologue Pierre Bourdieu (1984), celle-ci est manipulée et orientée des groupes influents dans la société. Ses questions et son analyse ne reflètent pas l’opinion profonde des personnes interrogées.

fait elle occupe une partie des débats parlementaires, si on observe l'activité législative durant une législature². Ainsi l'immigration est de plus en plus politisée dans les sociétés d'accueil. Elle est saisie aussi par la société civile par le développement d'organisations non gouvernementales d'assistance aux immigrés et les pressions qu'elles exercent sur le législateur. Dans les sociétés émettrices on assiste non seulement une augmentation des candidates/candidats à l'émigration, mais aussi une certaine prise de conscience de l'importance que représente ce phénomène sur le plan socioéconomique³, sans toutefois oublier les difficultés juridiques et matérielles⁴ pour concrétiser les projets migratoires personnels et/ou collectifs. Depuis le début de l'an 2000, ont lieu des sommets ou rencontres entre les ministres de l'Intérieur et des Affaires Etrangères de l'Union Européenne et ceux des pays émetteurs, et particulièrement les pays du Maghreb et d'Afrique subsaharienne. L'autre point d'actualité internationale en ce début du 21^e siècle est la question de sécurité. En effet depuis le 11 septembre 2001, les Etats occidentaux ont comme première priorité la sécurité tant intérieure qu'extérieure de leur pays. La politique sécuritaire occupe une place de choix dans les agendas des gouvernements occidentaux. La préoccupation de la sécurité est telle que s'est instaurée ce que Didier Bigo (1998) appelle avec raison une «gouvernabilité par l'inquiétude⁵.» En analysant le débat politique et le développement des nouvelles législations sur l'immigration on constate le développement d'une certaine méfiance de la présence des immigrés dans les sociétés réceptrices, qu'elles soient du Nord ou du Sud; elle est vue comme une menace sérieuse pour l'identité et la sécurité du pays. Comme d'autres sociétés du Sud, la société djiboutienne se trouve dans un paradoxe. Certains de ses citoyennes/citoyens émigrent de plus en plus à l'étranger en Europe (France, Belgique, Suède, Pays Bas...), en Amérique du Nord, et particulièrement au Canada⁶ et dans le monde arabe⁷ (particulièrement dans les pays du Golfe arabo-persique) et des personnes en provenance des pays voisins (Ethiopie, Somalie, Erythrée, Yémen...) immigrent dans la République de Djibouti pour diverses raisons: guerres civiles et interétatiques, sécheresses récurrentes ou pour des raisons socioéconomiques. En Europe et en Amérique du Nord, c'est une immigration à la fois politique, constituée par des opposants politiques et leurs familles et économique alors que dans le monde arabe elle est essentiellement économique. C'est donc un pays à la fois émetteur et récepteur des flux migratoires. Mais comme les pays du Maghreb, ce petit pays est aussi un lieu de départ des citoyens éthiopiens⁸ et

² En France comme en Italie ou en Espagne, depuis le début des années, dans l'agenda de la majorité parlementaire, l'immigration occupe une place importante. Et il y a toujours l'adoption des lois et des diverses mesures sur l'immigration dont le but est de contrôler et de réguler l'entrée et le séjour des immigrés des pays du Sud.

³ Avec la diminution de l'aide au développement des pays du Nord aux pays du Sud, le montant de l'envoi d'argent réalisé par les immigrés résidents dans les pays du Nord à leurs pays d'origine est nettement supérieur au volume de l'aide publique au développement, bilatérale ou multilatérale. C'est le cas des pays comme le Mali ou le Sénégal, qui ont tradition d'immigration depuis les années 1960.

⁴ Le changement du cadre juridique national des pays récepteurs depuis les décennies 1990 et la communautarisation progressive de l'immigration avec le traité de Maastricht de 1997 constituent de plus en plus des obstacles difficiles à franchir pour les candidats à l'émigration. Face à cette situation, la seule voie qui reste est la rentrée clandestine par tous les moyens comme touristes ou par des *pateras*, boutres de fortune pour arriver en Europe.

⁵ Selon Laurent Bonelli (2005), cette gouvernabilité par l'inquiétude donne plus de pouvoir aux services de renseignements occidentaux. Voir «Quand les services de renseignement construisent un nouvel ennemi», *Le Monde Diplomatique*, avril 2005, pp. 12-13.

⁶ Comparée aux migrations de citoyens éthiopiens et somaliens – qui ont commencé dès les années 1950 – étudiées, celle des ressortissants djiboutiens est très peu connue et donc très peu étudiée. Certes elle est récente; elle a commencé au début des années 1990 et a suivi les réseaux de leurs voisins ce qui explique en partie la diversité des pays de destination.

⁷ A la différence de l'immigration vers l'Europe et l'Amérique du nord, l'immigration vers le monde arabe est organisée. La République de Djibouti a signé des accords avec certains pays arabes des accords relatifs à la migration des travailleurs djiboutiens dans ces pays. Cependant tous ceux qui vont dans ces pays ne rentrent pas dans l'application de ces accords.

⁸ La présence militaire française est utilisée comme une stratégie par certaines candidates à l'immigration. Des relations sexuelles entre militaires et femmes prostituées dans la ville de Djibouti se transforment parfois à ce qu'on peut appeler des relations sentimentales entre une femme de cette région et un militaire français. Ces relations se terminent par la formation de couples mixtes qui s'installent en France, ce qui est l'un des objectifs de la candidate à l'immigration.

somaliens vers les pays européens, et en ce sens il n'est pas seulement une plaque tournante économique, formule chère aux dirigeants politiques, mais c'est aussi un point de départ des personnes migrantes vers d'autres pays. Il faut noter qu'en République de Djibouti le phénomène de l'émigration vers les pays du Nord est récent par rapport aux autres pays de la Corne de l'Afrique, qui disposent des diasporas installées depuis plusieurs décennies en Europe, en Asie et Amérique du Nord.

Pendant comme d'autres sociétés africaines, l'immigration est un fait historique, qu'on peut appeler un mouvement «naturel» des populations voisines. Elle est aussi un fait d'actualité et de futur pour ce pays si on prend en considération sa situation géographique particulière entre deux mondes: le monde africain et le monde arabe, une proximité en valeur par des trafiquants d'immigrées/immigrés ces dix dernières années. C'est un thème social et politique très important que les gouvernements djiboutiens postcoloniaux ont accordé peu d'intérêt tant pour sa perception comme pour son traitement politique, législatif⁹ et socioéconomique.

Plus qu'une réflexion générale sur l'immigration et ses conséquences socioéconomiques, l'objet de cet article est d'analyser les raisons ou justification tant d'origine interne et qu'externe d'une mesure adoptée par le gouvernement djiboutien le 26 juillet 2003 pour «lutter contre l'immigration clandestine». Mais pour comprendre mieux une telle décision, il convient de faire l'historicité des mouvements des populations dans des espaces sociopolitiques «pluridentitaires» en constitution de la Corne de l'Afrique. Comme d'autres parties de l'Afrique, cette sous-région est marquée depuis la fin des années 1990 par «l'apparition» de la problématique de l'immigration dans le discours politique et médiatique. La mesure d'expulsion des immigrés «clandestins» a soulevé diverses questions: pourquoi la question de l'immigration surgit-elle dans la vie politique djiboutienne en 2003? Peut-on établir une relation entre la présence militaire des Etats-Unis et la question de l'immigration clandestine? Autrement dit, quel est l'impact de la lutte contre le terrorisme international de la coalition dirigée par les Etats-Unis sur la décision du gouvernement djiboutien du 26 juillet 2003?

2. L'historicité des mouvements migratoires dans la Corne de l'Afrique et l'Arabie du Sud

Suivant l'expression braudelienne de «la longue durée» on observe, à l'instar d'autres régions du monde, un mouvement naturel des populations dans l'espace géographique appelé Corne de l'Afrique¹⁰. Elle couvre environ 1 909 114 km², et selon des estimations démographiques environ 108 millions d'habitants y vivent. Les populations nomades, se déplaçant, s'installent dans une autre partie de cet espace et se mélangent, non sans difficultés et heurts avec les populations sédentaires. La cohabitation dans un même espace entre différents groupes de peuples aux cultures opposées entraîne toujours des conflits sociopolitiques et des guerres. C'est le cas des populations nomades qui sont à la recherche

⁹ Le premier texte adopté après l'indépendance en matière d'immigration est un décret présidentiel qui date du 4 octobre 1981. En fait c'est plus un texte qui régleme les conditions de travail des étrangers en République de Djibouti qu'une véritable loi sur l'immigration. Il n'y a aucune référence sur les conditions d'entrée et de séjour des travailleurs étrangers.

¹⁰ L'auteur de l'expression «Corne de l'Afrique» est l'expéditionnaire anglais, Richard Burton, qui a fait une traversée au 19^{ème} siècle dans les espaces habités par des populations nomades et sédentaires. Son extension est variable, elle résulte des intérêts des chercheurs en géographie, en géopolitique. Sur le plan géographique, elle couvre 4 pays: la République Fédérale Démocratique d'Ethiopie, l'Erythrée (indépendante depuis 1993), la République de Djibouti (indépendante depuis 1977) et la République Démocratique de Somalie (dernier nom officiel d'un pays en fait depuis 1991). D'autres auteurs comme Olivier Weber, incluent des pays comme le Yémen. Pour cette réflexion, nous retiendrons les 4 pays précités du continent africain.

des pâturages ou des points d'eau pour leur bétail qui entrent en conflit avec les populations sédentaires où le fait d'avoir un lopin de terre - qu'ils cultivent - est important dans leurs relations sociales et politiques.

Les historiens, et surtout les éthiopianisants, ont établi des relations entre l'Arabie du Sud et la Corne de l'Afrique. Déjà à l'époque de la diffusion de l'Islam, le Prophète conseillait à ses disciples poursuivis par les populations arabes opposées à la nouvelle religion, à se réfugier dans le pays se trouvant de l'autre côté de la mer (Mer Rouge) où un Roi les donnera un refuge. Aussi sur le plan culturel et linguistique il y a une certaine parenté ou rapprochement. L'amharique, langue officielle de l'Ethiopie - depuis l'époque de Ménélik II - est comme l'arabe une langue sémitique (Haelewycck, 2006).

D'autre part les études sur les sociétés de la Corne de l'Afrique sont incluses plus dans les études orientales¹¹ que les études africaines. Cette région est marquée par l'esclavage pratiqué par le monde arabo-persé et turque (N'Diaye, 2008).

2.1. L'immigration de travail comme facteur constitutif de la colonie et la République de Djibouti

L'actuelle République de Djibouti connaît dès le début de la constitution de son territoire à la fin du XIX siècle, et surtout avec la création des premières infrastructures modernes du territoire (port et chemin de fer) l'immigration d'une main d'œuvre. Selon les historiens Oberlé Philippe et Pierre Hugot (1985), celles-ci faisaient face à une opposition de la pose du rail du chemin de fer par les nomades issas où traversait le rail de Djibouti-Addis-Abeba. Pour la mise en valeur économique de la colonie, les autorités coloniales recourent au recrutement des travailleurs originaires des pays de la Corne de l'Afrique, mais aussi des pays arabes (Yémen) et de l'Océan Indien comme Madagascar. Ces travailleurs étrangers opèrent une nouvelle forme d'immigration dans la Corne de l'Afrique¹² à la fin du 19^{ème} siècle, celle du travail; mais ils s'installent définitivement dans le pays. A ces derniers viennent s'ajouter à la fin des années 1970 des réfugiés venant des pays limitrophes et notamment de l'Ethiopie.

Ainsi la population de la ville de Djibouti est cosmopolitique. Quelques années après la construction du port et de la ville de Djibouti on assiste à l'afflux des nomades vers la ville et les petites villes qui se sont créées - appelés par la suite les districts de l'intérieur. Les années 1950 sont marquées par une crise économique et sociale dans la colonie, elle est due à la fermeture du Canal de Suez; celle-ci a généré des affrontements politiques et de luttes syndicales. La crise économique est aussi une crise de l'emploi. Comme solution, les autorités coloniales décident d'expulser 25 % des travailleurs étrangers des Salines, une entreprise ayant un poids important dans l'économie locale.

Avant que la nouvelle ville de Djibouti soit un pôle d'attraction pour les populations urbaines des pays voisins comme les «nouveaux ouvriers» de la colonie, Tadjourah et Obock en République de Djibouti, les villes de Berbara et de Mogadisho en Somalie, ont joué un rôle important grâce à leurs ports et les routes caravanières depuis plusieurs siècles; c'étaient

¹¹ Les publications en sciences humaines et sociales sur les peuples de cette région apparaissent très peu dans les études africaines. On en trouve plutôt dans les études orientales.

¹² La constitution de l'actuelle sous-région appelée Corne de l'Afrique a suivi un processus similaire à celui d'autres régions africaines: les migrations humaines, que se soient par le fait d'un pouvoir central comme l'Ethiopie impériale ou communiste ou par des groupes sans pouvoir central institutionnalisés comme les Somalis-Issa. C'est un sous-groupe somali qui a émigré du Nord de la Somalie au Sud-Ouest de l'Ethiopie. Son chef traditionnel, Ougas, a suivi ce mouvement et s'est installé dans la ville de Diré-Dawa en Ethiopie. Pour leur part les gouvernements éthiopiens impériaux ou communistes ont favorisé le déplacement et l'installation forcée des populations du Nord dans terres du Sud appliquant ainsi une politique de colonisation des territoires récemment conquis par l'armée impériale et contestés par des mouvements régionaux séparatistes.

des villes commerçantes ou servant de transit pour l'exportation des produits de l'Abyssinie. Ces villes sont aussi cosmopolites dans leur composition. C'est un processus qui résulte du développement du commerce entre la côte africaine et le sud de la péninsule arabique, des commerçants arabes et des prédicateurs religieux s'installent dans les villages, les villes portuaires et les points de commerce avant la colonisation européenne d'où l'influence du monde arabe sur les populations africaines sur le plan culturel et religieux. La population djiboutienne est composée de trois groupes, deux de populations africaines: afar et somalis, et une population asiatique, composée essentiellement de Yéménites (Rouard A., 1997). Durant la période coloniale, le contrôle des frontières artificielles n'a pas eu des résultats positifs en matière de déplacement et de contrôle des populations, parce que le nomadisme de certaines populations locales et la segmentation de la société comme le cas des Somalis ne se prêtent pas au contrôle d'un pouvoir centralisé. La constitution d'un espace politique à l'image de ce qui s'est passé en Europe butte sur l'absence d'une allégeance à un pouvoir politique et à un territoire délimité¹³.

L'ex colonie accède à l'indépendance le 27 juin 1977, elle s'étend sur une superficie de 22 300 km², un de petits pays africains. Sa situation postcoloniale a fait l'objet de convoitise de ses géants voisins; l'Éthiopie et la Somalie, la politique de l'un comme l'autre était d'annexer ce territoire. Son indépendance intervient dans un contexte politique marqué par des conflits et la rivalité entre les Etats-Unis et l'ex Union des Républiques Socialistes Soviétiques, par-rains alternatifs des régimes éthiopien et somalien.

Le contexte régional des années 1960 et 1970 est marqué par des conflits internes politiques en Éthiopie (tentative de Coup d'Etat et mécontentement social) et en Somalie (c'est aussi la date d'indépendance des colonies britanniques, le Somaliland et Somalia italiana et leur postérieur réunification) et interétatique entre ces deux pays. L'une des conséquences majeures de ces conflits armés pour le nouvel Etat postcolonial est l'afflux de personnes fuyant les affrontements armés entre rébellions et forces gouvernementales de leur pays d'origine. Dès 1978 le pays reçoit plusieurs milliers de réfugiés éthiopiens; ils sont installés dans des camps de réfugiés construits par le Haut Commissariat des Nations Unies pour les Réfugiés particulièrement dans le sud-est du pays, qui fait frontière avec l'Éthiopie et avec la Somalie. Certains de ces réfugiés se déplacent, et s'installent dans la capitale politique et économique du pays où il y a plus d'offres d'emploi que dans les autres villes et villages. Mais les conflits internes ou interétatiques ne sont pas l'unique voie d'entrée des citoyens éthiopiens et somaliens dans le territoire de Djibouti. Les frontières n'étant pas fermées avec des murs comme c'est la mode dans certains pays du Nord. Ainsi suivant un processus connu dans les études sur l'immigration, ce sont d'abord des hommes ou femmes seules qui tentent l'aventure, ensuite des groupes de familles; ils sont originaires essentiellement du Nord de la Somalie et de la Région du Sud-Ouest de l'Éthiopie¹⁴. Profitant des réseaux claniques contrôlés tant par les politiques comme des hommes d'affaires locaux, ce groupe de personnes a pu s'intégrer dans la société djiboutienne; elles ont obtenu la nationalité djiboutienne.

¹³ C'est le cas du nationalisme somalien des années 1950 et 1960 où l'unité contre les colonisateurs européens (anglais, français et italiens) fait place à une gestion ethnique et irrationnelle de l'Etat postcolonial, laquelle termine par l'éclatement des guerres claniques et la disparition du pouvoir central en Somalie au début de la décennie 1990.

¹⁴ Cette région éthiopienne appelée Région Somalie (la deuxième en superficie après la région Oromia) depuis la nouvelle constitution adoptée en décembre 1994 par le parlement éthiopienne porte le nom de région Somali; elle est peuplée majoritairement par le peuple somali et notamment le sous-groupe issa. Une partie de la population et de l'élite politique et intellectuelle djiboutiennes est originaire de cette région; beaucoup d'entre eux sont natis de Diré-Dawa comme l'actuel président de la République, Ismaël Omar Guelleh.

La présence des réfugiés et l'entrée des immigrants de certains citoyens éthiopiens et somaliens «acceptables¹⁵» de par leur origine ethnique ou appartenance à certains clans ont des conséquences sur la composition de la population; elle est plus variée sur le plan clanique. On note une certaine ségrégation dans l'habitat; il y a une concentration dans certains quartiers des membres d'un clan. Démographiquement un pourcentage important de la population djiboutienne est d'origine étrangère, on estime entre 15% et 20%. Un grand nombre de citoyennes-ens djiboutiennes-ens est né à l'étranger ou ont des parents nés à l'étranger, et notamment en Somalie, en Ethiopie, au Yémen, au Soudan, à Madagascar... Autre point qu'on peut observer, c'est le changement de statut des réfugiés. Au bout de quelques années, certains acquièrent la citoyenneté djiboutienne.

Cependant toutes les réfugiées/réfugiés et immigrées/immigrés n'ont pas le statut de citoyens, certaines/certains vivent depuis des générations en République de Djibouti sans aucun document officiel de l'Etat djiboutien. D'autres étaient dans l'attente d'être naturalisées/naturalisés djiboutiennes/djiboutiens. Mais depuis le début des années 1990, on assiste à une pratique très curieuse de l'administration djiboutienne. Certaines/certains étrangères/étrangers pourraient voter aux élections nationales sans avoir la nationalité. A cet effet et comme elles/ils ne sont pas enregistrées/enregistrés comme citoyennes/citoyens et inscrites/inscrites sur les listes électorales, l'administration a substitué la carte électorale à un document appelé ordonnance de vote. Ce document¹⁶ a fait l'objet d'une opposition entre l'ex parti unique et les partis de l'opposition lors des premières élections législatives pluralistes organisées dans le pays. Malgré les protestations des nouvelles forces politiques, ce système qui permet le vote à une citoyenne à la marge est maintenue et utilisée pour les élections présidentielles de 1999 et législatives de 1997.

Si le cas des premiers réfugiés a connu une issue favorable à travers l'intégration dans la société djiboutienne et l'existence des programmes de retour aux pays d'origine, ceux qui sont rentrés à partir de 1990 constituent une population laissée à son sort, parce que les programmes d'assistance des organismes internationaux aux réfugiés et personnes déplacées ont connu une baisse substantielle. Ces personnes ne vivent pas dans des camps, sinon circulent dans les rues de la capitale, elles quémandent durant toute la journée pour manger à leur faim... Certains hommes jeunes sont gardiens de maisons.

Pour un grand nombre des habitants de la ville de Djibouti, leur présence et leur situation sociale créent une méfiance et des tensions. C'est ainsi que naît un type de discours méconnu jusqu'alors dans cette ville cosmopolitique tout au moins occulte: anti-immigré.

2.2. L'apparition d'un discours gouvernemental et médiatique anti-immigré

Les moments de tensions politiques et de crise économique et sociale ont été des occasions pour certains dirigeants politiques de soulever une opposition entre les natifs.es et les étrangers.es, vivant dans le nouvel territoire, créé par la puissance coloniale. Les populations, qu'elle que soit leur origine, ont vécu avec une certaine harmonie et dans la paix dans le temps.

Mais vers le milieu de la décennie 1990, des articles, des entretiens des dirigeants politiques et des réflexions des lecteurs sur les immigrants.es et le fait social migratoire sont publiés

¹⁵ Cette acceptation sélective de «nouveaux citoyens» était l'un des objectifs de la politique du premier président de la République de Djibouti, Hassan Gouled Aptidon de «La République de Djibouti est une terre d'échanges et de rencontre» opposée à une politique coloniale de fermeture des frontières et de contrôle ethnique de sa population. Toutefois la complicité des dirigeants politiques locaux de l'époque a favorisé en fonction du moment politique un groupe ethnique.

¹⁶ L'institution d'une ordonnance était une décision prise par le gouvernement du président Hassan Gouled, qui permet à l'ex parti unique, le Rassemblement Populaire pour le Progrès (RPP) de remporter les premières élections législatives pluralistes du pays en décembre 1992.

par la presse gouvernementale et celle qui soutient les partis d'opposition. Il ne s'agit pas des articles de sensibilisation de l'entrée et du séjour des citoyennes/citoyens d'origine étrangère sur leurs droits et devoirs en République de Djibouti, mais plutôt des textes où il est question d'insécurité généralisée par leur seule présence. Depuis l'indépendance jusqu'à cette date, elle n'était pas dans l'agenda de l'unique journal du pays, La Nation, donc l'immigration ne posait pas de problème officiellement. Son entrée est «fracassante» dans l'agenda des médias. Ils construisent une figure, qui n'est pas tout à fait nouvelle dans la société djiboutienne. Le simple citoyen vivait avec la présence des gens de différentes origines surtout dans la capitale du pays.

Mais l'apparition de ce discours anti-immigré au milieu des années 1990 a pris une dimension importante à partir des années 2000 où l'immigration est connotée de «clandestine». Ainsi dans ce discours journalistique on relève la simplicité d'un argument unique: la relation entre l'augmentation de la criminalité ordinaire et la présence de plus en plus nombreuse des citoyennes/citoyens des pays limitrophes, surtout qui ne parlent pas le somali ou l'afar; ce sont les plus pauvres des pauvres de la société djiboutienne. Ce sont des personnes qui ne peuvent rentrer dans des réseaux claniques de protection et de promotion sociale sur lesquels s'appuie la société djiboutienne.

Quant à la classe politique dirigeante, la «découverte» de l'ampleur de l'immigration paraît la surprendre. Pas tellement, parce que la problématique qu'elle soulève n'a jamais été dans l'agenda gouvernementale. Le gouvernement n'a jamais publié des chiffres sur les immigrés vivant en République de Djibouti. D'après les deux discours dominants, celui de la presse gouvernementale et celui des gouvernants, les personnes migrantes qui vivent depuis des décennies ou celles qui sont entrées depuis les années 1990 dans le territoire djiboutien sont devenues des boucs émissaires et constituent les maux de la société djiboutienne: l'augmentation de la délinquance, de la criminalité¹⁷, la salubrité publique, le chômage endémique¹⁸ ... Ainsi des titres du journal gouvernemental, La Nation, comme «Immigration: le banditisme au quotidien», «Djibouti sous le poids de l'immigration», «La lutte contre l'immigration clandestine est l'affaire de tous» sont fréquents dans la presse gouvernementale. La jeune presse de l'opposition n'est pas du reste¹⁹ dans ce discours de lynchage médiatique des immigrées/s. Plus qu'une réflexion on assiste à une offensive contre une population étrangère vivant dans ce pays, les Ethiopiens qui ne parlent et ne comprennent pas les langues nationales. Le ministre de l'Intérieur de l'époque affirme sans ambages des propos racistes à l'égard des personnes installées depuis des années dans le pays comme lui, puisqu'il est originaire de l'Ethiopie: «pour que ces gens là puissent survivre, ils se livrent à toutes sortes d'activités sans exception (vol, violence, cambriolage, drogue, prostitution) et polluent aussi partout, la plupart étant sans domicile fixe. De plus, les afflux se poursuivent sans répit partout sur le territoire. Il nous est presque impossible de les contenir²⁰.» Le 28 juillet, le même ministre évoquait un problème de sécurité: «Le renforcement de la sécurité intérieure et extérieure de l'Etat en liaison avec les organismes

¹⁷ Le ministre de l'Intérieur (de 1999-2005) accusait les immigrés de l'augmentation de la criminalité affirmant que «Pour que ces gens là puissent survivre, ils se livrent à toutes sortes d'activités sans exception (vol, violence, cambriolage, drogue, prostitution) et polluent aussi partout, la plupart étant sans domicile fixe. De plus, les afflux se poursuivent sans répit partout sur le territoire. Il nous est presque impossible de les contenir»/La Nation du 31 juillet 2003.

¹⁸ Comme il est largement démontré par les recherches sur le discours de la presse dans le monde occidental, on en retrouve aussi dans un pays non occidental. Pour des thèmes complexes par leur gestion, impliquant une responsabilité politique du gouvernement et des autorités locales, la presse gouvernementale djiboutienne fabrique et offre au public djiboutien un «prêt-à-penser» sur des questions que la société devrait confronter d'une autre manière. La criminalité est un phénomène qui existe dans toutes les sociétés humaines.

¹⁹ Immigration clandestine. La déferlante, Le Renouveau (journal d'un parti de l'opposition) 17 février 1994, p. 3. L'auteur/ auteur écrit «ce dont il s'agit, c'est de prendre conscience de l'ampleur d'un phénomène qui a depuis longtemps dépassé les limites du supportable et qui se révèle plus que préoccupant.»

²⁰ La Nation du 28 juillet 2003.

anti-terroristes exige aujourd'hui une politique d'immigration qui ne peut plus faire de Djibouti comme par le passé une «terre d'asile et de rencontre» «car l'environnement a changé. A l'instar d'autres pays, Djibouti malgré sa pauvreté est devenu le miroir aux alouettes pour une population flottante fuyant la pauvreté²¹.» Le gouvernement propage l'idée de peur au sein de la population djiboutienne.

Mais jusqu'en 1996 il n'y avait pas de législation sur l'immigration en dehors de trois lois anciennes; les deux premières datent des années 1980²² et la troisième de 1996²³. Il n'y a aucun débat à l'Assemblée Nationale sur cette question. Cela montre bien que la décision gouvernementale d'expulser les immigrés clandestins en 2003 fut circonstancielle. Mais il ne serait pas exagérer de dire que celle-ci répondait plus à des objectifs bien précis de la politique extérieure des Etats-Unis: contrôler le mouvement des populations dans cette région à haut risque «terroriste» – qu'une politique nationale. Ces expulsions ont été très mal reçues par les pays voisins, et surtout par une partie de leurs populations et de la presse²⁴ de ces pays, qui a mal réagi. En effet les travailleurs auront des difficultés pour entrer dans les marchés de travail de leur pays d'origine; c'est aussi une perte de revenu non seulement pour eux-mêmes sinon pour un ensemble de personnes qui en bénéficiaient l'envoi de l'argent à partir de Djibouti. Le risque est aussi l'apparition d'un sentiment anti-djiboutien des populations éthiopienne, érythréenne et somalienne. Cette mesure brutale a aussi des conséquences importantes pour les échanges économiques et commerciaux entre les zones frontalières.

Les Forces de la Police Nationale ont toujours effectué des rafles dans les quartiers populaires, elles ont arrêté des étrangers. La presse écrite tantôt nationale comme internationale ou les radios internationales comme la BBC ou RFI n'ont jamais consacré un dossier sur ces rafles des citoyens érythréens, éthiopiens, somaliens... vivant et travaillant en République de Djibouti depuis longtemps. En 2003, le contexte politique national, régional et international est différent des décennies précédentes: l'augmentation du nombre de personnes migrantes, la montée du terrorisme dit islamiste dans le monde deviennent une préoccupation dans ces deux régions, l'Arabie et la Corne de l'Afrique. Ce phénomène global ne pourrait laisser indifférente l'Occident, qui par la présence des forces militaires occidentales²⁵ dans le territoire djiboutien a ouvert une instabilité politique et le soutien de régimes autoritaires comme les régimes prooccidentaux de l'Ethiopie et de la République de Djibouti.

3. Espace stratégique de lutte contre le terrorisme international

Sans aucun doute le terrorisme international constitue une des questions politiques importantes pour toutes les sociétés au XXI siècle non seulement par l'impact des attentats du 11 septembre 2001 aux Etats-Unis, mais aussi par le développement d'organisations terroristes

²¹ La Nation du 31 juillet 2003.

²² Décret PR n.° 81-103/PR/TR portant réglementation du travail des étrangers du 4 octobre 1981 et la Loi n.° 240/AN/82 Modifiant certains articles du décret du 2 février 1935 et de l'ordonnance du 2 novembre 1945, relatifs aux conditions d'admission et de séjour des étrangers en République de Djibouti et à leur accès aux activités qui leur sont ouvertes, spécialement ceux en matière de pénalités prévues par ces textes du 20 avril 1982.

²³ Loi n.° 115/AN/96 3e L portent sur l'admission et le séjour des étrangers sur le territoire de la République de Djibouti du 3 septembre 1996.

²⁴ Djibouti Deports Hundreds of Ethiopians Working There, Addis Tribune week 05 septembre 2003. C'est un hebdomadaire éthiopien. Le journal critique l'attitude du gouvernement, il parle de déportation et non pas d'expulsion. Selon lui «plus 2 000 Ethiopien vivant et travaillant (...) le fait qu'ils disposent des permit de travail ont été déportés.» Il accuse aussi le rôle joué par les Etats-Unis dans l'adoption de la mesure gouvernementale djiboutienne.

²⁵ La lutte de l'Occident contre le terrorisme dans cette région intervient à un moment où les groupes terroristes ont mené leurs actions au cœur même du territoire des Etats-Unis en septembre 2001. Certains pays de la Corne de l'Afrique ont été victimes des groupes nationalistes et revendicatifs depuis le début des années et particulièrement l'Ethiopie.

dans le monde – le terrorisme circonscrit jusqu'à là dans certaines régions devient global (Fernando R., 2003). En Europe comme en Amérique du Nord, cette lutte est non seulement un objectif de la politique intérieure, mais aussi elle est une ressource politique pour les acteurs politiques. Elle s'est ajoutée à la panoplie des moyens de manipulation de la classe politique à des moments donnés de la vie politique des pays comme lors des élections législatives et présidentielles. Mais en même temps il y a une affirmation et une prise en compte de la défense des intérêts de l'Occident. Et la sécurité en est une d'eux.

3.1. La manipulation politique d'une menace globale

L'existence des organisations terroristes constitue aussi une menace pour les pays du Sud, lesquels souffrent le terrorisme socialement et économiquement comme l'Irak post-Sadam Hussein ou l'Afghanistan. En dehors du Proche Orient, de l'Afghanistan et du Pakistan, deux autres régions où la menace terroriste est ressentie par les dirigeants occidentaux sont d'une part la Corne de l'Afrique et l'Arabie du Sud (Arabie Saoudite et Yémen) d'où la politique de prévention contre le développement des réseaux terroristes et la mise en place d'une base militaire dans la Corne de l'Afrique.

La fin du 20^{ème} siècle n'est pas seulement marquée par l'augmentation des mouvements migratoires²⁶, mais elle est aussi marquée par la poussée du fondamentalisme religieux et l'affaiblissement ou la décomposition des institutions étatiques des pays du Sud²⁷. C'est une situation qui résulte de facteurs politiques et socioéconomiques tant internes²⁸ qu'externes²⁹. La Corne de l'Afrique a été le théâtre d'affrontements entre l'ex URSS et les Etats durant la guerre froide. Les deux grands pays de cette sous-région africaine, les régimes politiques de l'Ethiopie et de la République Démocratique de Somalie sont reçu des appuis financiers et militaires des Etats-Unis et de l'ex URSS, mais aussi des pays de l'ex Bloc de l'Est comme l'ex République Démocratique d'Allemagne (RDA) ou de Cuba, alliés de l'ex URSS à partir de la fin des années 1960. Ils ont appuyé les guerres meurtrières que se sont livrées ces deux pays africains jusqu'en 1985 quand Mijael Gorbatchev décide de réduire dans un premier temps l'aide militaire à son allié éthiopien. Ce n'est pas pour contrôler des ressources de cette région que les ex deux puissances de la guerre froide se livraient une «guerre de tranchées» par acteurs locaux sinon qu'il y a à proximité une région hautement stratégique pour l'économie occidentale: le Moyen Orient et ses réserves de pétrole et de gaz. La politique d'endiguement du communisme dans la Corne de l'Afrique était soutenue par les monarchies arabes par un conservatisme sociopolitique et par le rejet de l'idéologie communiste. Le seul pays communiste de l'Arabie est le Yémen du Sud.

La Corne de l'Afrique et l'Arabie du sud constituent un point important pour la sécurité extérieure de l'Occident, parce que les pays de ces régions soit disposent d'une ressource stratégique, le pétrole, soit sont un point d'appui pour leurs intérêts maritimes et militaires comme la République de Djibouti, qui de par sa position géostratégique a toujours été un

²⁶ Selon des publications des Nations Unies de l'année 2004, le nombre des immigrés est passé de 175 millions à 190 millions de personnes.

²⁷ Plus qu'une décomposition on assiste dans certains pays la disparition des structures étatiques comme dans les régions où les conflits armés ont déstructuré les relations sociales où la force et la destruction se sont imposées comme moyen d'action. A cela certains auteurs ont appelé avec raison la criminalisation de l'Etat, Bayart, J .F., Ellis, S. et Hibou, B., La criminalisation de l'Etat en Afrique, Bruxelles, Complexe, 1997.

²⁸ Les pays du Sud, et de l'Afrique en particulier, sont confrontés à des crises de légitimité politique, l'autoritarisme des régimes post coloniaux, l'éclatement des conflits armés internes, des crises socioéconomiques presque permanentes.

²⁹ La chute des prix de matières premières, qui a commencé dès la fin des années 1970, l'imposition du libéralisme à des pays en construction, la réduction de l'aide au développement, la marginalisation économique des pays africains ont porté un coup dur à la construction d'un Etat central.

point important pour l'Occident, et particulièrement pour les Etats-Unis durant la guerre du Golfe en 1990 (l'occupation du Koweït par l'Irak).

Dans la péninsule arabe, et particulièrement le Yémen (réunification entre le Nord et le Sud comme capitale Sanaa dans le nord du pays) et l'Arabie Saoudite, le paysage politique et social changé après l'effondrement du communisme; le fondamentalisme jusqu'à là contenu trouve un terrain d'expression en profitant un vide laissé par la guerre froide. En effet l'appui ou l'alliance des monarchies pétrolières à l'Occident capitaliste se basait non seulement par l'existence d'un marché important pour leurs ressources pétrolières, mais aussi ces dernières appuyaient un point de la politique extérieure des Etats-Unis: la politique de containment du communisme durant les années 1950.

3.2. L'affirmation et la prise en compte de la défense des intérêts occidentaux

A la fin de la guerre froide, les Etats-Unis constituent l'unique puissance mondiale pour ses capacités financières et économiques (la première puissance économique mondiale) et militaires (le seul pays qui disposait une capacité d'intervention militaire sur plusieurs terrains). Mais ce monopole momentané ne signifie pas pour autour la fin de tout risque par des acteurs invisibles.

Sa sécurité dans cette région est menacée par l'émergence des groupes fondamentalistes religieux. Or ces groupes sont très mouvants et peuvent s'installer et agir dans d'autres territoires³⁰ que la Péninsule Arabo-persique. Historiquement, les sociétés de la Corne de l'Afrique et de l'Afrique de l'Est (Kenya et Tanzanie) sont très influencées par les valeurs du monde arabe depuis les 9^{ème} et 10^{ème} siècles, dates de la conversion de certains groupes côtiers à l'Islam. C'est dans ce sens qu'il faut entendre les propos du Secrétaire d'Etat adjoint aux Affaires Africaines, M. Charles Snyder, qui affirmait que «les Etats-Unis ont en Afrique de réels intérêts en matière de sécurité et s'ils devaient les ignorer, ce serait à leurs risques et périls³¹».

Contrairement à d'autres politiques tout aussi importantes, celle-ci nécessite des alliés, un déploiement des forces anti-terroristes, des bases militaires et la surveillance de certaines zones du monde considérées comme des bases du terrorisme. Dans un tel contexte et la détermination de lutter contre le terrorisme international, la République de Djibouti par sa situation géographique et géostratégique offre un lieu privilégié pour contrôler les mouvements de personnes suspectes de militants de groupes terroristes arabo-musulmans. En effet ce petit pays est à cheval entre deux régions des plus instables dans le monde après la chute du communisme: la Corne de l'Afrique, pièce importante de la guerre froide, et le monde arabo-persique avec ses réserves de pétrole et de gaz, ressources stratégiques pour les économies occidentales. La chute du régime militaro-ethnique en début 1990 prolonge la République Démocratique de Somalie dans une anarchie totale jusqu'à nous particulièrement dans le Sud où les mouvements islamistes ont eu un gouvernement (les Tribunaux Islamiques et le groupe Shebabh). En effet un des groupes, qui s'est illustré sur le terrain dès les années 1990, est le groupe Al-Itiahd al Islimaya, qui a revendiqué des actes terroristes en Somalie, mais aussi en Ethiopie. Ce pays partage non seulement une frontière terrestre, mais aussi une culture (somalie), une religion (l'islam) et la langue (le somali est parlé en République où une partie de sa population est somalie).

³⁰ Ils profitent des relais locaux pour s'installer dans ces pays. Et la composition sociale et ethnique des sociétés africaines «facilite» quelque part leur présence. De la même manière qu'ils trouvent des relais dans les communautés musulmanes en Europe (France et Espagne, les Maghrébins, Royaume Uni, les Pakistanais...), les leaders des groupes terroristes retrouvent dans certaines couches sociales, favorisées ou défavorisées, des soutiens pour leurs opérations.

³¹ Réalité N.º 94 du mercredi 28 avril 2004.

4. La sécurité de l'Occident dans la Corne de l'Afrique et l'Arabie du Sud

Dès la fin des années 1990, l'immigration est devenue un problème de sécurité pour beaucoup de gouvernements occidentaux. Selon de Bigo (1998), elle se trouve «à la croisée des chemins sécuritaires». Beaucoup de gouvernements occidentaux ont adopté ce que Bigo (1998) appelle une «gouvernabilité de l'inquiétude». Dans sa décision de créer une base militaire, le gouvernement des Etats-Unis a pris la dimension régionale et surtout la situation de la Somalie où l'absence d'un pouvoir politique central a laissé le champ libre à des groupes qualifiés de terroristes ayant ou non des appuis extérieurs.

Cette présence préoccupe les pays occidentaux pour leurs intérêts économiques. En effet, la République de Djibouti est située dans une position stratégique pour l'approvisionnement en ressources énergétiques de leurs économies: gaz et pétrole. Mais aussi pour leurs échanges commerciaux avec l'Orient par voie maritime³². La défense de la sécurité de l'Occident passe par la revalorisation d'un espace géostratégique, marqué par des conflits politiques depuis le début de la décennie 1990 du siècle passé. Comme nous avons analysé dans la première partie, l'immigration, qui fut un fait naturel, est liée à la sécurité, reprenant ainsi un débat qui préoccupe les pays occidentaux. On assiste à une revalorisation de l'espace géographique que constitue la Corne de l'Afrique. Celle-ci se traduit par la constitution comme menace d'un fait naturel qu'est l'immigration pour les populations de cette région africaine.

4.1 La revalorisation de l'espace géostratégique

La Corne de l'Afrique fut un haut lieu d'affrontements entre l'Est (bloc communiste) et l'Ouest (bloc capitaliste) jusqu'à la fin de la décennie 1980. La fin du régime communiste au début des années 1990 a conduit un certain désintérêt de la politique extérieure des Etats-Unis à la différence du Golfe Arabo-persique. Cependant dans cette Afrique, culturellement et religieusement proche du monde arabe, la République de Djibouti fut toujours considéré comme un pays stable politiquement et occupant une position stratégique (Aden, 1986).

Dans les années 1970 du siècle passé, Legum, Huy, Frenet, Holliday et Molyneux, analysant la situation stratégique de cette région pour les Etats-Unis, considèrent que:

«la Corne de l'Afrique est stratégiquement importante puisqu'elle contrôle le passage de la Mer Rouge au Golfe d'Aden et celui de la Méditerranée à l'Océan Indien grâce au canal de Suez. Cette importance est renforcée encore aujourd'hui en raison de la position de cette région, proche du pétrole du Moyen-Orient et du trafic maritime dans l'Océan Indien. Par conséquent, les Etats-Unis ont un intérêt vital à maintenir ouverts le détroit de Bal-el-Mandeb, le port de Djibouti et la mer rouge à leurs navires et à ceux de l'Europe et d'Israël. Dans ce contexte, la Mer Rouge est devenue un objet de la compétition Est-Ouest³³.»

Or le changement qu'on observe sur la scène internationale à la des années 1990, entraîne un changement de cette politique. Alors que le gouvernement des Etats-Unis a non seulement soutenu le principal front armé contre le régime communiste du Colonel Mangustu Hailé Miriam, il n'a pas intervenu dans la crise somalienne. Or l'anarchie dans laquelle

³² La Corne de l'Afrique se trouve sur une des principales routes maritimes qui relie l'Europe et les grandes économies d'Orient, le Japon, la Chine, l'Inde... Le Port Autonome International de Djibouti se trouve dans une bonne position, il offre depuis l'époque coloniale des services portuaires aux bateaux mer ou grands bateaux de marchandise, mais aussi des bateaux de guerre.

³³ Legum, Huy, Frenet, Holliday et Molyneux (1986: 23).

s'orientait la Somalie post Mohamed Syaad Barreh va avoir des conséquences importantes. Dès la fin de 2001, des soldats étasuniens sont stationnés sur le territoire djiboutien, une centaine des groupes d'élites de la Marine d'abord sur un bateau militaire³⁴. A la même année, après une visite de l'ex Secrétaire à la Défense, Donald Rumsfeld, une base militaire étasunienne est ouverte au Camp Lemonnier, un camp militaire abandonné par les Forces Françaises Stationnées en République de Djibouti. C'est la concrétisation de l'un des objectifs de la lutte contre le terrorisme sur le terrain en particulier la Corne de l'Afrique et l'Arabie du Sud, deux régions considérées stratégiques, mais aussi hostiles à la politique extérieure des Etats-Unis à l'exception de l'Ethiopie. Ainsi pour concrétiser cette politique dans ces deux régions, les Etats-Unis ont mis en place la Force Militaire Combinée pour la Corne de l'Afrique, CJTF-HOA³⁵ pour ses sigles anglais.

C'est dans un tel contexte que le gouvernement djiboutien prend en juillet 2003 une décision importante: l'expulsion des gens, hommes, femmes, des familles entières travaillant, qui occupent des postes socialement dévalorisés par les Djiboutiens, mais qui sont tout aussi importants, parce que ce sont des niches d'emplois informels dans un pays où l'économie informelle croit de plus en plus. Le gouvernement présente l'immigration, qu'il qualifie d'office de clandestine et à laquelle il faut trouver une solution, comme une préoccupation nationale³⁶. Le résultat de cette préoccupation est l'expulsion massive des ressortissants des pays limitrophes, qui se trouvent dans une situation sociale précaire. Dans les années 1980 et 1990, il y a eu toujours des rafles policières. Mais en 2003, les immigrées/immigrés sont stigmatisés/stigmatisées par le pouvoir. En effet dans un discours du 26 juillet 2003 Abdoukader Doualeh Waïs, ministre de l'Intérieur et de la Décentralisation, expose les grandes lignes de la décision du gouvernement pour faire face à la situation créée par l'immigration clandestine selon ses mots. Il fixe un délai de 31 jours pour départ volontaire de des clandestines/clandestins. Le délai a été prolongé de 15 jours de plus, il est ramené au 15 septembre 2003. Passé ce délai, la police et les forces armées interviendront pour procéder à l'expulsion de celles et ceux qui ne sont pas partis de leur propre initiative. Selon Le Colonel Hassan Djama Guedi de l'Etat Major de la Force Nationale de Police, plus de 100 000 personnes ont quitté le pays. Dans le même temps, l'Office des Nations Unies pour les Réfugiés et le gouvernement djiboutien a signé un accord pour la création d'un camp de réfugiés pour les demandeurs d'asile, situé à plus de 100 km de la capitale. C'est un petit où l'administration brille par son absence. Et dire qu'à partir de là les étrangers peuvent demander l'asile politique au gouvernement n'est pure fiction.

Beaucoup d'observateurs tant nationaux comme étrangers soupçonnent le gouvernement djiboutien la méthode et le moment choisis de la mesure prise contre ce qui est qualifiée de lutte contre l'immigration clandestine. En effet cette mesure négative socialement pour des milliers de personnes intervient un an après l'installation sur le territoire djiboutien d'une base militaire des Etats-Unis, qui abrite des forces spéciales pour combattre le terrorisme international dans la Corne de l'Afrique et l'Arabie du Sud. Le gouvernement djiboutien a été accusé d'avoir pris la décision d'expulsion sous la pression des Etats-Unis, accusation

³⁴ Mais les Etats-Unis n'est pas le seul pays occidental à avoir déployé des hommes et des appareils militaires. Appuyant la politique de l'administration Bush, il y a aussi des militaires allemands, espagnols et italiens, qui participent aux côtés de leurs collègues étasuniens dans la surveillance des mouvements d'embarcations maritimes suspectes.

³⁵ Combined Joint Task Force-Horn of Africa (CJTF-HOA) est un groupe de travail conjoint sur la Corne de l'Afrique; les militaires qui y participent sont Allemands, Italiens et Espagnols. Selon David Shinn, ancien ambassadeur étasunien en Ethiopie, cette force militaire est composée de 1400 et 1600 militaires et civils. Lors de la guerre d'Iraq en janvier 1991, le territoire djiboutien a été une des bases de la coalition internationale dirigée par les Etats-Unis.

³⁶ Selon le ministre de l'Intérieur et de la Décentralisation: «Le problème qui nous préoccupe aujourd'hui et pour lequel j'interviens est: l'immigration clandestine. Nous la trouvons dans toutes nos villes, villages et campements nomades, bref partout sur notre sol national.» Discours du 26 juillet, publié par La Nation du 28 juillet 2003.

qu'a rejetée le gouvernement étasunien par la voie diplomatique³⁷ mais aussi le République de Djibouti.

Cependant deux faits corroborent l'existence d'une telle pression, d'une part le fait que les Etats-Unis ont qualifié la Somalie de un foyer du terrorisme international islamique. Il existe depuis le milieu des années 1990 des petits groupes armés actifs; ils revendiquent l'explosion des attentats tant en Somalie qu'en Ethiopie. Il y a une menace évidente. Mais il faut prendre en considération la dépendance dans laquelle se trouve le gouvernement de la République de Djibouti à partir du moment que les Etats-Unis payent un loyer pour sa base dans ce pays et le financement de nombreux projets dit de développement financés par l'agence étasunienne de développement, qui avait ouvert un bureau à Djibouti-ville. Malgré le rejet de toute accusation, ce qu'on ne peut ignorer c'est la transformation de l'immigré comme terroriste potentiel.

4.2 Les flux migratoires comme menace terroriste

La préoccupation imaginaire crée un lien entre la présence des immigrés dans les espaces politiques des pays industrialisés et la sécurité, sentiments liés à la crise socioéconomique. Après la chute du Mur de Berlin, la sécurité est entrée en force dans l'agenda gouvernemental de beaucoup des pays du Nord. Déjà à la fin des années 1990, Didier Bigo (1998) écrivait que «l'immigration est lue à travers le prisme de la sécurité par certains hommes politiques, par les polices et certains services sociaux, par nombre de journalistes et une fraction de l'opinion publique.» Les attentats de New York en septembre 2001 ont donné une dimension plus importante à la sécurité nationale des politiques interne et externe de tous les pays, et en particulier des pays occidentaux, victimes ou possibles victimes d'actes des groupes terroristes. Ainsi l'ex Secrétaire d'Etat adjoint aux Affaires Africaines, M. Charles Snyder, affirmait que «les Etats-Unis ont en Afrique de réels intérêts en matière de sécurité et s'ils devaient les ignorer, ce serait à leurs risques et périls³⁸». Dans le Washington File, édité par la section culturelle de l'Ambassade américaine à Paris, repris par le journal djiboutien Réalité, «le Président Bush a annoncé l'initiative de lutte contre le terrorisme en Afrique Orientale. Il s'agit d'un programme de 100 millions de dollars visant à renforcer les capacités de lutte antiterroriste de nos partenaires dans la région... Nous nous attachons à aider plusieurs pays, notamment le Kenya, l'Ethiopie et Djibouti, à renforcer la sécurité de leurs frontières, à accroître la compétence de leurs forces de l'ordre et à améliorer la façon dont les collectivités territoriales marginalisées perçoivent les Etats-Unis et leur politique³⁹... ». La décision d'expulsion est officiellement motivée, pour le gouvernement, par des raisons économiques et sécuritaires. Pourtant, l'élément déclencheur de cette décision paraît être l'influence – certains medias parlent de pression – exercée par les Etats-Unis sur le gouvernement djiboutien, qui avait mis en garde les autorités djiboutiennes à de possibles attaques terroristes visant des intérêts occidentaux dans le pays. Vu de ce point de vue, les expulsions constitueraient donc une mesure de prévention. Et une telle prévention protège

³⁷ Sous la pression de la presse étrangère accusant d'être à l'origine de la décision d'expulsion des immigrés en République de Djibouti, l'ambassade des Etats-Unis a réagi par un communiqué de presse confus: «le gouvernement des Etats-Unis reconnaît à la République de Djibouti, comme à tout autre Etat, le droit de contrôler ses frontières, d'exiger que toutes les personnes entrant et séjournant sur son territoire le fassent légalement (...) les opérations de refoulement sont exécutées dans le respect le plus strict des droits de l'homme fondamentaux.» Le communiqué est publié par la presse gouvernementale djiboutienne. Il reconnaît au gouvernement djiboutien le droit d'agir dans cette matière et donne une qualification à la manière de mener aux opérations d'expulsion. La position du gouvernement des Etats-Unis est très délicate: entre ne pas intervenir dans une affaire intérieure et appuyer un gouvernement qui a accepté d'héberger une force tellement importante dans un contexte de lutte contre le terrorisme international. Voir, Les Etats-Unis ne sont pas impliqués dans les opérations de refoulement des clandestins, La Nation du 08 septembre 2003.

³⁸ <http://ard-djibouti.org/2004/04/>.

³⁹ <http://ard-djibouti.org/2004/04/>.

les intérêts occidentaux et surtout ceux des Etats-Unis, qui dirigent l'opération «Liberté durable» adoptée après les attaques du 11 septembre 2001. Les Etats-Unis utilisent en effet Djibouti – et sa position stratégique dans la corne de l'Afrique – comme une base de renseignement sur Al-Qaeda et les mouvements des personnes suspectées de militantes de groupes terroristes.

Cependant on note un double discours de l'ambassade étasunienne (du gouvernement étasunien), d'une part elle ne prononce pas sur les opérations de refoulement des immigrées/immigrés menées par la police djiboutienne, et d'autre part elle affirme son satisfecit en ces termes: «les opérations ont été exécutés dans le strict respect droits de l'homme⁴⁰.» L'ancienne ambassadrice des Etats-Unis dans ce pays, Mme Lang Schermerhorn, a appuyé la décision d'expulser des immigrés en parlant de terroristes en affirmant que «le gouvernement a également commencé une campagne agressive contre l'immigration pour expulser les illégaux (Ethiopiens) étrangers de Djibouti dans une tentative d'expulser des terroristes potentiels⁴¹.» Pour montrer l'importance de la place qu'occupe la République de Djibouti, l'auteure insiste en affirmant que «Djibouti n'est pas un bastion du terrorisme, mais un bastion contre le terrorisme⁴².»

Il n'y a pas de doute sur la relation que le gouvernement établit entre immigration et sécurité. Si on ne perçoit pas une telle relation dans les discours politiques et la presse gouvernementale, qui reprend le discours gouvernemental, l'accent est mis sur la sécurité. C'est ainsi que le journal La Nation écrivait dans son édition du 14 août 2003 que «le renforcement de la sécurité intérieure et extérieure de l'Etat en liaison avec les organismes anti-terroristes exige aujourd'hui une politique d'immigration qui ne peut plus faire de Djibouti comme par le passé une «terre d'asile et de rencontre, car l'environnement a changé.»

Le gouvernement djiboutien comme ceux de la République Fédérale d'Ethiopie, de l'Erythrée et du Kenya, s'est beaucoup investi dans la résolution du conflit interne somalien, et ce depuis 1991 où s'est tenu une conférence de réconciliation nationale à Djibouti-ville. La dernière conférence de réconciliation nationale a eu lieu en l'an 2000 à Arta; elle a marqué un changement dans les relations entre les actrices/acteurs politiques des régions en guerre par la création d'institutions d'un gouvernement fédéral de transition (GFT), soutenu par la communauté internationale. L'Assemblée somalienne, composée par des représentants tribunaux du centre et du sud de la Somalie – le Somaliland et le Puntland ne participent, ont élu un président du gouvernement fédéral de transition en 2009 à Djibouti-ville en la personne de Sharif Cheikh Ahmed⁴³ après la démission de son prédécesseur. La République de Djibouti dispose un contingent de presque 1000 militaires depuis 3 ans.

Comme l'Ethiopie, qui a souffert des groupes armés nationalistes ou islamistes, et le Kenya, qui est victime d'attentats sur son territoire depuis 2010, la République de Djibouti a aussi payé sa politique de lutte contre le terrorisme contre le groupe Al-Chebab par un attentat contre les intérêts occidentaux dans un restaurant de la capitale, fréquenté par les soldats européens le 24 mai 2014 faisant selon des sources policières 3 morts. Quant au Kenya, il fait face à une multiplication des attentats sur son territoire, et ce malgré l'aide promise par les Etats-Unis de la lutte contre le terrorisme aux pays de la Corne de l'Afrique et les mesures prises par le gouvernement kenyan de lutte contre El Chebab en Somalie, recourant à l'aviation.

⁴⁰ Idem, La Nation du 08 septembre 2003.

⁴¹ Lang Schermerhorn, Djibouti. "A Special Role in the War on Terrorism" En Rotberg Robert I., pp. 48-63, en Rotberg Robert I.

⁴² Ibidem, p. 50.

⁴³ Il a milité au groupe de Tribunaux Islamiques. C'est un universitaire, qui a étudié en Egypte et au Soudan. Considéré par la presse occidentale comme un modéré et un dirigeant de l'Alliance pour la nouvelle libération de la Somalie (ARS).

Conclusion

En reprenant l'analyse de Didier Bigo⁴⁴, on peut affirmer que l'immigration est «problématisée», non pas comme une question entrée sur la scène politique mais comme une question de sécurité des intérêts de l'Occident et particulièrement des Etats-Unis dans cette région. S'il est du devoir de l'Etat djiboutien comme de tout autre Etat de contrôler l'entrée et le séjour des étrangers sur son territoire, la méthode d'expulsion massive n'est pas une manière de régler un problème social et économique important pour les sociétés humaines. Ces expulsions rappellent celles qui ont eu lieu dans d'autres pays africains dans les années 1980 et 1990 au Cameroun, Gabon, le Nigeria... En adoptant une mesure inhumaine d'expulsion massive des personnes intégrées dans la société djiboutienne, les autorités gouvernementales djiboutiennes n'ont pas pris en considération les relations sociales et économiques régionales et les intérêts de la République de Djibouti et ses citoyennes/ citoyens. De nos jours, les gouvernements se trouvent devant un dilemme: favoriser l'intégration économique régionale et en même temps contrôler la présence des étrangers dans un espace qui se veut d'intégration. Il y a bien sûr la question de la sécurité intérieure que tout gouvernement doit assurer à sa population. Le «no man's land» en Somalie et l'existence de rebellions armées en Ethiopie et en Erythrée renforcent la politique sécuritaire des gouvernements de cette région.

Mais la question est de savoir les raisons du changement d'attitude des gouvernements djiboutiens entre les décennies 1980 et 1990 et l'an 2003. Comment le changement du contexte sous-régional, la disparition de l'Etat somalien depuis 1990 et le contexte international post 11 septembre 2001 a eu des répercussions sur la vide politique et sociale de la République de Djibouti? La politique étasunienne de lutte contre le terrorisme a-t-elle mise à profit par les régimes autoritaires de la République de Djibouti, de la République Fédérale Démocratique de l'Ethiopie et de l'Erythrée. Depuis la vague des réformes constitutionnelles, qui ont eu lieu dans la partie subsaharienne du continent africain, les peuples djiboutien, éthiopien et érythréen subissent la violence des régimes autoritaires. A la différence d'autres pays africains comme le Bénin, le Botswana, les Caps Verts ou le Mali (avant le Coup d'Etat de 2012), aucune alternance politique n'a eu lieu.

La République de Djibouti est dirigé par le même parti depuis l'indépendance, même s'il a formé une coalition avec d'autres partis. Avec l'introduction du multipartisme limité jusqu'en 2002 et intégral depuis septembre 2002, il n'y a pas un parti politique nationaliste ou anti-immigrés, qui pourrait expliquer le changement du discours politique et de la presse gouvernementale envers certaines/certains étrangères/étrangers vivant sur le sol djiboutien. La première législation sérieuse sur l'immigration est votée en 2007, trois ans après la fameuse décision d'expulsion 100.000 étrangères/étrangers, qualifiées/qualifiés de clandestines/s, considérés responsables de tous les maux de la société djiboutienne.

La recherche de la sécurité d'Occident dans la Corne de l'Afrique a créé plus d'insécurité pour les populations et les économies de cette région. Le niveau d'instabilité politique est plus élevé, ce qui renforce l'autoritarisme des gouvernements en place, lesquels mettent en avant une menace dont ils ont une grande capacité de manipulation. Celle-ci rapporte beaucoup d'argent. Ce qui maintient les systèmes nationaux de corruption financière, économique et politique. En fait, on note une superposition de système de corruption, celui de l'Occident et de leurs institutions comme la Banque Mondiale, le FMI, l'Union Européenne – qui donnent des chiffres artificiels sur la croissance économique alors que dans le même

⁴⁴ Op. Cit.

temps il y a la famine qui tue des milliers de personnes, et celui des gouvernements et de leurs administrations de la région.

Références bibliographiques

Législation

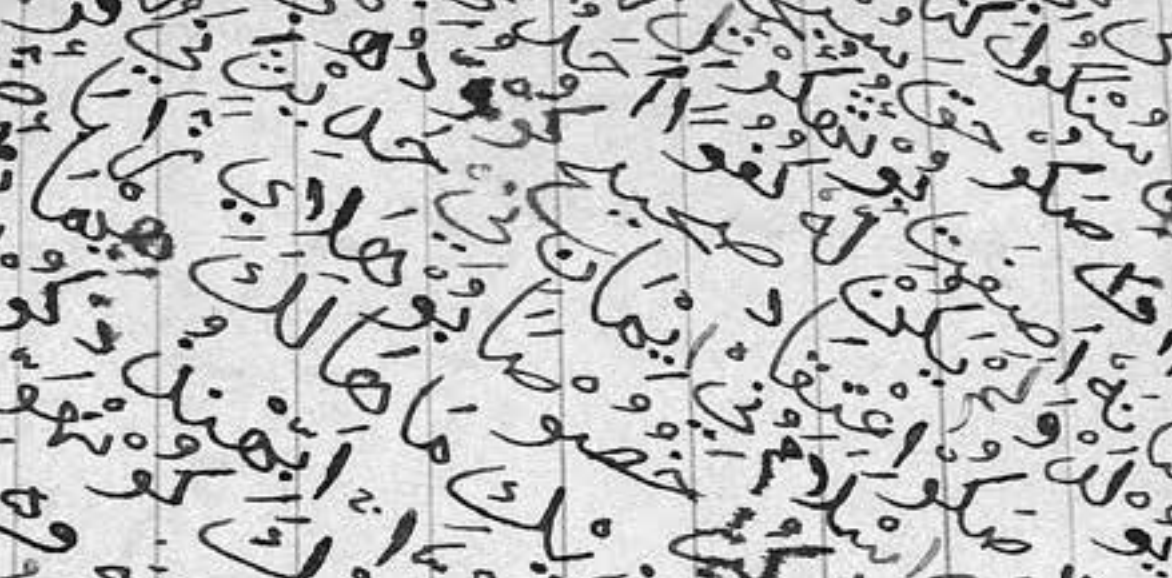
- Loi n.º 74/AN/10/6^{ème} L modifiant la loi n.º 201/AN/5^{ème} L fixant les conditions d'accès en République de Djibouti du 21 février 2010.
- Loi n.º 201/AN/07/5^{ème} L fixant les conditions d'entrée et de séjour en République de Djibouti du 22 décembre 2007.
- La Loi n.º 115/AN/96/3^{ème} L portant sur l'admission des étrangers sur le Territoire de la République de Djibouti du 03 septembre 1996.
- Loi n.º 240/AN/82 Modifiant certains articles du décret du 2 février 1935 et de L'ordonnance du 2 novembre 1945, relatifs aux conditions d'admission et de séjour des étrangers en République de Djibouti et à leur accès aux activités qui leur sont ouvertes, spécialement ceux en matière de pénalités prévues par ces textes du 20 avril 1982.
- Loi n.º 114/AN/80 portant sur les étrangers en République de Djibouti du 30 mars de 1980.
- Ordonnance n.º 77-053/PR/AE portant statut des réfugiés sur le sol de la République de Djibouti du 09 novembre 1977.
- Décret n.º 95-0110/PRE portant diverses mesures d'ordre social du 9 octobre 1995.

Articles et Livres

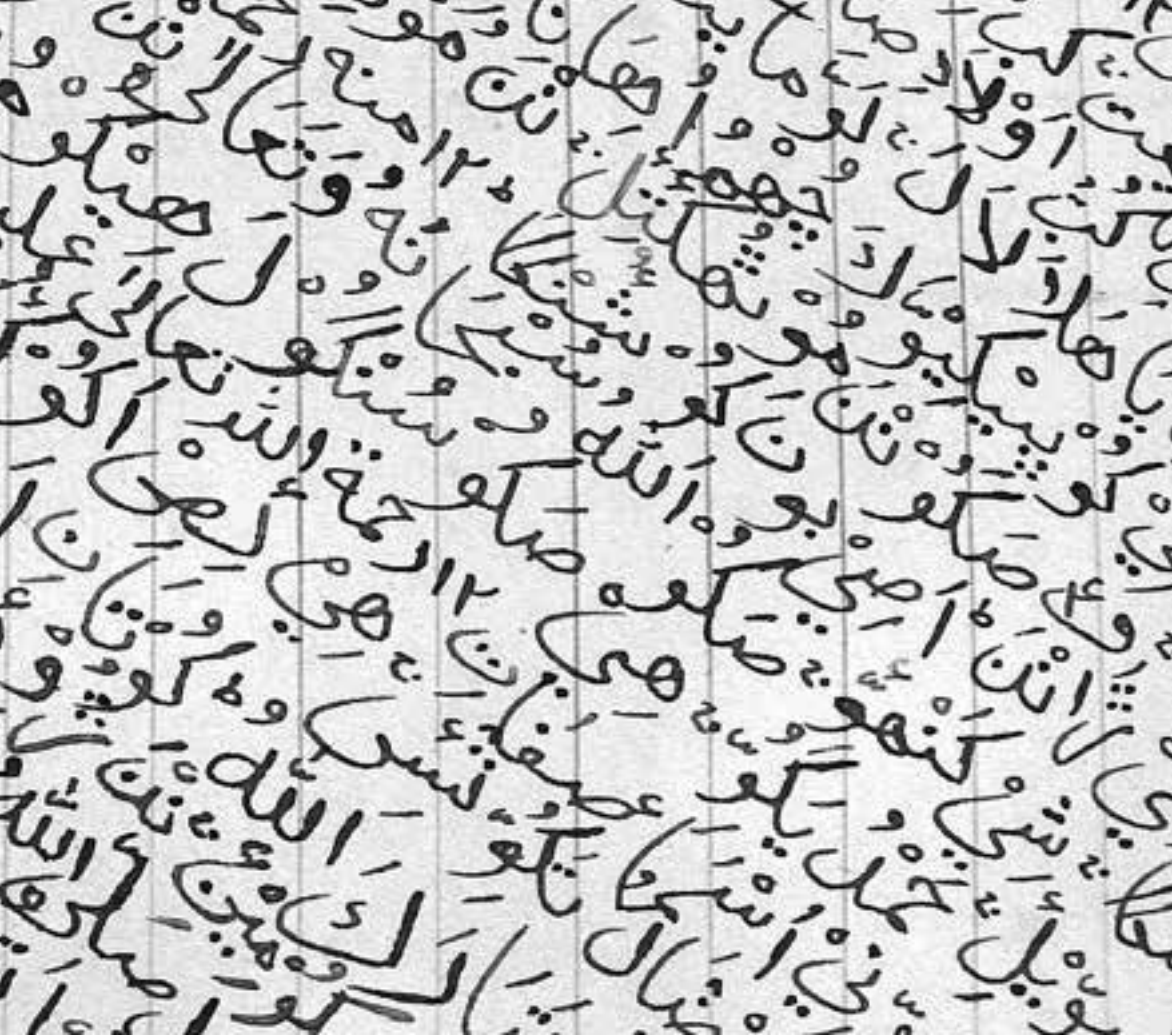
- Aden Robleh Awaleh (1986), *Djibouti clé de la Mer Rouge*, Paris, Editions Caractères.
- Abramovici, Pierre (2004), «L'activisme militaire de Washington en Afrique», *Le Monde Diplomatique* juillet, pp. 14-15.
- Addis Tribune (2003), "Arawus"refugee camp in Djibouti, Addis Tribune week 05/09/03, www.addis-tribune.org.
- Aït-Hatrit, Saïd, «Djibouti se sépare de ses clandestins. L'ultimatum expire le 15 septembre», vendredi 12 septembre 2003, www.afrik.com
- Alan B. Simmons (2002), *Mondialisation et migration internationale: tendances, interrogations et modèles théoriques*, Volume 31, numéro 1. «L'immigration», <http://www.erudit.org/revue/cqd/2002/v31/n1/000421ar.html>.
- Alliance Républicaine pour le Developpement (ARD) (2004), Aide extérieure, bonne gouvernance et anti-terrorisme, *Réalité* N.º 9, 28 avril 2004 www.and-djibouti.org.
- BBC (2003), Migrants defy Djibouti ban, BBC, 15/09/03.
- BBC (2003), Djibouti extends refuge deadline, BBC 31 agost 2003. Djibouti has extended the deadline for illegal immigrants to leave the country by two weeks.
- Bigo Didier (1998), «Sécurité et immigration: vers une gouvernementalité par l'inquiétude?» *Cultures & Conflits* n.º 31-32, pp. 13-38.
- Bigo Didier (1998), «L'immigration au carrefour des sécurités», *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 1, pp. 25-46.
- Bonelli, Laurent (2005), «Quand les services de renseignement construisent un nouvel ennemi», *Le Monde Diplomatique*, avril 2005, pp.12-13.
- Bourdieu, Pierre (1984), *Questions de sociologie*, Paris, Editions les minuits. Chehem, Hassan (2003), *Djibouti, miroir aux alouettes*, La Nation du 31 juillet. Chomsky, Noam (2004), «L'autisme de l'Empire», *Le Monde Diplomatique*, mai, p. 21.

- Clapham Christopher (2000), «Guerre et construction de l'État dans la Corne de l'Afrique», *Critique internationale*, N.º 9, octobre, pp. 93-111.
- Charlie (2003), Sans immigration, Djibouti sera-t-il sans les bras? La Nation du 4 juillet.
- Gyldeń, Axel (2001), La Somalie à la dérive par L'Express.
- De Wenden, C. Wintol (2010), *La question migratoire au XXIe siècle: migrants, réfugiés et relations internationale*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.
- Du Bouchet, Ludmila (2003), «Nouvelles pratiques sécuritaires et recomposition de la scène politique, La politique étrangère américaine au Yémen», *Chroniques Yéménites*, N.º 11.
- Fisher, Jonah (2003), Djibouti rounds up immigrants, BBC, Djibouti 16 septembre.
- _____ (2003), Migrants defy Djibouti ban, BBC, In hiding in Djibouti, BBC, Djibouti 17/09/03, www.bbc.uk.com.
- Haelewyck Jean-Claude (2006), *Grammaire comparée des langues sémitiques. Éléments de phonétique, de morphologie et de syntaxe*, coll. Langues et cultures anciennes 7, éd. Safran Bruxelles.
- Ibrahim, Kenedid (2003), Les personnes en situation irrégulière doivent se préparer à quitter le pays, La Nation du 4 août.
- _____ (2003), Le compte à rebours a commencé!, La Nation du 4 juillet.
- La Nation (2002), Djibouti sous le poids de l'immigration (entretien avec le ministre de l'Intérieur), La Nation Edition Digital 25 avril 2002.
- La Nation (2003), Lutte contre l'immigration clandestine. Une décision appropriée pour endiguer le fléau, Nation du 28 juillet 2003.
- La Nation (2003), Lutte contre l'immigration clandestine et l'insécurité. Un dernier appel du ministre de l'Intérieur qui réaffirme la détermination et la fermeté du gouvernement en la matière, La Nation du 25 août 2003.
- La Nation (2003), Lutte contre l'immigration. Les États-Unis ne sont pas impliqués dans les opérations de refoulement des clandestins, La Nation du 9 septembre 2003.
- La Nation (2003), Lutte contre l'immigration. «La lutte contre l'immigration clandestine est l'affaire de tous», La Nation du 20 novembre 2003.
- La Nation (2006), Trafic des migrants: La gendarmerie renforce la lutte, La Nation digital, 12 octobre 2006.
- Leymarie, Philippe (2003), «Djibouti, entre superpuissance et superpauvreté», *Le Monde Diplomatique*, février, p. 21.
- M.S. (2002), Immigration: le banditisme au quotidien, La Nation Digital du 20 mai. M.S (2003), Qui sont-ils ces immigrés?, La Nation du 4 août.
- M.S. (2003), Vers un règlement définitif, La Nation du 4 août.
- N'Diaye, Tidiane (2008), Le génocide voilé. Enquête historique, Gallimard, collection «continents noirs».
- Oberle, Philippe & Pierre Hugot (1985), *Histoire de Djibouti: des origines à la république*, Paris: Présence Africaine.
- Ouzani, Cherif, En première ligne contre El Qaida, Afrique Intelligent, 4 février 2003.
- _____ (2003), Ismaïl Omar Guelleh: les Américains, Ben Laden et moi Afrique Intelligent, Entretien, n.º 2195, 2 février
- Pérouse de Montclos, Marc-Antoine (1999), «L'Afrique rejette ses propos immigrés», *Le Monde Diplomatique*, décembre, p. 15.
- Piche, Victot (2002), «Les migrations: des enjeux mondiaux aux enjeux locaux», Cahiers Québécois de Démographie, Vol. 1, N.º 1, <http://www.erudit.org/revue/cqd/2002/v31/000421ar.html>.
- Reinares, Fernando (2003), *Terrorismo global*, Madrid, Taurus.
- Rotberg, Robert (2005), *Battling Terrorism in the Horn of Africa*. Baltimore: Brookings Institution Press.

- Rodier Alain (2005), Chasse aux djihadistes d'Al-Qaeda en Somalie, Note d'actualité, N.º 9, mai, Centre Français de Recherche sur le Renseignement.
- _____ (2006), Menaces de guerre dans la corne de l'Afrique, Note d'actualité N.º 48, septembre, Centre Français de Recherche sur le Renseignement.
- Rouard, Alain (1998), "Pour une histoire des arabes de Djibouti", *Cahiers d'Etudes Africaines*, N.º 146, pp. 319-348.
- Schermerhor, Lange (2005), "Djibouti: a special role in the war on terrorism", World Peace Foundation, En Rotberg Robert I., *Battling Terrorism in the Horn of Africa*. Baltimore: Brookings Institution Press, pp. 48-63.
- Saïd, Mohamed (2003), Immigration. Non à l'immigration clandestine, La Nation du 31 juillet. Saïd Mohamed (2003), L'épineuse question des mariages blancs, La Nation du 31 juillet.
- Tomlinson, Chris (2006), Associated Press, Horn of Africa could become major front for anti-terrorism efforts, http://usatoday30.usatoday.com/news/world/2006-10-21-hornofafrica_x.htm.
- Tubiana, J. (2002). Somalie. Les liaisons dangereuses des Somaliens. Le point, 11 janvier, N.º1530, p.33
- Weber, Olivier (1988), *La Corne de l'Afrique (Ethiopie, Somalie, Djibouti, Yémen)*, Paris, Edition Autrement.
- Weber, O. (1987). *Corne de l'Afrique*, Paris: Éditions Autrement.
- Zaïki, Laidi (1983), «Contraintes et enjeux de la politique américaine en Afrique», *Politique africaine*, n.º12, décembre 1983, pp. 25-45.



Notas de Leitura



Gloires et Misères. Impériales? Nationales?

René Pélissier

P. 223-234

Généralités et regroupements de plusieurs pays

Ce qui nous frappe depuis quelques années, c'est l'amélioration constante de la qualité des nouveaux historiens portugais de la période contemporaine qui, non seulement ont affronté, bouleversé et même renversé les vieux mythes nationaux, ultra-colonialistes et passésistes de naguère mais ont, en plus, acquis une telle assurance dans leurs nouvelles conquêtes intellectuelles qu'ils réussissent pour certains à s'imposer à «l'exportation». Nous voulons dire par là qu'il y a une bande de jeunes – et moins jeunes – loups en toge qui, ayant fait une partie de leurs études supérieures à l'étranger, réussissent désormais à obtenir des postes d'enseignants dans les meilleures universités anglo-américaines, plusieurs étant aussi prestigieuses que vénérables. Et ils y parviennent tout en conservant leur spécialisation centrée sur le Portugal ou plutôt son histoire impériale que les plus hardis conduisent jusqu'à son dénouement post-colonial. Quelques-uns, bien introduits ou plus militants, n'hésitent pas, même, à franchir le pas et à publier directement en anglais et à chasser sur les terres du comparatisme et, ce faisant, à introduire la nouvelle historiographie portugaise dans des ouvrages et des domaines qui, il y a 40-50 ans, ignoraient sans remords – faute de passeurs qualifiés – tout ce qui se rapportait au 3^e Império de Lisbonne. Voir deux citoyens portugais organiser de leur propre chef et lancer sur le marché international un livre intitulé **The Ends of European Colonial Empires. Cases and Comparisons**¹, lequel a enrôlé également sous sa bannière des spécialistes étrangers des décolonisations belge, française, britannique et néerlandaise, revient à modifier totalement le rôle autrefois subalterne, généralement réservé à l'historiographie lusophone dans les milieux universitaires, hors du Portugal. Dans le fond, en perdant leurs excroissances extra-européennes, ces historiens de la nouvelle génération ont acquis leur «place au soleil» comme disait le dernier empereur d'Allemagne. Maigre consolation prétendront probablement les *ex-retornados* et les tenants de l'histoire glorieuse, telle qu'on l'enseignait dans les écoles portugaises d'avant 1974. Certes! Certes!

Mais nous ne sommes pas venu dans cette chronique pour polémiquer avec qui que ce soit, mais pour constater une réalité. Donc, ce livre est un recueil de contributions parfois trop rapides, parfois brillantes où la marque de l'Université anglophone est non seulement visible mais bien surtout prépondérante (8 auteurs sur 12). Pour le lecteur moyen, les chapitres les plus directement tournés vers le Portugal sont ceux sous-titrés: 1.^o) «A modernizing Empire? Politics, culture and economy in Portuguese late colonialism»; 2.^o) «Myths of decolonization: Britain, France and Portugal compared»; 3.^o) «The international dimensions of Portuguese colonial crisis». Cela représente en tout environ 80 p. Mais pour le lecteur déjà

¹ Jerónimo, Miguel Bandeira & Pinto, António Costa (coord.) (2015), **The Ends of European Colonial Empires. Cases and Comparisons**, Basingstoke (Angleterre), Palgrave Macmillan, pp. XII-288, index.

spécialisé, ce sont les chapitres consacrés aux décolonisations de la Grande-Bretagne, de la France, de la Belgique et des Pays-Bas qui vont lui apporter des éléments de comparaison. L'absence de l'Espagne est inexplicable, mais pour désafricaniser le focus, les quelques pages sur le crépuscule oriental des anciens ennemis bataves du premier Império sont les bienvenues.

A l'autre extrémité du spectre politique, on doit signaler une belle réalisation journalistique du Sud-Africain Al J. Venter qui, peut-être, fera grincer des dents les auteurs portugais inclus dans le livre précédent et applaudir les nostalgiques de l'Armée de l'Estado Novo. **Portugal e as guerrilhas de África**² est la traduction intégrale de l'original anglais dont nous avons déjà dit ce que nous en pensions sur le fond (cf. René Pélissier, *Portugal-Afrique-Pacifique*, 2015, Editions Pélissier, 78630 Orgeval, pp. 472-473). Traduire un tel livre de macro-reportages engagés, superbement illustré, malgré les dépenses éditoriales que cela implique, ne s'entend que si l'éditeur portugais a procédé à une étude du marché très sérieuse et en a conclu que l'enjeu en vaut la peine. Venter, l'homme-orchestre du reportage de guerre en Afrique noire, a un style qui est facilement lisible et il a le don de fasciner l'amateur d'exotisme absolu. Et quoi de plus exotique pour un auteur et un lecteur anglophones que la guerre «pittoresque» des Portugais en Guinée-Bissau, en Angola et au Mozambique de 1961 à 1974? En plus, c'est un excellent photographe. Nous pensons donc qu'en portugais il aura un public beaucoup plus large que celui de l'édition anglaise. Et comme il tend à démontrer que l'Armée portugaise se battait mieux que les guérilleros – ce qui était absolument vrai en Angola –, le lire sous la plume optimiste d'un étranger reconfortera un pan non négligeable du lectorat.

Cap-Vert & Guiné

On commencera par une résurrection archivistique aussi rare qu'étrange: la découverte en 1986 *in extremis* – le manuscrit allait être jeté aux ordures dans la rue avec quelques centaines de livres et de dossiers, à l'occasion de l'«épuration» par le nouveau Centro de Documentação e Informação du Cap-Vert, de l'ancienne Biblioteca Pública da Praia, qui par tel ou tel remaniement bureaucratique inexplicable avait recueilli des dossiers de l'ex-Secrétariat général du gouvernement (lequel?) – d'un rapport de 1842 sur les comptoirs portugais de Guinée. Il était signé par un certain Alois de Rolla Dziezaski qui se trouvait être Polonais, bien que devenu gouverneur intérimaire de Bissau. Le sauveur était un mordu de «vieux papiers», un technicien des archives qui, à la fin de sa carrière, se retrouva être Directeur général de la Radio-télévision du Cap-Vert et Président de l'Institut des Archives historiques du Cap-Vert. On savait les révolutions et les changements de régimes meurtriers quand ils placent des incompetents dans des services culturels, mais nous pensions que le Cap-Vert avait assez de fonctionnaires cultivés pour s'épargner les autodafés de son passé. Honneur, donc à José Maria Vieira de Brito Almeida qui dans son livre³ s'est piqué au jeu et a voulu être le sauveur de ce personnage oublié, en nous fournissant le texte *in extenso* de toutes les pièces administratives qui le concernent dans deux archives de Lisbonne et la sienne à Praia (rien en Pologne). Il jalonne donc l'itinéraire administratif de cet officier réfugié en France (1830), après l'échec de la révolte contre les Russes. Il sera recruté dans une Légion polonaise destinée à combattre dans les troupes de la reine Maria

² Venter, Al J. (2015), *Portugal e as guerrilhas de África. As guerras portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa 1961-1974*, Lisboa, Clube do Autor, p. 542 + p. 48 de planches couleur; nombreuses photos noir et blanc.

³ Almeida, José Maria Vieira de Brito (2015), *Alois de Rolla Dziezaski, um polaco nos destinos de Cabo Verde: Subsídios para uma biografia e «Memória de Bissau e suas dependências»*, Praia, Instituto do Arquivo Histórico Nacional, p. 223, photos noir et blanc, sépia et couleur.

II. En 1838, il se porte volontaire pour le Cap-Vert et il est chargé de mater la mutinerie des détachements cap-verdiens à Bissau, avec seulement 40 hommes. Avec lui, on sonde le peu d'emprise du Portugal, relayé par le Cap-Vert, dans les misérables comptoirs «tenus» par des simulacres de garnisons non payées en espèces, affamées et littéralement naufragées dans un environnement hostile et mortifère. Les autorités paient tribut au roi des Papels d'Antim qui, à tout moment, peut étrangler Bissau. Le commandant Dziezaski doit donc user de promesses et de beaucoup de diplomatie pour que rentrent dans le rang les mutins qui ont déjà tué quelques-uns de leurs officiers. Les autres – dont l'emblématique Honório Pereira Barreto (élevé au Panthéon du lusotropicalisme parce que noir et gouverneur bien que négrier) – se sont réfugiés au Cap-Vert.

La lecture de la transcription de la *Memória* du Polonais qui n'occupe que les pages 188-207 montre l'état calamiteux des «5 siècles de colonisation». Le peu de vie économique est aux mains du Cap-Verdien Nosolini qui a évacué Bissau pour se replier sur l'île de Bolama; les autres îles Bissagos, tout comme l'île de Bissau (hors le fort et le millier d'habitants du bourg), sont impénétrées. Les environs de Cacheu sont dans la même situation. Ce qui frappe, c'est l'ignorance des autorités à l'égard de l'intérieur. Les Peuls sont à peine mentionnés, le si «fameux» (et tant vanté depuis l'indépendance) royaume de Gabu n'existe pas dans ces pages. A cet égard, puisque l'A. a attrapé le virus de la découverte, il devrait rechercher dans ses archives quand elles ont été informées – si elles l'ont été un jour – de la date de la mystérieuse et controversée Bataille de Kansala, à quelques dizaines de km de Farim: le crépuscule des Dieux du pouvoir prêté aux Mandingues, dont la capitale tombe sous les coups des Peuls/Fulas. S'il trouve la ou les dates exactes, ils lui donneront probablement une rue à Bissau. Ce sera sa meilleure occupation pour meubler sa studieuse retraite.

L'objectif de **Paz e Guerra**⁴ est classique. Il s'agit de rassembler à l'intention des anciens combattants, membres d'une compagnie d'infanterie (CCac 2465), un maximum de documents, photographies, dépositions, témoignages, poésies (!) susceptibles de leur rappeler leur service militaire dans une zone qui semble (la seule carte fournie est trop réduite pour être lisible) être située dans le *chão mandjak* entre 1969 et 1970, avec peut-être un secteur brame-mancaha et des infiltrations du PAIGC venant du *chão balanta*. L'A. était à l'époque le capitaine de la compagnie, laquelle n'a pas eu de morts à déplorer, ce qui peut s'expliquer par divers facteurs. Il insiste surtout sur le travail psychosocial impulsé par le général Spínola au profit des populations locales, ici les villageois de Bissum. Au vu des photos, il faut admettre que l'aide fournie (puits, école, construction de cases regroupées plus hygiéniques, soins à la population, etc.) était considérable pour inciter les habitants à ne pas basculer complètement du côté du PAIGC. Le problème de cette assistance est qu'elle arrivait trop tard, si on reprend le vieux cliché des «5 siècles de colonisation», cliché-mensonge à Bissum baignant dans l'ignorance de l'Histoire. On notera que le tirage du livre est de 100 exemplaires, ce qui veut dire que le nombre potentiel des anciens combattants lecteurs se raréfie inexorablement avec le passage des années. Et qui, en dehors d'eux et de leur famille, va s'astreindre à se plonger dans ce texte?

Angola

Entrons dans un thème qui ne va pas beaucoup plaire aux admirateurs inconditionnels des récits roboratifs: le travail forcé en Angola, ingrédient indispensable à l'enrichissement de

4 Carvalho, António Melo de (2015), **Paz e Guerra. Memórias da Guiné**, sans lieu d'édition, autoédition, p. 321, photos noir et blanc et couleur.

certains grands capitalistes ayant investi dans la production du sucre de canne en Angola. Le titre dit tout de cette thèse américaine d'histoire: **Angola's Colossal Lie: Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913-1977**⁵. L'auteur examine la politique portugaise en matière de travail et de rentabilisation maximale des indigènes mis au service d'une entreprise «modèle» que, jadis, on montrait aux visiteurs étrangers. En passant, il étudie le rôle de l'alcool dans la subjugation des Ovimbundus, mais il restera pour avoir démontré la collusion entre la Sociedade Agrícola do Cassequel et l'Estado Novo, dont la législation initiale vise à assurer au grand colonat une main-d'œuvre constante et involontaire à un coût défiant toute concurrence, c'est-à-dire comment développer l'économie coloniale tout en offrant une vitrine sociale paternaliste acceptable aux yeux des observateurs superficiels. Jeremy Robert Ball a travaillé dans les archives accessibles et surtout fondé sa recherche sur des dizaines de témoignages oraux d'anciens ouvriers africains de la Cassequel. C'est souvent accablant, parfois plus équilibré. Il aurait pu s'arrêter là et conclure en la malignité du seul système capitaliste, mais il a habilement poussé son enquête après 1974. Au-delà de cette date, il aborde franchement l'effondrement des activités du complexe agro-industriel avec sa nationalisation par le MPLA qui, faute de cadres, se tourna vers une gestion cubaine désastreuse. Elle se traduira par un pillage radical du matériel ultra-moderne installé par les Portugais, son exportation vers Cuba et le démantèlement puis l'abandon de la production. La guerre civile s'abat ensuite sur la région et les anciens travailleurs devenus chômeurs en arrivent à regretter les derniers temps de la colonisation (1962-1974), qui était devenue plus humaine avec l'abolition du travail forcé (le *contrato*). L'A. voit en eux des victimes collatérales de la guerre froide.

Et puisque l'on est entré dans la guerre, voyons-en les conséquences directes avec **O adeus a Angola**⁶ qui est la version fictionnelle d'un bon livre antérieur de l'A. (*Costa dos Esqueletos*). C'était le récit de l'exode de certains des colons de Moçâmedes et de Porto Alexandre par voie de terre en franchissant l'embouchure du Cunene sur un radeau pour s'enfoncer dans l'ignorance incroyable des Portugais locaux de ce qu'est la partie la plus inhospitalière de la Namibie nord-occidentale. Ils seront sauvés de justesse par la SADF (Armée sud-africaine). Le lecteur éventuellement intéressé pourra comparer ce roman amer avec le témoignage initial – s'il en trouve encore un exemplaire.

Arrivés dans la SADF, on peut aller visiter l'une de ses curiosités: **As the Crow Flies**⁷. C'est un livre mixte: 1°) les souvenirs lointains et embrumés d'un officier sud-africain qui fut le premier commandant des Bushmen d'Angola (*ex-Flechas*), tout juste récupérés par les forces de Pretoria, basées en Namibie; 2°) cinq morceaux d'Al. J. Venter servant d'introduction et d'explications au texte manuscrit du colonel Delville Linford. L'intérêt du texte est donc double. On peut y voir le rôle joué par le bataillon des Bushmen dans l'invasion de l'Angola de 1975 (Opération Savannah) surtout au Centre (au Benguela et au Cuanza Sul), notamment face aux Cubains, à l'arrière de Novo Redondo. Sur un plan plus anecdotique, l'ethnologue trouvera peut-être matière à réflexion dans la rencontre entre une microsociété de chasseurs-collecteurs déjà partiellement embrigadée par la PIDE/DGS, et un univers militaire relativement formaté et rigide, lors d'opérations de guerre où il s'agit de tirer le maximum des dons naturels des Bushmen.

Entre autres tâches, le Bataillon des Bushmen était chargé de détecter et d'éliminer les groupes de guérilleros de la SWAPO, de part et d'autre de la frontière méridionale de

5 Ball, Jeremy Robert (2015), *Angola's Colossal Lie: Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913-1977*, Leiden/Boston, Brill, p. XVI-199, photos noir et blanc, index.

6 Amorim, Rogério (2015), *O adeus a Angola. Diário da fuga pela Costa dos Esqueletos*, Vila do Conde (Portugal), Verso da História, p. 252, photos noir et blanc et couleur sur les rabats de la couverture.

7 Linford, Delville & Venter, Al J. (2015), *As the Crow Flies. My Bushman Experience with 31 Battalion*, Pretoria, Protea Book House, p. 287 + p. 24 de planches noir et blanc et couleur.

l'Angola, ce qui nous mène tout naturellement à une étude sociologique et ethnologique de ses camps de réfugiés, telle qu'on la trouve exposée dans **National Liberation in Postcolonial Southern Africa**⁸. Deux chapitres sont consacrés au camp de Cassinga dont l'attaque et la destruction (4 mai 1978) par les parachutistes de la SADF ont fait couler beaucoup d'encre depuis. L'A. montre que cet événement majeur fut déterminant dans l'irruption de la paranoïa au sein de l'appareil de la SWAPO qui, à la recherche d'espions internes, en arriva à douter de ses membres les plus intellectuels et des non-Ovambos dans ses rangs. Sa police politique instaura alors une culture du soupçon généralisé et la création d'un univers concentrationnaire proprement stalinien où de 1980 à 1989 une dizaine de camps de détention installés sur le territoire angolais (surtout aux environs de Lubango) furent ouverts pour faire avouer et punir (tortures et éliminations par morts lentes ou disparitions inexplicables) les suspects (femmes incluses dans certains cas). Des années passées dans ces prisons souterraines des plus primitives (en fait, creusées dans la terre, des fosses profondes de 4 m, recouvertes de tôles ondulées) où les détenu(e)s étaient soumis(es) à un régime alimentaire et sanitaire si déplorable, qu'elles n'épargnaient que les plus résistant(e)s! Tout cela au vu et au su des autorités du MPLA qui fermaient les yeux pour conserver l'appui militaire de ses meilleurs combattants parmi ses alliés africains. Christian Williams qui a enquêté sur place et chez les survivants ne laisse aucun doute sur la matérialité des faits et des exactions commises par les dirigeants de la SWAPO pendant la guerre contre la SADF. Un livre de plus qui déconstruit la légende de la lutte du Bien contre le Mal. Ses exécutants ont rarement les mains propres, de part et d'autre, sauf dans la propagande des comités de soutien et des services de l'information officielle.

Le sous-titre de la thèse de Didier Péclard⁹ peut prêter à une certaine confusion. Certes, elle parle de l'UNITA, mais ce qui intéresse l'A., c'est avant tout les influences des missionnaires protestants (venus des États-Unis et du Canada) dans la naissance du nationalisme des Ovimbundus et, avant cela, par percolation lente, dans la formation d'une élite protestante qui allait fournir les cadres de l'UNITA, à commencer par Savimbi et son entourage immédiat. C'est indéniable. Tout aussi indéniable est l'importance qu'il accorde dans ce livre à l'existence et à l'évolution des missions protestantes sur le Planalto. Les seuls spécialistes angolans qu'a produits la Suisse depuis 1961 sont liés, d'une manière ou d'une autre, à des missions non catholiques. Et cela vaut également pour le Mozambique. Familial ou confessionnel, le tropisme est présent dans leurs travaux d'érudition. Nous apportons ces précisions à l'intention des lecteurs qui vont absorber cette très minutieuse étude de ce qui constitue l'essentiel de l'ouvrage. Ce qui oriente prioritairement l'A., c'est donc les tentatives initiales des missionnaires de la période coloniale de créer – à partir de leur grand centre de Dondi (entre Huambo et Kuito) – une société modèle et chrétienne dans les villages du Plateau central. Mais leurs jeunes éduqués abandonnent la ruralité pour les lumières des deux villes. A partir d'une étude pionnière des archives missionnaires nord-américaines il apporte une masse d'éléments concrets que l'on soupçonnait intuitivement, mais sans en avoir la preuve. Il nous la fournit sur un plateau.

Pour d'autres chapitres, il se contente de gloses de textes antérieurs plus ou moins approuvés ou contestés par lui. Il est possible que les enseignements décapants de Bayart et de Messiant l'aient influencé. Ce qui est clair, c'est qu'il ne se prive pas de critiquer, parfois, ces missionnaires, méfiants à l'égard des aptitudes financières de certains catéchistes et pasteurs africains qu'ils ont formés et qu'ils sentent échapper à leur tutelle. Comme les

8 Williams, Christian (2015), **National Liberation in Postcolonial Southern Africa. A Historical Ethnography of SWAPO's Exile Camps**, Cambridge, Cambridge University Press, pp. XVIII-259, photos noir et blanc, index.

9 Péclard, Didier (2015), **Les incertitudes de la nation en Angola. Aux racines sociales de l'UNITA**, Paris, Editions Karthala, p. 369.

missionnaires que nous étions allé voir à Dondi en 1966 – décision qui sentait fortement le soufre à l'époque pour l'Administration coloniale (René Pélissier, *Explorar*, 1979, Editions Pélissier, 78630 Orgeval, pp. 182-183) – l'A. a tendance à vouloir donner des leçons à ses prédécesseurs. Il reste qu'il est capital pour savoir ce qui se passait en 1961 sur le Planalto. Il est le premier à révéler nombre d'organisations clandestines plus ou moins mort-nées, donc ayant échappé au radar de John Marcum. Il suit aussi l'évolution de l'Eglise catholique locale qui, selon lui, n'a pas été toujours du côté du pouvoir colonial (surtout à partir de 1940). Il manie aussi un scalpel méthodique pour disséquer les rêves et les souvenirs de quelques anciens colons du Plateau.

C'est un livre important pour l'histoire et la sociologie de ces kystes «hérétiques» dans une colonie catholique, mais les liens directs entre la mission protestante et la naissance de l'UNITA ne sont pas exposés de façon formelle. C'est peut-être ce qui fera l'objet d'une étude ultérieure qu'il est le mieux placé actuellement pour conduire. Les «incertitudes de la nation» persistent donc, inévitablement, et s'il a bien labouré le terreau social préparé par ces évangélistes venus d'une autre culture, trop sûre d'elle-même, il doit nous apprendre la manière dont les racines qu'il a mises à nu se sont transformées en racines concrètes et solides aptes à nourrir cette terrible organisation et machine de guerre constituée par Savimbi au temps de sa splendeur.

Maintenant voyons l'une des retombées les plus fructueuses de l'envoi autrefois par le MPLA d'étudiants angolais en Pologne dont un, au moins, est devenu le sociologue de Luanda le plus fécond. Les liens qu'il a noués avec les autorités universitaires à Varsovie ont débouché sur un livre inattendu, rédigé par deux sociologues et sinologues polonais et lui-même, publié en anglais à Cracovie, diffusé par Columbia University Press et distribué à partir de la Grande-Bretagne. Qui dit mieux en matière de mondialisation du savoir que **Events over Endeavours**¹⁰? Le résultat des enquêtes menées par les trois auteurs consiste en une étude comparative de l'image des Chinois et de la Chine en Zambie et en Angola. Les sociologues ne nous font grâce d'aucun des outils radiographiques qu'ils ont mis en œuvre pour arriver à leurs conclusions. Cette partie est réservée, semble-t-il, à leurs collègues sociologues dans le monde qui apprécieront. Ce qui nous intéresse, nous, c'est la perception de l'émigré chinois et de son pays dans les médias locaux et la population qui les côtoie en général. Elle est franchement mauvaise en Zambie et mitigée en Angola. Les journalistes nous l'avaient annoncé et les sociologues nous le confirment à grands renforts de graphiques, de tableaux et de statistiques. Les migrations massives de la R. P. de Chine en Afrique pourraient bien, en certains pays, déboucher sur des pogroms à venir car, quoi qu'ils en disent, les Africains ne sont pas à l'aise devant ces néo-colonisateurs d'un genre nouveau qu'ils ne comprennent généralement pas.

Et puisque nous avons évoqué la Zambie, remontons légèrement le cours du temps, tout en restant en Angola, avec un livre surprenant qui est une thèse de l'une des filles de l'écrivain António Lobo Antunes, lequel a bâti sa gloire littéraire – à nos yeux, justifiée – sur le traumatisme que lui a laissé son expérience de médecin involontaire de la compagnie d'artillerie 3313 en 1971, précisément à la frontière Zambie-Angola du Sud-Est, face à la guérilla du MPLA. Maria José Lobo Antunes a eu l'habileté de choisir pour thème de **Regressos quase perfeitos**¹¹ l'«anthropologie» des souvenirs de la guerre coloniale (quarante ans après les faits) entretenus dans un petit échantillon d'anciens combattants de la CART 3313. Comment? En les confrontant minutieusement aux écrits de son père,

¹⁰ Jura, Jaroslaw & Kałużyńska, Kaja & Carvalho, Paulo de (2015), *Events over Endeavours in Zambia and Angola*, Kraków/Cracovie, Jagiellonian University Press, p. 185, diagrammes.

¹¹ Antunes, Maria José Lobo (2015), *Regressos quase perfeitos. Memórias da guerra em Angola*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 423, photos noir et blanc.

de 1979 puis de 2005, et surtout à la version officielle à l'intention des autorités militaires de l'époque (la pièce d'archive «*História da Unidade BART 3835*»). S'il pouvait la lire, cette thèse ne plairait probablement pas à Al J. Venter qui fréquenta ce front en tant que reporter de guerre. L'A., comme son père, vomit la guerre coloniale et les mythologies impériales de l'Estado Novo qui conduisirent un bataillon, dont 120 paysans et ouvriers pauvres du Nord-Portugal, à passer une année, dans une savane désertifiée, ventilés entre Gago Coutinho, Sessa, Mussuma (chère à Melo Antunes), Ninda et Chiume, avant que le MPLA ne s'effondre et ne se replie au-delà de la frontière. Ce n'est pas un livre pour littérateurs ou commentateurs, par exemple, du style célinien dans *Os Cus de Judas*. En revanche, outre les sociologues, les psychologues, les psychanalystes, les apologistes du MPLA et les anciens combattants, les futurs historiens militaires non partisans auront intérêt à lire ce livre qui contient de façon inattendue un chapitre IV consacré à la révolte de la Baixa de Cassange et à la «vie de cocagne» qui mena sur place la CART 3313 en 1972. C'est un livre universitaire que la multiplication des transcriptions de souvenirs bruts de décoffrage rend accessible – en partie – à un large public.

En matière d'amour ou de désamour des autorités angolaises actuelles à l'égard de **Magnífica e miserável**¹², peu d'hésitations sont permises. Encore que... C'est un tableau réaliste de la situation du pays, peu avant la chute récente des cours du pétrole, que dresse un auteur qui nous semble être devenu le meilleur analyste de l'oléocratie et de l'oligarchie qui règnent en Angola. Nous étant déjà expliqué ailleurs sur les qualités de l'édition en anglais (Ricardo Soares de Oliveira, *Magnificent and Beggar Land...*, London, Hurst, 2015), nous ne pouvons ici que recommander aux anciens guérilleros du MPLA – aux survivants tout au moins – qui attaquaient Sessa, Mussuma, Ninda, etc., en 1971, la lecture de la traduction de cette étude. Y verront-ils enfin le sens de leur lutte? A supposer qu'ils aient appris à lire le portugais entre-temps et qu'ils ne se soient pas installés définitivement en Zambie.

Mais puisque nous sommes dans les désillusions et les misères, voyons-en une représentation littéraire, historique et angolaise, bien qu'elle se prolonge aussi au Brésil sur 200 pages. **Do outro lado do mar**¹³ est un roman d'un historien qui a bâti sa carrière sur l'abolition de la traite négrière et divers sujets connexes liés à l'esclavage et à la colonisation en Angola au XIX^e siècle. Il a un talent précieux chez un homme de lettres exotiques: il sait donner à l'intrigue un contexte puisé dans les meilleures sources historiographiques. Ici, il s'agit du Portugal des années 1830 et de ce qui se passait à cette époque en Angola dans le couloir colonial allant de Luanda aux rives du Cuango. L'A. met en lumière un abolitionniste que les vicissitudes de la vie ont conduit à être médecin sur un *tumbeiro* reliant l'Angola au Brésil, mais João Pedro Marques n'est pas un naïf. La société africaine, luso-africaine et brésilienne est complice dans le trafic. Comme il l'écrit (p. 129): «*Em África não devia ser nada fácil manter as mãos limpas*». Défilent donc une procession goyesque de personnages qui feront hurler aussi bien les nationalistes des genres colonialiste qu'indépendantiste actuels: 1.^o) un chef coutumier issu du Cassange qui razzie et massacre (sauf les femmes dont il utilise au maximum les fonctions reproductrices pour augmenter son cheptel d'esclaves qu'il vend à des négriers noirs, métis ou blancs); 2.^o) la société interlope de Luanda composé d'anciens *degredados*, de vieilles familles de *filhos da terra* imbus de leur rang mais esclavagistes, de quelques fonctionnaires blancs malhonnêtes, d'esclaves domestiques, de prostituées, etc. L'A., avec un tel sujet glauque, ne peut être un falsificateur de l'Histoire. C'est donc un enchevêtrement de bestialités, d'intérêts sordides et de monstruosité qui tient le

¹² Oliveira, Ricardo Soares de (2015), **Magnífica e miserável. Angola desde a guerra civil**, Lisboa, Tinta-da-China, p. 375. photos noir et blanc.

¹³ Marques, João Pedro (2015), **Do outro lado do mar**, Lisboa, Porto Editora, p. 364.

lecteur en haleine. A déconseiller aux amateurs de berceuses et de légendes manichéennes et à recommander au lecteur qui voudrait une entrée accessible dans un passé sans gloires.

Mozambique

On ouvrira cette section par l'étude d'une Américaine qui ne semble pas enseigner dans une université, mais conduit depuis des décennies des recherches indépendantes sur la création du Zoulouland, sur Chaka et sur les autres royaumes et chefferies du Sud-Est africain, dont le Maputo. Polyglotte émérite, l'objet de son ouvrage le plus récent – **Kingdoms and Chiefdoms of Southeastern Africa**¹⁴ – repose sur une confrontation de l'histoire orale des sociétés bantoues aux sources écrites. C'est une entreprise qu'elle attaque avec persévérance car il en faut beaucoup pour ne pas se laisser dérouter et même égarer dans ces labyrinthes qui donnent le tournis aux profanes auxquels nous appartenons. Pour le Maputo et l'implantation des comptoirs européens sur son sol elle utilise certaines sources portugaises, mais avec d'étranges lacunes pour connaître l'épisode autrichien à Lourenço Marques, notamment l'édition par Alexandre Lobato du journal en français qu'il a présenté sous le titre *Os Austríacos em Lourenço Marques*, publié par l'Arquivo Histórico de Moçambique en 2000. Lui manquent également, à ce propos, les sources en allemand et en italien. De même, elle est plutôt faible pour l'histoire du comptoir néerlandais.

Son livre est cependant important pour les Portugais que le malheur conduisit sur ces rives depuis les récits des naufragés des XVI-XVII^e siècles jusqu'à leurs activités centrées à Lourenço Marques (surveillées par les Britanniques). Elle s'arrête en 1833. Quatre chapitres au moins concernent directement les Portugais, ce qui suffit à classer ce texte parmi les travaux indispensables à une étude d'histoire mozambicaine méridionale. Mais on ne peut pas dire que c'est une littérature qui se laisse absorber facilement, à mesure que l'on entre dans les généalogies princières, au-delà de la chaîne des Lebombos. C'est un enfer d'incertitudes et de complexités.

De l'extrême-sud on passera à l'extrême-nord, et le hasard des parutions nous met en présence de ce que nous n'hésitons pas à qualifier de livre majeur pour connaître l'histoire de la colonisation portugaise au Mozambique. Tous les peuples préfèrent fêter leurs victoires militaires (quand elles existent), plutôt que leurs défaites. C'est dans la nature mesquine de l'homme, mais qu'il ait fallu un siècle pour que le Portugal dispose enfin d'une étude sérieuse et profonde de ce que fut sa participation à la Première Guerre mondiale en Afrique orientale relève d'un autre phénomène que nous ne voulons et ne pouvons pas commenter en détail ici. Il nous suffira d'énoncer le titre pour expliquer un siècle de silences honteux et d'occultation, consciente ou non. **A guerra que Portugal quis esquecer**¹⁵. Et nous nous félicitons d'apprendre que c'est un journaliste de Porto qui sait écrire qui a fait le travail d'un historien patenté en employant les mêmes techniques que lui, mais en le rédigeant dans un style brillant propre à guider son lecteur fasciné et horrifié dans les décombres et les ruines d'une tragédie nationale. Nous rendons donc hommage à son auteur, Manuel Carvalho, car c'est non seulement un pionnier mais aussi un maître en son domaine.

Il est le premier en effet à être allé bien au-delà des études globales en anglais sur les quatre années de guerre (1914-1918) qui ont ravagé l'Ost-Afrika allemande et le Nord-Mozambique. A deux ou trois exceptions près et récentes, elles n'accordent qu'une attention condescendante et souvent méprisante aux tentatives et aux échecs des Portugais au nord et au sud

¹⁴ Eldredge, Elizabeth A. (2015), *Kingdoms and Chiefdoms of Southeastern Africa. Oral Traditions and History, 1400-1830*, Rochester (New York), University of Rochester Press, pp. XI-438, index.

¹⁵ Carvalho, Manuel (2015), *A guerra que Portugal quis esquecer*, Porto, Porto Editora, p. 269 + p. 16 de planches photographiques noir et blanc, sépia et couleur.

du Rovuma. Même nous (René Pélissier, *Naissance du Mozambique*, 1984, 2 vol., Editions Pélissier, 78630 Orgeval), nous n'avions consacré qu'un ou deux chapitres (Vol. 2) à ce sujet et à cette période et encore en les abordant sous un angle (les révoltes africaines suscitées par les pressions portugaises) très différent de celui choisi par Manuel Carvalho. Ayant tout l'espace nécessaire, il développe: 1.^o) les aspects apocalyptiques de la politique en Métropole; 2.^o) son panorama financier et diplomatique misérable; 3.^o) l'incroyable impréparation locale; 4.^o) les erreurs, l'incapacité et la lâcheté de certains officiers supérieurs; 5.^o) l'abandon criminel de leurs soldats devant les carences de l'intendance et des services sanitaires; 6.^o) l'hostilité impitoyable du milieu physique; 7.^o) la résistance impuissante mais généralisée des troupes agonisantes, face à une mission impériale bien au-dessus des forces des expéditions successives; 8.^o) la conduite insensée des opérations militaires portugaises contre les Allemands. En un mot, l'A. dénonce facilement l'infériorité patente des Portugais par rapport à leurs Alliés britanniques et surtout devant un ennemi allemand, un seigneur de la guerre, qui les surclasse sur tous les plans, malgré la diminution et l'attrition de ses propres soldats disponibles.

En filigrane, se dessine une évidence: les victoires à la Mousinho de Albuquerque et consorts (*l'escol de Enes*) n'avaient pu être remportées que devant des indigènes mal armés et encore plus mal commandés. Mais elles étaient impossibles lorsque l'adversaire était européen et appliquait des tactiques modernes. Autrement dit, l'A. rejoint la plupart des historiens étrangers et va plus loin qu'eux: l'Afrique avait été conquise parce qu'elle n'avait pas les moyens et la volonté de résister les armes à la main. Tout le reste n'est que du folklore pour expositions coloniales à relents ultra-nationalistes.

Cela étant, il ne faudrait pas croire que l'A. est constamment en train de dénigrer tout le haut-commandement des expéditions. Certes, un Sousa Rosa est impardonnable à ses yeux, mais il réhabilite le rôle de Massano de Amorim en 1915 et même, dans une bien moindre mesure, celui du général Ferreira Gil en tant que tacticien (à ses débuts). Il admet que ses bêtes noires (les politiciens républicains à Lisbonne), en lui fixant des objectifs irréalistes (par exemple, l'occupation d'un maximum de territoires allemands, jusqu'à Mahenge, voire Tabora, à plus de 400 km au nord de la frontière du Rovuma), l'ont découragé. En sous-estimant l'obstination et les capacités de Von Lettow-Vorbeck, en ne tenant pas compte de la difficulté du terrain et du délabrement des troupes et en se laissant intoxiquer par la fausse victoire constituée par la réoccupation de Quionga (sans opposition!), Lisbonne vivait dans un délire permanent, tandis que ses soldats sur place perdaient toute valeur offensive. Dès lors, l'échec du premier franchissement de l'embouchure du Rovuma (1916), la poussée «miraculeuse» jusqu'à Nevala, puis la débâcle qui s'ensuit (1916-1917) et finalement l'écrasement à Negomano (1917), la prise en main des opérations au Mozambique par les Britanniques (qui n'empêchent pourtant pas la grave défaite de Namacurra en 1918), tout cela aboutit à discréditer et à démoraliser complètement le corps expéditionnaire portugais. Dès lors, les survivants sont devenus les spectateurs honteux des combats mineurs que se livrent Allemands et Britanniques sur le territoire d'une colonie censée être portugaise. L'humiliation est à son comble: les fils des héros de Chaimite ne sont donc bons qu'à mater des soulèvements d'Africains excédés.

Sur le plan purement technique, l'A. a travaillé comme un historien professionnel: digestion de la littérature à sa portée (surtout anglo-américaine – avec quelques lacunes – et portugaise): presque rien en allemand; dépouillement des pièces pertinentes dans trois archives, dont celle de Maputo; annotations copieuses (447 entrées). Mais là où il l'emporte sur tous ses prédécesseurs, c'est dans la connaissance directe du terrain. Journaliste, il s'est rendu sur place à Quionga, le long du Rovuma, à Palma, à Mocimboa da Praia, à Nevala (en Tanzanie actuelle), à Negomano et probablement dans d'autres localités mineures.

En 1973, nous avons tout juste passé un jour à Nangade dans une autre guerre, la coloniale, et à aucun moment nous n'avions eu l'occasion d'entendre les témoignages de quelques Africains ayant eu un contact personnel ou familial, avec les événements de 1914-1918. Lui a recueilli au moins sept dépositions orales!

Sur un seul point, nous avons une légère divergence d'appréciation avec l'A. Ce n'est pas uniquement l'Estado Novo et, avant lui, la Dictature militaire qui ont «rayé» des livres d'histoire nationale ces quatre années de malheurs, et de hontes. C'est toute la société portugaise lettrée qui a «balayé sous le tapis» cette «*Epopeia maldita*», pendant près d'un siècle. A commencer par les Républicains les plus engagés et acharnés qui, s'ils avaient été intellectuellement honnêtes, auraient pu incriminer leurs dirigeants de 1910 à 1926 et battre leur coulpe, soit en exil à l'étranger, soit dans le secret des cercles d'opposition restés au Portugal. Et que dire de ces dizaines de milliers de soldats qui de 1964 à 1974 se sont retrouvés, malgré eux, dans les garnisons du Cabo Delgado, du Niassa, de Zambézia et du Moçambique, sans même qu'on leur ait dit ou qu'ils se soient rendus compte que, cinquante ans plus tôt, près de 20.000 Portugais moribonds les avaient précédés. Ils avaient des excuses puisque rares étaient les témoignages qui avaient été imprimés. Mais de 1974 à 2004 (date de parution sous la plume d'un officier d'active d'un premier livre qui examine sérieusement certains aspects de la Grande Guerre au Mozambique) qui, dans la corporation des historiens universitaires, a vraiment décidé de mettre au jour ce qu'après quatre ans de travail un journaliste nous révèle finalement en 2015? L'héritage des mythes coloniaux dans la psyché nationale avait fait des ravages bien avant et après l'arrivée de Salazar au pouvoir. Ils étaient suffisamment soporifiques pour que les survivants de 1914-1918 réveillent le bon peuple avec leurs expériences intempestives lorsqu'ils prétendaient avoir vécu l'enfer dans les camps et les hôpitaux de la mort lente entre le Niassa, Negomano, Namacurra et la côte maléfique du Cabo Delgado.

Ce livre est salutaire, car inconsciemment il met le lecteur portugais face aux conséquences qu'entraîne l'abus des stupéfiants que leur livre gratuitement une certaine version de leur histoire coloniale. Cette «légende dorée» qui résiste et ne veut pas mourir, malgré les efforts d'une nouvelle génération de chercheurs lucides.

Tout autre dans ses objectifs est **Women, Migrations & the Cashew Economy in Southern Mozambique**¹⁶. Cette historienne américaine n'a jamais porté la colonisation portugaise tardive dans son cœur, et elle l'attaque brutalement là où elle était la plus critiquable: l'exploitation de la main-d'œuvre africaine, notamment au Sud-Mozambique. En bonne féministe, elle y ajoute un deuxième thème annexe, développé de main de maître dans ce livre: l'émigration des Africaines rurales à Lourenço Marques, arrivées pour travailler dans les usines de décorticage des noix de cajou, l'une des exportations majeures de l'économie du Mozambique colonial. C'est donc d'abord de l'histoire sociale fondée sur les souvenirs et les chants de trois générations de femmes exploitées par un entrepreneur (ismaélite, soit dit en passant). Mais c'est aussi une étude extrêmement développée et même pointilliste de l'économie rurale et urbaine centrée sur la culture et la transformation des fruits de l'anacardier au Sud-Mozambique. Ce serait donc une erreur de notre part que de limiter l'utilité de ce livre à une histoire axée sur le genre. C'est beaucoup plus. Notamment une mise en accusation des tares d'un système fondé sur la discrimination non seulement sociale mais raciale à Lourenço Marques, au temps où le modèle sud-africain imprégnait les mentalités des colons bien plus profondément qu'à Luanda. Ils vivaient sur une autre planète. Attaquée sans nuances au Centre et au Nord par les spécialistes américains de

¹⁶ Penvenne, Jeanne Marie (2015), **Women, Migrations & the Cashew Economy in Southern Mozambique 1945-1975**, Woodbridge (Sussex), James Currey & Rochester (New York), Boydell & Brewer, p. XIV-281, photos noir et blanc, index.

la culture du coton, l'histoire de la colonisation portugaise au Mozambique prend des couleurs sombres dans les universités anglo-saxonnes. L'énumération des sources et des entrées de la bibliographie occupe plus de trente pages, ce qui fait du livre l'un des piliers les plus solides de l'historiographie sud-mozambicaine et en particulier de Maputo, à la fin du cycle colonial.

Dans un genre plus personnel (et plus léger à absorber) nous recommandons aussi la lecture de **Mozambique. Destins croisés d'une femme et d'un pays**¹⁷. C'est l'histoire d'une amitié entre une Suisse et une Mozambicaine, de l'ethnie chope, donc déplacée à Lourenço Marques. Elle est éduquée (catholique) dans les limites de l'époque et de la situation financière du père. Nationaliste, elle raconte sa fuite de la capitale dans un groupe de jeunes, son interception par les Sud-Africains, son incarcération par les Portugais, la réussite de la deuxième tentative qui la conduira dans les rangs du FRELIMO dont elle devient un membre privilégié, puis son long séjour en Suisse (1968-1974), sa rentrée à Dar es Salaam en 1974 où elle suit un entraînement militaire jusqu'à son retour à Maputo en mai 1975, puis à Beira. Son mari est nommé ministre de la Santé, elle devient l'une des dirigeantes de l'Organisation des femmes mozambicaines. L'indépendance lui a réussi, apparemment, Comme il en faut pour tous les goûts, on peut aussi consulter les souvenirs humoristiques d'un ancien officier de la Marine. **A viagem da corveta**¹⁸. L'A. raconte ses patrouilles le long de la côte, sa base principale étant à Beira où il participe au pseudo-blocus de la ville pour empêcher les communications maritimes avec la Rhodésie. Il visite aussi Ibo et son camp de détention de la PIDE et cherche à résoudre l'énigme du Caso «Angoche». Ce n'était pas un fervent défenseur de l'Estado Novo et la majorité des officiers de sa corvette appuyèrent le 25 avril, lui en premier.

Signalons aux lecteurs qui auraient voulu obtenir l'ouvrage d'Alice Dinerman¹⁹ sur l'évolution politique (1975-1994) dans une petite partie de la province de Nampula, paru en 2006, que son éditeur vient de le réimprimer dans un format broché, mais avec un contenu identique. Sortir en huit ans deux éditions d'un ouvrage de science politique appliquée au Mozambique montre qu'il y a une demande plus vive que nous ne le pensions pour ce genre et ce pays. Comme nos commentaires sur le livre ont déjà été repris dans notre bibliographie récapitulative de 2015 (cf. René Pélissier, *Portugal-Afrique-Pacifique ... op.cit.* pp. 74-75), il n'y a pas lieu de les répéter ici. Nous ne savons pas si c'est l'apport documentaire du texte ou la polémique politique qu'il contient qui sont à l'origine de cet engouement remarquable pour un traité en anglais sur le Mozambique.

Timor

On repart dans la violence sur une terre qui la cultive de siècle en siècle. **Three Centuries of Conflict in East Timor**²⁰ est un livre original dans la tapisserie des publications en anglais qui ont vu le jour depuis quelques décennies. Est-ce de l'ethnologie, de la sociologie, de la science politique, de la généalogie, de l'histoire militaire? C'est tout cela à la fois, mais l'A. cible un seul *reino* (chefferie) côtier au sud-ouest de Dili, qui offre la particularité d'avoir été tantôt pro-portugais, tantôt pro-néerlandais, et ce depuis les premiers contacts

¹⁷ Montmollin, Danièle de & Mocumbi, Adelina (2015), **Mozambique. Destins croisés d'une femme et d'un pays**, Paris, L'Harmattan, p. 197, photos noir et blanc.

¹⁸ Begonha, Manuel (2012), **A viagem da corveta. Uma década de episódios navais**, Lisboa, Edições Colibri, p. 118, photos noir et blanc et couleur.

¹⁹ Dinerman, Alice (2014), **Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa. The case of Mozambique, 1975-1994**, London & New York, Routledge, pp. XXIV-394 p., index.

²⁰ Kammen, Douglas (2015), **Three Centuries of Conflict in East Timor**, New Brunswick (New Jersey) & London, Rutgers University Press, pp. XV-231, photos et illustrations noir et blanc, index.

avec les Européens jusqu'au milieu et même la fin du XIX^e siècle, reflétant bien les oscillations des tendances du moment des différents lignages prétendant au pouvoir. Eux, ce qui les intéressait, c'était de trouver l'accommodement le plus favorable avec le pouvoir proto-colonial qui prétendait gouverner dans l'île. A ce jeu de bascule, la Compagnie hollandaise des Indes orientales était le suzerain fantomatique le moins exigeant, jusqu'à ce que les Néerlandais acceptent de les abandonner et d'échanger cette «enclave» économiquement riche contre les prétentions portugaises sur les îles extérieures à Timor (notamment à Flores et dans le chapelet insulaire de Solor à Alor), plus 200.000 florins.

Il serait exagéré de dire que la transition entre le laisser-aller de Kupang et l'avidité des autorités de Dili s'effectua dans la paix et la douceur, mais on ne va pas non plus refaire ici l'historique des rébellions timoriennes anti-portugaises aux XIX-XX^e siècles (cf. René Pélissier, *Timor en guerre*, 1996, Editions Pélissier, 78630 Orgeval, *passim*) et dresser le palmarès des têtes coupées, *reino par reino*. Ce qui est intéressant dans ce livre, c'est l'importance que l'A. accorde au rôle des grandes familles locales dans l'attitude du Maubara à l'égard de Dili et des administrations portugaise, japonaise, indonésienne, onusienne et timorienne, qui ont eu la haute main sur les moyens de pression militaires. La persistance de ces pouvoirs locaux, plus ou moins occultés dans les traités de science politique des politologues australiens, est l'un des points forts de Kammen qui nous inflige impitoyablement huit pages de tables généalogiques consacrées à sept lignages! A signaler qu'il a une bonne connaissance des sources et travaux en néerlandais, portugais et indonésien, ce qui n'est pas si fréquent. Dès lors, sa monographie perce le nuage de parfums provinciaux qu'exhalent la plupart des études récentes sur la justice, la reconstruction, la violation des droits de l'homme, la naissance de l'Etat indépendant, etc., et autres pièges pour candidats docteurs à la mode.

Resumos

Middle Pleistocene Lithic Industry and Hominin Behaviour at Laetoli

Audax ZP Mabulla

Tradicionalmente, as perspetivas sobre tecnologia, os comportamentos e as atividades dos homínidos são principalmente inferidas a partir da análise de artefactos de pedra. A cognição, que se pensava ser determinada apenas pelo tamanho do cérebro e pela complexidade, agora também pode ser medida examinando as relações entre estratégias de debitação, a tipologia dos instrumentos e as utilizações das matérias-primas líticas e suas estratégias de aquisição. Os objectivos deste estudo consistem na definição da indústria lítica e na determinação dos comportamentos, atividades e cognição dos homínidos, com base nos artefactos de pedra recolhidos no Pleistoceno Médio superior de Ngaloba Beds, em Laetoli, na Tanzânia. Ngaloba Beds superior, datadas de cerca de 200 kya também revelaram um crânio de *Homo sapiens* arcaico (EHs : referido como homínido Laetoli 18 , LH18) ou *Homo heidelbergensis* , em associação direta com artefactos líticos . O estudo revela que as ferramentas de pedra das camadas superiores de Ngaloba Beds representam predominantemente (93,840 %) um kit de ferramentas leves (raspadores, becs, buris e pontas) misturado com uma percentagem mais baixa (6,16%) de ferramentas pesadas (núcleos/ grandes raspadores, bifaces/picos e machados sobre núcleo). Esta combinação de kits ligeiros e pesados toolkits é melhor descrita como indústria Ngaloban da Early Middle Stone Age (EMSA). A análise de matérias-primas líticas mostra que os EHs em Laetoli utilizavam materiais locais e não-locais que indicam padrões de captação de amplo alcance. Assim, durante 200 kya , os EHs em Laetoli tiveram um conhecimento exaustivo da paisagem, usando-o para encontrar e transportar matérias-primas líticas . Além disso, as análises do tamanho dos artefactos, dos seus tipos e das suas utilizações principais, na relação com as matérias-primas líticas, mostram que os EHs sabiam como manipular materiais líticos usando em pleno as suas capacidades. As ocorrências de pontas retocadas e *Levallois* em geral, e de algumas com sinais adelgaçamento dos bolbos, mostram que os EHs em Laetoli tinham conhecimento de armas de projecteis e sistemas encabamento. Além disso, a presença de ocre vermelho indica aquisição e uso de pigmentos e, portanto, evidencia comportamento simbólico por parte dos EHs durante a EMSA em Laetoli , há 200 kya .

Palavras-chave: Ngaloba Beds – Early-Middle Stone Age – Laetoli – Tanzania

Traditionally, insights into hominin technology, behaviours and activities are mostly inferred from the analysis of stone artifacts. Cognition, once

thought to be determined by brain size and complexity alone, can now also be measured by examining the relationships between core reduction strategies, tool types and lithic raw material utilizations and procurement strategies. The objectives of this study are to define the lithic industry and determine hominin behaviours, activities and cognition as reflected by the stone artifacts collected from the Middle Pleistocene upper Ngaloba Beds at Laetoli, Tanzania. The upper Ngaloba Beds, dated to about 200 kya have also yielded a cranium of Early *Homo sapiens* (EHs: referred to as Laetoli Hominin 18, LH18) or *Homo heidelbergensis*, in direct association with stone artifacts. The study reveals that the upper Ngaloba Beds' stone tools represent a predominantly (93.840 %) light-duty toolkit (scrapers, becs, burins and points) mixed with a lower percentage (6.16 %) of heavy-duty toolkit (core/large scrapers, bifaces/picks and core axes). This combination of light-duty and heavy-duty toolkits is best described as Early Middle Stone Age (EMSA) Ngaloban industry. Analysis of lithic raw materials shows that EHs at Laetoli utilized both local and non-local materials indicating wide-ranging patterns. Therefore, during 200 kya, EHs at Laetoli had a thorough knowledge of the landscape, using it to find and transport lithic raw materials. Moreover, analyses of stone artifact size, tool types and core utilizations versus lithic raw materials show that EHs knew how to manipulate lithic materials to the best of their abilities. The occurrences of retouched and *Levallois* points in general and some with thinned bulbs signals that EHs at Laetoli had knowledge of projectile weaponry and hafting systems. Moreover, the presence of red ochre indicates procurement and use of pigments and therefore, evidence for symbolic behaviour by EHs during EMSA at Laetoli, 200 kya.

Key-words: Ngaloba Beds – Early-Middle Stone Age – Laetoli – Tanzania

Review of the Stone Age Archaeology in Southwestern Angola

Daniela de Matos

África tornou-se um grande foco de debate sobre a emergência do comportamento humano moderno e a emergência de homens anatomicamente modernos devido ao aumento de dados em sítios da Middle Stone Age nos territórios da África Austral. O Sudoeste de Angola é uma das regiões de maior interesse para o quadro cronológico da Stone Age, devido às condições geográficas e geomorfológicas semelhantes a outras regiões da África Austral da zona intertropical, que permitiram a preservação

dos depósitos do Pleistoceno médio e final com materiais líticos.

Novas abordagens metodológicas têm permitido novas perspectivas sobre a ecodinâmica das populações humanas na África subsaariana, na tentativa de compreender as suas estratégias de subsistência, juntamente com a paisagem e a gestão de recursos, a sua evolução cognitiva e adaptativa e as suas características culturais e tecnológicas, diacrónicas e sincrónicas. No entanto, apesar do aumento do conhecimento sobre estas questões, muito pouco se sabe sobre a pré-história dos países de língua portuguesa, como Angola.

Antes do fim da ditadura em Portugal e da independência de Angola (antes uma província Portuguesa) em 1975, a Junta de Investigações do Ultramar (JIU) realizou uma série de missões geográficas, geológicas e antropológicas. Entre 1948 e 1955, a Brigada de Prospeção Geológica e a Missão Antropobiológica prospectaram o planalto de Humpata e descobriram uma série de grutas, abrigos e locais ao ar livre. Uma breve revisão dos antecedentes históricos e dados atuais sobre essas coleções é aqui apresentada com base nos materiais tratados e estudados no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), em Lisboa, Portugal.

Palavras-chave: África – Angola – Middle Stone age

Africa has become a major focus on the debate of the emergence of modern human behavior and rise of anatomically modern humans due to increasing data on early Middle Stone Age sites in southern African territories. Southwestern Angola is one of the regions of great interest for the chronological framework of the Stone Age due to the geographic and geomorphological conditions similar to other southern African regions of the intertropical zone that allowed preservation of Middle and Late Pleistocene deposits with lithic materials. New methodological approaches have offered new insights on the ecodynamics of past human populations in Sub-Saharan Africa, attempting to understand their subsistence strategies along with landscape and resource management, their cognitive and adaptive evolution and their diachronic and synchronic cultural and technological features. However, despite the increasing knowledge on these issues, very little is known about the prehistory of the Portuguese speaking countries, such as Angola. Before the end of the dictatorship in Portugal and the independence of Angola as a Portuguese province in 1975, the National Board for Colonial Research (JIU) conducted a series of geographical, geological and anthropological missions. Between 1948 and 1955, the Geological Survey Brigade and the Anthropobiological Mission surveyed the Humpata Plateau and discovered a series of caves, rockshelters and open-air sites. A brief review of the historical background and current data on these collections is here presented based on the materials curated

at the Tropical Research Institute (IICT) in Lisbon, Portugal.

Key-words: Africa – Angola – Middle Stone age

Rock Art Research in Namibia: a Synopsis

Alma Mekondjo Nankela

A Namíbia tem um dos registos mais notáveis, diversos e extensos de arte rupestre na África Austral. A base de dados de arte rupestre do país inclui atualmente registos detalhados de pinturas e gravuras encontradas em vários contextos. No entanto, alguns desses locais foram registados e publicados, enquanto outros permaneceram sem registo e inéditos.

Este trabalho procura destacar a história da pesquisa de arte rupestre na Namíbia ao longo dos últimos 50 anos, período em que o aumento das atividades de investigação tem sido observado na região; examinando onde a pesquisa de arte rupestre foi centrada, olhando para as diferentes configurações, distribuição, conteúdos, tradições, analogias etnoarqueológicas, estilo, cronologia e os aspectos de gestão e conservação dos sítios de arte rupestre na Namíbia.

Além disso, nós discutimos criticamente alguns dos desafios do estudo da arte rupestre na Namíbia, as tendências de pesquisa atuais e as perspectivas futuras de pesquisa. Aqui, eu apresento um panorama da pesquisa de arte rupestre na Namíbia, no qual eu examino onde a pesquisa de arte rupestre tem sido focada e, finalmente, discuto criticamente alguns dos desafios de estudar arte rupestre na Namíbia, tendências de pesquisa atuais e perspectivas futuras de pesquisa.

Palavras-chave: Arte rupestre – Investigação – Namíbia.

Namibia has one of the most outstanding, diverse and extensive rock art records in Southern Africa. The country's Rock art database currently holds detailed records of both paintings and engravings found in various settings. However, some of these sites have been recorded and published, while others remained unrecorded and unpublished.

This paper attempts to highlight the history of rock art research in Namibia over the last 50 years to date, the period where increased research activities has been observed in the region; by examining where rock art research has been focused, looking at the different site's settings, distribution, content, traditions, ethno-archaeological analogues, style, chronology and the aspects of management and conservation of the rock art sites in Namibia.

Furthermore, we will critically discuss some of the challenges of studying rock art in Namibia, current research trends and future research perspectives. Here, I present an overview of rock art research in Namibia where I examine where rock art research has been focused and finally critically discuss some of the challenges of studying rock art in Namibia, current research trends and future research perspectives.

Key words: Rock Art, Research and Namibia.

Rethinking the presentation at Olduvai Gorge site museum within Integrated Landscape Management (ILM) framework

Everlyne E. Mbwambo e Luiz Oosterbeek

Despite the relevance of the Olduvai complex and of the remarkable research undertaken for decades, the picture that one gets from the current site museum display is that of the incomplete and fragmented representation of Olduvai Gorge cultural landscape. Noticeable, there are aspects and themes of presentation and interpretation at the site museum which have remained largely unchanged despite the ever changing and dynamic cultural landscape and knowledge resulting from research. This paper raises issues of comprehensive integrated presentation of all themes represented in the territory framed in the broader perspective of heritage management within integrated landscape management framework. The paper opined that 21st century museums (OG site museum) need to take into consideration the presentation of all territorial themes that incorporate tangible and intangible heritage visible or not on the cultural landscape. In the end the paper recommends rethinking presentation by modelling integrated preservation and presentation strategies that ensure the message of the past and present are interpreted and presented effectively to the indigenous communities as well as the visitors for sustainable heritage management.

Key-words: Olduvai Gorge – Tanzânia – Masai – Gestão Integrada do Território

Apesar da relevância do complexo de Olduvai e da pesquisa notável realizada ao longo de décadas, a imagem que se obtém a partir da exposição no museu atual é a da representação incompleta e fragmentada da paisagem cultural de Olduvai Gorge. São perceptíveis aspetos e temas de apresentação e interpretação no museu de sítio que permaneceram em grande parte inalterados, apesar da dinâmica da paisagem cultural e do conhecimento em constante

mudança, resultante da investigação. Este artigo levanta questões relacionadas com a abrangente apresentação integrada de todos os temas representados no território enquadrado numa perspectiva mais ampla de gestão do património no quadro da gestão integrada da do território. O artigo defende que os museus do século XXI (como o museu de sítio de OG) precisam de tomar em consideração a apresentação de todos os temas territoriais que integram o património material e imaterial ou não visível na paisagem cultural. No final, o artigo recomenda repensar a exposição, modelando estratégias de preservação e apresentação integradas que garantam que as mensagens do passado e do presente sejam interpretadas e apresentadas de forma eficaz às comunidades indígenas, bem como aos visitantes, para uma gestão sustentável do património.

Palavras-chave: Olduvai Gorge – Tanzania – Masai – Integrated Landscape Management

Le couteau de jet en milieu Gabri

Noudjiko Hamdji Milman

Na sociedade tradicional dos povos Gabri, a faca de arremesso é uma arma que até hoje permanece inseparável dos homens. Utilizada na guerra e na caça, tem também um valor simbólico na resolução de conflitos, casamentos, cultos religiosos, cerimónias fúnebres, etc. Pode dizer-se que representa simbolicamente essa cultura e que os seus valores são transmitidos de geração em geração. Contudo, apesar desse papel e dos seus valores, a faca de arremesso encontra-se ameaçada por decisões administrativas e pela pressão da modernidade.

Palavras-chave: Chade, Gabri, faca de arremesso, património cultural

Dans la société traditionnelle des peuples Gabri, le couteau de jet est une arme qui jusqu'à nos jours reste inséparable des hommes Gabri. Utilisé pour la guerre et la chasse, il a aussi avec une valeur symbolique dans la résolution des conflits, mariages, vénération des dieux, cérémonies funèbres etc. On peut dire qu'il est bien un symbole d'une culture. Ses valeurs sont protégées et transmises de génération en génération. Pourtant, malgré ses rôles et ses valeurs, la place qu'occupe le couteau de jet, cet instrument patrimonial, se trouve menacé par certaines décisions administratives et la modernité.

Mots-clés: Tchad, Gabri, couteau de jet, patrimoine culturel

Património e arqueologia angolana como potenciais aliados de uma atividade turística nacional residual

Ziva Domingos e Bumba de Castro

Parte substancial do passado de realizações das comunidades colonizadas na historiografia africana foi destruída a favor da imposição de valores civilizacionais dos colonizadores. Por meio das descobertas e saberes científicos proporcionados por ciências como a arqueologia, essas comunidades têm hoje compreendido melhor o passado negado, e encaram o futuro com uma perspectiva diferente. Por conseguinte, importa que o desvendar desse passado seja valorizado e divulgado, com vista o reforço da função sociocultural que representa para as comunidades afectadas. Um dos caminhos que mais se aponta para esse propósito tem sido o turismo, evidenciado nas suas práticas culturais e criativas. Desta forma, o presente artigo pretende fazer uma abordagem sobre as principais descobertas arqueológicas em Angola e seu rico património cultural e natural, susceptíveis de serem potenciados pela actividade turística.

Palavras-chave: Arqueologia, Angola, património cultural, turismo, desenvolvimento.

Part of significant achievements of the colonized communities in Africa history was destroyed because of the civil values imposed by the colonizers. Through the scientific knowledge provided by science like archaeology, those communities have a better understanding of its denied past and they face the future with a different perspective. So, it is important to find out this past to be valued and disseminated, to strengthen the sociocultural function for those communities. Tourism is, sometimes, pointed as a solution for this, mainly in terms of creative and cultural practices. In this way, the paper intends to approach the main archaeology findings in Angola and its rich cultural and natural heritage, susceptible to improve the tourism activity.

Keywords: Archaeology, Angola, cultural heritage, tourism, development.

A prospeção: Um projecto para relançar a arqueologia na província da Huíla (Angola)

André Serdoura e Jorge Guimarães

A região da Huíla foi identificada como possuidora de um rico passado Histórico e Arqueológico. No

âmbito do protocolo de cooperação científica entre o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e o ISCED da Huíla foi desenvolvido o projeto CartLub que integra a prospeção, trabalho de campo e formação técnico-teórica na área da Arqueologia de Campo e da Paisagem. O projeto foi iniciado na província da Huíla em Setembro de 2015.

Como principal objeto de estudo, de formação técnica e de prospeção arqueológica foram selecionados os recintos Fortificados ou Fortalezas. A falta de bibliografia sobre este tema criou um desafio positivo no que toca à sua contextualização. Contudo, no final da primeira campanha de prospeção foi possível levantar hipóteses de trabalho relativamente à sua cronologia e função.

Palavras-chave: Angola, Huíla, recintos muralhados, megalitismo.

The region of the Huíla Province (Angola) is known to have a rich historical and archaeological past. Under the framework of the Cooperation Agreement between the CEAUP and the ISCED Huíla, the CartLub project was designed to articulate archaeological (technical and theoretical) traineeship with field and landscape Archaeology. The project started in September 2015 in the Huíla province.

The fortresses or fortified enclosures were chosen as the main object of study. The lack of bibliographic sources on this topic created a positive challenge as regard to its contextual interpretation. However, by the end of the first season of field work, it was possible to build estimated guesses as regards its chronology and functional role.

Keywords: Angola, Huíla province, fortified enclosures, megalitism.

O contexto cultural dos marcos de terreno nas aldeias Ambundu/Angola

Éva Sebestyén

Nos manuscritos dos sobas ambundo durante os séculos XVIII e XX o tema principal tinha sido a defesa da terra linhageira perante as intrusões. O processo de legitimação da posse comunitária começava com a fixação dos limites entre os vizinhos utilizando tanto marcos naturais (árvores de grande porte como também penhascos, rios, montanhas) como obras de artesanato (pedaços de ferro, utensílios feitos de argila). Estes marcos foram registados por escribas ambundu em declarações que o soba fazia sobre as terras linhageiras da sua povoação (genealogia da linhagem principal, migração, estabelecimento, demarcação de terreno) que serviam como argumento importante no eventual conflito de terrenos. Entre os marcos naturais sobressaem as árvores que poderiam ter também

usos económicos. Segundo o corrente estudo piloto que forma a base deste artigo, todas estas árvores-marcos provaram a ter propriedades de uso medicinal. O trabalho de campo nas aldeias dos cartórios poderia fornecer dados medicinais e terapêuticos para uso dos Centros locais de saúde.

Palavras-chave: sobas, Ambundu, cartórios, património linhageiro, árvore-marco, uso medicinal

In the collections of written sources of the Mbundu village chiefs between the 18th and 20th centuries the main topic were the defence of the lineage lands against any kind of possible or real invasions. The legitimacy process of the community landownership started with the land demarcation among the neighbours using natural landmarks as tall trees, cliffs, rivulets, rivers, mountains, hills) or handcrafts as pieces of iron, clay pots. These landmarks were recorded in the declarations of the Mbundu village chiefs about the history of their village (genealogy of the ruling lineage, migration, settlement, land demarcation,) written by Mbundu scribes and that served as paramount argument during the land conflicts among neighbours. The dominance of the trees among the land marks supports an hypothesis about their use, which could extend beyond its role of demarcation. The current pilot research based on international and Angolan publications and data base proved that all of the trees in the Mbundu village chiefs 'collection have medicinal proprieties. Future fieldwork may well provide useful medicine data for the use of local Health Centres.

Key-words: Sobas, Ambundu, Ambundu manuscripts, lineage heritage, land mark trees, medicinal uses.

À procura da 'autenticidade'. Tradição, Tradução e transformação nas campanhas coloniais de recolha etnomusical do Museu do Dundo, Angola

Cristina Sá Valentim

Partindo de fontes arquivísticas referentes à Missão de Recolha de Folclore Musical do Museu do Dundo em Angola na década de 1950, este artigo visa problematizar o conceito de autenticidade visto, simultaneamente, como um regime de representação e prática social que tanto construiu o olhar colonial como o desafiou. Sugere-se que a tradução cultural de interações coloniais integra um processo irreduzível, negociado, mediado e plurivocal agilizado por construções políticas que podem ter sentidos ambíguos, contraditórios ou convergentes entre si.

Palavras-chave: Angola, autenticidade, 'folclore musical indígena', museu do Dundo/Diamang, tradução cultural.

Starting from archival sources regarding the Mission of Musical Folklore Collection of Dundo Museum in Angola during the 1950 decade, this article aims to discuss the concept of authenticity as a system of representation and social practice that both built the colonial perspective as challenged it. It is suggested that the cultural translation of colonial encounters integrates an irreducible, negotiated, mediated and plurivocal process made by political constructions that can have ambiguous contradictory or converging meanings.

Keywords: Authenticity, Angola, indigenous folk music, Dundo Museum/Diamang, cultural translation.

Arqueologia portuguesa em solo africano durante o Estado Novo: (alguns actores, espaços e projectos (o caso de Moçambique)

Ana Cristina Martins

Num momento em que se procede, em Portugal, a um balanço generalizado dos estudos arqueológicos em África, parecidos pertinente percorrer o longo e, por vezes, tortuoso caminho assumido por estudiosos portugueses vivendo nas (então designadas) províncias ultramarinas ou deslocando-se desde a metrópole. Identificaremos, deste modo, actores, espaços e temáticas de produção, transmissão e recepção de conhecimento sobre a pré-história da Guiné, Angola e Moçambique. Mais do que isso, cotejaremos esta realidade a circunvizinhas, com o objectivo de compreender as raízes de similitudes e dissemelhanças detectadas, tendo como pano de fundo a política do Estado Novo.

Palavras-chave: Arqueologia; Províncias Ultramarinas Portuguesas; História da Arqueologia Portuguesa em África; Colaboração Internacional; Estado Novo.

In a moment when a global balance of archaeological studies in Africa is made in Portugal, it seems useful to follow the long and often devious path, undertaken by Portuguese scholars living in the (then called) overseas provinces, or by those coming from the metropolis. Hence, we will identify actors, spaces and thematic of production, transmission and reception of knowledge on the Prehistory of Guinea, Angola and Mozambique. Moreover, we will compare this and the surrounding reality,

aiming to understand the roots of resemblances and differences detected, having the politics of the New State for background.

Key-words: Archaeology – Overseas Portuguese Provinces – History of Portuguese Archaeology in Africa – International collaboration – New State

Percursos de Miguel Ramos (1932-1991) na arqueologia: síntese e perspectivas

Ana Godinho Coelho, Inês Pinto e Ana Cristina Martins

Este artigo pretende evidenciar vários percursos científicos de Miguel Ramos (1932-1991), primeiro diretor do centro de pré-história e arqueologia do IICT. Entre eles, destacamos as pesquisas no Sudoeste de Angola, onde conduziu a primeira missão de estudos arqueológicos e que em muito contribuiu para o conhecimento do paleolítico africano.

Desta forma, aliando o passado ao futuro, é nosso objetivo homenagear a memória deste investigador através do projeto “Georreferenciação das coleções científicas do IICT” (2014-2020).

Palavras-chave: Miguel Ramos, arqueologia, África, percursos, georreferenciação

This paper aims to highlight several scientific paths of Miguel Ramos (1932-1991), first director of the center of prehistory and archeology of IICT. Among them, we highlight the research in the Southwest of Angola, where he led the first mission of archaeological studies and contributed greatly to the knowledge of the African Paleolithic.

Thus, combining the past with the future, it is our goal to honor the memory of this research through the project “Georeferencing the scientific collections of IICT” (2014-2020).

Key words: Miguel Ramos, archaeology, Africa, paths, georeferencing

Redescobrimo estações arqueológicas à guarda do IICT

Inês Pinto e Ana Godinho Coelho

Redescobrimo estações arqueológicas à guarda do IICT pretende recuperar as estações identificadas ao longo das várias missões científicas. A presente publicação propõe dar à coleção arqueológica de Angola, mediante a aplicação das novas tecnologias (georreferenciação), um novo rumo, possibilitando desta forma, um maior conhecimento da evolução das comunidades pré-históricas em África e suas estratégias de povoamento.

Palavras-chave: Estações arqueológicas, percursos, georreferenciação, Angola.

Rediscovering archaeological sites under the care of IICT proposes to recover the sites identified throughout the various scientific missions. This publication intends to give to the archaeological collection of Angola, through the application of new technologies (georeferencing), a new course, allowing this way, a greater knowledge of the evolution of the African pre-history and its strategies of landing.

Keywords: Archeological sites, paths, georeferencing, Angola.

Legendas das ilustrações

1. Forte de Cambambe (interior) – século XVII. Cambambe, Angola. Foto de Adriano Vasco Rodrigues (c. 1966).
2. Recinto do Eleu. Jau, Lubango, Angola. Foto de Jorge Guimarães (2015).
3. Casas abrigo do Morro Vermelho. Deserto do Namibe, Angola. Foto de Adriano Vasco Rodrigues (1968).
4. Atividade de campo. Recinto do Eleu. Jau, Lubango, Angola. Foto de Jorge Guimarães (2015).
5. Estação de Caminho-de-Ferro. Lubango, Angola. Foto de André Serdoura (2015).
6. Planalto da Chibia. Angola. Foto de Jorge Guimarães (2015).
7. Escavações na Corimba. Embarcadouro de escravos. Foto de Adriano Vasco Rodrigues (1968).
8. Escavações no Forte de Santo Amaro (séc. XVI). Luanda. Foto de Adriano Vasco Rodrigues (c. 1969).
9. Escavação de navio no deserto do Namibe – aspecto da quilha. Foto de Adriano Vasco Rodrigues (c. 1968).
10. Moustapha Sall (2015).
11. Moustapha Sall (2015).
12. Serra da Huila, sul de Angola. Foto da equipa de Adriano Vasco Rodrigues (c. 1968).
13. Sino de chamada dos trabalhadores. Roça “Colónia Açoreana”, São Tomé e Príncipe. Foto de Maciel Santos (2011).

Critérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues em ficheiro informático (via correio electrónico ou CD), de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte *Areal* ou *Times New Roman*, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias etc sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos)
- 4) As resenhas não poderão exceder os 25 000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenhas que ultrapassarem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referência citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et alia*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando cinco linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Colectâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, (orgs.) (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8, pp. 12-35.
 - Artigos em colectâneas: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, in, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, (orgs.), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1.ª publicação e o tradutor.
 - Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 25 – 2.º semestre – 2015

ARQUIVOS DA ÁFRICA AUSTRAL: POTENCIALIDADES



Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP

Africana Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal
Telefone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (Two issues/year)

| | |
|--|------|
| Portugal | 22 € |
| U.E. (European Union) | 28 € |
| PALOP's | 32 € |
| Resto do Mundo (Rest of the world) | 32 € |
| Desconto para estudantes (Student's discount) — 20 % (*) | |
| (*) Add copy of student's card | |

Nome (Name) _____

Morada (Address) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (E-mail) _____

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) _____

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/WIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) _____

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)

(Assinatura / Signature)

